



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

Relatório de Inspeção Ordinária no

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

(Portaria CJF-POR-2014/00129, de 25/3/2014,
do Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal)

**Brasília-DF
2014**

Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Corregedor-Geral da Justiça Federal e Diretor do Centro de Estudos Judiciários

ELABORAÇÃO

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

REVISÃO E EDITORAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	07
B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	09
C. OBSERVAÇÕES GERAIS	12
D. UNIDADES JURISDICIONAIS	25
I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO	25
Presidência: Desembargador Federal TADAAQUI HIROSE	25
Vice-Presidência: Desembargador Federal LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	28
Corregedoria Regional: Desembargador Federal PAULO AFONSO BRUM VAZ	33
II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS	35
GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA (1ª SEÇÃO)	35
Desembargadora Federal MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	35
Desembargador Federal JOEL ILAN PACIORNIK	45
Desembargador Federal JORGE ANTONIO MAURIQUE	54
GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA (1ª SEÇÃO)	63
Desembargador Federal OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	63
Desembargador Federal RÔMULO PIZZOLATTI	71
Desembargadora Federal LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	79
GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA (2ª SEÇÃO)	87
Desembargadora Federal MARGA INGE BARTH TESSLER	87
Desembargador Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	96
Desembargador Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA	105

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA (2ª SEÇÃO)	114
Desembargador Federal LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	114
Desembargador Federal CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR	123
Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	133
GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA (3ª SEÇÃO)	141
Desembargador Federal LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	141
Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	150
Desembargador Federal ROGERIO FAVRETO	158
GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA (3ª SEÇÃO)	166
Desembargador Federal JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	166
Desembargador Federal CELSO KIPPER	174
Juíza Federal Convocada VÂNIA HACK DE ALMEIDA	182
GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA (4ª SEÇÃO)	190
Desembargador Federal MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA (Juiz Federal Convocado JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR)	190
Desembargadora Federal CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI (Juíza Federal Convocada SALISE MONTEIRO SANCHOTENE)	200
Desembargador Federal SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	210
GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA (4ª SEÇÃO)	220
Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	220
Desembargador Federal JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	231
Desembargador Federal LEANDRO PAULSEN	241
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO	251
Secretaria do Plenário, Corte Especial e Seções	251
Secretaria de Recursos	257

Secretaria da 1ª Turma -----	261
Secretaria da 2ª Turma -----	267
Secretaria da 3ª Turma -----	273
Secretaria da 4ª Turma -----	279
Secretaria da 5ª Turma -----	283
Secretaria da 6ª Turma -----	289
Secretaria da 7ª Turma -----	293
Secretaria da 8ª Turma -----	298
F. UNIDADES ESPECIAIS -----	303
Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais -----	303
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – Sistema de Conciliação do TRF da 4ª Região -----	305
Escola de Magistratura Federal da 4ª Região – EMAGIS -----	307
G. OUTRAS UNIDADES -----	311
Divisão de Cálculos Judiciais -----	311
Secretaria de Registros e Informações Processuais – SRIP -----	313
Secretaria de Precatórios -----	315
H. UNIDADES ADMINISTRATIVAS -----	317
Introdução -----	317
Controle Interno – Licitações e Contratos -----	319
Segurança Institucional -----	330
Tecnologia da Informação -----	333
Recursos Humanos -----	341
Estatística -----	347
Sistemas Judiciais Eletrônicos -----	351
I. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO -----	354

J. ANEXOS-----355

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei 11.798/2008; do art. 3º, inc. III, do Provimento 1/2009; e das Portarias CJF-POR-2014/00129 e CJF-POR-2014/00176, respectivamente, de 25/3 e de 28/4 do corrente ano, todos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, determinou-se a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, abrangendo as seguintes áreas: 1) prestação jurisdicional; 2) controle interno; 3) tecnologia da informação; 4) estatística; 5) sistemas judiciais eletrônicos; e 6) parâmetros de segurança do Tribunal, com base na Resolução 104/2010.

As equipes dos trabalhos de inspeção foram designadas pelas referidas portarias, constantes do Processo CJF-PCO-2014/00009 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Para os trabalhos de inspeção, utilizou-se *site* para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se num único ambiente *web* os questionários previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelos gabinetes dos desembargadores federais. Nesse *site* foram agregadas as informações dos processos inspecionados pelas equipes, bem como as impressões gerais das unidades inspecionadas.

Antes do início da inspeção, foram solicitadas estatísticas processuais dos gabinetes dos desembargadores federais e das unidades processantes, bem como a listagem de todos os processos do Tribunal para a seleção de amostra. A seleção de processos observou, principalmente, o critério de antiguidade da última movimentação processual.

A inspeção foi realizada no período de 12 a 23/5/2014, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inc. IV do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais da 3ª Região Luis Carlos Hiroki Muta e Nelton Agnaldo Moraes dos Santos; o Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria Jorge Gustavo Serra de Macêdo Costa – que coordenou os trabalhos de inspeção no TRF 4ª Região; bem como os Juizes Federais da 1ª Região César Cintra Jatahy Fonseca, Hermes Gomes Filho e Itelmar Raydan Evangelista e o Juiz Federal Walter Nunes da Silva Júnior, da 5ª Região.

Para auxiliar na inspeção, foram designados os servidores Cláudio Fiuza Alonso, Cláudio Oliveira Nascimento, Débora Cristina Jardim Vaz, Denise Guimarães Tângari, Denise Vasconcelos Souto, Divailton Teixeira Machado, Elder Nasário Carneiro, Eraldo Melo da Silva, Eduardo de Seixas de Scozziero, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Fabíola Bohmer de Souza Ramos, Jane Daniela Cunha, Joelmir Rodrigues da Silva, Luciana Alkmin Modesto Guimarães, Luiz Fernando Oliveira Trajano, Marcelo Dutra de

Freitas, Marcos Costa Cezário, Patrícia Galdino Câmara, Paulo José Ribeiro Alves, Paulo Martins Inocêncio, Priscila Borges de Freitas Burini, Rafael de Figueiredo Santos, Renato de Oliveira Paes, Roberto Junio dos Santos Moreira e Rosa Miriam Farias Prysthon.

Para a abertura e acompanhamento da inspeção, foram feitas as comunicações e convites ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao Ministério Público Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil – nas três Seções Judiciárias em que o TRF 4ª Região possui jurisdição, quais sejam Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

As citadas portarias foram publicadas no Diário da Justiça da União e no sítio eletrônico do Tribunal, em local de destaque nas suas dependências, no período de 5 a 23/5/2014.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 4ª da Região prosseguissem normalmente.

A inspeção iniciou-se no dia 12/5/2014, às 14 horas. Foram realizadas constatações *in loco*, com exame por amostragem de autos de processos judiciais e administrativos, instrumentos de contratos, convênios, precatórios, nomeações e requisições de servidores, pagamento de diárias e passagens a magistrados e servidores, e convocações de magistrados de 1º grau efetivadas pelo Tribunal.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos tribunais regionais federais sofreram enorme evolução desde a edição da Lei 11.798, de 29/10/2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e de controle da gestão administrativa e processual das cortes federais, assim como a elaboração de diagnóstico real capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

As inspeções realizadas nos TRF1, TRF5 e TRF4 marcam uma fase inovadora dos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, cujas sementes foram lançadas na gestão do Ministro João Otávio de Noronha, quando instituída a autoinspeção e o manual destinado a orientar os tribunais regionais federais na salutar prática do autoconhecimento visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Pautado pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas para ostentar a condição de práticas rotineiras, feitas a cada 2 anos em cada tribunal regional federal, dentre os 5 atualmente existentes.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas, visitas e inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atual da gestão administrativa e processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição, que permita formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, nivelando e democratizando o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se no ano anterior ao da abertura dos trabalhos nos respectivos tribunais regionais federais. O primeiro passo é dado com a autoinspeção anual, gerando relatórios com ampla gama de informações das unidades jurisdicionais, que são detidamente analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para acompanhamento permanente da situação processual e administrativa desde a anterior inspeção e como base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no Tribunal Regional Federal a partir da análise, um a um, de processos de listagem elaborada por certas fases críticas, levando-se em consideração importantes fatores como, por exemplo, tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades legais e

outras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação e em conclusão; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal etc.

A partir da análise de processos da amostragem listada, as equipes de inspeção, quando não é necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais, processantes e administrativas. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e o relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações e dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Pela primeira vez, foi introduzida uma análise preliminar minuciosa do Tribunal inspecionado, a título de “Observações Gerais”, levantando dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF4, foi feito com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações muito importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos e para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências ou eventuais pontos fora da curva geral de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção das unidades jurisdicionais, unidades processantes e unidades administrativas. Nas jurisdicionais, separa os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados a seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete dentro da respectiva seção e turma para permitir exposição baseada em condições semelhantes de trabalho com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, relativamente a tempo de atuação junto à unidade), e viabilizar, assim, análise fundada em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais básicos do magistrado com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete, turma e seção; dados administrativos da unidade em particular os atinentes ao quadro funcional; e os relativos à atividade-fim, que são analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são pesquisadas e registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual com o intuito de levantar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Assim também é feito na inspeção das unidades processantes e administrativas.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, denotando inclusive a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo, assim, por exemplo, quanto aos dados estatísticos, informações do sistema processual e condições físicas do ambiente de trabalho.

A apresentação deste relatório não poderia, finalmente, deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos tribunais regionais federais. Nesse espaço tem atuado e trabalhado constantemente a Corregedoria-Geral, objetivando o aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado, que ora se apresenta, retrata a enormidade de informações e dados colhidos na verificação de mais de 1.700 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico real e atual da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre/RS, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 12 a 23/5/2014.

Na ocasião, compunham o quadro do TRF os Desembargadores Federais Tadaaqui Hirose (Presidente), Luiz Fernando Wowk Penteadó (Vice-Presidente), Paulo Afonso Brum Vaz (Corregedor Regional), Marga Inge Barth Tessler, Maria De Fátima Freitas Labarrère, Luiz Carlos de Castro Lugon, Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Victor Luiz dos Santos Laus, João Batista Pinto Silveira, Celso Kipper, Otávio Roberto Pamplona, Luís Alberto D'azevedo Aurvalle, Joel Ilan Paciornik, Rômulo Pizzolatti, Ricardo Teixeira do Valle Pereira, Luciane Amaral Corrêa Münch, Fernando Quadros da Silva, Márcio Antônio Rocha, Rogerio Favreto, Jorge Antonio Maurique, Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Vivian Josete Pantaleão Caminha, Claudia Cristina Cristofani, João Pedro Gebran Neto, Leandro Paulsen e Sebastião Ogê Muniz.

Estavam convocados os Juízes Federais Vânia Hack de Almeida, Salise Monteiro Sanchotene, Taís Schilling Ferraz, Luiz Carlos Canalli, Hermes Siedler da Conceição Júnior, José Paulo Baltazar Junior, Arthur César de Souza, Sérgio Renato Tejada Garcia, Eduardo Tonetto Picarelli, Paulo Paim da Silva e Maria Cristina Saraiva Ferreira e Silva.

Além dos Gabinetes de Desembargadores Federais, incluindo os do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Regional, e as Secretarias (do Pleno, Corte Especial e Seções; de Recursos; de Precatórios; e das Turmas), foram inspecionadas ou visitadas diversas outras unidades do TRF4, dentre as quais a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – Sistema de Conciliação e Escola de Magistratura Federal – EMAGIS.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 4ª Região foram inicialmente levantados dados estatísticos, processuais e administrativos de todas as seções especializadas da Corte. O objetivo foi identificar pontos de convergência e de divergência, assim como perfil médio do Tribunal, considerando as próprias seções, turmas e gabinetes.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados mais de 1.700 processos, cujo exame físico ou eletrônico coube a equipes formadas por um magistrado e dois servidores.

O acervo inspecionado abrangeu feitos nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas, assim como a de boas práticas, para efeito de orientar o aprimoramento da gestão processual, além da disseminação de experiências positivas.

O resultado da avaliação concreta de cada acervo, por amostragem, constará dos relatórios individuais das unidades.

A inspeção adotou como referência de análise o período de maio/2013 a abril/2014, partindo de informações estatísticas oficiais do TRF4. A boa organização dos dados estatísticos e processuais foi verificada, de forma geral, na apresentação dos relatórios prévios por parte das unidades inspecionadas, embora registradas algumas situações específicas de omissões e deficiências, anotadas nos respectivos relatórios de inspeção.

No curso da inspeção e mesmo no pós-inspeção o atendimento às solicitações de dados estatísticos e processuais revelou-se adequado, sem indicação de problemas sistêmicos ou graves. A base de dados mostrou-se confiável e o sistema de pesquisas demonstrou eficiência frente às necessidades de controle processual promovido pela Corregedoria-Geral por meio de amostragens e seleções aleatórias de feitos do acervo, sem prejuízo de eventuais observações pontuais da equipe técnica de estatística e informática, que deverão constar do relatório próprio.

A avaliação da gestão foi verificada, primeiramente, quanto ao índice de produtividade diante da distribuição nas 4 seções do TRF4, cada qual com a sua competência específica. A 1ª Seção trata de feitos trabalhistas e tributários; a 2ª Seção cuida de matéria administrativa, civil e comercial; a 3ª Seção é especializada em causas envolvendo a Previdência e Assistência Social; e, finalmente, a 4ª Seção julga processos criminais.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no período de maio/2013 a abril/2014, teve distribuídos 109.323 processos na seguinte proporção: 27,09% para a 1ª Seção (29.619 processos), 32,75% para a 2ª Seção (35.796 processos), 35,19% para a 3ª Seção (38.473) e 4,97% para a 4ª Seção (5.435 processos).

Observa-se que, as três Seções Cíveis do TRF4 exibem perfil semelhante em termos de volume de distribuição, cuja variação máxima atingiu pouco mais de 8 pontos percentuais, enquanto que a Seção Criminal teve distribuição muito inferior, abaixo de 5% de todo o contingente aportado na Corte. A repartição de carga processual verificada no TRF4 é semelhante à apurada no TRF1, consideradas as Seções Cíveis e a Seção Criminal, não obstante as competências internas das Cortes não sejam exatamente as mesmas e os valores absolutos e até percentuais apresentem especificidades próprias de cada região.

Apenas para exemplificar, no TRF1 a Seção Previdenciária (1ª Seção) recebeu, entre setembro/2012 e agosto/2013, 37.883 processos, equivalente a 32,17% de todo o volume

distribuído às respectivas 4 Seções; enquanto que no TRF4 a Seção Previdenciária (3ª Seção) recebeu, entre maio/2013 e abril/2014, 38.473 processos, equivalente a 35,19% do volume distribuído às 4 Seções da Corte.

Por sua vez, nos mesmos períodos, a Seção Criminal do TRF1 (2ª Seção) recebeu 11.325 feitos (9,62% do total) e a Seção Criminal do TRF4 (4ª Seção) recebeu apenas 5.435 processos (4,97% do total), revelando que, na distribuição criminal, as Cortes tiveram situações estatísticas de distribuição bem distintas, ao contrário do que verificado, de forma geral, no âmbito das Seções Cíveis.

Embora a diferença entre o volume absoluto da distribuição, entre as Seções Cíveis do TRF4, tenha chegado a 8.854 processos, a diferença entre o volume absoluto de feitos julgados nas 3 Seções foi bem menor, atingindo apenas 2.128 processos. De fato, em termos de produtividade, a variação relativa não atingiu 2 pontos percentuais, a despeito da grande diferença temática entre os feitos atribuídos a cada uma das Seções Cíveis.

Curiosamente, não foi a Seção Previdenciária a ter o melhor desempenho produtivo no período, pois atingiu o volume de 33.793 processos julgados (31,63% do total), enquanto a Seção Administrativa, Civil e Comercial julgou 34.825 (32,59% do total) e, por sua vez, a Seção Tributária decidiu 32.697 processos (30,60% do total).

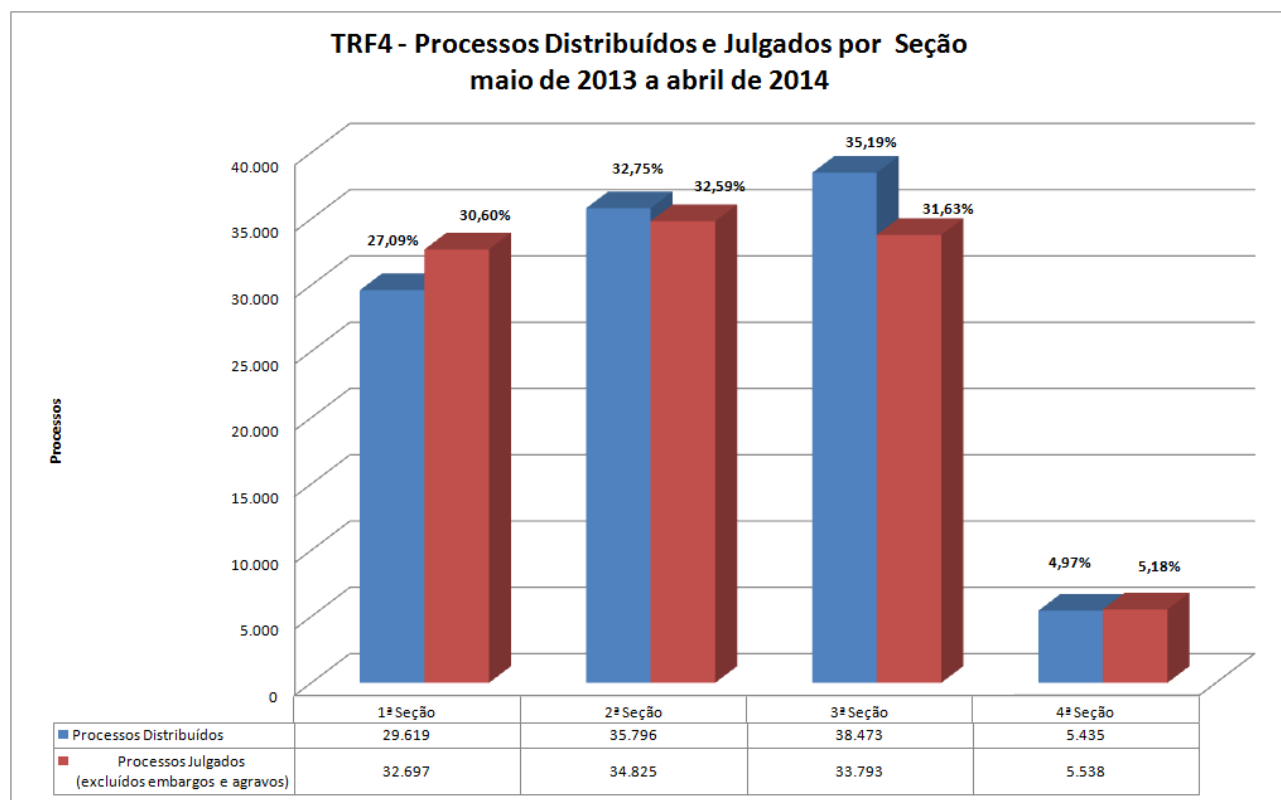
Em termos de fluxo processual, a situação mais grave foi a da 3ª Seção, a única que mostrou relevante fluxo negativo, julgando menos processos do que os distribuídos (3,56%, equivalente a 4.680 feitos acrescidos ao acervo). Houve fluxo levemente negativo na 2ª Seção, quase neutro, pois atingiu apenas 0,16%, equivalente a 971 processos.

Os melhores desempenhos foram verificados na 1ª Seção, cujo fluxo foi positivo na ordem de 3,51%, equivalente a 3.078 processos julgados além dos distribuídos; e na 4ª Seção, que julgou 103 feitos a mais do que recebeu, com diferença estatística de 0,21%.

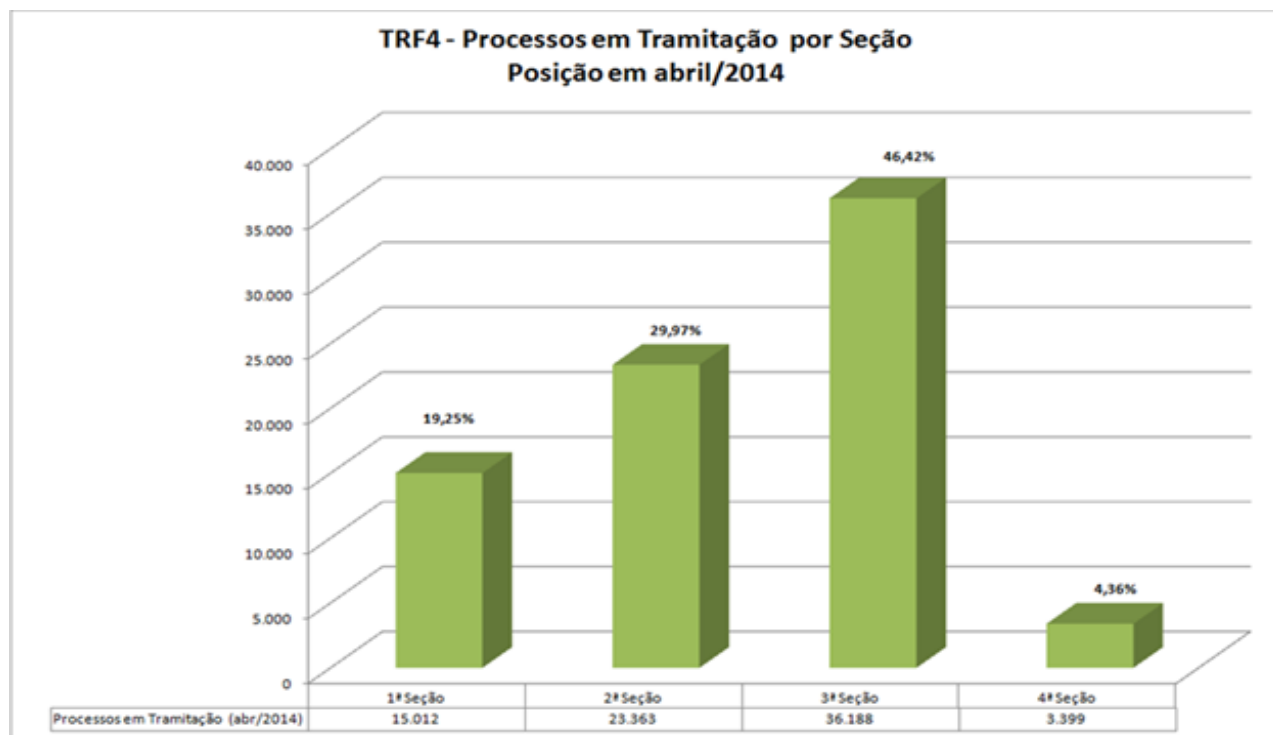
Cabe ressaltar que os dados referem-se aos desempenhos por seção, retratando uma situação média geral, e não individual por turma ou gabinete, mesmo porque os dados estatísticos específicos de cada unidade foram tratados nos relatórios individualizados com as abordagens pertinentes a cada situação, incluindo hipóteses particulares de atuação, em auxílio, de juiz federal, com reflexo em termos de produtividade.

O objetivo da análise de desempenho geral por seções, a partir de critérios objetivos definidos, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Justiça, é o de identificar boas práticas a serem disseminadas e eventuais problemas de gestão, os quais devem ser igualmente conhecidos pela Corregedoria-Geral para encaminhar sugestões de aperfeiçoamento e cobrar soluções efetivas por parte do próprio Tribunal inspecionado antes de qualquer medida interventiva externa.

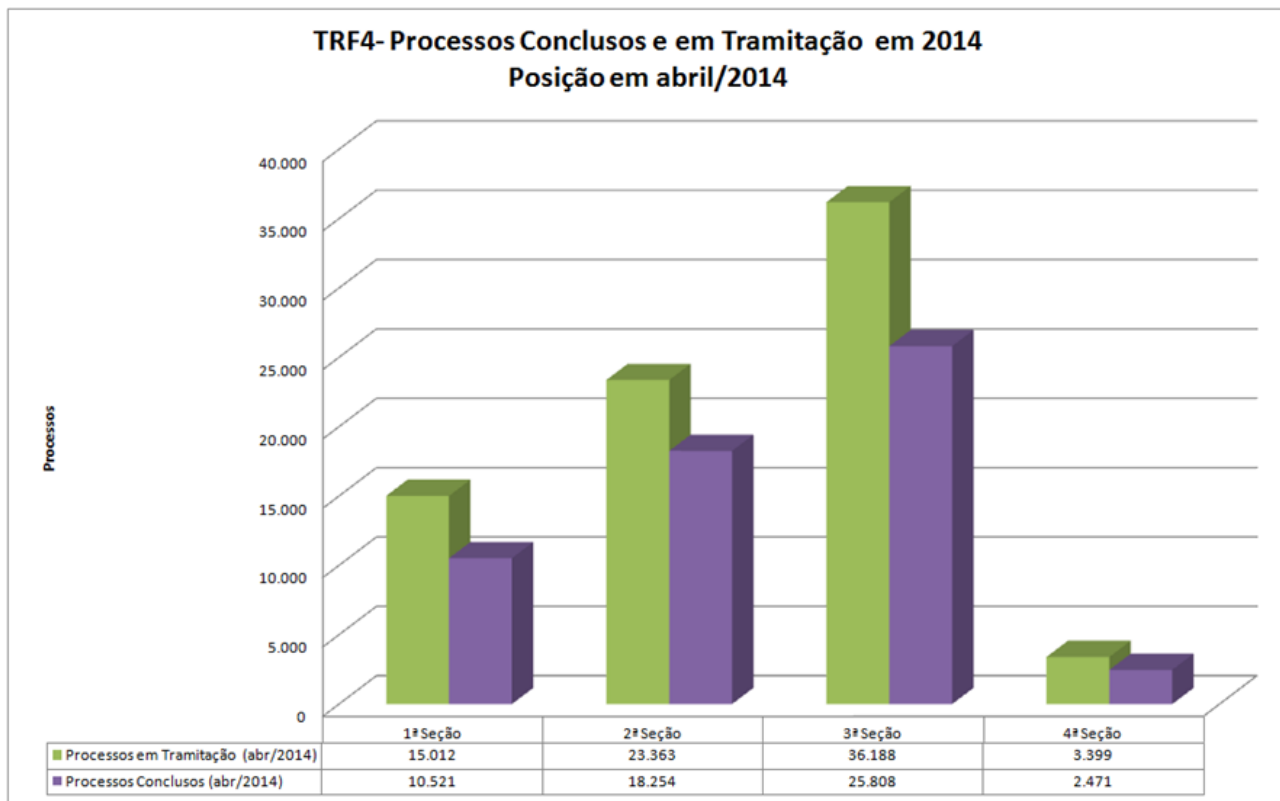
A relação entre distribuição e julgamento nas 4 seções do TRF4 é mostrada abaixo:



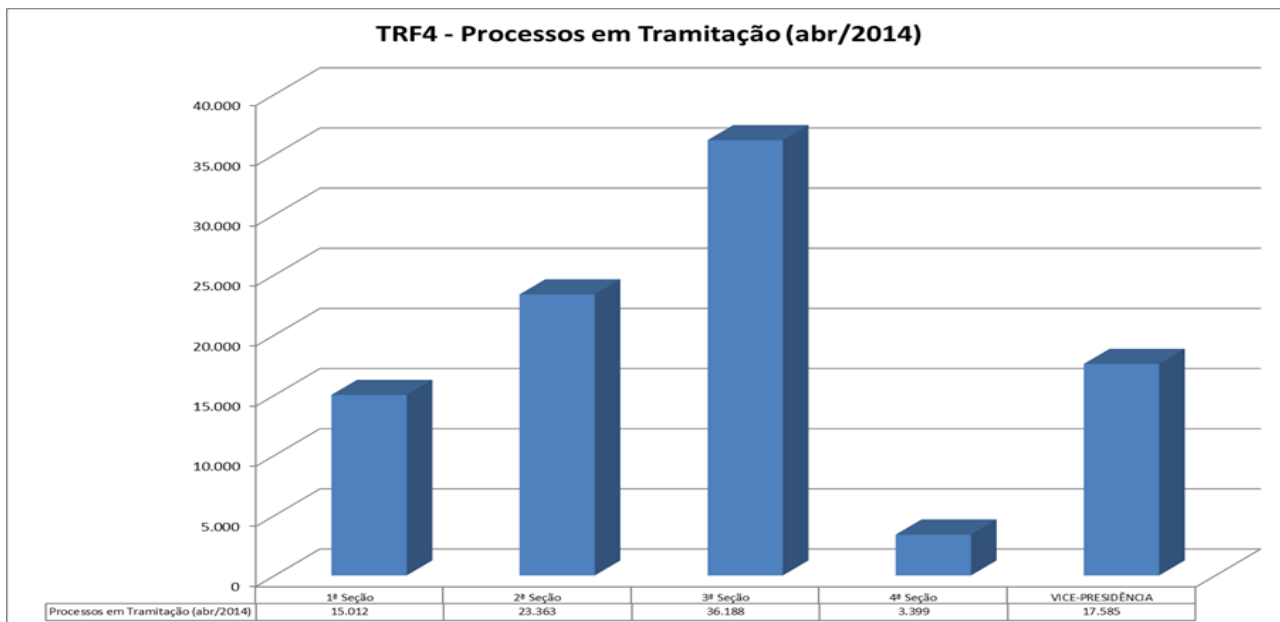
A diferença entre distribuição e produtividade resulta em estoque de processos a julgar e, considerados os dados de abril/2014, a 3ª Seção concentrava quase metade do acervo em tramitação no TRF4, enquanto que a 4ª Seção apenas 4,36%:



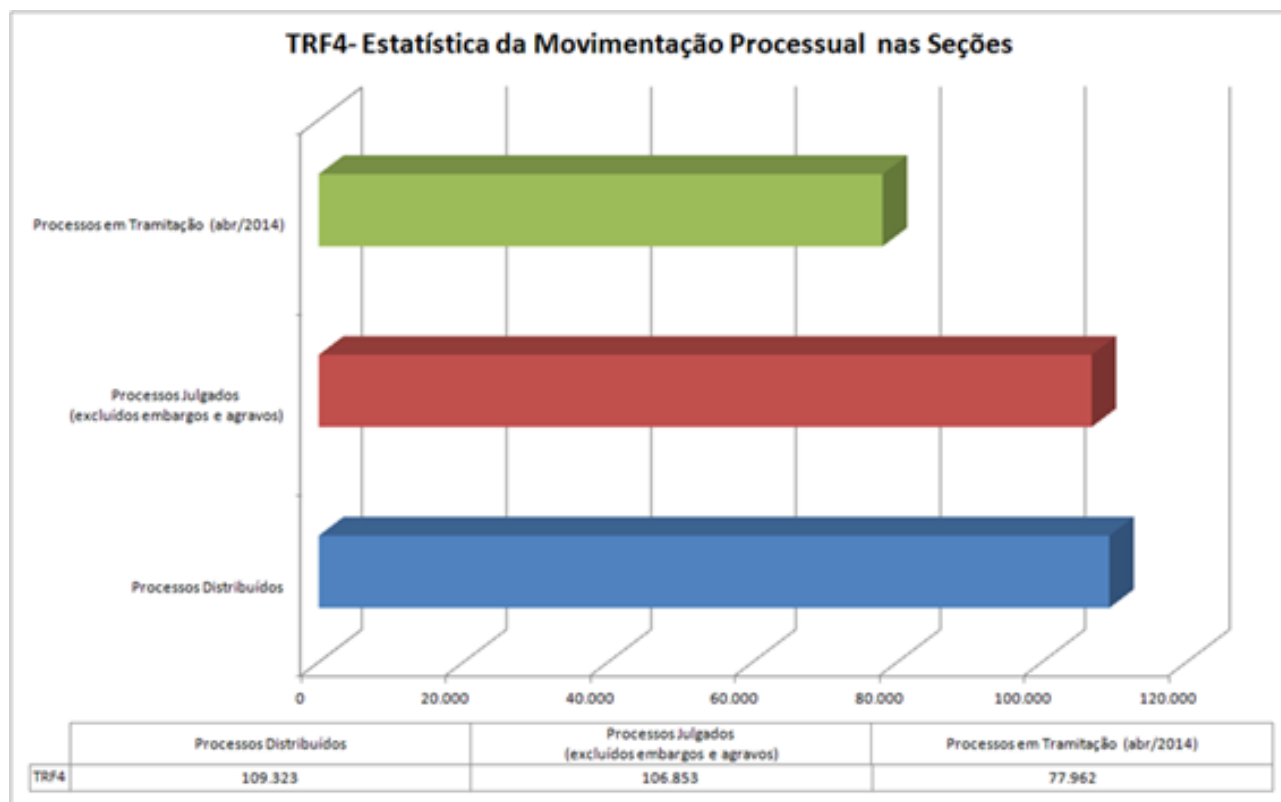
Mesmo se considerado apenas o acervo de conclusos, a participação relativa de cada seção não se alterou significativamente, conforme gráfico abaixo (1ª Seção: 18,44%; 2ª Seção 31,99%; 3ª Seção: 45,23%; e 4ª Seção: 4,33%):



Além da situação das seções, cabe registrar a da Vice-Presidência, que evoluiu muito desde a inspeção de 2012, possuindo, atualmente, estoque equivalente a pouco mais de 18% de todo o volume em tramitação dentro de tais unidades:



Em termos de análise global, verificou-se que, no período de maio/2013 a abril/2014, o TRF4 registrou a distribuição de 109.323 e o julgamento de 106.853 processos, com leve acréscimo de acervo em tramitação que, em abril/2014, totalizava 77.962 feitos, conforme abaixo demonstrado:



O estoque acumulado, no período, equivalia a 71,3% do volume distribuído, ou seja, em termos de projeção estatística, o TRF4 poderia “zerar” o acervo atual em tramitação em aproximadamente 9 meses, caso não houvesse nova distribuição e se mantida a mesma produtividade, desempenho este que se revelou adequado em termos de controle e gestão processual. Ademais, o perfil do acervo é de processos relativamente novos, sendo muito poucos os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ.

A análise de desempenho em produtividade, seja do TRF4 como um todo (97,74%), seja de cada uma de suas 4 seções (1ª Seção: 110,39%; 2ª Seção: 97,28%; 3ª Seção: 87,83%; e 4ª Seção: 101,89%), não pode deixar de considerar, porém, os dados relativos à carga média de trabalho.

Com efeito, por este ângulo de análise, verifica-se que no TRF4 a carga média de trabalho, resultante da distribuição, foi de 4.555 processos por desembargador federal, acima da média nacional federal de 3.604 processos e quase o dobro do verificado no TRF5, anteriormente inspecionado, que foi de 2.310. Assim, ainda que a produtividade não tenha chegado a 100% da distribuição no total geral e, em algumas das seções da Corte, o volume produzido, em termos absolutos, foi significativo, indicando que a medida

a ser adotada, para a melhoria do desempenho estatístico, deve ser pontual e de iniciativa do próprio TRF4, sem necessidade de qualquer intervenção específica da CGJF.

Tanto é assim que o acervo em tramitação no TRF4 ficou na média aproximada de 3.248 processos por desembargador federal, abaixo do verificado no TRF5 (3.543) e muito abaixo da média nacional federal de 7.849 feitos por magistrado na 2ª instância.

Outra situação processual sensível na gestão dos gabinetes encontra-se no tempo de tramitação processual após o 1º julgamento na Corte. Não é incomum verificar acúmulo de processos com agravos internos e embargos declaratórios pendentes de julgamento.

No TRF4 não foi possível, por falta de dados estatísticos, avaliar, em termos gerais, a produtividade diante da distribuição nem o tempo médio de tramitação de agravos legais ou regimentais e embargos declaratórios.

Pelo estado geral do acervo não se pôde estimar a existência de problemas graves ou sistêmicos na Corte neste aspecto da tramitação processual. De qualquer forma, a avaliação específica foi feita, individualmente em cada acervo, através de amostragem, e deve constar do relatório dos gabinetes.

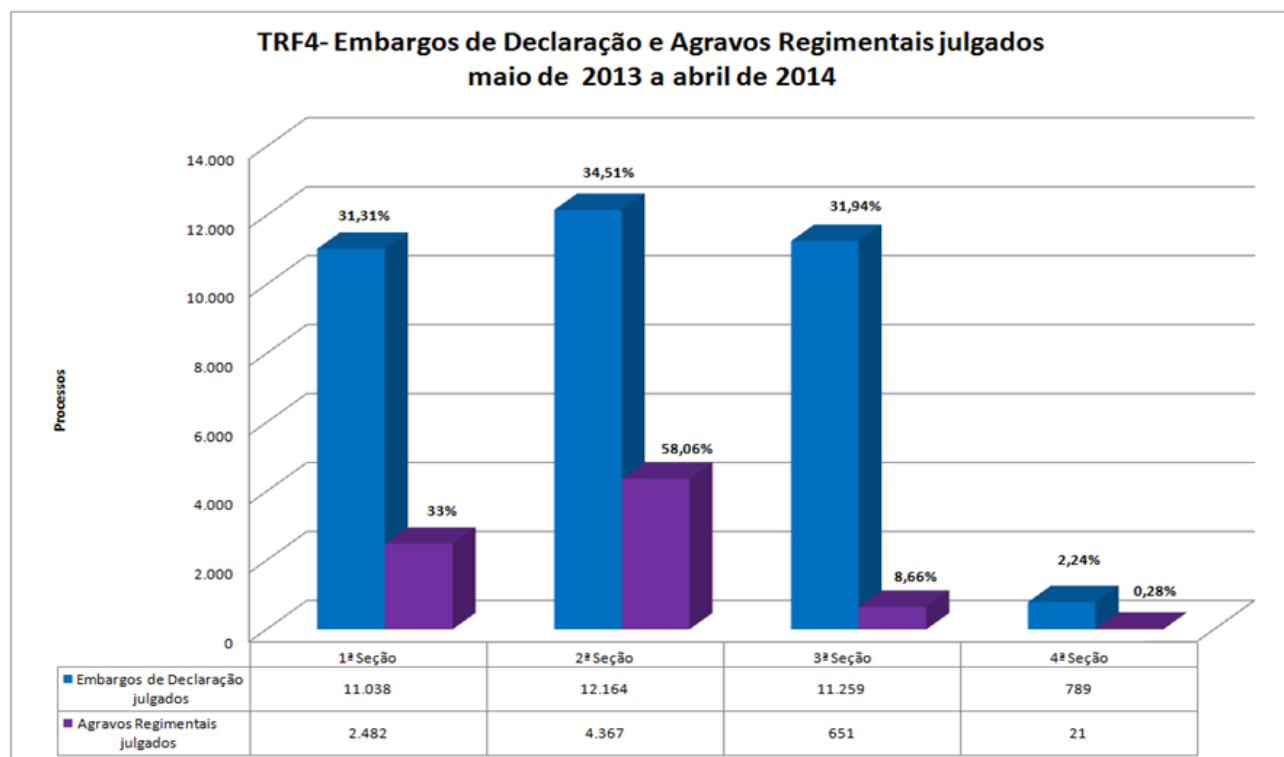
Com os dados disponibilizados foi possível avaliar o volume de julgamentos feitos por Seção, aferindo participação percentual, considerando a produtividade integral no período entre maio/2013 e abril/2014.

Quanto aos embargos declaratórios, apurou-se que a 1ª Seção foi responsável pelo julgamento de 31,31% de todo o volume julgado, a 2ª Seção por 34,51%, a 3ª Seção por 31,94% e a 4ª Seção por 2,24%. Os resultados, em termos gerais, foram coincidentes com o desempenho verificado no julgamento de processos distribuídos, indicando existir correlação entre número de processos julgados e número de recursos internos gerados e julgados.

Em relação a agravos legais ou regimentais, verificou-se situação específica.

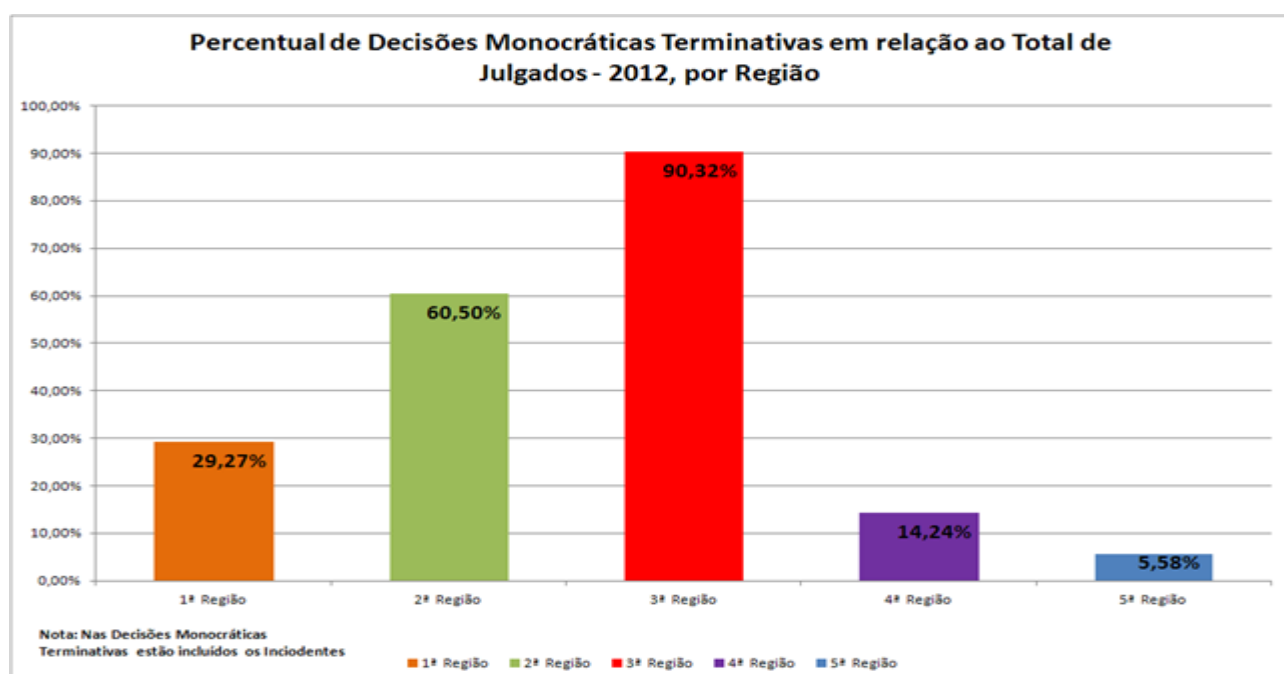
Antes de tudo, deve ser destacada a situação da 4ª Seção, pois, em matéria criminal, são bem restritas as hipóteses de julgamento monocrático terminativo, o que pode explicar a ínfima participação percentual dos respectivos órgãos no resultado geral da Corte (0,28%, total de 21 agravos internos julgados).

Nas demais seções os dados não foram, porém, sequer próximos entre si, variando de 58,06% até 8,66% de participação relativa na totalização de julgamentos do TRF4, sendo que a 3ª Seção apresentou o menor volume de agravos internos julgados, com indicativo de concentração de julgamentos colegiados em relação a monocráticos terminativos, apesar do maior acúmulo de acervo processual.

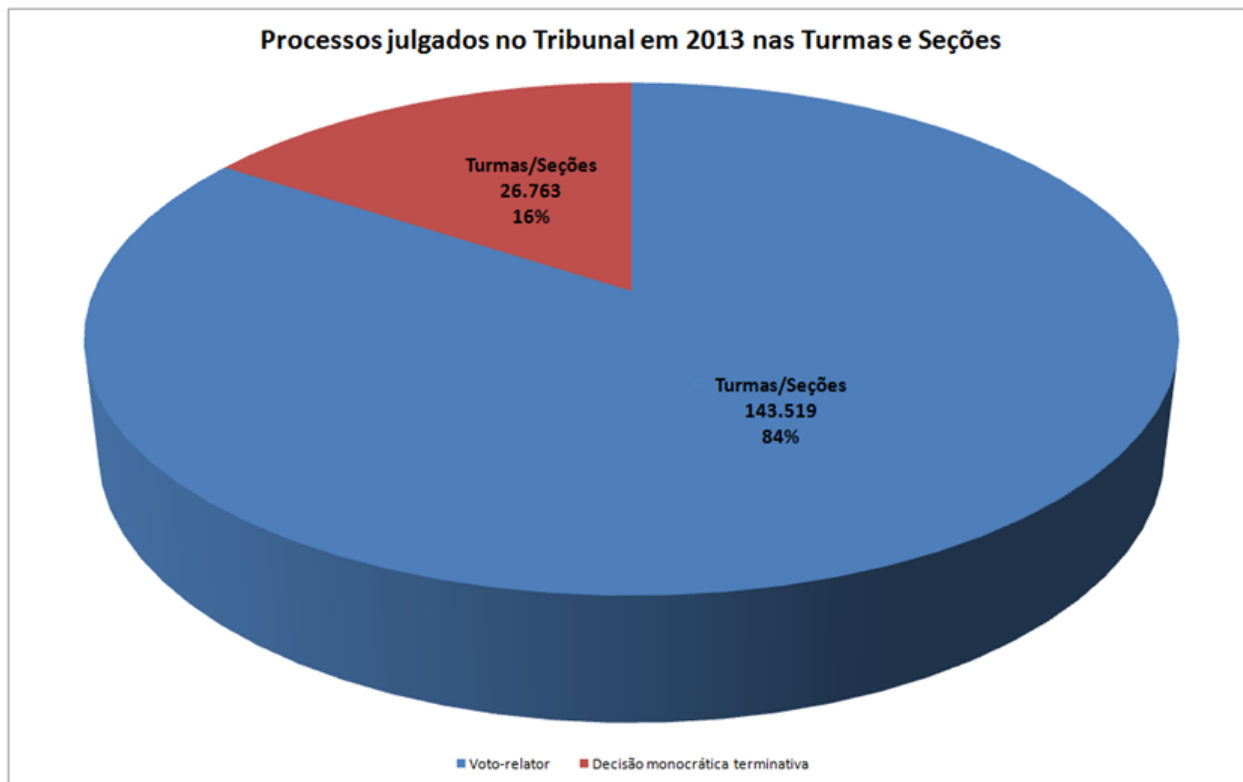


Tais dados confirmaram o estudo comparativo sobre a participação e importância dos julgamentos monocráticos terminativos em cada tribunal regional federal, que permitiu traçar um paralelo entre acervo em tramitação e volume de decisões monocráticas terminativas como técnica preferencial de julgamento.

Em 2012 já foi reduzido o volume de decisões monocráticas terminativas no TRF4, explicando o pequeno número de agravos gerados e julgados no período inspecionado:



Em 2013, a proporção não se alterou substancialmente no TRF4, embora constatada pequena elevação na proporção de julgamentos monocráticos terminativos:



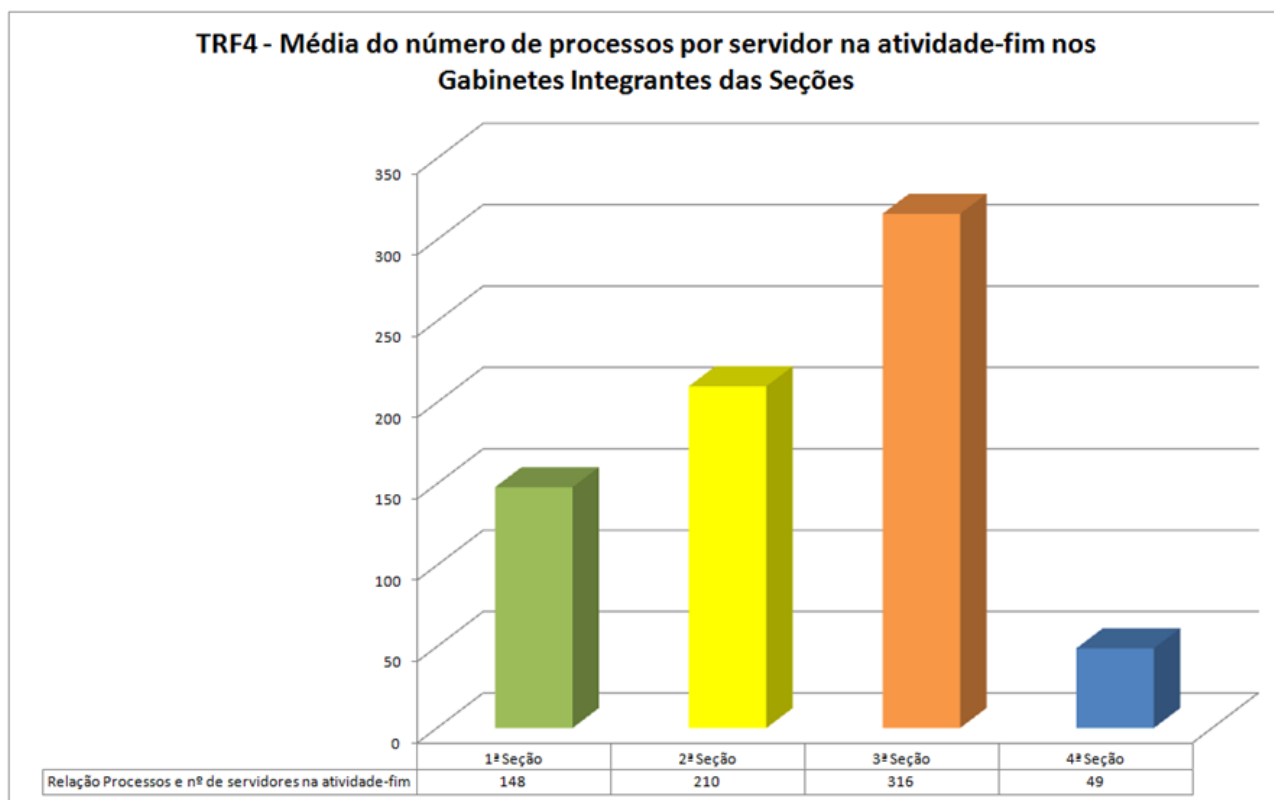
A inspeção não se ateve simplesmente à tarefa de apontar problemas, mas buscou elaborar diagnóstico da situação geral do TRF4, quanto a alguns aspectos essenciais, para orientar a discussão das soluções respectivas.

Um dos principais entraves à boa gestão processual é a falta ou a má distribuição dos recursos humanos pelas diversas unidades jurisdicionais.

Nos tribunais com grande acervo ou com acervos diferenciados pela natureza dos processos, o problema tende a agravar-se. De qualquer forma, não é demais registrar a importância de que, além do número mínimo idêntico para todas as unidades do Tribunal, a exigir reposição imediata e constante conforme verificadas as vacâncias, seja avaliada a necessidade de alocação de força de trabalho extra para determinadas situações.

Houve preocupação da Corregedoria-Geral em comparar atuação e desempenho sob condições semelhantes de trabalho. A carga individual de trabalho, medida pelo número de feitos em tramitação na unidade por servidor em atividade-fim, é importante indicativo para avaliar as possíveis causas que atuam no desempenho das unidades em termos de produtividade e acervo.

Na 1ª Seção, em média, cada servidor em atividade-fim respondia por 148 processos do acervo respectivo; na 2ª Seção por 210; na 3ª Seção por 316; e na 4ª Seção por 49, conforme assim demonstrado:



Na Vice-Presidência, embora haja especificidade no juízo de admissibilidade e demais atribuições da unidade, a carga de trabalho era bem superior, alcançando o montante de 798 processos por servidor.

A carga de trabalho é calculada pela divisão do acervo da unidade pelo número de servidores em atividade-fim.

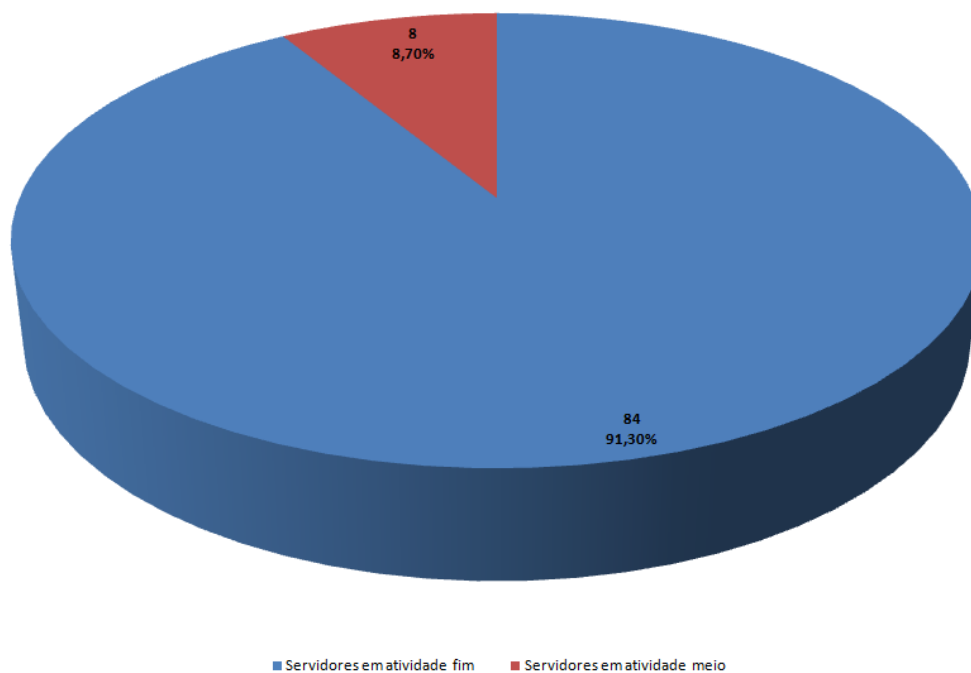
Em tribunais com competência material distinta, a avaliação de carga de trabalho ideal não é tarefa simples, porém o levantamento de tal informação é importante e deve, ao menos, servir para orientar estudos internos acerca de eventual revisão do quadro de servidores por gabinete e, sobretudo, para avaliar a prioridade a ser observada nos pedidos de lotação no caso de vacância de cargos nas diversas unidades jurisdicionais.

Os resultados alcançados pelo TRF4 podem ter as mais variadas causas. Todavia, o adequado aproveitamento da força de trabalho, a motivação e a qualificação permanente da equipe são, certamente, os elementos com maior impacto no resultado produtivo das unidades.

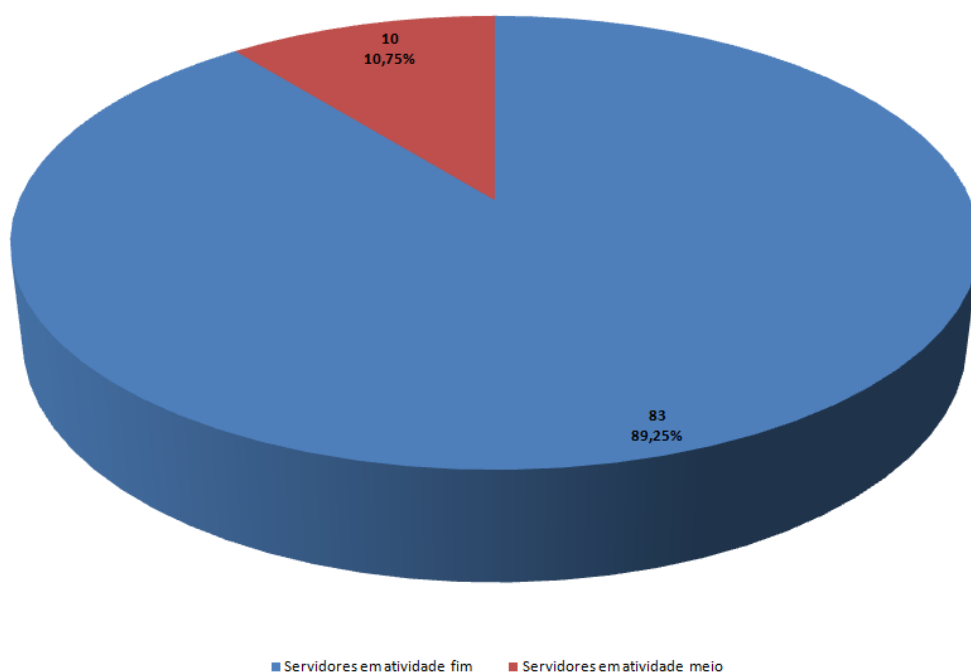
Nas seções, embora se tenha verificado que o quadro funcional não é homogêneo, pois existe menor número de servidores na 4ª Seção, foi elevado o grau de servidores envolvidos com a atividade-fim, constatando-se qualificação e motivação para as funções exercidas.

Abaixo os gráficos indicativos da destinação média da força de trabalho nas seções:

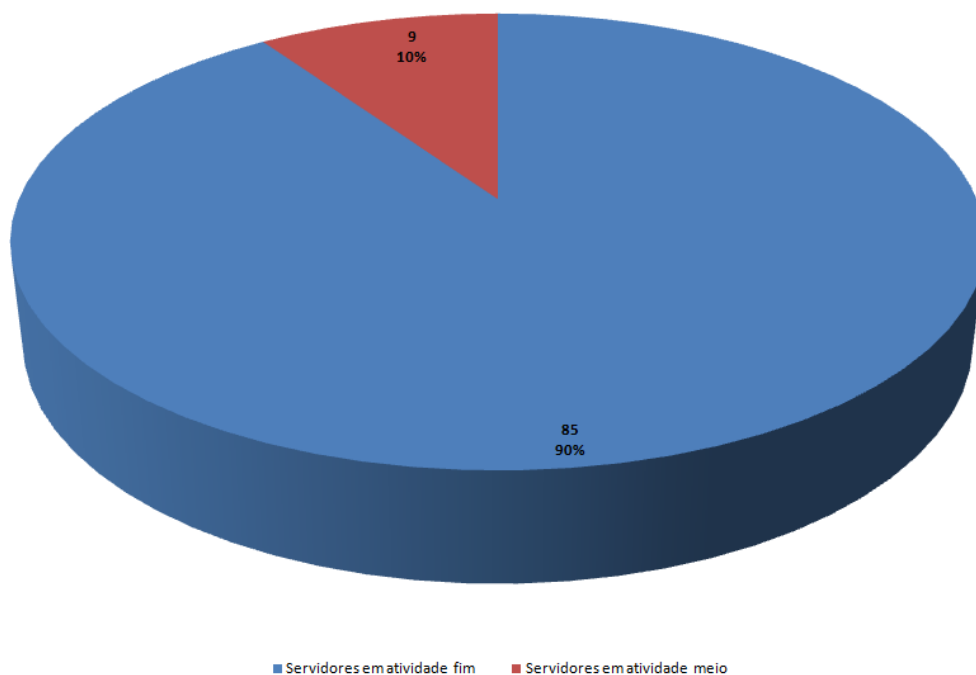
TRF4 - Estrutura Funcional dos Gabinetes Integrantes da 1ª Seção



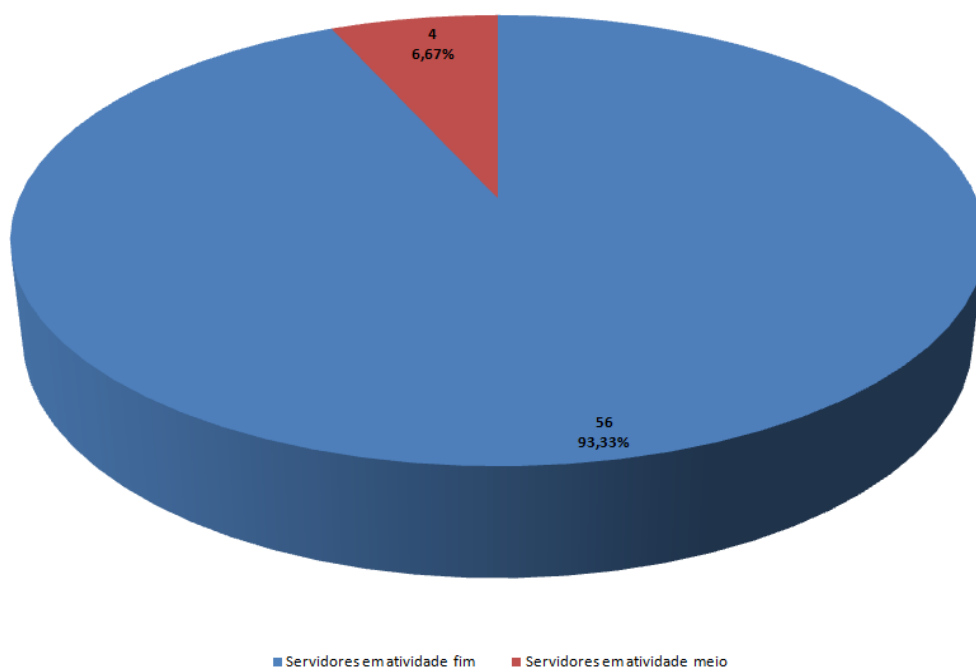
TRF4 - Estrutura Funcional dos Gabinetes Integrantes da 2ª Seção



TRF4 - Estrutura Funcional dos Gabinetes Integrantes da 3ª Seção



TRF4 - Estrutura Funcional dos Gabinetes Integrantes da 4ª Seção



Observa-se que, a força de trabalho dedicada à atividade-fim nas 4 seções é muito significativa, em média 90% da equipe, o que, certamente explica vários dos resultados e índices estatísticos da Corte.

Também na Vice-Presidência os servidores em atividade-fim eram maioria, ou seja, 22 dentre os 26 lotados, aproximadamente 85% da força de trabalho do Gabinete.

Os dados gerais expostos a respeito da prestação jurisdicional, independentemente da análise da situação de cada unidade, confirmaram, em regra, as conclusões já firmadas em inspeções anteriores. O TRF4 encontra-se adequadamente dimensionado para atender às necessidades e demandas da região jurisdicionada. Os recursos humanos, materiais e tecnológicos são adequados, embora caibam aprimoramentos específicos. O tempo de tramitação, o volume do acervo administrado e a produtividade atingida, no período objeto da inspeção, comprovaram a existência, em regra, de elogiável gestão processual e administrativa nos gabinetes. Os pontos específicos, em que cabível alguma correção ou aprimoramento, foram tratados no relatório de inspeção de cada unidade. Não houve, porém, identificação de problemas sistêmicos e graves na gestão processual por parte das unidades jurisdicionais.

No campo administrativo, a equipe de inspeção analisou contratos administrativos de alta complexidade relacionados aos principais sistemas em produção no TRF4; verificou o cumprimento de Resoluções 90, 91 e 99/2009 do Conselho Nacional de Justiça; avaliou condições de segurança institucional e transportes; acompanhou organização e funcionamento de serviços de apoio como contadoria e estatística; e inspecionou os sistemas judiciais eletrônicos.

Foram elaboradas recomendações específicas nas diversas áreas inspecionadas com o objetivo de adequar os procedimentos a parâmetros legais ou normativos aplicáveis à Administração, e aprimorar a prestação jurisdicional e o serviço administrativo de apoio.

As recomendações às diversas áreas inspecionadas foram indicadas nos respectivos relatórios, detalhando as situações e medidas aplicáveis e sugeridas. Em relação às unidades judiciais, constaram das observações da listagem de processos inspecionados os apontamentos específicos, sem prejuízo das orientações mais abrangentes formuladas no relatório das equipes de inspeção.

Como salientado, não foram apurados problemas estruturais e graves, mas apenas algumas situações particulares, cuja correção pode ser feita com providências e ajustes, de modo a melhorar substancialmente a funcionalidade da Corte e a qualidade da prestação jurisdicional.

Registro, finalmente, meus sinceros agradecimentos e cumprimentos a todos os que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção, tanto os integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como os membros e servidores, no caso, do TRF4.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I - GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA – Desembargador Federal TADAAQUI HIROSE

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal TADAAQUI HIROSE.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial e Conselho de Administração.
- 1.3. **Tempo de atuação:** desde 20/6/2013.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 8 auxiliares (6 servidores efetivos e 2 estagiários) e 1 em atividade-fim.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 FC4 e 1 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (junho/2013):	2
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	0
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	0
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	não informado
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	0

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	não informado
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	não informado
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	não informado
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	não informado
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	não informado
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	não informado
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	não informado

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	18

2.3.2. Média mensal:	1,5
-----------------------------	-----

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	13
2.4.2. Média mensal:	0,5

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	9
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	9
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	5
2.5.4. Declarações de voto:	não informado
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	10
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	não informado
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	15
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	7
2.5.9. Mero expediente:	157

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	18
2.6.2. Total de processos julgados:	12
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	não informado
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	não informado
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	não informado
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	1
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 5

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	6
2.7.2. Acórdãos lavrados:	6
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	1
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	não informado

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (março/2013 a fevereiro/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	não informado
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	não informado
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (28/2/2014):	não informado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Tramitação específica para feitos com prioridade legal; celeridade aplicada nos feitos em geral, especialmente em razão do reduzido volume de distribuição; e advogados atendidos pessoalmente, por telefone ou *e-mail* pela chefia de Gabinete ou diretamente pelo Presidente quando necessário.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador assumiu a Presidência do TRF4 em junho/2013, tendo exercido, anteriormente, a Corregedoria Regional (período de junho/2011 a junho/2013).

A equipe da CGJF foi recebida pelo Magistrado no período da inspeção.

A força de trabalho em exercício na atividade jurisdicional estava composta por apenas 1 servidor, na função de chefia do gabinete, responsável pela triagem e minuta de decisões em processos como os de suspensão de segurança, agravo e avocação, além dos casos com pedidos urgentes durante o recesso judiciário.

Não havia feitos pendentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Também não houve listagem de processos para inspeção, em razão da situação geral do acervo.

A distribuição foi de apenas 18 processos no período de maio/2013 a abril/2014, tendo sido julgados 12, com 1 saída por redistribuição.

Em razão do reduzido volume de processos distribuídos, não se verificou necessidade de controle específico de acervo, distribuição interna de tarefas, planejamento, mutirão ou outras providências congêneres.

Os esforços têm sido dirigidos ao atendimento célere de todos os processos, com observância de prazos e metas decorrentes do acervo, sendo feito o controle estatístico geral por órgão vinculado à Diretoria de Informática e pela Secretaria da Corte Especial.

Não foram relatadas dificuldades específicas, nem indicadas sugestões para efeito de aprimoramento da gestão processual ou administrativa da unidade, ou da Corte em geral.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

A unidade apresentou condições gerais adequadas de trabalho e desenvolvimento de suas atribuições funcionais. O Gabinete estava bem organizado e com suficiente estrutura de pessoal e de recursos materiais e tecnológicos. A pequena distribuição e a situação geral do acervo processual não exigiram elaboração de listagem para inspeção, inexistindo recomendações específicas a serem feitas ao Gabinete da Presidência.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA: Desembargador Federal LUIZ FERNANDO
WOWK PENTEADO**

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO**.
- 1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, Vice-Presidência, Conselho de Administração, Comissão de Regimento Interno e Comissão de Jurisprudência.
- 1.3. Tempo de atuação:** desde 21/6/2013.
- 1.4. Quadro de pessoal:** 38 auxiliares (25 servidores efetivos, 1 sem vínculo e 12 estagiários) e 22 em atividade-fim.
- 1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 2 CJ2, 3 CJ3, 2 FC3, 6 FC4, 7 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no Gabinete (junho/2013):	28.775
2.1.2. Acervo na autoinspeção:	23.912
2.1.3. Acervo no TRF (abril/2014):	92.482
2.1.4. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	17.546
2.1.5. Acervo de sobrestados (abril/2014):	67.156
2.1.6. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	17.546
2.1.7. Processos em Secretaria	7.780

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.3. Total de processos:	595
2.3.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	42
2.3.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	23
2.3.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	89
2.3.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	169
2.3.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	252
2.3.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	17
2.3.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	3

2.4. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	43.329
2.4.2. Média mensal:	3.610

2.5. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	54.558
2.5.2. Média mensal:	4.546

2.6. DECISÕES PROFERIDAS (março/2013 a fevereiro/2014)	
2.6.1. Total:	99.667
2.6.2. Votos em processos pautados ou adiados:	0
2.6.3. Votos em processos julgados em mesa:	1
2.6.4. Declarações de voto:	1
2.6.5. Decisões monocráticas terminativas:	5.556
2.6.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.6.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	211
2.6.8. Outras decisões interlocutórias:	75.535
2.6.9. Mero expediente:	18.365

2.7. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	43.329
2.6.2. Total de processos julgados:	54.558
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	0
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	0
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	0
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	0
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 11.229

2.8. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (março/2013 a fevereiro/2014)	
2.8.1. Processos julgados por acórdão:	0
2.8.2. Acórdãos lavrados:	0
2.8.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	0
2.8.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	0

2.9. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (março/2013 a fevereiro/2014)	
2.9.1. Acórdãos publicados:	0
2.9.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	0
2.9.3. Acórdãos pendentes de publicação (28/2/2014):	0

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Quadro funcional composto por três assessorias – juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais por matéria (Tributário, Administrativo e Previdenciário/ Penal) –, pelo Núcleo de Recursos Repetitivos/Repercussão Geral (NURER) e chefia de Gabinete; processos físicos localizados em armários por matéria e identificados pelo número da porta e da prateleira; eletrônicos em localizadores virtuais conforme a matéria, criados e

gerenciados pelas respectivas assessorias; movimentação interna controlada por troca de localizador ou com remessa ao órgão competente com lançamento de fase no sistema; planejamento setorial, conforme necessidades e metas; distribuição de serviço observada a experiência de cada servidor; produtividade aferida mensalmente e analisada diariamente; auxílio de juiz federal, convocado para supervisionar grupo de servidores, incumbido de preparar minutas em processos do Sistema Financeiro Habitacional; outro juiz federal examinava, pessoalmente, petições diversas (pedidos de implantação de benefício previdenciário, habilitações de herdeiros etc.), casos de recursos prejudicados e pedidos de medidas cautelares, porém inexistente ato formal de atribuição de funções a tais magistrados, além da própria convocação; priorização de feitos com preferência legal de tramitação e casos de urgência; atendimento a partes e advogados pelos responsáveis dos respectivos setores; e decisões liberadas, para publicação, em no máximo 48 horas.

Como boas práticas foram citadas: a triagem dos processos recebidos e os conclusos anteriormente e o aproveitamento da experiência de servidores para o desempenho da atividade da unidade, não obstante a importância da organização de curso/seminário preparatório para servidores novos e formação de banco de dados com rotinas adotadas e que possam ser aplicadas pelas gestões subsequentes.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

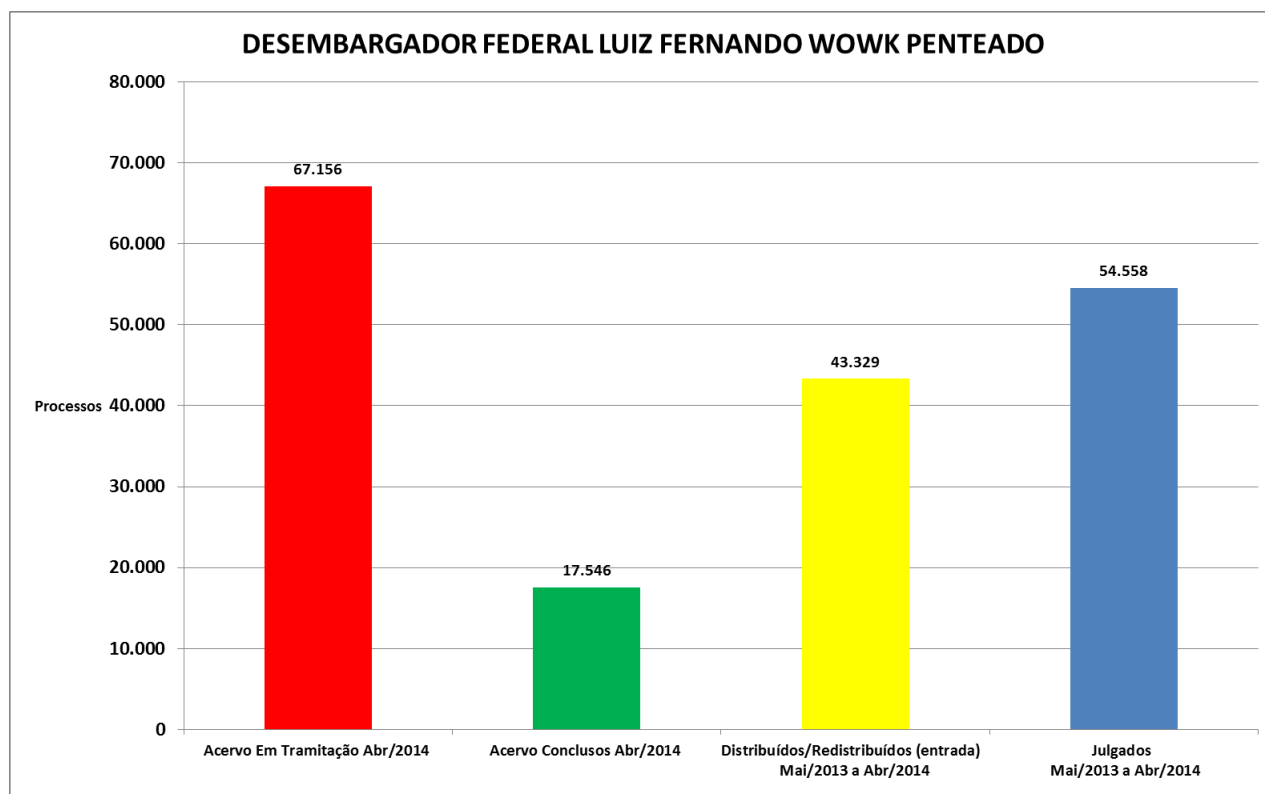
Além das atividades afetas ao juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais, o Vice-Presidente tem assento no Plenário, Corte Especial, Conselho de Administração e Comissões de Regimento Interno e de Jurisprudência. Além disso, preside as sessões das 4 Seções do Tribunal.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado e pelos servidores no período da inspeção. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 797,54 processos por servidor, o que se revelou adequada para a gestão célere e eficiente da unidade, como bem revelaram os resultados alcançados durante o período abrangido pela inspeção.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição no período de maio/2013 a abril/2014 foi de 43.329 feitos, com média mensal de 3.610. A menor distribuição foi de 2.843 processos em dezembro/2013 e a maior foi de 4.449 em outubro/2013. Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 54.558 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 4.546). Houve, portanto, fluxo positivo de 11.229 processos, com expressiva redução do acervo.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume

de feitos distribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



Em termos de organização processual não foram localizados problemas, apesar da grande quantidade de processos em tramitação.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 82 processos da listagem originária, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais, os mais variados, não se tendo verificado problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Em termos gerais, verificou-se que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, foi possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade.

Na ocasião da inspeção, a unidade trabalhava, preponderantemente (96%), com processos distribuídos a partir de 2011, com pequeno saldo de anos anteriores.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 oferece condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos no tocante à gestão administrativa.

Mereceu destaque a constatação da permanente redução do acervo de processos conclusos, desde a assunção do atual Vice-Presidente. Conquanto elevada a distribuição e bastante expressivo o acervo anterior, a unidade inspecionada logrou reduzir o estoque em mais de 11.000 feitos em intervalo inferior a 11 meses, fato digno de encômios.

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL: Desembargador Federal PAULO AFONSO BRUM VAZ

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **PAULO AFONSO BRUM VAZ**.
- 1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, Corregedoria Regional e Conselho de Administração.
- 1.3. Tempo de atuação:** desde 21/6/2013.
- 1.4. Quadro de pessoal:** 20 auxiliares (14 servidores efetivos e 6 estagiários).
- 1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 2 CJ3, 1 FC3, 8 FC4 e 2 FC5.

2. OBSERVAÇÕES GERAIS

Não foram listados processos para inspeção na unidade, pois o acervo era reduzido, constituído, na ocasião, de 6 processos em tramitação, sendo 3 conflitos de competência, referentes à Corte Especial.

Os dados estatísticos apresentados informaram, no período inspecionado, distribuição de 18 processos, saída por redistribuição de 5 e julgamento de 10, gerando aumento de 3 feitos no acervo em tramitação. Foram julgados por acórdão 9 processos, dos quais 5 foram lavrados em prazo superior a 10 dias.

A Corregedoria Regional estava organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições (secretaria, assessoria, correições, inspeções, vitaliciamento, afastamentos e processos administrativos), com planejamento de atividades conforme a demanda. Outro setor, o de planejamento estratégico, encontrava-se em fase de criação.

Foram citadas como contribuições ou desafios da Corregedoria Regional: programa de estímulo à permanência dos juízes nas varas, conferindo pontos conforme o tempo para fins de promoção; certidão de antecedentes nacional unificada e rol de culpados nacional; estatísticas do CNJ por magistrado; cargo de estatístico e servidor de TI para desenvolver sistemas específicos; quadro permanente para o órgão; remessa direta dos dados estatísticos das serventias judiciais e magistrados pela Secretaria de Informática ao CNJ; atualização das normas de vitaliciamento com padronização nacional; e acesso do órgão a processos e projetos em tramitação no CJF para acompanhamento.

Como prática modelar a unidade destacou o programa de vitaliciamento, assentado no acompanhamento, orientação e avaliação dos juízes federais substitutos, com foco no desempenho da atividade judicial, observados os deveres e atribuições do cargo. O

magistrado é analisado tecnicamente no tocante às suas condições de trabalho, liderança, comunicação, relacionamento, gestão e motivação, tendo em vista a exigência de aptidão administrativa, envolvendo gestão, inclusive de pessoal, para resolver conflitos decorrentes de relações interpessoais e institucionais.

Também resta avaliada a capacidade do magistrado de suportar as mais diversas pressões, equilibrando-se na árdua tarefa de efetuar prestação jurisdicional célere e justa, isto é, cotejando aspectos qualitativos e quantitativos, sem perder o compromisso maior com a Justiça. A partir de tais premissas foi desenvolvido o programa de vitaliciamento, cujas regras específicas constam dos artigos 64 a 84 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional.

2. RECOMENDAÇÕES

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE.**
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 1ª Seção e 1ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 4/9/2009.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 22 auxiliares (17 servidores efetivos e 5 estagiários) e 16 em atividade-fim.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (setembro/2009):	2.232
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	3.816
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	2.954
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	4
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	2.950
2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0
2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	

2.3.1. Total:	5.159
2.3.2. Média mensal:	430
2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	5.309
2.4.2. Média mensal:	442
2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.6. Total:	12.187
2.6.1. Votos em processos pautados ou adiados:	7.932
2.6.2. Votos em processos julgados em mesa:	441
2.6.3. Declarações de voto:	1
2.6.4. Decisões monocráticas terminativas:	1.393
2.6.5. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	não informado
2.6.6. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.019
2.6.7. Outras decisões interlocutórias:	19
2.6.8. Mero expediente:	1.382
2.7. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.159
2.7.2. Total de processos julgados:	5.309
2.7.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.065
2.7.2.2. Processos julgados com recurso interno:	253
2.7.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.268
2.7.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.7.3. Processos redistribuídos (saída):	293
2.7.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 443
2.8. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Processos julgados por acórdão:	6.166
2.8.2. Acórdãos lavrados:	6.151
2.8.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	15
2.8.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	17
2.9. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.9.1. Acórdãos publicados:	6.122
2.9.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	15
2.9.3. Acórdãos pendentes de publicação (28/2/2014):	69

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Divisão de tarefas por matéria; agravos de instrumento e pedidos urgentes apreciados diretamente pela assessoria; concentração de servidores em atividade-fim; triagem de processos por preferência, matéria, urgência (meta CNJ); acompanhamento da tramitação por lançamento de fase no sistema; separação de processos por classe processual, inclusive dos feitos com liminar ou antecipação de tutela recursal deferida; especialização de servidor para atuar com embargos declaratórios e agravos internos; controle estatístico por planilhas; planejamento semanal de atividades, fixação de metas gerais de produtividade e controle periódico de resultados; mutirão quando necessário; lavratura imediata de acórdãos; e atendimento a advogados sem prévio agendamento, incluindo videoconferência para os que atuam fora da sede do Tribunal.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A Desembargadora tem assento no Plenário, Corte Especial, 1ª Seção e 1ª Turma; além de atuar no Tribunal Regional Eleitoral – TRE.

No período de 5 anos foram feitas 2 remoções: para a 8ª Turma em 21/6/2009 e para a atual Turma em 4/9/2009.

Não houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete no período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 185 processos por servidor, o que se mostrou adequada para a gestão da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entrada), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 5.159, com média mensal de 430 processos. A menor distribuição foi de 316 processos em dezembro/2013, e a maior foi de 484 em outubro/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 5.309 processos (média mensal de 442), além de 408 agravos legais ou regimentais e 1.642 embargos de declaração. No mesmo período registrou-se saída, por redistribuição, de 293 feitos. Houve, portanto, fluxo positivo de 443 processos, com redução de acervo equivalente a mais de 1 mês de distribuição média.

Em termos de organização processual não foram localizados problemas.

A pequena quantidade de processos físicos em tramitação permitiu organização e alocação em armários separados por classe e assunto, destacados os feitos com tramitação prioritária.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 55 processos da listagem originária, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais ações rescisórias, conflitos de competência, embargos infringentes e recursos em ação civil pública e em outras ações com preferência etária.

Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

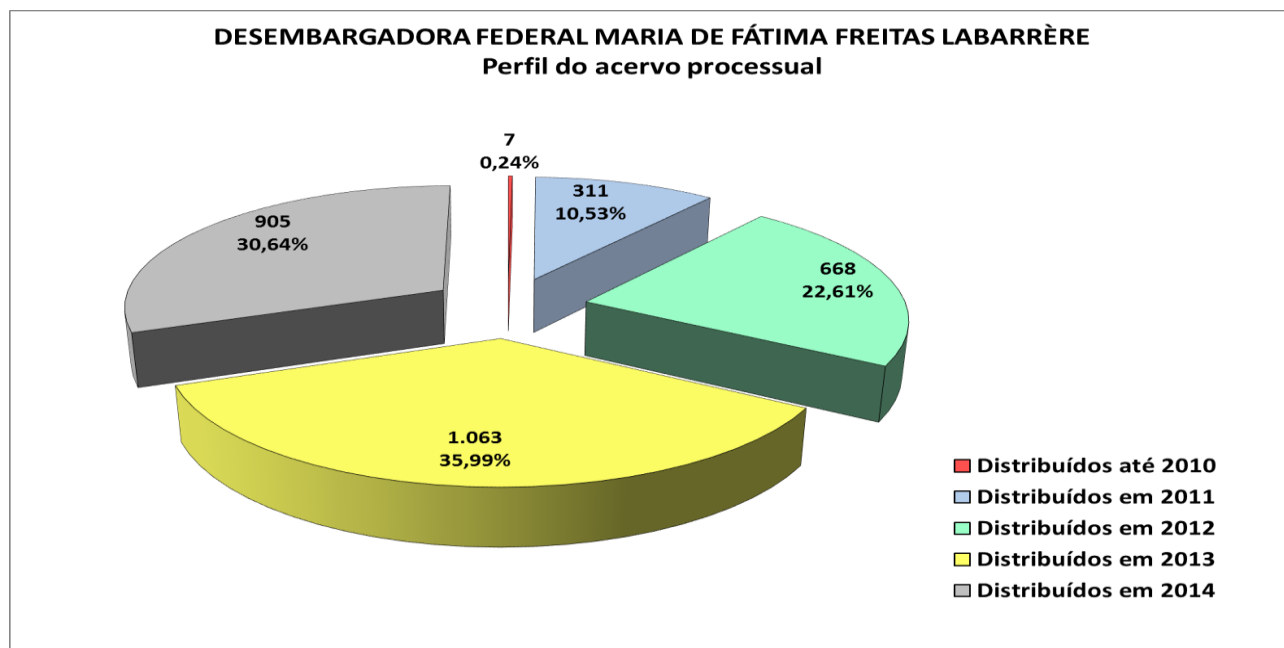
Em relação a remanescentes da inspeção anterior, cabe registrar que em 2012 foram inspecionados 93 processos, sendo que apenas o AI 0008309412012404.0000 constou como pendente em 12/8/2013, verificando-se, porém, que houve o respectivo julgamento em 11/9/2013 e, em 7/3/2014, a baixa definitiva dos autos à Vara de origem.

A amostragem revelou 1 feito com distribuição originária no TRF4 em data anterior a 31/12/2006 (AC 200104010591878), inserido na META 2/2009 CNJ, tratando-se, porém, de caso em que se procedeu a novo julgamento em 14/11/2013 após decisão do STF, com embargos de declaração opostos em 10/12/2013 e previsão de julgamento na sessão de 21/5/2014.

Em termos gerais, restou possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 7 até 2010, 311 em 2011, 668 em 2012, 1.063 em 2013 e 905 em 2014.

Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 31% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

O Gabinete informou, porém, que 4 processos distribuídos entre 2007 e 2009 já haviam sido julgados na Turma, com recurso externo em tramitação ou em fase de cumprimento de sentença, existindo, pois, em tramitação apenas feitos distribuídos a partir de 2010.

A amostragem não revelou processos sem movimentação desde a distribuição, sendo que grande parcela dos feitos listados para inspeção foi recentemente incluída em pauta para julgamento em 21/5/2014, cabendo o acompanhamento ulterior para confirmação dos andamentos processuais respectivos.

No estoque de 2.954 processos conclusos, existiam 2.280 aguardando julgamento desde a distribuição, a maioria havia menos de 3 anos, sendo que apenas 17 excediam tal limite de tempo de tramitação, com previsão de julgamento por ordem cronológica, salvo as preferências legais, urgências e modelos repetitivos de fácil resolução.

Foram apurados 4 feitos sobrestados, mas nenhum extraviado.

Quanto ao perfil do acervo por natureza ou objeto processual, verificou-se que 2.919 eram processos recursais cíveis, destacando-se a existência de 3 recursos em mandados de segurança coletivo, 1 recurso em ação popular, 1 recurso em ação civil pública e 102 recursos em ações com preferência legal (idosos, portadores de necessidades especiais ou de doença grave).

Os feitos originários eram 35, dos quais 2 mandados de segurança, 10 conflitos de competência e 16 ações rescisórias.

Na amostragem havia 2 processos relativos a idosos (AC 50184091020124047100 e AC 50245553820104047100), num dos quais se recomendou registro de prioridade para tratamento específico, na medida em que entre a distribuição (5/4/2011) e a inclusão em pauta (9/5/2014) decorreu tempo considerável de tramitação para processo sujeito à preferência legal.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, sem prejuízo de preferências legais.

Na ocasião, a unidade trabalhava com processos predominantemente distribuídos a partir de 2011, com pequeno saldo de 2010.

Foram listados 13 agravos de instrumento, sendo que o maior tempo de tramitação, na amostragem, foi verificado no AI 00032082320124040000, interposto em 30/3/2012 e julgado em 2/5/2014. Houve casos de paralisação do processo, por prazo até superior a 1 ano, porém, na inspeção, os feitos da listagem já estavam com andamento atualizado.

Com efeito, a situação dos agravos de instrumento listados era a seguinte: 2 para baixa (AI 00006475520144040000 e 50108124720124040000), 6 para publicação de acórdão ou decisão monocrática terminativa (AI 00032082320124040000, 00064534220124040000, 00064940920124040000, 00072086620124040000, 00106460320124040000 e 00006796020144040000), 1 para conclusão com embargos declaratórios (AI 50152334620134040000), 1 para contagem de prazo após publicação de acórdão (AI 50108254620124040000) e 3 para julgamento, com inclusão em pauta (AI 50018575620144040000, 50025252720144040000 e 50265634020134040000).

Na amostragem e no acervo geral não foram verificadas pendências de voto-vista, declaração de voto ou lavratura de acórdão.

Houve informação de que foram lavrados 6.151 acórdãos, sendo que 15 em prazo superior a 10 dias, com 17 ainda pendentes de lavratura. A mesma magistrada ainda foi responsável por lavrar 23 acórdãos em feitos de outros relatores originários, sem registro de atrasos.

Cabe ressaltar que na última verificação no sistema de acompanhamento estatístico do TRF4, ainda durante a inspeção, foi possível apurar que houve a lavratura, na unidade, da totalidade dos acórdãos informados como ainda pendentes em abril/2014.

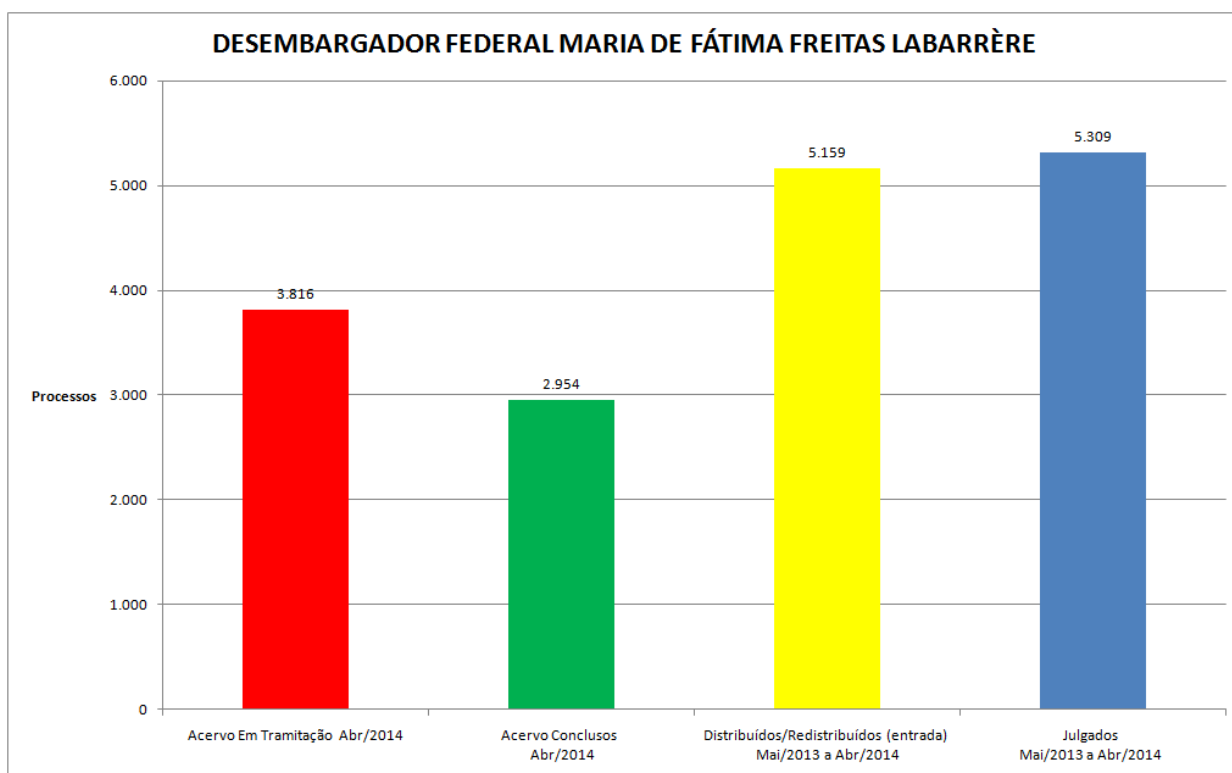
Na listagem apurou-se a existência de 5 embargos de declaração pendentes de exame (AC 200104010591878, AC 50001353920104047206, AC 0029573220134047000, AI 50152334620134040000 e AC 50193306620124047100), sendo que o mais antigo estava em tramitação desde 10/12/2013.

No acervo geral foi informada a pendência de 204 embargos de declaração, dos quais 106 com conclusão superior a 30 dias; 16 agravos internos, dos quais 7 com conclusão superior a 30 dias; e 38 processos com decisão provisória deferida havia mais de 90 dias e ainda não submetidos ao exame do Colegiado.

No último acompanhamento processual, feito pela equipe no curso da inspeção, dados atualizados relativos a embargos de declaração, cuja situação era a mais crítica dentro da unidade, revelaram que o acervo foi reduzido para 162 processos, com a conclusão mais antiga desde 8/1/2014.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.159, redistribuição com saída de 293, e julgamento de 5.309 processos, resultando, assim, na produtividade de 103%, com redução do acervo (- 443), o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



O fluxo processual positivo resultou da prolação de elevado volume de decisões, entre maio/2013 e abril/2014, assim distribuído: 5.341 votos em pautados ou adiados, 441 em recursos em mesa, 1 declaração de voto, 1.393 decisões monocráticas terminativas, 1.019 decisões em pedidos de antecipação de tutela ou liminar, 19 interlocutórias diversas e 1.382 despachos de mero expediente.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos, a maioria foi distribuída a partir de 2011, portanto com tramitação no TRF4 de até pouco mais de 3 anos.

No tocante à dinâmica processual foi possível constatar a existência, como regra, de adequada tramitação do acervo, sem problemas maiores de gestão.

Foi informado que o tempo médio de tramitação dos feitos no Gabinete era de 7 meses, embora se tenha verificado que os processos mais antigos, ainda pendentes de julgamento na unidade, foram distribuídos em 2010.

As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente semelhantes, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, verificou-se a existência de política de redução de acervo, com produtividade acima da distribuição mensal, particularmente demonstrada no período de maio/2013 a abril/2014, em que o saldo processual foi de 443 processos a menos no acervo, incluídos os casos de redistribuição com saída processual.

A análise histórica apontou que, em setembro/2009, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 2.232 feitos; porém houve, em março/2010, redistribuição com entrada, segundo relatado pelo Gabinete, de cerca de 1.000 processos, que foram devolvidos sem julgamento por parte de Turma Auxiliar.

Na inspeção anterior, em novembro/2012, o volume chegou a 4.370 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 3.729 processos. Na presente inspeção o acervo era composto de 2.954 processos conclusos no Gabinete, dentre os 3.816 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, tendo sido fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. A adequada gestão administrativa colaborou para a consecução das metas processuais.

O acervo de conclusos era de 2.954 feitos distribuídos, predominantemente, a partir de 2011. A produtividade foi suficiente para garantir fluxo positivo, com redução do acervo em 443 feitos no período inspecionado. Houve prolação, no interregno, de 9.596 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era, inicialmente, segundo relatório fornecido pela APLANG, de apenas 4, porém o Gabinete informou que todos os feitos foram julgados, não havendo mais pendência específica.

Na amostragem constatou-se demora no exame de embargos de declaração e feitos preferenciais. Os atrasos verificados na tramitação dos casos listados, em outras fases processuais, foram superados por andamento processual superveniente, consistente, sobretudo, em inclusão em pauta para sessões próximas, ensejando acompanhamento ulterior da situação processual para fins de regularidade.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) observar preferências legais, dentre as quais a da Lei 10.741/2003; (2) reduzir estoque e tempo de tramitação de embargos de declaração; (3) priorizar julgamento dos processos em que deferida liminar, cautelar ou antecipação de tutela recursal por decisão monocrática; (4) cumprir recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhar respectivos andamentos e priorizar julgamentos; e (5) aplicar recomendações, feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL JOEL ILAN PACIORNIK

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JOEL ILAN PACIORNIK**.
- 1.1. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 1ª Seção e 1ª Turma.
- 1.2. Tempo de atuação na atual Turma:** desde 14/8/2006 (e, como juiz federal, convocado desde fevereiro/2006).
- 1.3. Quadro de pessoal:** 22 auxiliares (18 servidores efetivos e 4 estagiários) e 16 em atividade-fim.
- 1.4. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (fevereiro/2006):	3.998
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	3.594
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	2.742
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	86
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	2.656

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	1
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	5.131
2.3.2. Média mensal:	428

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	5.281
2.4.2. Média mensal:	440

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.6. Total:	9.560
2.6.1. Votos em processos pautados ou adiados:	4.954
2.6.2. Votos em processos julgados em mesa:	636
2.6.3. Declarações de voto:	0
2.6.4. Decisões monocráticas terminativas:	1.758
2.6.5. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	não informado
2.6.6. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.023
2.6.7. Outras decisões interlocutórias:	55
2.6.8. Mero expediente:	1.134

2.7. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.131
2.7.2. Total de processos julgados:	5.280
2.7.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	2.998
2.7.2.2. Processos julgados com recurso interno:	396
2.7.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.602
2.7.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.7.3. Processos redistribuídos (saída):	356
2.7.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 505

2.8. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Processos julgados por acórdão:	6.266
2.8.2. Acórdãos lavrados:	6.217
2.8.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	10
2.8.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	50

2.9. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.9.1. Acórdãos publicados:	não informado
2.9.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	não informado
2.9.3. Acórdãos pendentes de publicação (28/2/2014):	não informado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Triagem dos processos na semana da chegada por servidor especializado na matéria e tipo de ação ou recurso; especialização nos agravos de instrumento para análise célere

de pedidos urgentes; exame por ordem de antiguidade na respectiva matéria, respeitadas prioridades legais, ações coletivas e processos com liminares ou antecipações de tutela apreciadas; celeridade sem prejudicar a qualidade das decisões; processos originários examinados diretamente pela assessoria, com prioridade na tramitação dos que tenham maior complexidade e repercussão; preferência especial a processos adiados e com pedido de vista; e prazo para julgamentos (embargos declaratórios e agravos interno em até 3 meses da conclusão; e agravos de instrumento, com tutela antecipada apreciada, em até 6 meses da distribuição).

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, Corte Especial, 1ª Seção e 1ª Turma. No período de 5 anos não foram feitas remoções, o que favoreceu a gestão administrativa e processual.

Não houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete no período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 225 processos por servidor, o que se mostrou adequada para a gestão da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 5.131, com média mensal de 428 processos. A menor distribuição foi de 312 processos em dezembro/2013, e a maior foi de 480 em outubro/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 5.280 processos (média mensal de 440), além de 533 agravos legais ou regimentais e 1.874 embargos de declaração. No mesmo período registrou-se saída, por redistribuição, de 356 feitos. Houve, portanto, fluxo positivo de 505 processos, com redução de acervo equivalente a mais de 1 mês de distribuição média.

Em termos de organização processual, não foram localizados problemas. A pequena quantidade de processos físicos em tramitação permitiu organização e alocação em armários separados por classe e assunto, destacados os feitos com tramitação prioritária.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 55 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais ação rescisória, conflito de competência, recursos em mandado de segurança coletivo e em outras ações com preferência etária.

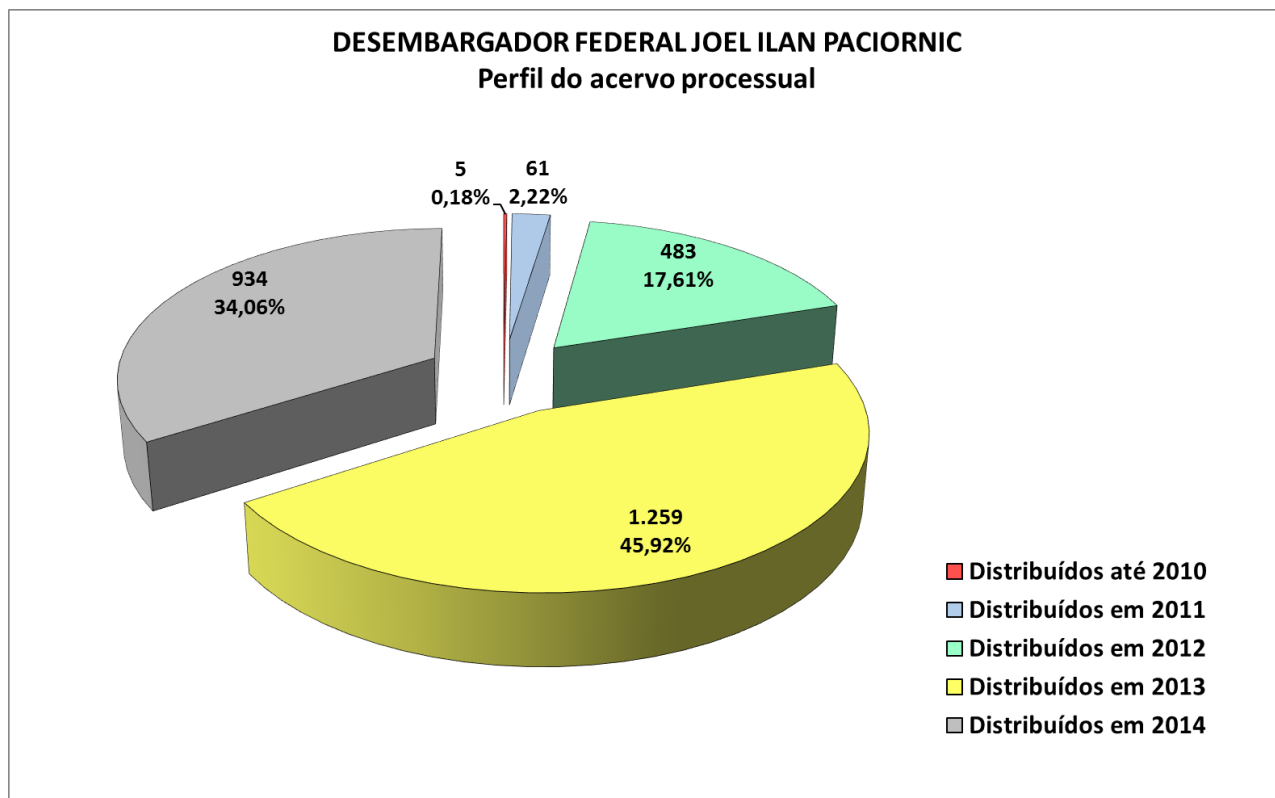
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

A amostragem não revelou feito com distribuição originária no TRF4 em data anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

Em termos gerais, restou possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 5 até 2010, 61 em 2011, 483 em 2012, 1.259 em 2013 e 934 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 34% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou processos sem movimentação praticamente desde a respectiva distribuição, incluindo casos com preferência legal (AC 50000673720114047212, AC 50001578220104047114, AMS 50002046620134047206, AC 50002415820114047014, AC 50003177320114047211, AC 50008805220104047001, AC 50014664120104047211, AC 50044987120114047000, AC 50052799420104047108, AC 50149806920114047100, AC 50153787920124047100 e AC 50246974220104047100); sendo que em 2 feitos havia sido deferida antecipação de tutela recursal ainda sem confirmação pela Turma (AC 50004244720114047008 e AC 50051976220114047000).

No estoque de 2.742 processos conclusos, existiam 2.194 aguardando julgamento desde a distribuição, a maioria havia menos de 3 anos, sendo que apenas 1 excedia tal limite de tempo de tramitação, com previsão de julgamento por ordem cronológica, salvo as preferências legais, urgências e modelos repetitivos de fácil resolução.

Foram identificados 86 feitos sobrestados, dos quais 4 de META CNJ, 1 com prioridade legal, 6 por decisão do STF/STJ e os demais em situações processuais diversas, porém não havia processo extraviado.

Quanto ao perfil do acervo por natureza ou objeto processual, verificou-se que 2.728 eram processos recursais cíveis, destacando-se a existência de 2 recursos em mandados de segurança coletivo, 1 recurso em ação de desapropriação e 94 recursos em ações com preferência legal (idosos, portadores de necessidades especiais ou de doença grave). Os feitos originários eram 14, dos quais 1 mandado de segurança, 7 conflitos de competência, 4 ações rescisórias e 2 medidas cautelares inominadas.

Na amostragem havia 2 processos relativos a idosos (AC 50029546720104047005 e AC 50255687220104047100), com tramitação desde 2011, ambos pautados mas adiados na sessão de 14/5/2014, exigindo acompanhamento da tramitação processual.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, sem prejuízo de preferências legais.

Na ocasião, a unidade trabalhava com processos predominantemente distribuídos a partir de 2011, com pequeno saldo de 2010.

Foram listados 7 agravos de instrumento, sendo que o maior tempo de tramitação, na amostragem, foi verificado no AI 50116132620134040000, interposto em 31/5/2013 e levado a julgamento em 12/12/2013, quando houve pedido de vista na Turma.

A situação dos agravos de instrumentos listados era a seguinte: 3 em fase de baixa (AI 00012529820144040000, 50019537120144040000, 50031948020144040000), 3 com conclusão para agravo interno (AI 00004388620144040000, 00011775920144040000 e

50003470820144040000) e 1 com antecipação de tutela deferida havia mais de 90 dias no aguardo de julgamento pelo Colegiado (AI 50196045320134040000).

Na amostragem e acervo geral foi verificada a existência de 1 pedido de vista recente em processo do Gabinete inspecionado, em incidente de uniformização de jurisprudência julgado no âmbito da 1ª Seção (AC 50045758120104047108).

Houve informação de que foram lavrados 6.217 acórdãos, sendo que 10 em prazo superior a 10 dias, com 50 ainda pendentes de lavratura. O mesmo magistrado ainda foi responsável por lavar 15 acórdãos em feitos de outros relatores originários, sem registro de atrasos.

Cabe ressaltar que na última verificação no sistema de acompanhamento estatístico do TRF4, ainda durante a inspeção, foi possível apurar que houve a lavratura, na unidade, da totalidade dos acórdãos informados como ainda pendentes em abril/2014.

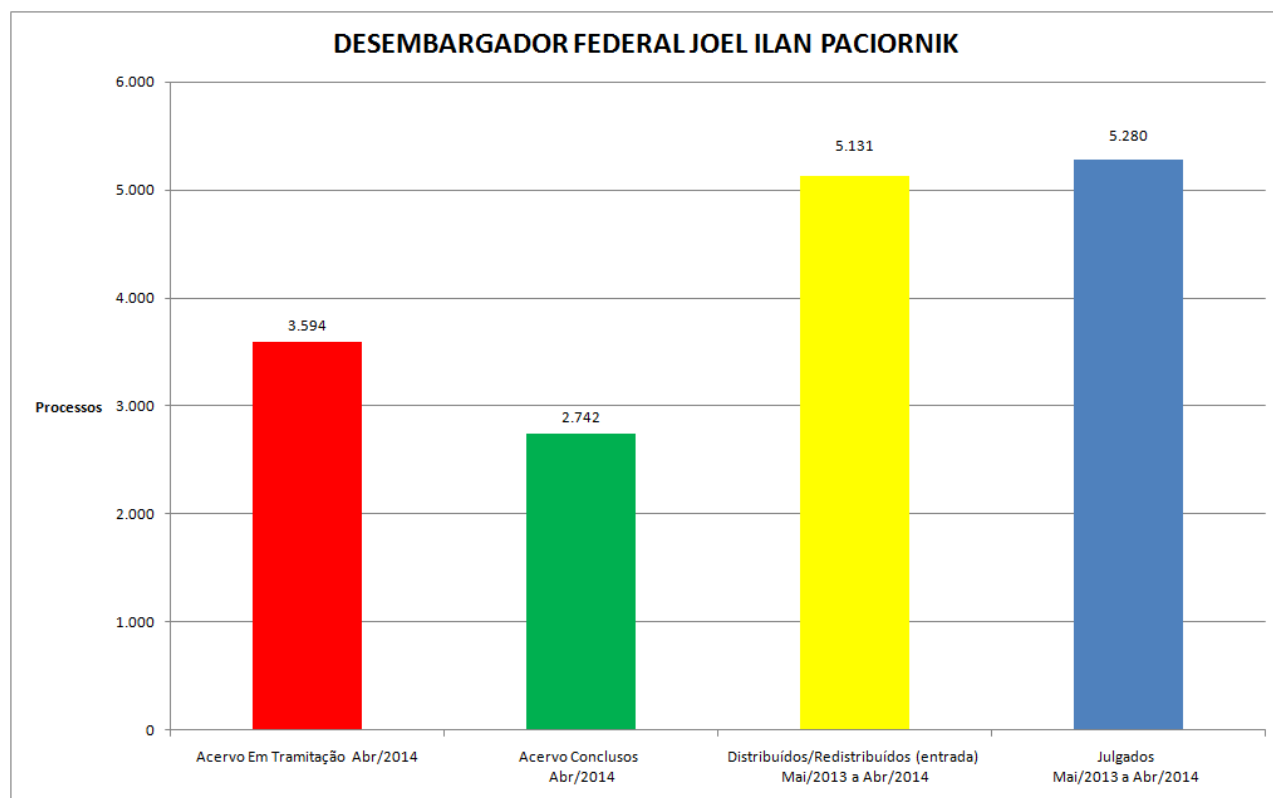
Na listagem apurou-se a existência de 1 embargo de declaração pendente de exame desde 9/12/2013 com previsão de julgamento em mesa na sessão de 21/5/2014 (AC 00003662420094047001); além de 6 agravos internos, o mais antigo desde 21/11/2013 (AC 50001938720114047212, AC 50002269820114047205, AC 50315258320124047100, AI 00004388620144040000, AI 00011775920144040000 e AI 50003470820144040000).

No acervo geral foi informada a pendência de 315 embargos de declaração, dos quais 152 com conclusão superior a 30 dias; 33 agravos internos, dos quais 13 com conclusão superior a 30 dias; e 22 processos com decisão provisória deferida havia mais de 90 dias e ainda não submetidos ao exame do colegiado.

No último acompanhamento processual, feito pela equipe no curso da inspeção, dados atualizados relativos a embargos de declaração, cuja situação se destacava na unidade, revelaram que o acervo foi reduzido para 195 processos, com a conclusão mais antiga desde 25/9/2013.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.131, redistribuição com saída de 356, e julgamento de 5.280 processos, resultando, assim, na produtividade de 103%, com redução do acervo (- 505), o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



O fluxo processual positivo resultou da prolação de elevado volume de decisões, entre maio/2013 e abril/2014, assim distribuído: 4.954 votos em pautados ou adiados, 636 em recursos em mesa, 1.758 decisões monocráticas terminativas, 1.023 decisões em pedidos de antecipação de tutela ou liminar, 55 interlocutórias diversas e 1.134 despachos de mero expediente.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos, a maioria foi distribuída a partir de 2011 com tramitação, pois, de até pouco mais de 3 anos.

No tocante à dinâmica processual foi possível constatar a existência, como regra, de adequada tramitação do acervo, sem problemas maiores de gestão. Foi informado que o tempo médio de tramitação dos feitos no Gabinete era de 7 meses, sendo que os processos mais antigos, ainda pendentes de julgamento na unidade, foram distribuídos em 2010.

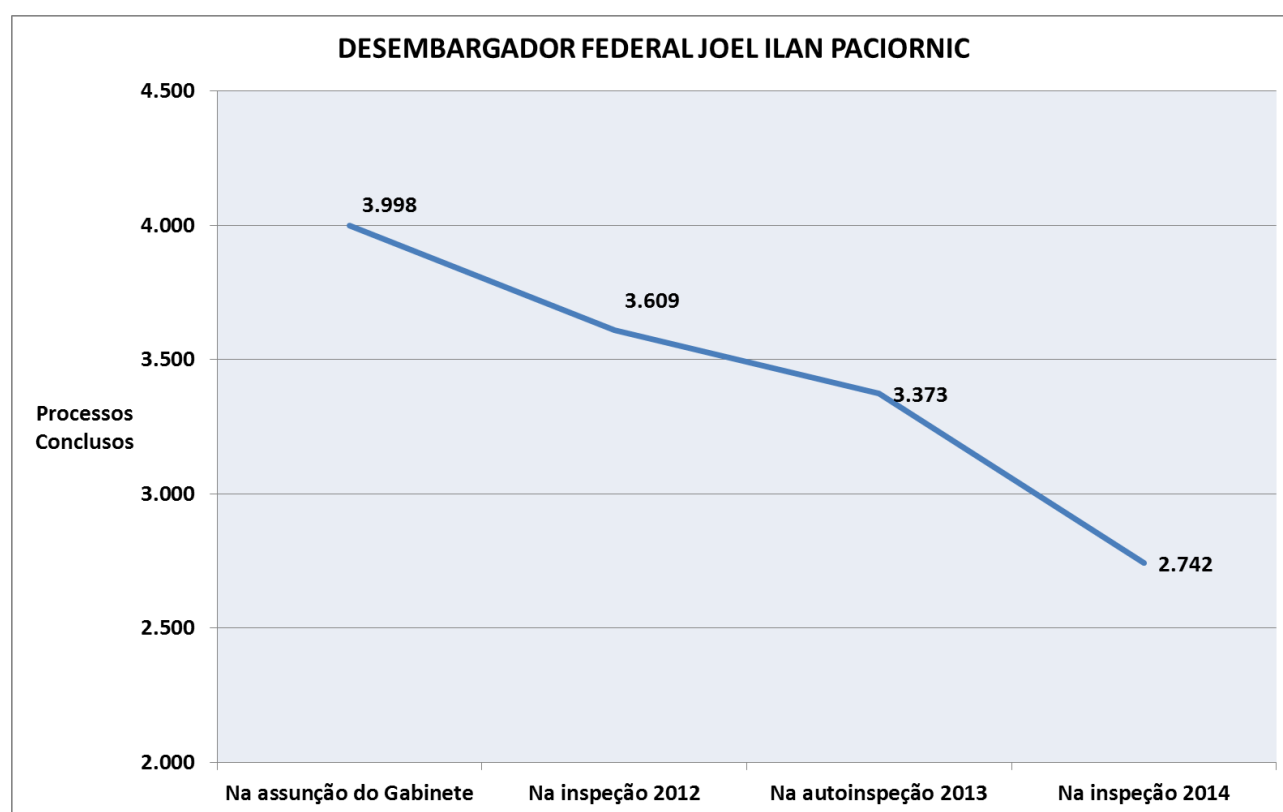
As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente semelhantes, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, verificou-se a existência de política de redução de acervo, com produtividade acima da distribuição mensal, particularmente demonstrada no

período de maio/2013 a abril/2014, em que o saldo processual foi de 505 processos a menos no acervo, incluídos os casos de redistribuição com saída processual.

A análise histórica apontou que, em fevereiro/2006, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 3.998 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 3.609 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 3.373 processos. Na atual inspeção o acervo estava composto de 2.742 processos conclusos no Gabinete, dentre os 3.594 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, tendo sido fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. A adequada gestão administrativa colaborou para a consecução das metas processuais.

O acervo de conclusos era de 2.742 feitos distribuídos, predominantemente, a partir de 2011. A produtividade foi suficiente para garantir fluxo positivo, com redução do acervo em 505 feitos no período inspecionado. Houve prolação, no interregno, de 9.560

decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de apenas 1, referente à META 2/2012, consistente em feito distribuído em 2007.

Na amostragem constatou-se falta de andamento em 14 processos, dentre os 55 que foram inspecionados, desde a distribuição, redistribuição ou atribuição, e demora no exame de embargos de declaração e feitos preferenciais. Os atrasos verificados na tramitação dos casos listados, em outras fases processuais, foram superados por andamento processual superveniente, consistente, sobretudo, em inclusão em pauta para sessões próximas, ensejando, pois, acompanhamento ulterior da situação processual para fins de regularidade.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) observar preferências legais, dentre as quais a da Lei 10.741/2003; (2) dar prioridade à tramitação e julgamento dos feitos da listagem paralisados desde a distribuição, redistribuição ou atribuição; (3) reduzir estoque e tempo de tramitação de embargos de declaração; (4) priorizar julgamento dos processos em que deferida liminar, cautelar ou antecipação de tutela recursal por decisão monocrática; (5) cumprir recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhar respectivos andamentos e priorizar julgamentos; e (6) aplicar recomendações, feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL JORGE ANTONIO MAURIQUE

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **JORGE ANTONIO MAURIQUE**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário e 1ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 8/8/2012.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 20 auxiliares (15 servidores efetivos, 1 sem vínculo e 4 estagiários) e 12 em atividade-fim.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (agosto/2012):	5.043
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	2.487
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	1.580
2.1.4. Acervo de sobrestados (fevereiro/2014):	94
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (fevereiro/2014):	1.486

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (fevereiro/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	4
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	1
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	5.159
2.3.2. Média mensal:	430

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
---	--

2.4.1. Total:	7.233
2.4.2. Média mensal:	603

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	12.357
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	7.904
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.084
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.103
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.001
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	34
2.5.9. Mero expediente:	1.231

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.159
2.6.2. Total de processos julgados:	7.233
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.798
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	451
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	2.079
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	257
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 2.331

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	9.902
2.7.2. Acórdãos lavrados:	9.339
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	6
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	565

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (março/2013 a fevereiro/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	9.326
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	6
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (28/2/2014):	583

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Organização física dos processos; métodos de controle do acervo; fixação de metas de produtividade; avaliação periódica de resultados; motivação da equipe; e priorização na tramitação processual de feitos de interesse de idosos.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, 1ª Seção e 1ª Turma. No período de 5 anos requereu 3 remoções: para a 6ª Turma (atuação de 24/2/2012 a 29/3/2012), para a 4ª Turma (atuação de 30/3/2012 a 7/8/2012) e, finalmente, para a 1ª Turma (a partir de 8/8/2012).

Não houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete no período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 207 processos por servidor, o que se mostrou adequada para a gestão célere e eficiente da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 5.159, com média mensal de 430 processos. A menor distribuição foi de 311 processos em dezembro/2013, e a maior foi de 475 em outubro/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 7.233 processos (média mensal de 603), além de 421 agravos legais ou regimentais e 3.175 embargos de declaração. No mesmo período registrou-se saída, por redistribuição, de 257 feitos. Houve, portanto, fluxo positivo de 2.331 processos, com redução de acervo equivalente a quase 6 meses de distribuição média.

Em termos de organização processual não foram localizados problemas.

A pequena quantidade de processos físicos em tramitação permitiu organização e alocação em armários separados por classe e assunto, destacados os feitos com tramitação prioritária.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 60 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais conflitos de competência, embargos infringentes, arguição de inconstitucionalidade, recursos em mandado de segurança coletivo e recursos em ação civil pública.

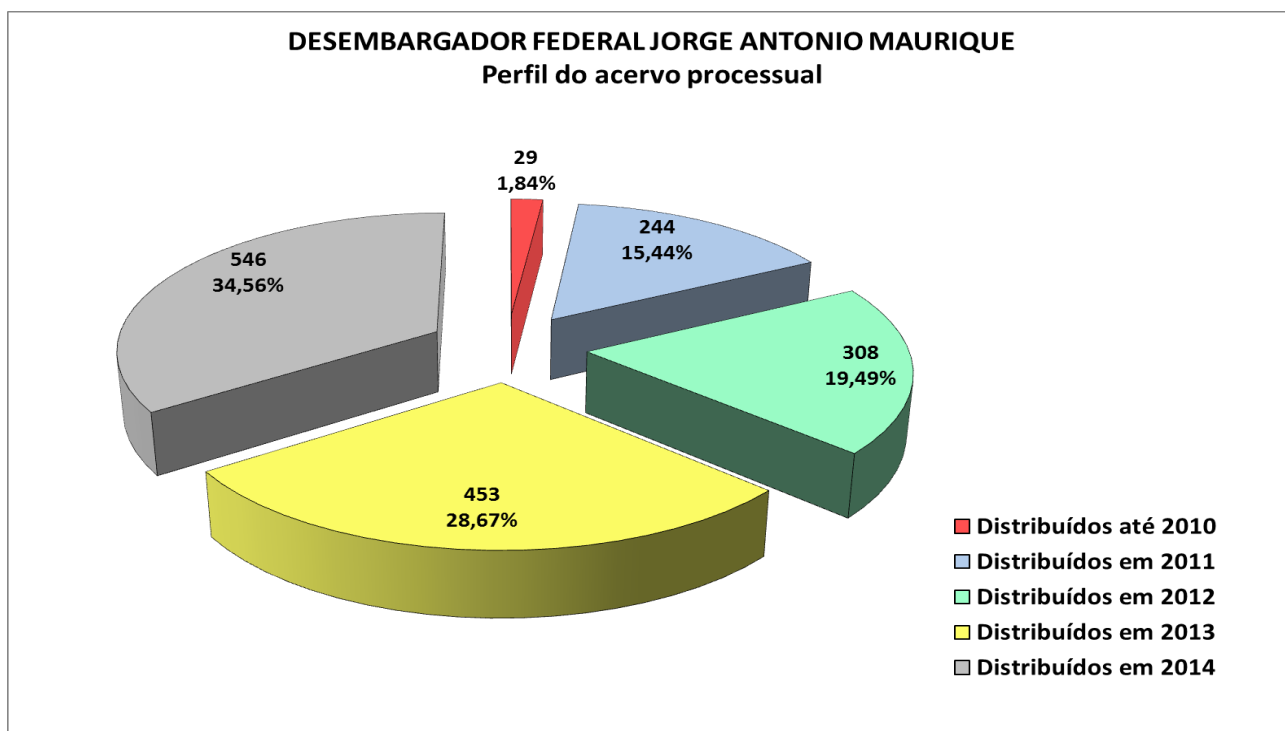
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram localizados 5 feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, todos com tramitação regular: MS 200904000312438 julgado em 2/4/2014 e com embargos declaratórios em 15/5/2014; AC 50000163920094047101 conclusos à Vice-Presidência em razão de recurso especial; AC 50006630320104047003 baixada à vara de origem em 19/12/2013; AC 50020043120104047208 em curso na Vice-Presidência em razão de recurso especial; e AC 50063758020104047000 remetido, em 12/5/2014, ao Superior Tribunal de Justiça com recurso especial.

A amostragem revelou 1 feito com distribuição originária no TRF4 em data anterior a 31/12/2006, inserido na META 2/2010 CNJ, tendo sido constatado que houve julgamento em 7/1/2014 e nova conclusão, em 10/3/2014, para exame de embargos declaratórios (AC 9604328913).

Em termos gerais, restou possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 29 até 2010, 244 em 2011, 308 em 2012, 453 em 2013 e 546 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 98% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 35% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou processos sem movimentação praticamente desde a respectiva distribuição ou atribuição ao atual relator em agosto/2012 (AC 00003928920094047205, AC 00038496020084047110, AC 200770000245959, AC 50001183920114047215, AC 50001802520104047212, AC 50008011920104047116, AC 50018043920104047009, AC 50021968220104047201 e AC 50036614420104047002); alguns já haviam sido objeto de inspeção em 2012 ou autoinspeção em 2013 (Cautelar 50142542120124040000, AC 50065057020104047000, AC 50055481720114047200 e AC 50036968620104047201); e, finalmente, em 2 feitos havia sido deferida antecipação de tutela recursal ainda sem confirmação pela Turma (AC 50023851120114047206 e AC 50055481720114047200).

No estoque de 1.580 processos conclusos existiam 885 aguardando julgamento desde a distribuição, a maioria havia menos de 3 anos, sendo que apenas 34 excediam tal limite de tempo de tramitação, com previsão de julgamento por ordem cronológica, salvo as preferências legais, urgências e modelos repetitivos de fácil resolução.

Foram identificados 94 feitos sobrestados, porém sem outras informações específicas da unidade acerca do fundamento e natureza do sobrestamento. Também não constou informação acerca de processos extraviados.

Quanto ao perfil do acervo por natureza ou objeto processual, verificou-se que 1.572 eram processos recursais cíveis, destacando-se a existência de 6 recursos em mandados de segurança coletivo e 41 recursos em ações com preferência legal (idosos, portadores de necessidades especiais ou de doença grave).

Não houve informação acerca de feitos originários em tramitação no Gabinete.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, sem prejuízo de preferências legais. Na ocasião, a unidade trabalhava com processos predominantemente distribuídos a partir de 2011, com pequeno saldo de anos anteriores.

Foram listados apenas 4 agravos de instrumento, sendo que o maior tempo de tramitação, na amostragem, foi verificado no AI 50160418520124000000, interposto em 23/9/2012 e com previsão de julgamento na sessão de 28/5/2014. A situação dos demais agravos de instrumento listados era a seguinte: 1 em tramitação na Vice-Presidência com recurso especial (AI 50003038620144040000) e 2 em fase de publicação de acórdão ou de decisão terminativa (AI 00010791120134040000 e 50005498220144040000).

Em relação a processos de outros relatores, aferiu-se que havia, ao menos, 1 pedido de vista, desde 12/12/2013, no AI 50116132620134040000, relatoria do Desembargador Federal Joel Paciornik. Na amostragem constaram 2 processos do Gabinete com pedido

de vista de membros da Turma ou Seção (AC 50146155820104047000 e EI 200870000180842), o mais antigo desde 6/2/2014.

Houve informação de que foram lavrados 9.339 acórdãos, sendo que 6 em prazo superior a 10 dias, com 565 ainda pendentes de lavratura. O mesmo magistrado ainda foi responsável por lavrar 22 acórdãos em feitos de outros relatores originários, com registro de 1 acórdão ainda pendente de lavratura, porém sem atraso.

Cabe ressaltar que na última verificação no sistema de acompanhamento estatístico do TRF4, ainda durante a inspeção, foi possível apurar que houve a lavratura, na unidade, da quase totalidade dos acórdãos informados como pendentes em abril/2014, restando apenas 1 a ser lavrado na oportunidade.

Na listagem apurou-se a existência de 11 embargos de declaração em feitos diversos, incluindo casos de mandados de segurança coletivo (AC 00041669820074047205, AC 00114779620094047100, AC 20087000004915-4, AC 50001603720104047211, MS 200904000312438, AC 50019446120104047110, AC 50022146020114047107, AC 50026071920104047107, AC 50093133920104047100, AC 50148776220114047100 e AC 9604328913), os mais antigos pendentes de julgamento desde 31/8/2012.

Também constaram da lista 2 agravos legais ou regimentais, 1 com previsão de julgamento conjunto com a respectiva apelação, pautada para a sessão de 28/5/2014 (AC 50000563220114047010), e outro com juntada do recurso em 10/12/2013, porém ainda sem conclusão ao relator (AC 50066295320104047000)

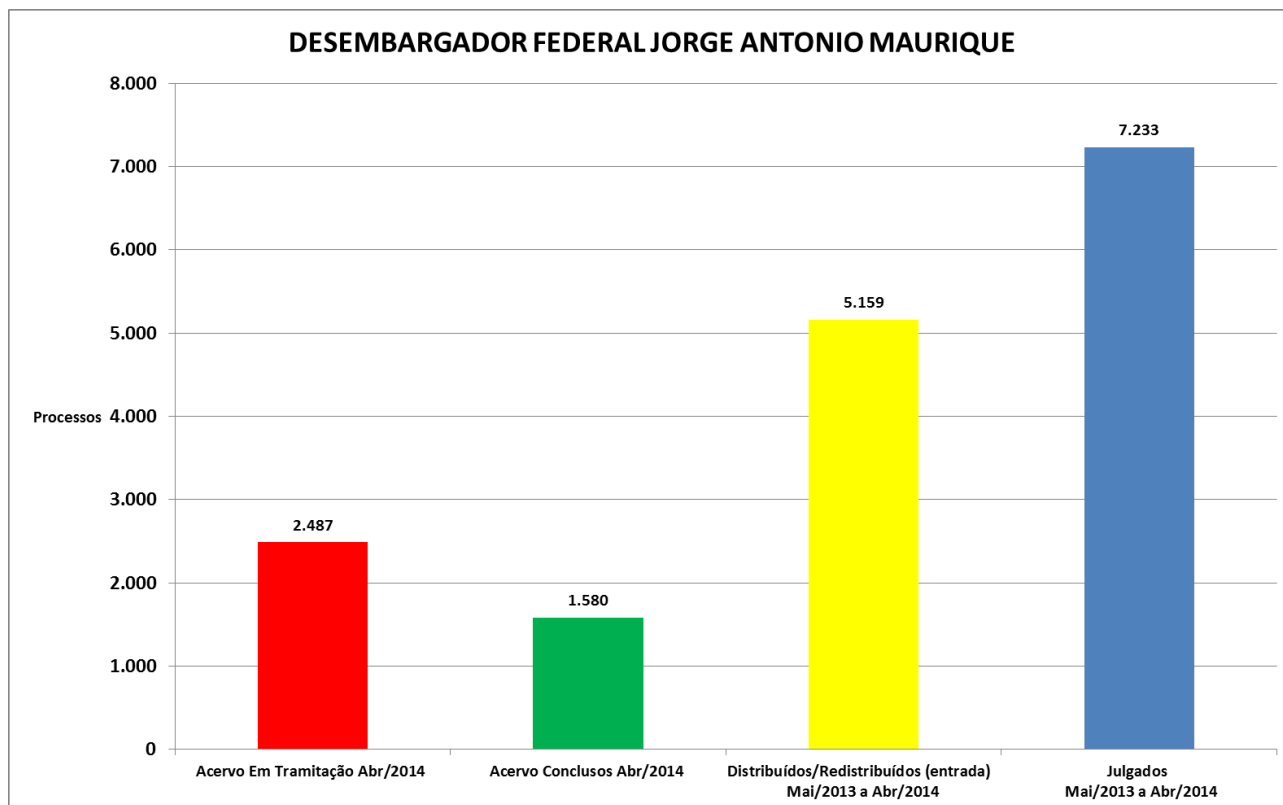
No acervo geral foi informada a pendência de 410 embargos de declaração, dos quais 274 com conclusão superior a 30 dias; 22 agravos internos, dos quais 6 com conclusão superior a 30 dias; e 22 processos com decisão provisória deferida havia mais de 90 dias e ainda não submetidos ao exame do colegiado.

No último acompanhamento processual, feito pela equipe no curso da inspeção, dados atualizados relativos a embargos de declaração, cuja situação se destacava na unidade, revelaram que o acervo foi reduzido para 354 processos, com a conclusão mais antiga desde 31/8/2012.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.159, redistribuição com saída de 257, e julgamento de 7.233 processos, resultando, assim, na produtividade de 140%, com redução do acervo (- 2.331), o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume

de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



O fluxo processual positivo resultou da prolação de elevado volume de decisões, entre maio/2013 e abril/2014, assim distribuído: 7.904 votos em pautados ou adiados, 1.084 em recursos em mesa, 1.103 decisões monocráticas terminativas, 1.001 decisões em pedidos de antecipação de tutela ou liminar, 34 interlocutórias diversas e 1.231 despachos de mero expediente.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos, a maioria foi distribuída a partir de 2011, portanto com tramitação no TRF4 de até pouco mais de 3 anos.

No tocante à dinâmica processual, foi possível constatar a existência, como regra, de adequada tramitação do acervo, sem problemas generalizados e graves de gestão.

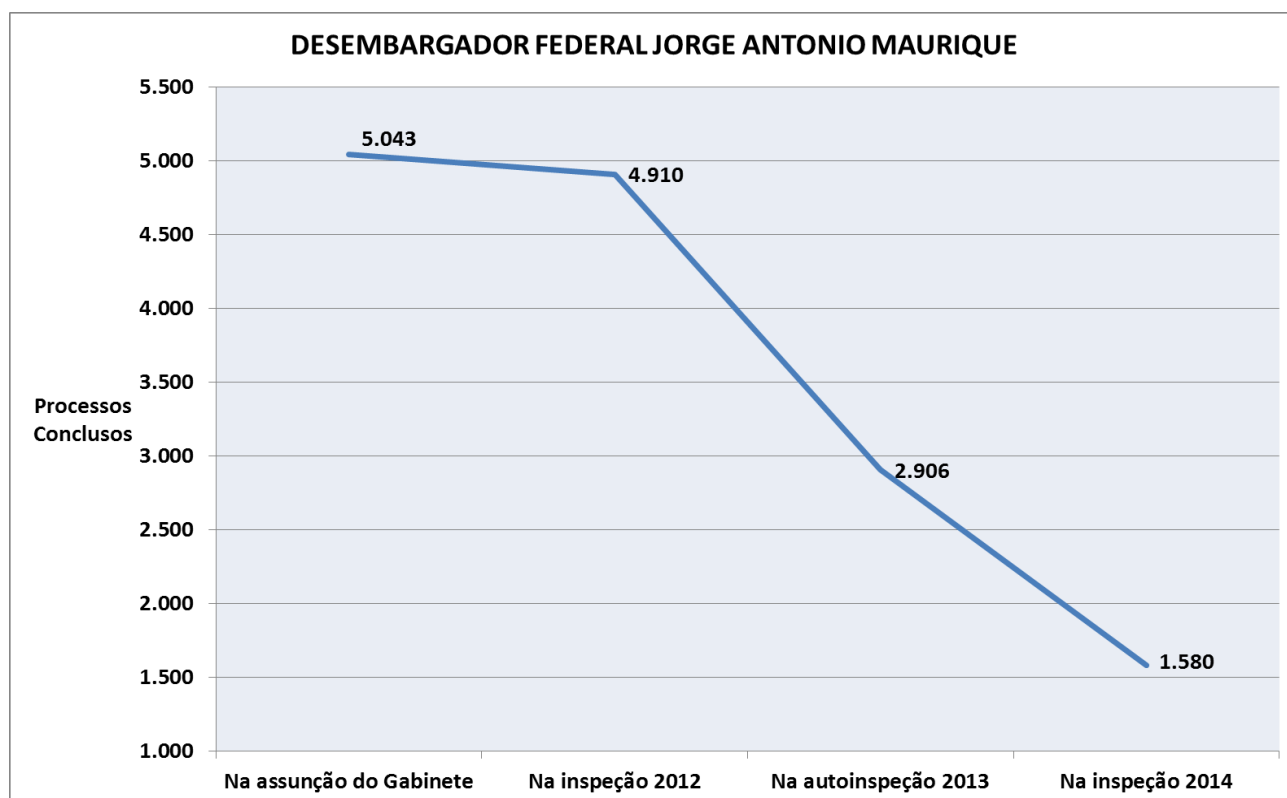
Não foi informado o tempo médio de tramitação dos feitos no Gabinete, embora se tenha verificado que os processos mais antigos, ainda pendentes de julgamento na unidade, foram distribuídos no período a que se refere a META 2/2009 CNJ.

As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente semelhantes, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir política de redução de acervo, com produtividade acima da distribuição mensal, particularmente demonstrada no período de maio/2013 a abril/2014, em que o saldo processual foi de 2.331 processos a menos no acervo, incluídos os casos de redistribuição com saída processual.

A análise histórica apontou que, em agosto/2012, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 5.043 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 4.910 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 2.906 processos. Na presente inspeção o acervo estava composto de 1.580 processos conclusos no Gabinete, dentre os 2.487 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, tendo sido fornecidos quase todos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da

situação geral da unidade. A adequada gestão administrativa colaborou na consecução das metas processuais.

O acervo de conclusos era de 1.580 feitos, o menor da Turma, distribuídos, predominantemente, a partir de 2011. A produtividade foi excepcionalmente elevada, seja no período anterior, seja no abrangido pela inspeção, atingindo 140% do volume que foi distribuído, entre maio/2013 e abril/2014, resultando em redução acentuada do acervo. Houve prolação, no interregno, de 12.357 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, conforme informado pelo setor de estatística do TRF4, era de 13 feitos.

O movimento de redução do acervo foi elevado e consistente, o que permitiu que o Gabinete apresentasse, quando da inspeção, o menor estoque processual da Turma, fato que merece registro e reconhecimento, sobretudo se considerado que o Desembargador assumiu a unidade somente em agosto/2012.

Na amostragem, constatou-se falta de andamento em 15 processos, dentre os 60 que foram inspecionados, desde a distribuição, redistribuição ou atribuição, sendo que alguns já haviam sido inspecionados em 2012 ou autoinspecionados em 2013; acúmulo e demora no julgamento de embargos de declaração. Os atrasos verificados na tramitação dos casos listados, em outras fases processuais, foram superados por andamento processual superveniente, consistente, sobretudo, em inclusão em pauta para sessões próximas, ensejando acompanhamento ulterior da situação processual para fins de regularidade.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) observar preferências legais, dentre as quais a referente a mandado de segurança coletivo (art. 20 da Lei 12.016/2009); (2) dar prioridade à tramitação e julgamento dos feitos da listagem paralisados desde a distribuição, redistribuição ou atribuição; (3) reduzir estoque e tempo de tramitação de embargos de declaração; (4) priorizar julgamento dos processos em que deferida liminar, cautelar ou antecipação de tutela recursal por decisão monocrática; (5) cumprir recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhar respectivos andamentos e priorizar julgamentos; e (6) aplicar recomendações, feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral, que se encontrem em situação processual semelhante.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 1ª Seção e 2ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 1º/9/2006.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 18 auxiliares (17 servidores efetivos, 1 estagiário de nível superior).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (1/9/2006):	3.384
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	1.612
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	980
2.1.4. Acervo de sobrestados (fevereiro/2014):	57
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	923

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	não se aplica
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	não se aplica

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	5.149
2.3.2. Média mensal:	429

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)

2.4.1. Total:	4.865
2.4.2. Média mensal:	405,4

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	9.359
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	4.971
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	392
2.5.4. Declarações de voto:	1
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.342
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	não informado
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	994
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	411
2.5.9. Mero expediente:	1.248

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.149
2.6.2. Total de processos julgados:	4.865
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	2.821
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	425
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.422
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	248
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 36

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	5.777
2.7.2. Acórdãos lavrados:	5.709
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	19
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura: (ainda não remetidos à Secretaria)	70

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	5.692
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	19
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	73

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Gestão de pessoal e processual feita pela chefe de Gabinete e assessor; atividade-fim exercida por grupos de trabalho em 3 áreas (agravos de instrumento, execuções fiscais e embargos, e demais matérias); atividades-meio concentradas em 2 servidores; acervo

distribuído por localizadores específicos e organizado por classe, assunto, partes, ano de autuação, urgência, prioridade e preferência; movimentação interna dos processos pela chefe de Gabinete, conforme metas do setor; planejamento com base no acervo; metas apenas coletivas fixadas pelo magistrado e assessores, incluindo as estabelecidas pelo CNJ e o julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2013, o que se encontra em fase de conclusão; distribuição de tarefas conforme qualificação pessoal e perfil do servidor; e controle estatístico pelas ferramentas “Estatísticas Mensais de 1º Grau/TRF” e “Controle de acervo”, e por meio de planilhas manuais.

Como boas práticas foram citadas a rápida triagem dos feitos com identificação de localizadores específicos por matéria, e a afinidade e o espírito de equipe, com fácil, imediata e direta comunicação dos servidores junto ao Desembargador.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento na 2ª Turma desde 1º/9/2006.

No período de 5 anos o magistrado não requereu remoções internas.

Não houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete no período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção, oportunidade em que foram prestadas ao Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista informações sobre os diversos aspectos relacionados à forma como a unidade era administrada.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação aproximada de 65,33 processos por servidor, que se mostrou adequada para a gestão célere e eficiente da unidade, notadamente se comparada a outros tribunais regionais federais, bem como a turmas distintas do mesmo TRF4.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 5.149, com média mensal de 429 processos. A menor distribuição foi de 310 processos em janeiro/2014, e a maior foi de 474, sem indicação do mês.

Em relação à produtividade, o total de feitos julgados foi de 4.865, com média mensal de 405,4 processos. Houve, portanto, fluxo negativo de aproximadamente 36 processos.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos. O controle dos feitos conclusos foi realizado por meio da ferramenta “controle de acervo”, disponibilizada pelo Tribunal.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram requisitados e inspecionados.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados, os quais foram todos localizados para análise da equipe.

Foram inspecionados 40 processos da listagem, por meio de exame físico e eletrônico, em diferentes fases e classes processuais.

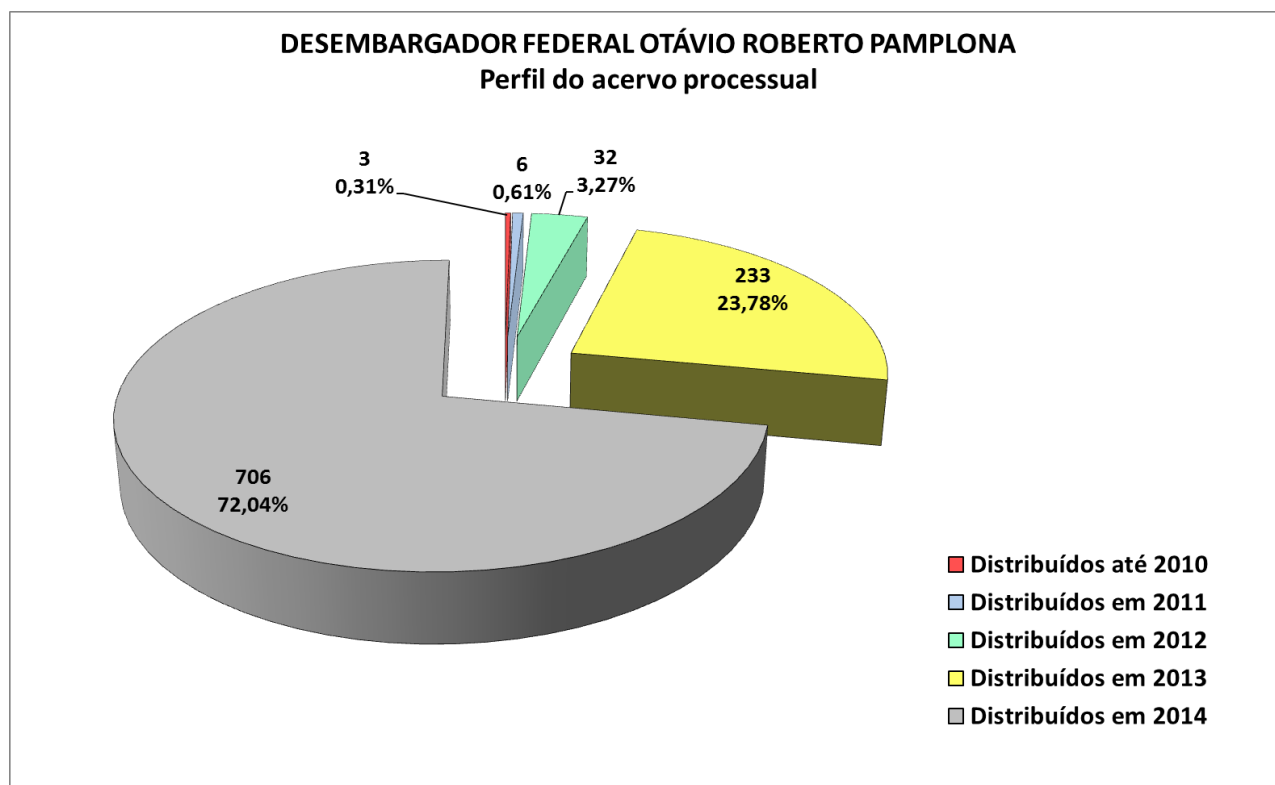
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Em 2013 houve autoinspeção de 91 processos, todos devidamente impulsionados.

A amostragem não revelou a existência de feitos com distribuição originária no TRF4, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. No acervo total, não foram identificados feitos da META 2 CNJ em tramitação na unidade.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 3 até 2010, 6 em 2011, 32 em 2012, 233 em 2013 e 706 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 72% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou a existência de 1 feito extraviado (00162176220114049999), tendo sido emitida certidão narrativa do desaparecimento pela 2ª Turma em 13/5/2014, ocorrido no âmbito da Secretaria.

Foram avistados 3 processos incluídos em pauta e não julgados porque retirados pelo relator (00202252920094047000, 50006330820104047119, 50009150620104047003).

Na ocasião, a unidade trabalhava com processos distribuídos nos anos de 2013 a 2014.

Pelo estado geral do acervo, avaliado por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados por ordem de antiguidade, em que a data da distribuição pareceu prevalecer sobre a data da conclusão na eleição da metodologia de trabalho.

Não se verificou existirem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal.

A amostragem localizou 2 feitos de natureza especial, mandados de segurança originários (50288220820134040000 e 00052501120134040000), os quais estavam com tramitação regular, num dos casos com baixa definitiva.

No tocante a processos sobrestados por decisão proferida pelo STF/STJ, verificou-se a existência de 57 processos no Gabinete.

Embora na lista dos feitos previamente expedida não houvesse processos de outros relatores para revisão ou voto-vista, constatou-se, ao tempo da inspeção, que estavam conclusos na unidade desde 27/2/2014 os autos 50066943520124047111 para voto-vista.

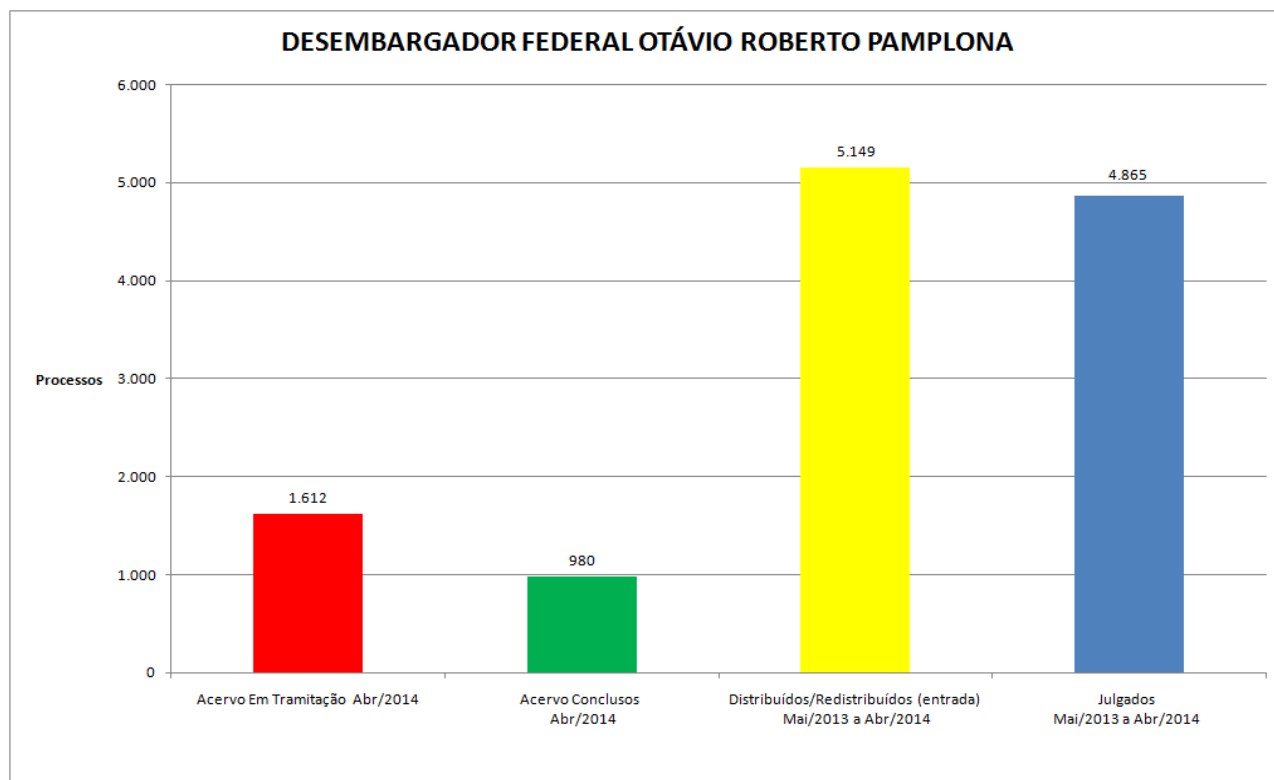
Considerados os recursos julgados em mesa, foram constatados agravos internos e embargos de declaração a serem julgados, com conclusão superior a 30 dias. Dentre os 361 embargos de declaração, 236 estavam conclusos havia mais de 30 dias e, dentre os 40 agravos legais/regimentais, 17 estavam conclusos por mais de 30 dias, carecendo de priorização em sua apreciação.

A unidade informou, ainda, existirem 14 processos, ainda não levados para exame do colegiado, em que houve liminar, cautelar, antecipação de tutela, provimento ou negativa de seguimento a recurso havia mais de 90 dias.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.149 e redistribuição de 248 processos, com

juízo de 4865, resultando, assim, na produtividade de 94,48%, com ligeiro aumento do acervo.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



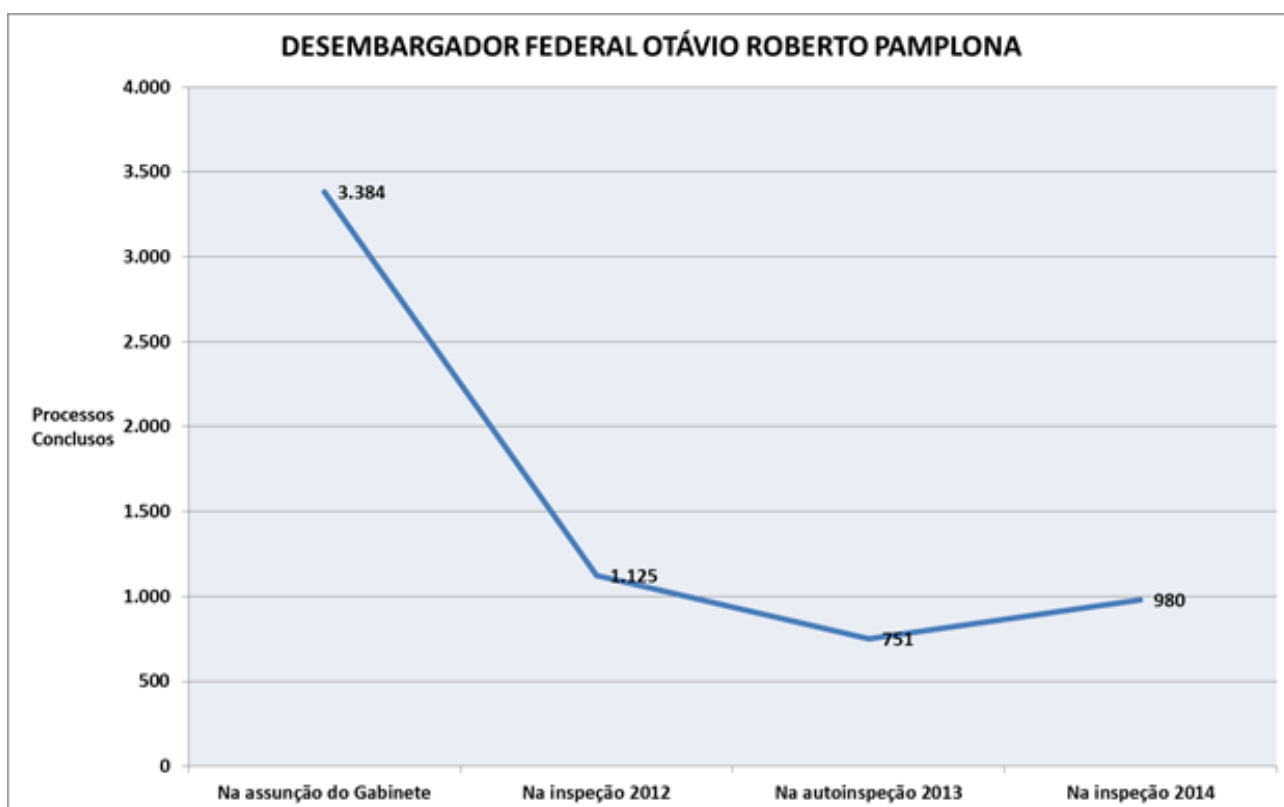
As análises feitas a partir da amostragem e coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão. Predominavam processos distribuídos a partir de 2013 e, portanto, com menos de 1 ano de tramitação no TRF4.

Com relação à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que houve tramitação célere do acervo em geral, salvo caso pontual identificado e para o qual recomendada adoção da providência cabível.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir política de redução e controle do acervo. O fato de ter sido negativo o fluxo processual, entre maio/2013 a abril/2014, não causa maior preocupação, pois os dados estatísticos majoritariamente apontaram para a existência de adequada gestão processual, tanto que o acervo permaneceu reduzido sem indícios de crescimento permanente ou progressivo, devendo, portanto, a própria unidade acompanhar a situação do fluxo específico para efeito de aperfeiçoamento.

A análise histórica apontou que, em setembro/2006, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 3.384 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 1.125 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 751 processos. Na presente inspeção o acervo estava composto de 980 processos conclusos no Gabinete, dentre os 1.612 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos no tocante à gestão administrativa.

O acervo de processos conclusos no Gabinete era de 980. Predominavam no estoque processos novos, distribuídos a partir de 2014, e apenas 233 processos distribuídos em 2013.

O fluxo processual mostrou-se negativo no período inspecionado, porém em reduzido volume, tanto que o acervo continuou controlado e pequeno, em função da redução acentuada e progressiva desde que o Gabinete foi assumido pelo Desembargador Otávio

Roberto Pamplona, em 5/9/2006, quando estava com 3.384 feitos; encontrando-se, quando da inspeção, com 980 conclusos.

Houve prolação, no interregno entre maio/2013 e abril/2014, de 9.359 decisões, entre votos e decisões monocráticas. Em razão da competência especializada em matéria tributária, não havia feitos das METAS CNJ 18/2013 e 4/2014. Também inexistentes processos pendentes de julgamento, inseridos nas demais metas do CNJ.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

1) Recomendações específicas:

- julgar, no prazo de 60 dias, os processos 5000633-08.2010.404.7119, 5000915-06.2010.404.7003.
- priorizar o exame do recurso no processo 0020225-29.2009.404.7000, tendo em vista tratar-se de reapreciação, em juízo de retratação, fundado em matéria jurídica já objeto de decisão na forma do art. 543 C, do CPC.
- priorizar a apresentação de voto de vista no processo 50066943520124047111, conclusos em 27/2/2014.
- informar à CGJF sobre providências adotadas e suas conclusões acerca do procedimento destinado à restauração dos autos 0016217-62.2011.404.9999, extraviados no âmbito da Secretaria da Turma.

2) Recomendações gerais, extensivas a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade:

- priorizar o julgamento dos processos agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida, embargos de declaração e agravos regimentais conclusos há mais de 30 dias.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL RÔMULO PIZZOLATTI

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **RÔMULO PIZZOLATTI**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 1ª Seção e 2ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 28/11/2011.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 17 auxiliares (13 servidores efetivos, 4 estagiários de nível superior).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 1 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (28/9/2011):	1.440
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	1.546
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	1.546
2.1.4. Acervo de sobrestados (fevereiro/2014):	14
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	1.532

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	1
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	1
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	4
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	35

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	5.145
2.3.2. Média mensal:	428,7

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	5.259

2.4.2. Média mensal:	438
-----------------------------	-----

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	9.094
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	5.137
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	543
2.5.4. Declarações de voto:	139
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.341
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	não informado
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.013
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	253
2.5.9. Mero expediente:	807

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.145
2.6.2. Total de processos julgados:	5.259
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.100
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	517
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.348
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	240
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 354

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	5.919
2.7.2. Acórdãos lavrados:	5.916
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	9
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	6

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	não informado
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	não informado
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	não informado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Divisão interna de tarefas entre os 13 servidores do quadro, dos quais 8 dedicados à análise processual e preparação de minutas; acervo de processos físicos em armários e mesas de trabalho, com localização registrada no SIAPRO; organização do acervo por matéria, classe processual, com localizador específico após triagem; uso de localizador

peçoal do servidor responsável quando possível pronta análise ou em localizador relativo à movimentação processual; controle estatístico por mapa de situação processual e planilha de controle de produção individual, coletiva e mensal; planejamento com base em dados estatísticos, com atenção para a antiguidade e para matérias com maior volume de feitos, deslocando-se força de trabalho conforme necessidade; distribuição das tarefas conforme experiência, mas com estímulo para atuação, estudo e aprendizado em novas áreas para versatilidade da equipe; avaliação periódica dos resultados com base em dados estatísticos e projeções para o período seguinte; acompanhamento da situação dos processos pendentes de declaração de voto ou lavratura de acórdão após cada sessão; e atendimento a advogados pessoalmente, por telefone ou *e-mail*.

Como boas práticas, foram citadas a triagem de feitos distribuídos para apreciação imediata se a matéria for consolidada ou vislumbrada possibilidade de rápido julgamento, inclusive por decisão monocrática; e a qualidade do trabalho com orientação direta do magistrado e assessoria, conforme peculiaridades de cada processo.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário e 2ª Turma desde 28/9/2011, tendo sido removido da 5ª Turma/3ª Seção.

Não houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete, no período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção, oportunidade em que foram prestadas ao Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista informações sobre os diversos aspectos relacionados à forma como a unidade era administrada.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação aproximada de 184,91 processos por servidor. A unidade estava desfalcada de 4 servidores no quadro de 17 previstos, mas ainda assim a carga de serviço individual não se mostrou excessiva para a gestão célere e eficiente da unidade, notadamente se comparada a outros órgãos do TRF4, ou a outros tribunais regionais federais, e ainda por se revelar transitória, até que o quadro funcional se restabeleça em sua integralidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 5.145, com média mensal de 428,7 processos. A menor distribuição foi de 309 processos em dezembro/2013 e a maior foi de 481 em outubro/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 5.259, com média mensal de 438,3. Considerados os processos redistribuídos a outras unidades, constatou-se fluxo processual positivo, com aproximadamente 354 processos a menos no acervo.

Não foram localizadas intercorrências relevantes de organização e gestão processual.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes. De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados, os quais foram todos localizados para análise da equipe. Foram inspecionados 52 processos da listagem, mediante exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes classes e fases processuais.

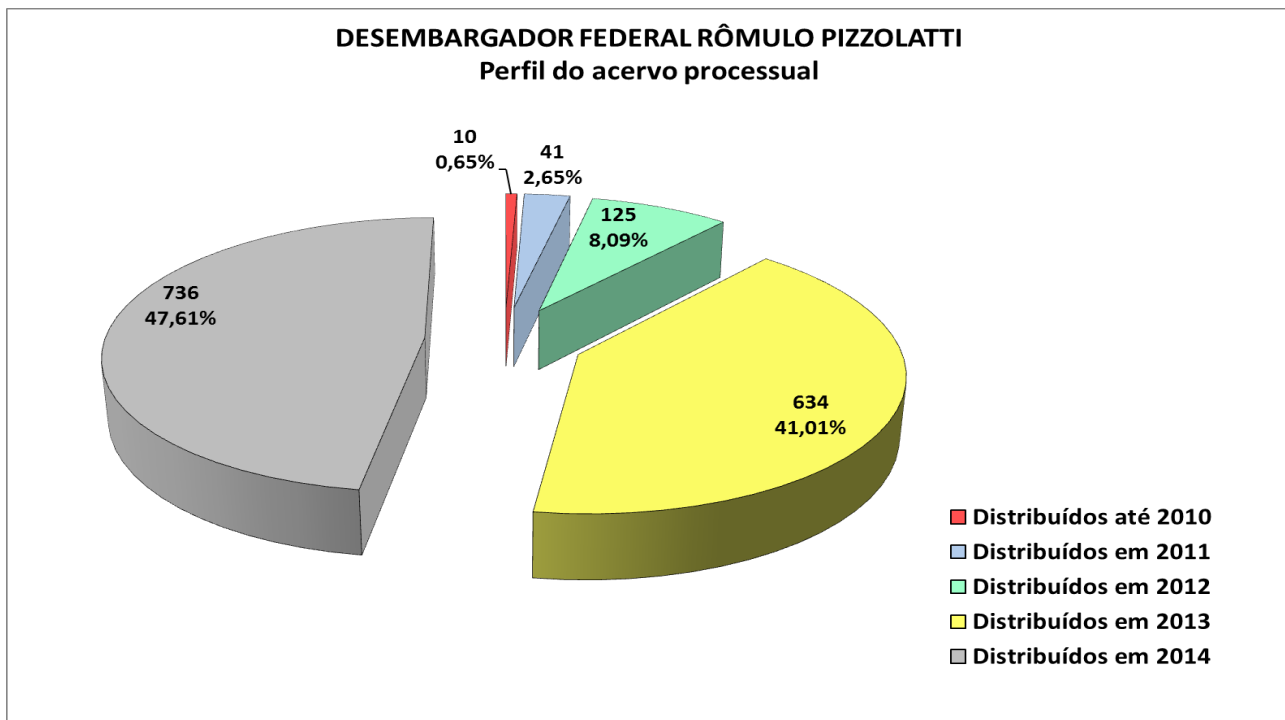
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem não revelou feitos com distribuição originária no TRF4, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Todavia, no acervo geral foi verificada a existência de 3 processos distribuídos em tal período.

Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial. A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 10 até 2010, 41 em 2011, 125 em 2012, 634 em 2013 e 736 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 48% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou existirem 11 processos sem movimentação desde a respectiva distribuição, anterior a abril/2012. Neste universo havia 4 pautados para a sessão de 10/6/2014 (50031120320114047001, 50035166720104047105, 50059770220114047000 e 50208027320104047100) e os demais sem movimentação (50006414220104047100, 50012980420124047200, 50032913420114047001, 50099055820114047000, 50125729620114047200 e 50512639120114047100), tendo constado, ainda, a falta de movimentação, desde novembro/2013, no processo 50136497220134047200.

Na ocasião a unidade trabalhava com processos distribuídos, predominantemente, a partir de 2013, com pequeno saldo de período anterior. Pelo estado geral do acervo, avaliado por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados por ordem de antiguidade, em que a data da distribuição pareceu prevalecer sobre a data da conclusão na eleição da metodologia de trabalho.

Na amostragem foram listados 7 agravos de instrumento, dos quais somente 1 com pendência de julgamento na unidade (50300476320134040000). Contudo, tratava-se de recurso interposto em 26/12/2013.

A amostragem não localizou feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, exceção de suspeição ou impedimento.

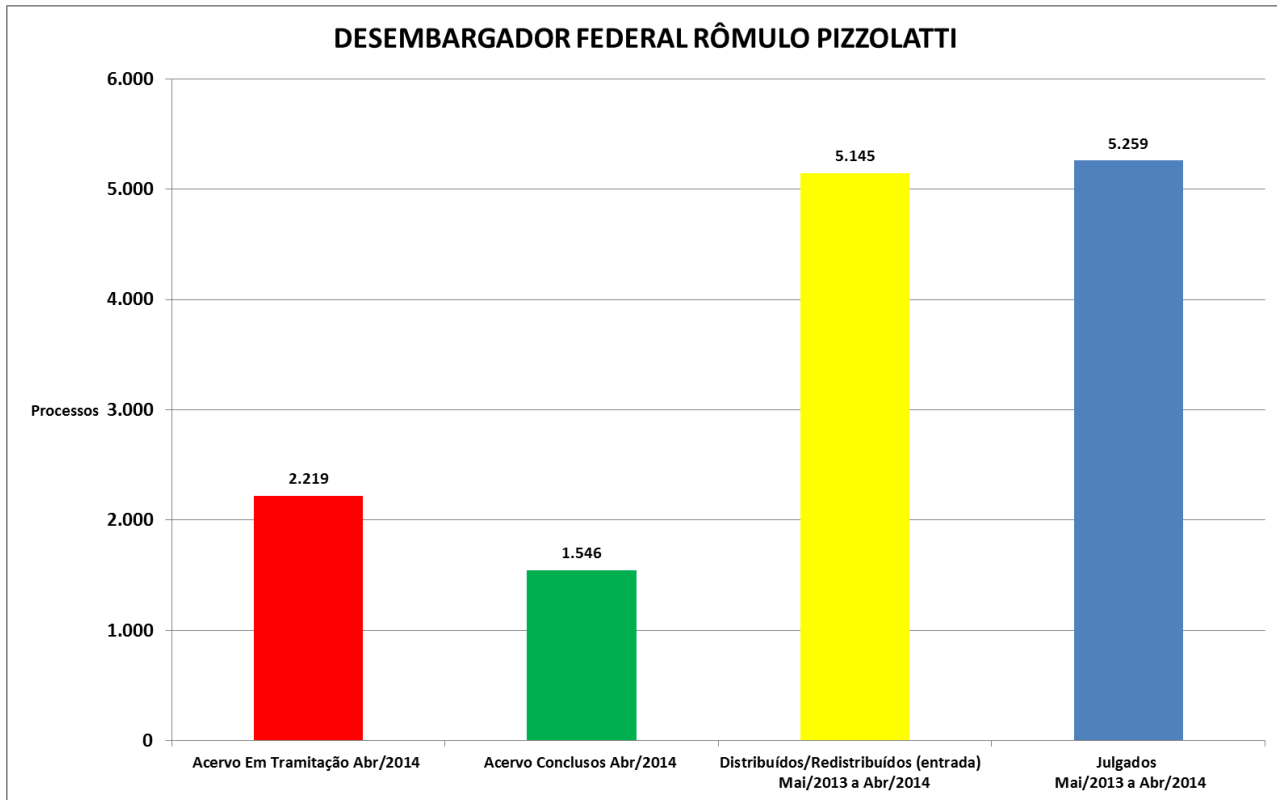
Relativamente aos processos sobrestados, foi informado o total de 15, sendo 3 por decisão do STF/STJ, 1 com prioridade legal, 1 de meta CNJ e 11 por outros motivos.

Verificou-se, dentre as pendências quanto a feitos de outros relatores, apenas 1 processo para voto-vista.

Considerados os recursos julgados em mesa, apurou-se a pendência de 2 embargos de declaração (200270010304653 e 200304010297705).

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.145 processos, com julgamento de 5.259, resultando, assim, na produtividade de 102,22%, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão. Predominavam processos distribuídos a partir de 2012, com pequeno saldo de anos anteriores, portanto, com até pouco mais de 2 anos de tramitação no TRF4.

Com relação à dinâmica processual, restou possível constatar que houve tramitação célere do acervo em geral, salvo alguns casos pontuais identificados e para os quais recomendada a adoção da providência cabível.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade não era das melhores na atualidade, se consideradas as demais inspecionadas, no âmbito da 2ª Turma, cujo acervo apresentou número mais reduzido de processos. Todavia, não houve acúmulo significativo, verificando-se redução contínua do acervo, de modo que, embora destoante de outros Gabinetes, não se constatou situação preocupante a merecer especial atenção da CGJF.

A análise histórica apontou que, em setembro/2011, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 1.440 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 1.663 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 1.138 processos. Na presente inspeção o acervo estava composto de 1.546 processos conclusos no Gabinete, dentre os 2.219 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos no tocante à gestão administrativa.

O alto grau de informatização e a familiaridade com que os integrantes do Tribunal, magistrados e servidores, lidam com esta nova realidade, parecem contribuir de forma significativa para os bons resultados verificados na entrega da prestação jurisdicional.

O acervo de processos conclusos no Gabinete era de 1.546. Predominavam no estoque processos novos, distribuídos a partir de partir de 2013, com apenas 125 processos distribuídos em 2012, revelando plena e eficiente atuação jurisdicional.

O fluxo processual verificou-se positivo com o julgamento de 5.259 processos, em face dos 5.145 distribuídos no período inspecionado. Constatou-se, não obstante, ligeira elevação do acervo desde que o Gabinete foi assumido pelo Desembargador Rômulo Pizzolatti, em 28/9/2011, quando estava com 1.440 processos. Ao tempo desta inspeção

havia 1.546 conclusos. Ocorreu, porém, redução do acervo em relação à inspeção de 2012, quando se registrou, em conclusão, o acervo de 1.663 feitos.

Destaque-se que o Gabinete do Desembargador Rômulo Pizzolatti possuía o menor número de servidores, dentre os demais inspecionados pela equipe, contando com 13 servidores, quando o quadro previsto era de 17.

Houve prolação, no interregno entre maio/2013 e abril/2014, de 9.094 decisões, entre votos e decisões monocráticas. Em razão da competência especializada em matéria tributária, não havia feitos das METAS CNJ 18/2013 e 4/2014.

Relativamente às demais metas CNJ, informou a unidade existirem 2 processos, sendo 1 da META 2/2009 e outro da META 2/2010, sem entretanto identificá-los. Todavia, foi possível à equipe apurar que se referiam aos processos 200104010805570 (já arquivado e com baixa na distribuição em 12/5/2014) e 200772050045971 (sobrestado entre 2010/2013, quando reativado, atualmente em fase de regularização processual da parte apelada, portanto com tramitação regular).

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

1) Recomendações específicas:

- julgamento, no prazo de 60 dias, dos processos: AR 0037593-65.2010.404.0000 (matéria julgada pelo STF), 0002136-64.2013.404.0000, 0002137-49.2013.404.0000, 2003.04.01.029770-5, 2002.70.01.030465-32003.04.01.029770-5, 5000432-55.2010.404.7106, 5003516-67.2010.404.7105, 5001348-95.2010.404.7104, 5012190-24.2011.404.7000, 5012572-96.2011.404.7200, 5013649-72.2013.404.7200, 5003116-86.2014.404.0000 e 50039-68.2010.404.7102.
- imediata conclusão para os processos: 50099905-58.2011.404.7000, 5005977-02.2011.404.7000, 5020802-73.2010.404.7100 e 5051263-91.2011.404.7100.
- apreciação, no prazo de 60 dias, dos processos: 50006414220104047100, 50012980420124047200, 0032913420114047001, 50099055820114047000, 50125729620114047200, 50512639120114047100, paralisados desde a distribuição havia mais de 2 anos.

2) Recomendações gerais, extensivas a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade:

- priorizar julgamento dos processos inseridos na META 2 CJN, agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida, embargos de declaração e agravos regimentais conclusos há mais de 30 dias.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH.**
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, 1ª Seção e 2ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 26/11/2007.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 19 auxiliares (16 servidores efetivos, 3 estagiários de nível superior).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 2 FC2, 3 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.2. Acervo assumido no TRF (26/11/2007):	4.908
2.1.3. Acervo no TRF (abril/2014):	719
2.1.4. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	488
2.1.5. Acervo de sobrestados (fevereiro/2014):	62
2.1.6. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	426

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.2. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.3. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.4. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.5. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.6. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.7. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	não se aplica
2.2.8. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	não se aplica

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.2. Total:	5.143
2.3.3. Média mensal:	428,5

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
---	--

2.4.2. Total:	4.778
2.4.3. Média mensal:	399,7

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.2. Total:	8.810
2.5.3. Votos em processos pautados ou adiados:	3.590
2.5.4. Votos em processos julgados em mesa:	1.173
2.5.5. Declarações de voto:	0
2.5.6. Decisões monocráticas terminativas:	1.966
2.5.7. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	121
2.5.8. Decisões liminares e antecipações de tutela:	982
2.5.9. Outras decisões interlocutórias:	85
2.5.10. Mero expediente:	893

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.143
2.6.2. Total de processos julgados:	4.778
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	2.787
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	391
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.289
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	244
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 121

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.2. Processos julgados por acórdão:	4.921
2.7.3. Acórdãos lavrados:	4.895
2.7.4. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	16
2.7.5. Acórdãos pendentes de lavratura:	27

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.2. Acórdãos publicados:	4.880
2.8.3. Publicações além do prazo de 10 dias:	12
2.8.4. Acórdãos pendentes de publicação: (sessão de 29/4/2014)	27

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Divisão interna de tarefas (setores de expedição e secretaria interna; execuções fiscais e embargos; agravos de instrumento; apelações, mandados de segurança, cautelares e execuções de sentença; ações originárias; assessoria e chefia de Gabinete); ações

planejadas conforme prioridades legais, urgências e preferências fixadas pela magistrada; prolação de decisões monocráticas, na maioria, em 24 horas, e disponibilidade imediata pelo Gabinete nos feitos eletrônicos; pauta de julgamentos, observando prioridade aferida na triagem (idosos, mandados de segurança, ajuizamentos antigos etc.); acervo organizado por matéria, assunto, classe, antiguidade e prioridade de tramitação; triagem e imediata apreciação de matérias consolidadas; metas fixadas e avaliadas periódicas através do “Controle de Acervo” do E-Proc; priorização de embargos de declaração, com os demais recursos julgados em 60 dias; no acervo físico, especialmente de agravos de instrumento, imediata apreciação para minuta de voto ou decisão monocrática; e atendimento a advogados pessoalmente, por telefone ou *e-mail*.

Foram indicadas como boas práticas: objetividade na redação de minutas com exame direto da controvérsia; julgamento, sempre que possível, por decisão monocrática (art. 557, CPC); acesso à magistrada para dirimir dúvidas; participação de servidores em cursos de aperfeiçoamento; índice de modelos, por matéria e tipo de recurso/ação, disponível aos servidores com atualização; avaliação constante da possibilidade de conversão em retido do agravo de instrumento; utilização de ferramentas de gestão e administração do processo; rapidez no exame dos embargos de declaração (zerar os ED’S a cada mês); assinatura eletrônica de acórdãos no mesmo dia do julgamento; intimação pelo Gabinete de decisões em processos eletrônicos; divisão de trabalho por perfil e característica de cada servidor; triagem e separação dos feitos para análise direta do responsável, facilitando exame da produtividade; inclusão do processo no localizador “pauta” após elaborada minuta para controle; fixação de metas coletivas, criando espírito de grupo; rodízio, sempre que possível, de atribuições/matérias para capacitar o grupo como um todo; e elaboração de decisão monocrática terminativa nos juízos de retratação (art. 543-B e art. 543-C do CPC), ressalvadas hipóteses em que a análise de matéria seja complexa e controvertida.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A Desembargadora tem assento no Plenário, 1ª Seção e 2ª Turma, e atuou no TRF4 como Juíza Convocada no período de 14/5 a 25/11/2007, quando assumiu a titularidade do Gabinete.

No período de 5 anos, a magistrada não requereu remoções internas.

Como a Desembargadora Federal estava licenciada para participar de evento no exterior (programa de formação complementar na Missão do Brasil para a Organização Mundial do Comércio, em Genebra, Suíça) a equipe da CGJF foi recebida pela Juíza Federal Convocada Carla Evelise Justino Hedges, titular da 17ª Vara de Porto Alegre.

Não houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete, no período abrangido pela inspeção, apenas para substituição em razão da licença acima mencionada.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação aproximada de 85,6 processos por servidor, o que se mostrou adequada para a gestão célere e eficiente da unidade, notadamente se comparada a Turmas diversas do mesmo TRF4 e de outros Tribunais Regionais Federais.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 5.143, com média mensal de 428,5 processos. A menor distribuição foi de 305 processos em dezembro/2013, e a maior foi de 468 em outubro/2013.

Em relação à produtividade verificou-se que foram julgados 4.778 (média mensal de 398), que somados aos processos redistribuídos a outras unidades, resultou em fluxo negativo, com aproximadamente 121 processos a mais no acervo.

Não foram localizados problemas de organização e gestão dos processos.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes. De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados.

Foram localizados todos os feitos para análise da equipe, sendo inspecionados 38 processos da listagem, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

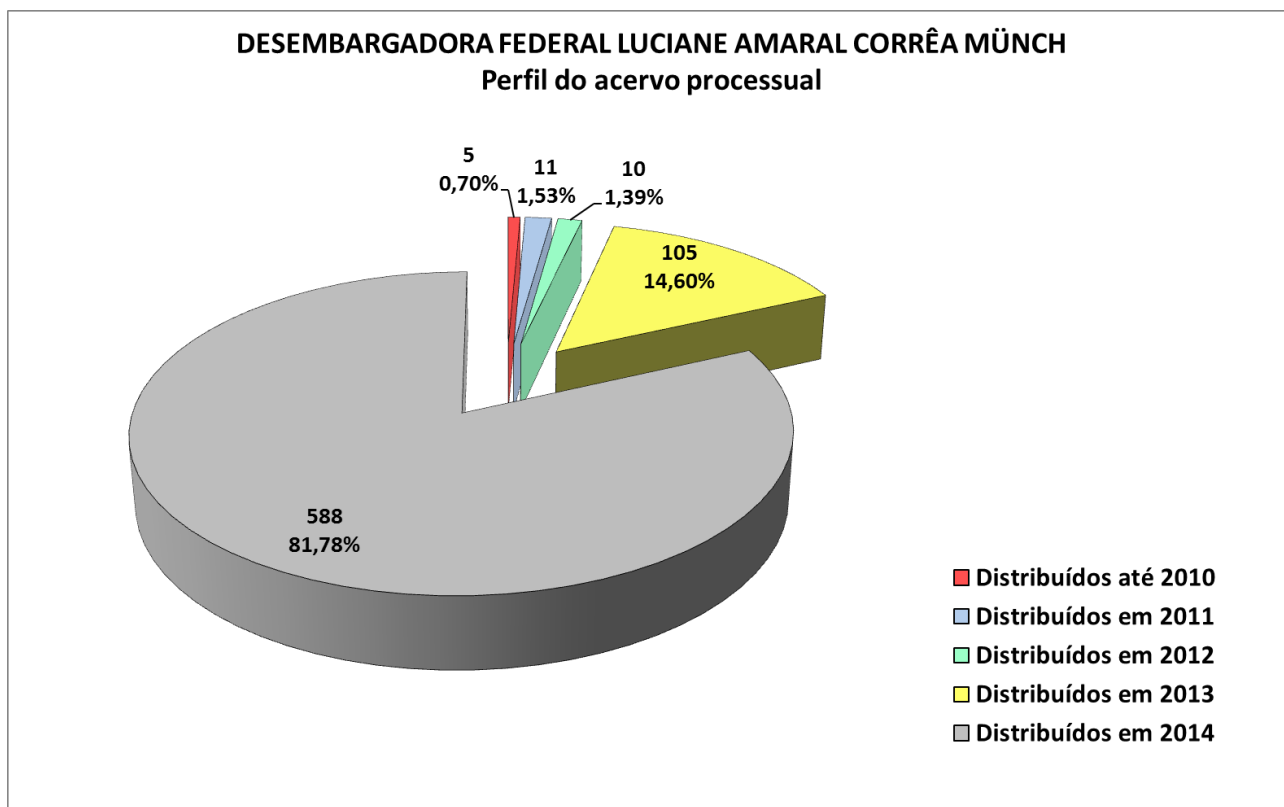
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Havia 11 feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, porém todos já regularizados na data da inspeção. Na listagem não constaram processos extraviados e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem não revelou a existência de feitos com distribuição originária no TRF4, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

No acervo total da unidade, apurado em abril/2014, igualmente não foram localizados feitos da META 2 CNJ.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 5 até 2010, 11 em 2011, 10 em 2012, 105 em 2013 e 588 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 82% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

Na ocasião a unidade trabalhava com processos distribuídos, predominantemente, a partir de 2014, registrando-se poucos processos distribuídos no ano de 2013.

Pelo estado geral do acervo, avaliado por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados por ordem de antiguidade, em que a data da distribuição pareceu prevalecer sobre a data da conclusão na eleição da metodologia de trabalho.

A amostragem não revelou existirem feitos sem movimentação desde a distribuição, nem foram localizados processos paralisados por mais de um ano sem justificativa.

No tocante a processos sobrestados, foi informado o total de 62, sendo 2 por decisão do STF/STJ, 6 de metas CNJ e 54 por outros motivos.

Verificou-se, dentre pendências quanto a processos de outros relatores, 14 conclusões para voto-vista, número, porém, reduzido, ao tempo da inspeção, para apenas 1 feito em tal situação.

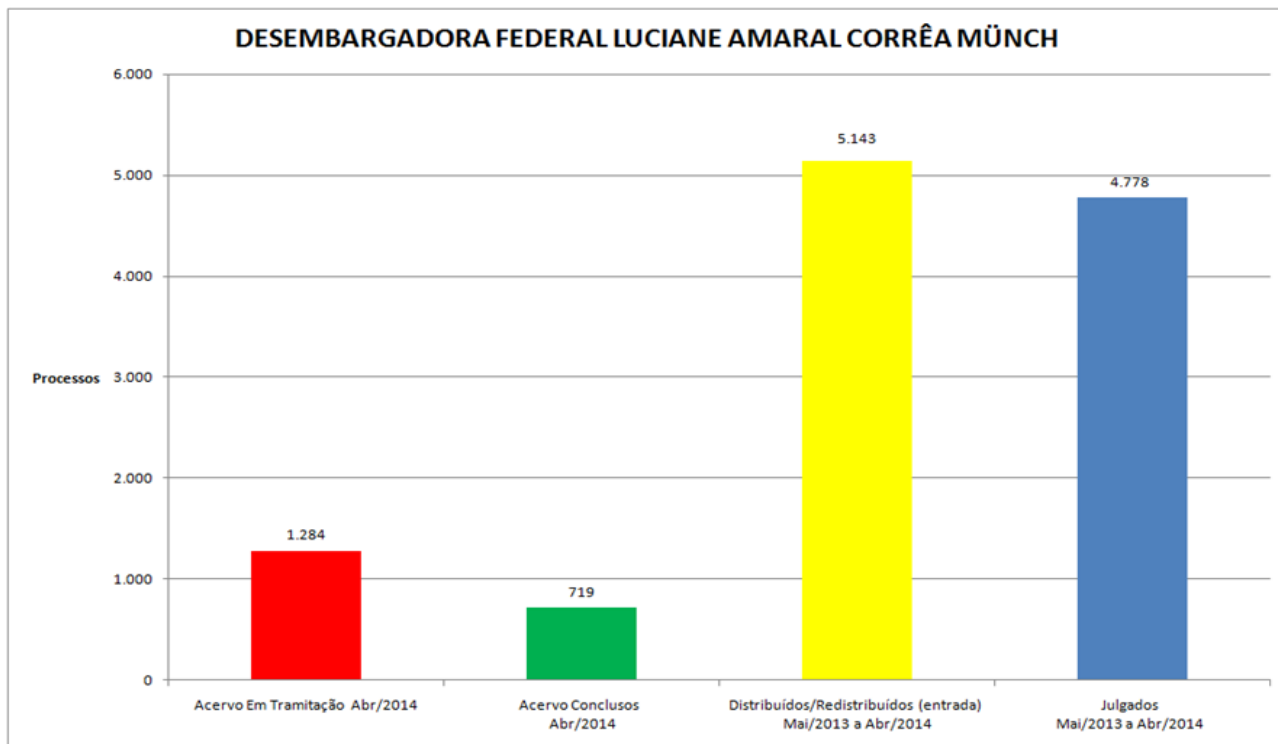
Foram identificadas, ainda, pendências nos seguintes processos: 200870000180842, que aguardava novo julgamento; 50001819420114047205, que foi pautado e por 2 vezes adiado; e 50244878820104047100, que foi baixado para rejuízo.

Considerados os recursos julgados em mesa, apurou-se pendência de 1 agravo interno (00021591020134040000) e 1 embargos declaratórios (50260874720104047100), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão à relatora.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais verificou-se 3 feitos com decisões monocráticas (liminar, cautelar, antecipação de tutela, provimento ou negativa de seguimento a recurso), proferidas havia mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado, referentes a ações rescisórias ainda em fase de instrução.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.143 processos, com julgamento de 4.778. Situação que, considerados os redistribuídos a outras unidades, no total de 244, resultou na elevação do acervo em 121 processos no período inspecionado.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



As análises feitas a partir da amostragem e coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão. Predominavam processos distribuídos a partir

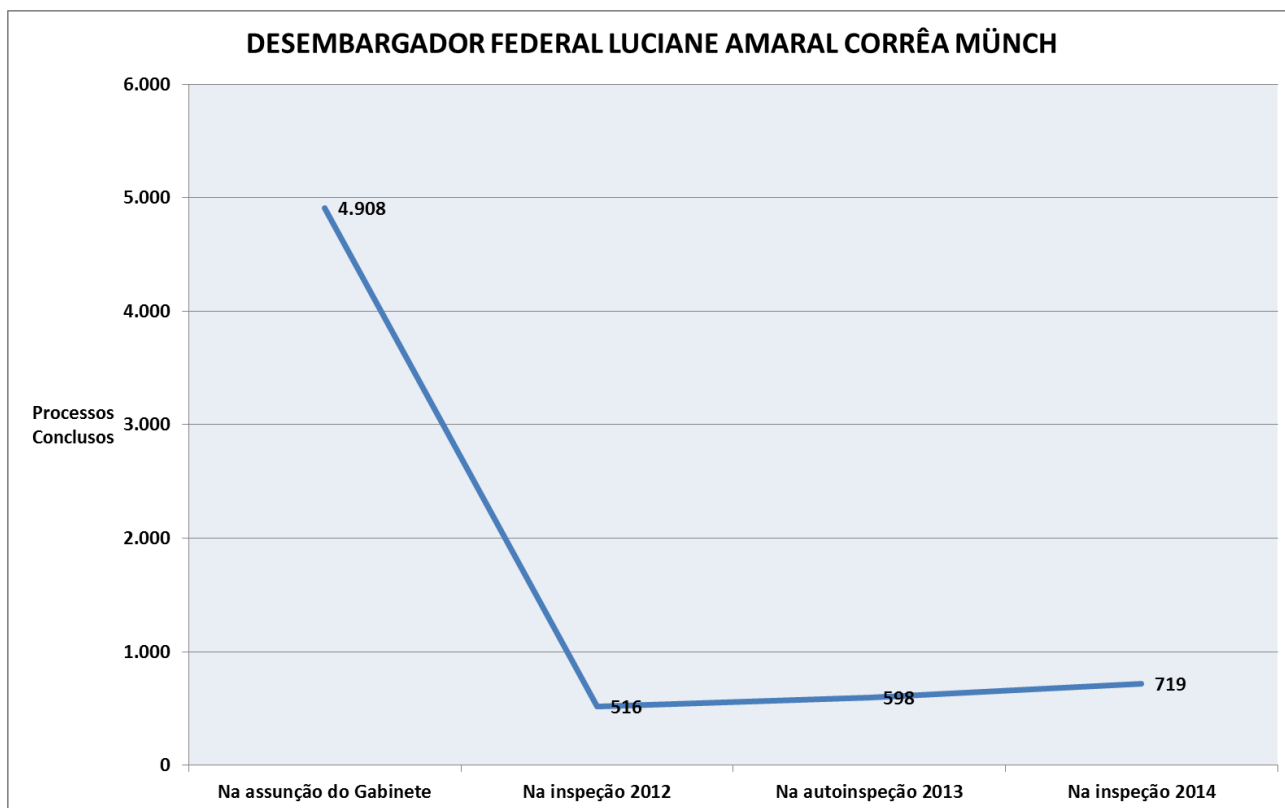
de 2013, com maior incidência para os distribuídos em 2014, portanto, com tramitação recente no TRF4.

Com relação à dinâmica processual, restou possível constatar que houve tramitação célere do acervo em geral, salvo casos de restrita singularidade identificados e para os quais recomendada a adoção das providências cabíveis.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir política de redução e controle do acervo. O fato de ter sido negativo o fluxo processual, entre maio/2013 a abril/2014, não causa maior preocupação, pois os dados estatísticos majoritariamente apontaram para a existência de adequada gestão processual, tanto que o acervo permaneceu reduzido sem indícios de crescimento permanente ou progressivo, devendo, portanto, a própria unidade acompanhar a situação do fluxo específico para efeito de aperfeiçoamento.

A análise histórica apontou que, em novembro/2007, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 4.908 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 516 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 598 processos. Na presente inspeção o acervo estava composto de 719 processos conclusos no Gabinete, dentre os 1.284 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

O acervo de processos conclusos no Gabinete era de 719. Predominavam no estoque processos novos, distribuídos a partir de 2014.

O fluxo processual verificou-se negativo no período inspecionado, porém em reduzido volume, tanto que o acervo continuou controlado e pequeno em função da redução acentuada e progressiva, desde que o Gabinete foi assumido pela Desembargadora Federal Luciane Amaral Corrêa Münch em 26/11/2007, quando estava com 4.908 feitos, encontrando-se, no período da inspeção, com 719 conclusos.

Houve prolação, no interregno entre maio/2013 e abril/2014, de 8.810 decisões, entre votos e decisões monocráticas. Em razão da competência especializada em matéria tributária, não havia feitos das METAS CNJ 18/2013 e 4/2014. Não se verificaram, por outro lado, processos pendentes de julgamento, inseridos nas demais metas CNJ.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

1) Recomendações específicas:

- julgar, no prazo de 60 dias, os processos 50244878820104047100, 50001819420114047205, 50260874720104047100 e 200870000180842.
- priorizar a apreciação do agravo interno no processo 00021591020134040000.
- prosseguir no julgamento do processo 50038727720104047100.

2) Recomendações gerais, extensivas a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade:

- priorizar o julgamento dos agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida, embargos de declaração e agravos regimentais conclusos há mais de 30 dias.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargadora Federal **MARGA INGE BARTH TESSLER.**
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 2ª Seção e 3ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 21/6/2013.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 21 auxiliares (16 efetivos e 5 estagiários) e 15 em atividade-fim.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 3 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (junho/2013):	835
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	2.575
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	1.657
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	58
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	1.599

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	2
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	1
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	1
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.275
2.3.2. Média mensal:	523

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	5.267

2.4.2. Média mensal:	439
-----------------------------	-----

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	9.701
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	4.834
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.123
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.938
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	192
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	109
2.5.9. Mero expediente:	1.505

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	6.275
2.6.2. Total de processos julgados:	5.267
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.077
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	359
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.142
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	191
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 817

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	6.275
2.7.2. Acórdãos lavrados:	5.831
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	2
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	449

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	não informado
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	não informado
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	não informado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Administração dos trabalhos, controle do acervo, distribuição de tarefas e indicação de soluções, conforme a competência temática, por 2 assessores, 1 chefe de Gabinete e pela própria Desembargadora; triagem de processos distribuídos e envio ao servidor encarregado da matéria para propor solução mais adequada, eventualmente submetida à assessoria (casos diversos) e depois à Desembargadora para aprovação, retificação,

adequação e assinatura para posterior movimentação de inserção no e-Proc ou baixa à Secretaria; acervo controlado pelo Gedpro (sistema de gestão de documentos) integrado ao eProc e Siapro; pequeno acervo de processos físicos, processos originários e agravos de instrumento de processos vindos da Justiça Estadual (competência delegada), e feitos antigos sobrestados em face de recursos repetitivos ou repercussão geral que retornam para retratação; metas individuais e semanais de produtividade; lavratura dos acórdãos em 2 ou 3 dias; atendimento às partes ou advogados imediatamente pela assessoria ou pela Desembargadora mediante agendamento; reunião mensal com servidores e estagiários, sem prejuízo de outras, se necessário; resultados avaliados nas reuniões mensais com aferição da produtividade individual; e metas coletivas, com servidores informados semanalmente sobre o respectivo desempenho.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A Desembargadora tem assento no Plenário, Corte Especial, 2ª Seção e 3ª Turma. Até 21/6/2013 exercia a Presidência, passando a integrar a atual Turma em 22/6/2013.

Não houve convocação de juiz federal para auxílio no Gabinete, no período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 110 processos por servidor, o que se mostrou adequada para a gestão da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 6.275, com média mensal de 523 processos. A menor distribuição foi de 351 processos em dezembro/2013, e a maior foi de 586 em setembro/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 5.267 processos (média mensal de 439), além de 690 agravos legais ou regimentais e 1.817 embargos de declaração. No mesmo período registrou-se saída, por redistribuição, de 191 feitos. Houve, portanto, fluxo negativo de 817 processos, com aumento de acervo equivalente a mais de 1 mês de distribuição média.

Em termos de organização processual não foram localizados problemas. A pequena quantidade de processos físicos em tramitação permitiu organização e alocação em armários separados por classe e assunto, destacados os feitos com tramitação prioritária.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 59 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais mandados de segurança, ações rescisórias, embargos infringentes, incidente de arguição de inconstitucionalidade e recursos em ações civis públicas.

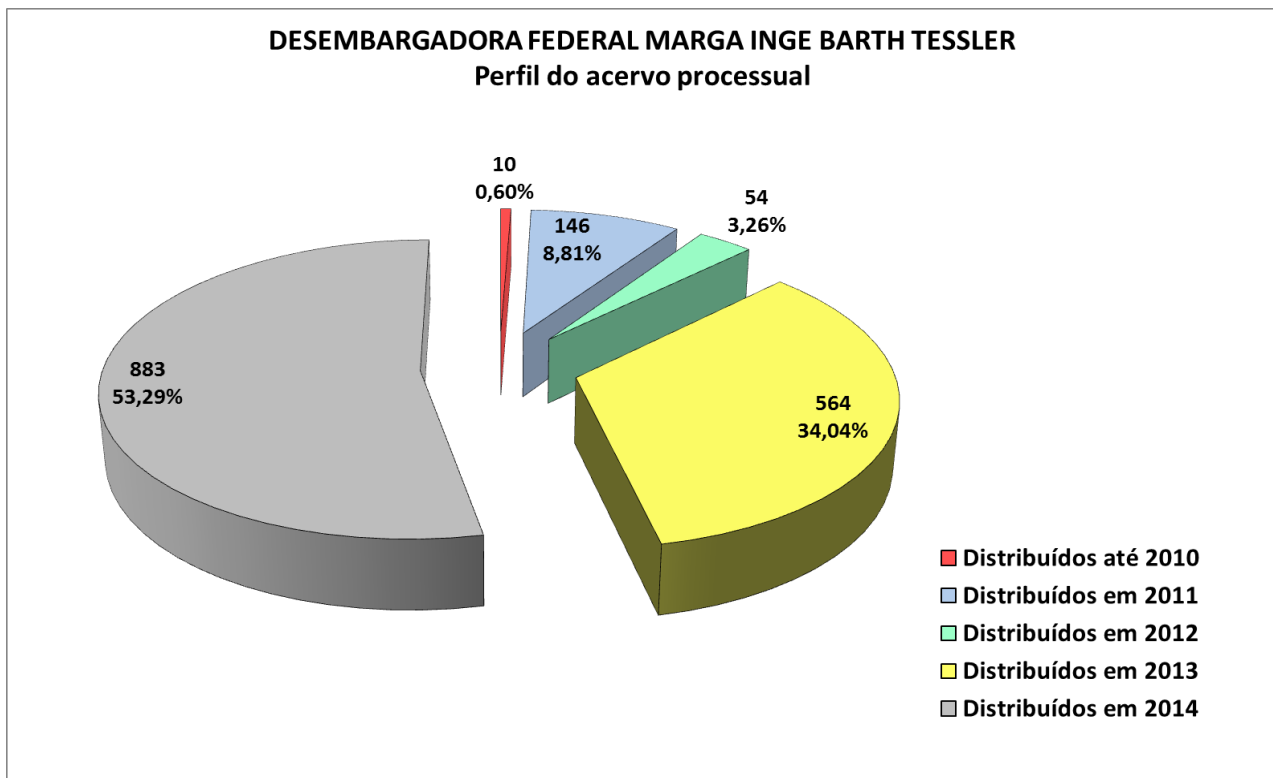
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

A amostragem revelou 3 feitos com distribuição originária no TRF4 em data anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ, todos processados, julgados e num dos casos com baixa definitiva dos autos (AC 200171010019749, AC 200171010019750 e AI 200604000052154).

Em termos gerais, restou possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 10 até 2010, 146 em 2011, 54 em 2012, 564 em 2013 e 883 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 53% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou processos sem movimentação praticamente desde a respectiva distribuição, redistribuição ou atribuição, incluindo casos com preferência de julgamento (AC 50003389120114047003, AC 50012021720114047202, AC 50012021720114047202, AC 50014400520124047007, AC 50033697620124047200, AC 50039127320124047202, AC 50053484920124047111, AC 50060052820114047110, AC 50092662220114047200, AC 50128752220114047100, AC 50153193720114047000, AC 50172917620104047000, AC 50338515020114047100 e AC 50540981820124047100).

No estoque de 1.657 processos conclusos não foi possível identificar, por falta de dados consistentes, o número de feitos no aguardo de julgamento inicial, porém, pelo ano de distribuição, constatou-se que as pendências, majoritariamente, referiam-se a feitos com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4.

Foram identificados 13 feitos sobrestados, dos quais 2 de META CNJ, 3 com prioridade legal, 4 por decisão do STF/STJ e os demais em situações processuais diversas, porém não havia processo extraviado.

Quanto ao perfil do acervo por natureza ou objeto processual, verificou-se que 1.633 eram processos recursais cíveis, destacando-se a existência de 1 recurso em mandado de segurança coletivo, 7 em ações populares, 18 em ações de improbidade administrativa (1 relativo à META 18/2013), 79 em ações civis públicas, 9 em ações de desapropriação e 166 em ações com preferência legal (idosos, portadores de necessidades especiais ou de doença grave). Os feitos originários eram 19, dos quais 2 mandados de segurança, 1 ação de improbidade administrativa, 2 conflitos de competência e 14 ações rescisórias.

Na amostragem havia 9 processos relativos a idosos ou portadores de necessidades especiais ou doença grave, dos quais 1 aguardava exame de embargos declaratórios desde 27/6/2013 (AC 50326029820104047100), 1 foi pautado e retirado de pauta (AC 50060415120124047105), 3 foram pautados para sessão próxima (AI 50090531420134040000, AI 50121346820134040000 e AI 50176463220134040000) e 4 ainda aguardavam inclusão em pauta para julgamento, o mais antigo havia sido distribuído em 9/6/2011 (AC 50030749120124047118, AC 50153193720114047000, AC 50172917620104047000 e AI 50281803520134040000).

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, sendo que, na ocasião, a unidade trabalhava com processos predominantemente distribuídos a partir de 2011, com pequeno saldo de anos anteriores. No entanto, restou evidenciada a falta de observância adequada de preferências legais, sobretudo, da atinente à Lei 10.741/2003.

Foram listados 12 agravos de instrumento, a maioria distribuída ao longo de 2013, com exceção do AI 200604000052154, autuado em 2006 e convertido em retido, baixado à Vara de origem e devolvido ao TRF4 em 12/11/2013, quando foi reativado para, em 16/5/2014, ser novamente baixado.

A situação dos agravos de instrumentos listados era a seguinte: 3 estavam em fase de baixa (AI 200604000052154, AI 50090834920134040000 e AI 50189229820134040000), 1 com prazo para intimação de decisão terminativa (AI 50068109720134000000), 7 com inclusão em pauta (AI 50073270520134040000, 50068109720134000000, AI 50090531420134040000, AI 50102007520134040000, AI 50121346820134040000, AI 50176463220134040000 e AI 50199328020134040000), e 1 com conclusão para exame de embargos de declaração (AI 50200124420134040000).

Na amostragem foi verificada a existência de 3 pedidos de vista feitos por membros da Turma ou Seção em processos do Gabinete inspecionado (AC 50162852020134047100, AC 50208841120134047000 e EI 00002268720004047006), a mais antiga com conclusão desde 12/12/2013. De outros Gabinetes foi verificada a existência de 1 único processo, com conclusão na unidade inspecionada, para voto-vista havia mais de 30 dias, e de 8 para lavratura de acórdão, porém sem excesso de prazo.

Houve informação de que foram lavrados 5.831 acórdãos, sendo que 2 em prazo superior a 10 dias, com 449 ainda pendentes de lavratura. A mesma magistrada ainda foi responsável por lavrar 20 acórdãos em feitos de outros relatores originários, tendo sido informada a existência de 8 pendências de lavratura de acórdão.

Cabe ressaltar que na última verificação no sistema de acompanhamento estatístico do TRF4, ainda durante a inspeção, foi possível apurar que houve a lavratura de expressivo número de acórdãos dentre os informados como pendentes em abril/2014, restando apenas 7 a serem lavrados.

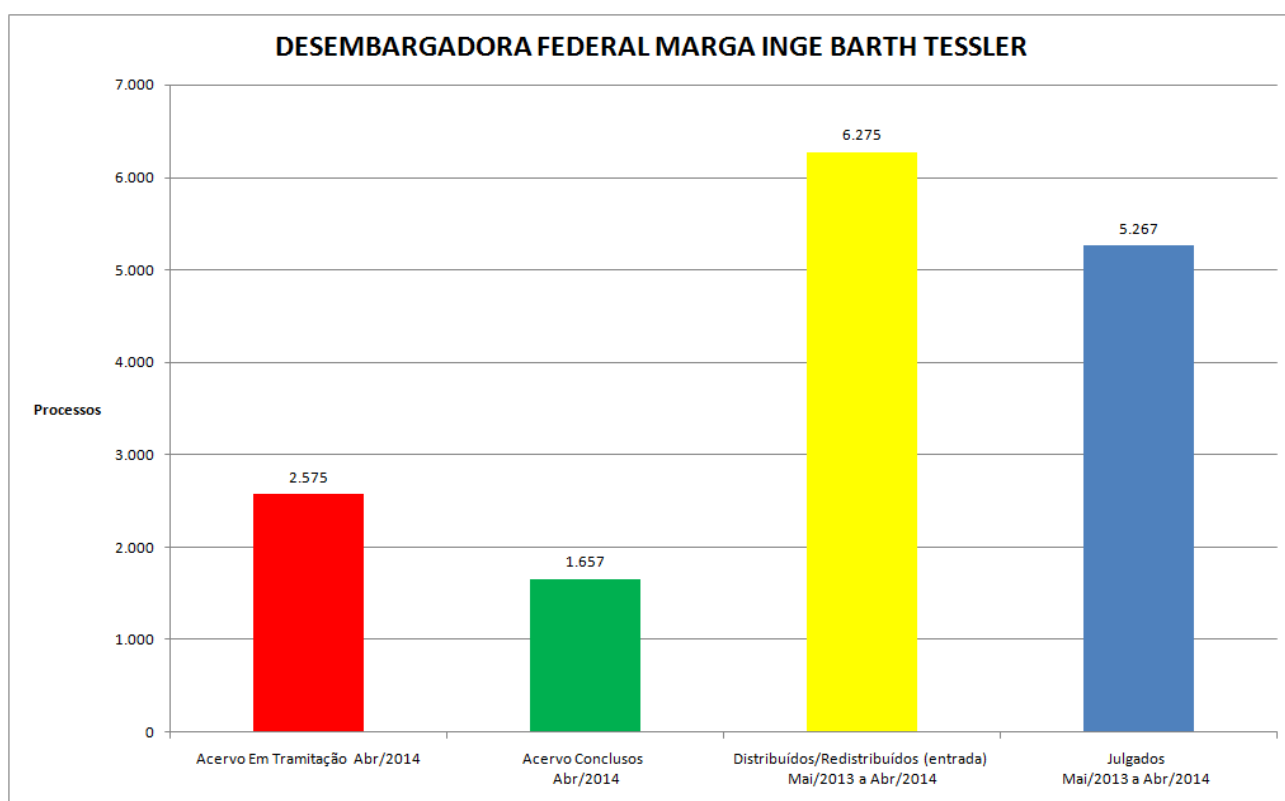
Na listagem apurou-se a existência de 6 embargos de declaração pendentes de exame, os mais antigos desde 27/6/2013, com previsão de julgamento em mesa para 4/6/2014 (AC 200572010033134, AC 200770010052066, AC 200870000053352, AC 200870000230985, AI 50200124420134040000 e AC 50326029820104047100).

No acervo geral foi informada a pendência de 370 embargos de declaração, dos quais 170 com conclusão superior a 30 dias; 125 agravos internos, dos quais 64 com conclusão superior a 30 dias; e 26 processos com decisão provisória deferida havia mais de 90 dias e ainda não submetidos ao exame do colegiado.

No último acompanhamento processual, feito pela equipe no curso da inspeção, dados atualizados relativos a embargos de declaração, cuja situação se destacava na unidade, revelaram que o acervo foi reduzido para apenas 3 processos, porém com a conclusão mais antiga desde 26/5/2013.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 6.275, redistribuição com saída de 191, e julgamento de 5.267 processos, resultando, assim, na produtividade de 84%, com o acréscimo ao acervo de mais 817 processos.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



No período da inspeção houve a prolação de significativo volume de decisões, assim distribuído: 4.834 votos em pautados ou adiados, 1.123 em recursos em mesa, 1.938 decisões monocráticas terminativas, 192 decisões em pedidos de antecipação de tutela ou liminar, 109 interlocutórias diversas e 1.505 despachos de mero expediente.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos, a maioria foi distribuída a partir de 2011, com tramitação de até pouco mais de 3 anos.

No tocante à dinâmica processual, é possível constatar a existência, como regra, de adequada tramitação do acervo, embora pendências relevantes tenham sido verificadas,

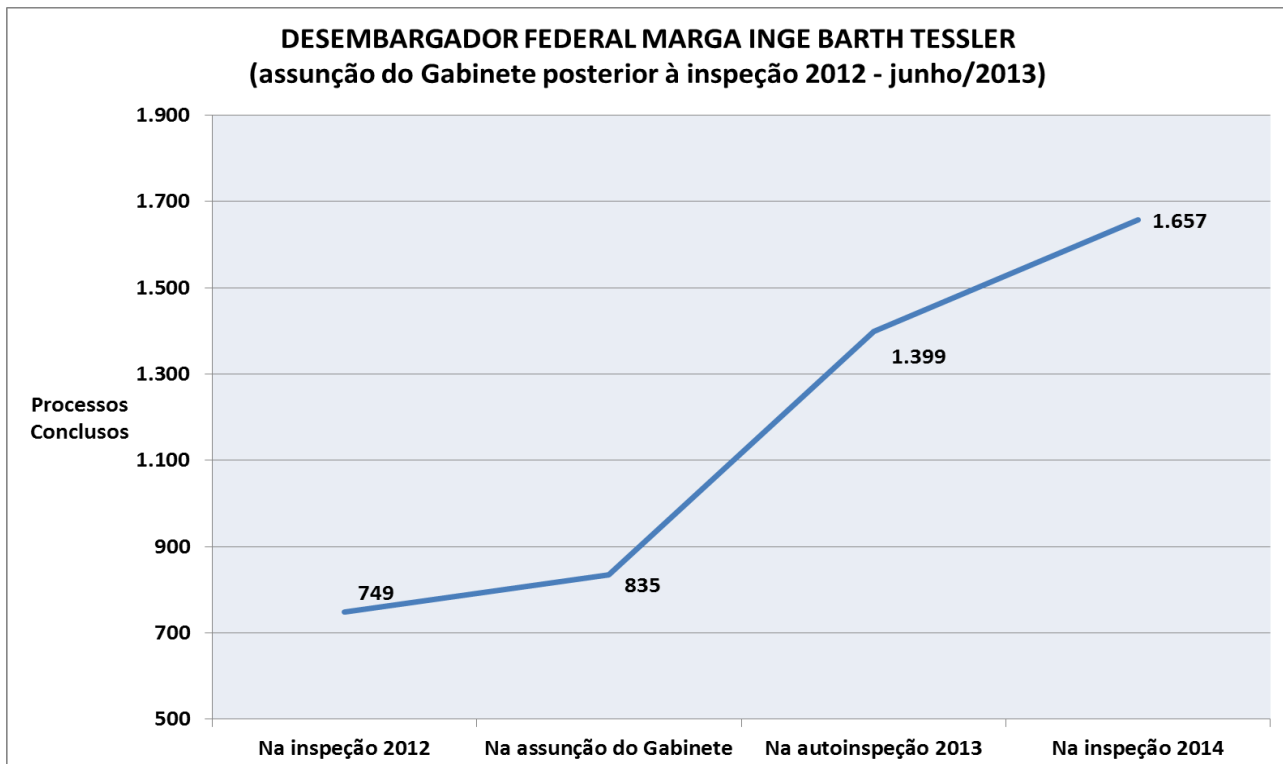
exigindo atuação e esforço específico no sentido de aprimorar os resultados processuais. Foi informado que o tempo médio de tramitação dos feitos no Gabinete era de quase 6 meses, embora constassem do acervo processos da META 2 CNJ ainda em tramitação.

As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente semelhantes, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir tendência de acúmulo de processos, com produtividade inferior ao volume de distribuição mensal, conforme demonstrado no período de maio/2013 a abril/2014, em que o saldo processual foi de 817 processos a mais no acervo, já considerados os casos de redistribuição com saída processual.

A análise histórica apontou que na inspeção anterior, em novembro/2012, o acervo de conclusos era de 749 processos e, na assunção do Gabinete, em junho/2013, o estoque chegou a 835 feitos e, na autoinspeção em setembro/2013, atingiu 1.399 processos. Na presente inspeção o acervo já alcançava 1.657 processos conclusos no Gabinete, dentre os 2.575 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, tendo sido fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade.

O acervo de conclusos era de 1.657 feitos distribuídos, predominantemente, a partir de 2011. A produtividade foi insuficiente para garantir fluxo positivo, tendo sido constatado, ao contrário, elevação do acervo em 817 processos, entre maio/2013 e abril/2014. Houve prolação, no interregno, de 9.701 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de 9, sendo que o feito mais antigo foi distribuído, originariamente, no TRF4 em 2002.

Na amostragem constatou-se falta de andamento em 14 processos, dentre os 59 que foram inspecionados, desde a distribuição, redistribuição ou atribuição; e demora no julgamento de embargos de declaração; e acúmulo e demora no julgamento de agravos internos e feitos preferenciais. Os atrasos verificados na tramitação dos casos listados, em outras fases processuais, foram superados por andamento processual superveniente, consistente, sobretudo, em inclusão em pauta para sessões próximas, ensejando, pois, acompanhamento ulterior da situação processual para fins de regularidade.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) implantar plano de trabalho para elevar produtividade, superando distribuição e reduzindo acervo; (2) observar preferências legais, dentre as quais as da Lei 10.741/2003; (3) dar prioridade à tramitação e julgamento dos feitos da listagem paralisados desde a distribuição, redistribuição ou atribuição; (4) reduzir o tempo de tramitação de embargos de declaração, e o estoque e tempo de tramitação de agravos internos; (5) priorizar julgamento dos processos em que deferida liminar, cautelar ou antecipação de tutela recursal por decisão monocrática; (6) cumprir recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhar respectivos andamentos e priorizar julgamentos; e (7) aplicar recomendações, feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ.**
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 2ª Seção e 3ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde fevereiro/2002.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 16 auxiliares (14 servidores efetivos e 2 sem vínculo) e 11 em atividade-fim.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 4 FC3, 5 FC4, 1 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (fevereiro/2002):	1.540
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	1.049
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	341
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	183
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	158

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	1
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.274
2.3.2. Média mensal:	523

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
---	--

2.4.1. Total:	6.000
2.4.2. Média mensal:	500

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	13.593
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	2.169
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	3.551
2.5.4. Declarações de voto:	1
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	5.049
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.207
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	17
2.5.9. Mero expediente:	1.599

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	6.274
2.6.2. Total de processos julgados:	6.000
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.533
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	162
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.746
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	559
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	221
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 53

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	5.649
2.7.2. Acórdãos lavrados:	5.446
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	0
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura: (sessão de 30/4/2014)	206

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	5.447
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	0
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação: (sessão de 30/4/2014)	213

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Processos divididos por assunto e servidores alocados conforme quantidade de conclusos em cada assunto; imediata distribuição dos processos e encaminhamento aos servidores; atos processuais praticados no mesmo dia; avaliação diária dos resultados das atividades para manter o acervo zerado ao final de cada dia; planejamento de férias para não acumular processos até o retorno do servidor; metas individuais de

produtividade realizadas semanalmente; controle estatístico pelo e-Proc, principalmente de feitos conclusos e os sem movimento por mais de 30 dias; lavratura imediata dos acórdãos; e atendimento às partes ou advogados agendado com o Desembargador.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, Corte Especial, 2ª Seção e 3ª Turma. No período de 5 anos o magistrado não requereu remoções, o que favoreceu a gestão administrativa e processual.

Não houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete ou Turma, no período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 95 processos por servidor, o que se mostrou adequada para a gestão célere e eficiente da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 6.274, com média mensal de 523 processos. A menor distribuição foi de 352 processos em dezembro/2013, e a maior foi de 575 em setembro/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 6.000 processos (média mensal de 500), além de 2.299 agravos legais ou regimentais e 2.451 embargos de declaração. No mesmo período registrou-se saída, por redistribuição, de 221 feitos. Houve, portanto, fluxo negativo de 53 processos, com aumento de acervo.

Em termos de organização processual não foram localizados problemas. A pequena quantidade de processos físicos em tramitação permitiu organização e alocação em armários separados por classe e assunto, destacados os feitos com tramitação prioritária.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 22 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais mandados de segurança, ações rescisórias, embargos infringentes e recursos em ações civis públicas.

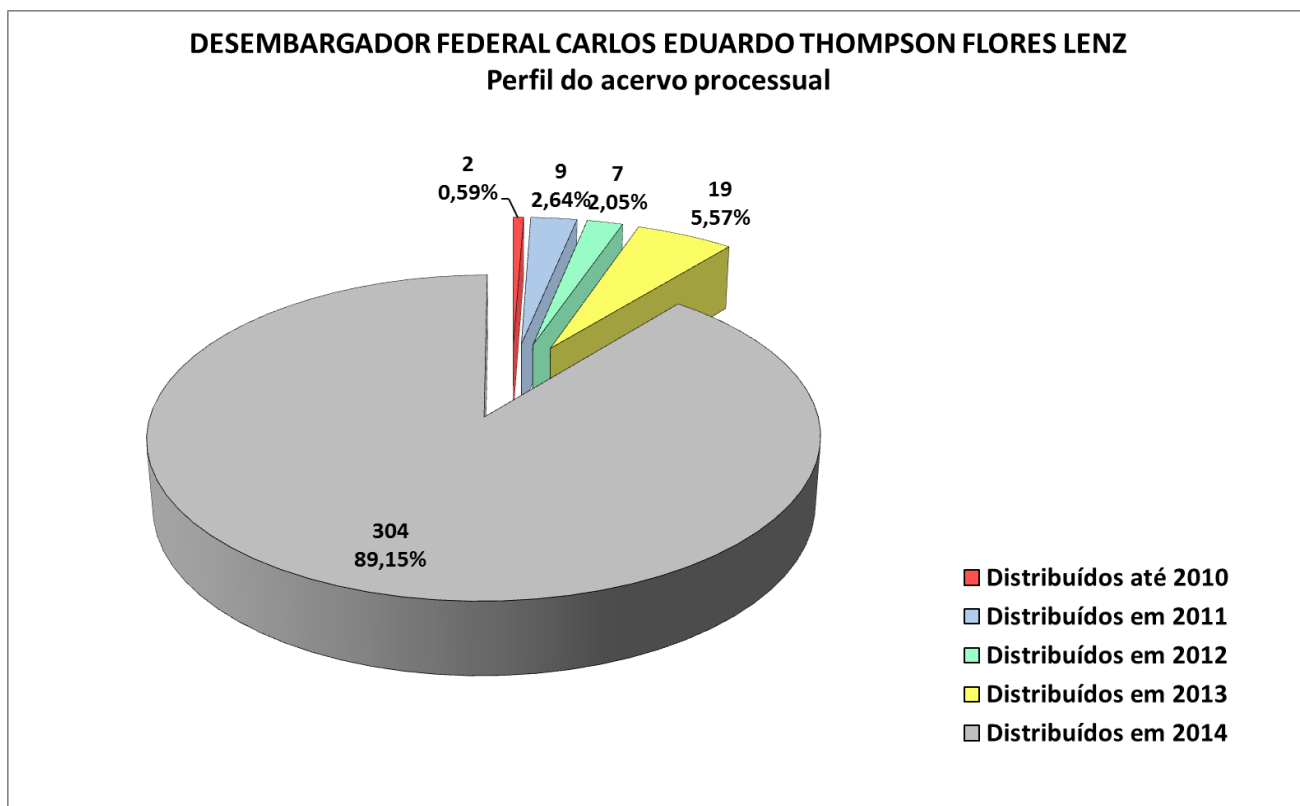
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

A amostragem revelou 1 feito com distribuição originária no TRF4 em data anterior a 31/12/2006, inserido na META 2/2009 CNJ, tendo sido constatada a certificação da baixa definitiva em 9/4/2014 com os autos já arquivados (Petição 200604000009546).

Em termos gerais, restou possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 2 até 2010, 9 em 2011, 7 em 2012, 19 em 2013 e 304 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 90% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

Não foram localizados feitos conclusos inseridos nas METAS 18/2013 e 4/2014 CNJ, nem registro de processos sem movimentação desde a distribuição, redistribuição ou atribuição ao relator.

No estoque de 341 processos conclusos existiam 22 aguardando julgamento desde a distribuição, com apenas 2 acima de 1 ano, mas com previsão de julgamento por ordem cronológica, salvo preferências legais, urgências e modelos repetitivos de fácil resolução.

Foram identificados 6 feitos sobrestados, porém os dados de natureza e fundamento não foram consistentemente apresentados. Não houve constatação de feitos extraviados na unidade.

Quanto ao perfil do acervo por natureza ou objeto processual, verificou-se que 327 eram processos recursais cíveis, destacando-se a existência de 2 recursos em ações populares, 1 em mandado de segurança coletivo, 1 em ação de improbidade administrativa, 28 em ações civis públicas, 6 em ações de desapropriação e 31 em ações com preferência legal (idosos, portadores de necessidades especiais ou de doença grave).

Houve informação de 14 feitos originários em tramitação no Gabinete, dos quais 8 rescisórias.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, sem prejuízo de preferências legais.

Na ocasião, a unidade trabalhava com processos predominantemente distribuídos a partir de 2014, com pequeno saldo de anos anteriores.

Foram listados apenas 2 agravos de instrumento, verificando-se o maior tempo de tramitação no AI 00057167320114040000, que foi interposto em 12/5/2011 e julgado em 28/6/2011, gerando embargos declaratórios apreciados em 24/8/2011, e recurso especial, com o retorno dos autos à Turma somente em 3/2/2014 para eventual juízo de retratação, com julgamento em 5/2/2014, mantendo o acórdão recorrido, seguido de embargos de declaração rejeitados em 2/4/2014 e, atualmente, em fase de publicação e intimação das partes, demonstrando, portanto, que não houve qualquer retardo no âmbito da unidade inspecionada.

O outro agravo de instrumento (AI 50207555420134040000), interposto em 9/9/2013, foi julgado em 19/2/2014 e, vencido o relator, houve embargos declaratórios para exame do Desembargador Federal FERNANDO QUADROS, que foi o prolator do voto vencedor.

Não foram apurados processos de outros relatores com conclusão para revisão, voto-vista, declaração de voto ou lavratura de acórdão.

Houve informação de que foram lavrados 5.446 acórdãos, mas nenhum acima do prazo de 10 dias, com 206 pendentes de lavratura referentes à sessão de 30/4/2014. O magistrado não lavrou acórdãos em processos de outros relatores originários.

Cabe ressaltar que na última verificação no sistema de acompanhamento estatístico do TRF4, ainda durante a inspeção, foi possível apurar que houve a lavratura, na unidade, da totalidade dos acórdãos informados como pendentes em abril/2014, sendo que outros apontados em relatório próprio, extraído na oportunidade, consistiam em processos do Gabinete, mas com acórdãos sujeitos à lavratura por outro membro do colegiado.

Na listagem apurou-se a existência de 6 embargos de declaração (EI 50028922720104047102, AC 50062067320134047102, AC 50104764520104047200, EI 50152291120114047200, AI 50207555420134040000 e EI 50616852820114047100), os mais antigos pendentes de julgamento desde 5/9/2013, sendo que, dentre os casos, havia processo com preferência legal por idade.

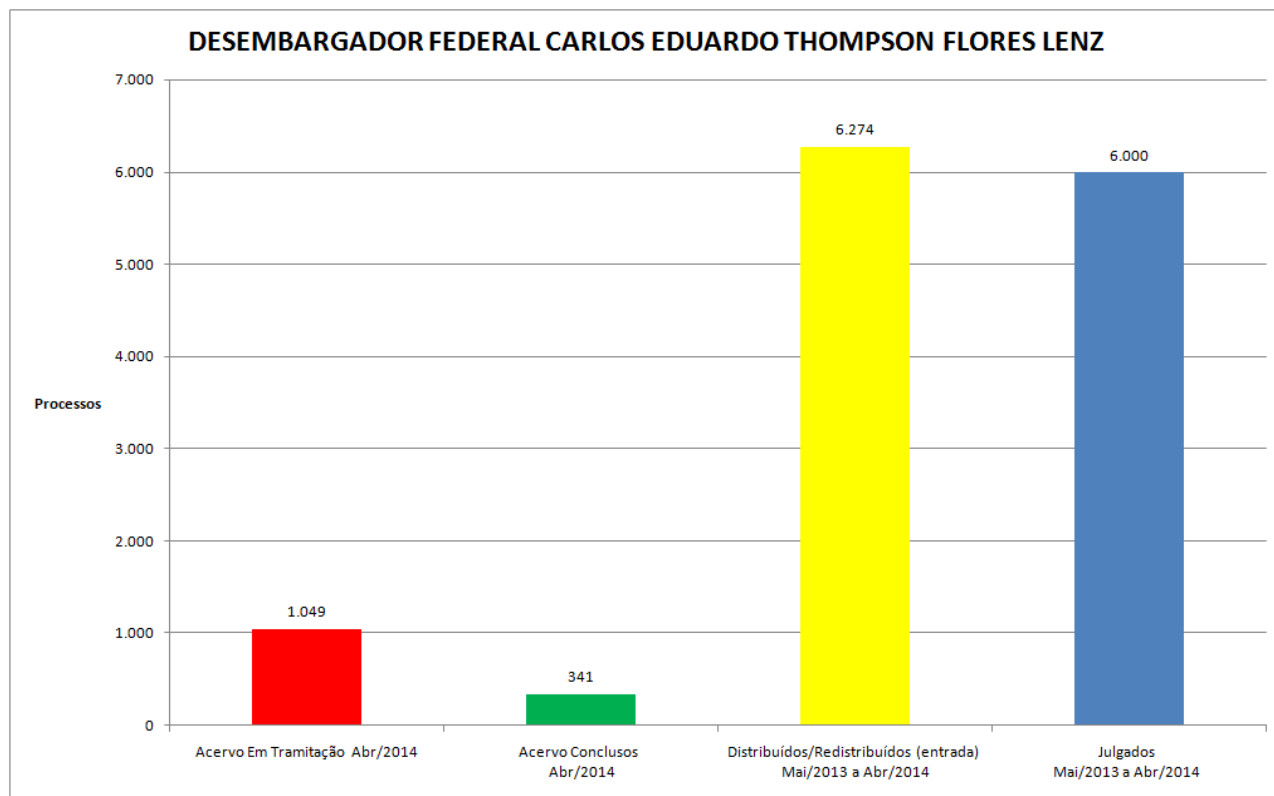
Não constaram da amostragem agravos legais ou regimentais.

No acervo geral foi informada a pendência de 75 embargos de declaração, dos quais 12 com conclusão superior a 30 dias; 48 agravos internos, dos quais 1 com conclusão superior a 30 dias; e 2 processos com decisão provisória deferida havia mais de 90 dias e ainda não submetidos ao exame do colegiado.

No último acompanhamento processual, feito pela equipe no curso da inspeção, dados atualizados relativos a embargos de declaração, cuja situação se destacava na unidade, revelaram que o acervo foi reduzido para 17 processos, com a conclusão mais antiga desde 19/5/2014, quadro que revelou existência de tratamento adequado aos feitos nesta fase processual, sem atrasos para efeito de recomendação específica.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 6.274, redistribuição com saída de 221, e julgamento de 6.000 processos, resultando, assim, na produtividade de 96%, com leve aumento do acervo (+ 53), o que, no quadro geral da gestão, não se revelou preocupante, pois não configurada a perda do controle no fluxo processual, além do que o perfil do estoque era de processos novos.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



No período abrangido pela inspeção houve proliferação de elevado volume de decisões, assim distribuído: 2.169 votos em pautados ou adiados, 3.551 em recursos em mesa, 1 declaração de voto, 5.049 decisões monocráticas terminativas, 1.207 decisões em pedidos de antecipação de tutela ou liminar, 17 interlocutórias diversas e 1.559 despachos de mero expediente em processos físicos.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos, a maioria foi distribuída a partir de 2014, portanto com tramitação recente no TRF4.

No tocante à dinâmica processual, possível constatar a existência, como regra, de adequada tramitação do acervo, sem problemas generalizados e graves de gestão. Foi informado que o tempo médio de tramitação dos feitos físicos no Gabinete era de quase 5 meses, o que se revelou compatível com a idade prevalecente no acervo de processos conclusos.

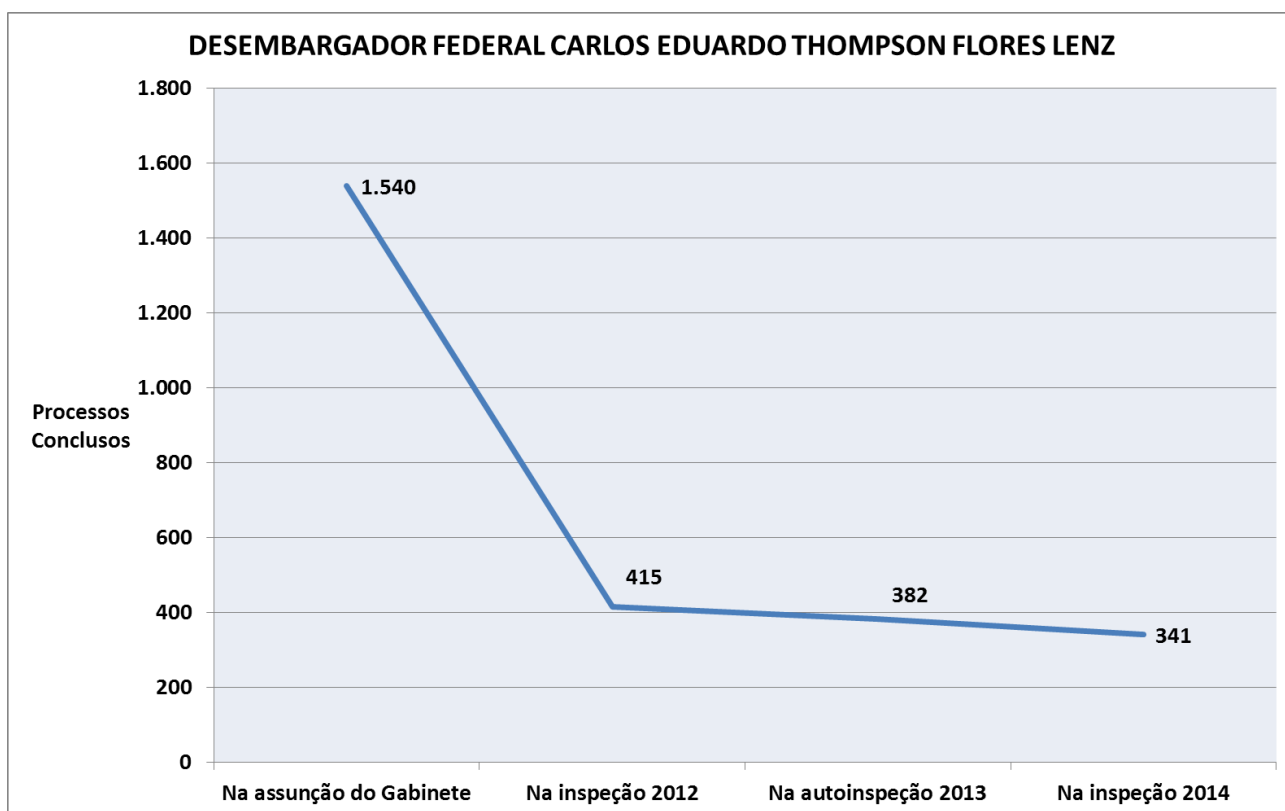
As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente congêneres, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir política de redução e controle do acervo. O fato de ter sido negativo o fluxo processual, entre maio/2013 a abril/2014, não

causa maior preocupação, pois os dados estatísticos majoritariamente apontaram para a existência de adequada gestão processual, tanto que o acervo permaneceu reduzido sem indícios de crescimento permanente ou progressivo, devendo, portanto, a própria unidade acompanhar a situação do fluxo específico para efeito de aperfeiçoamento.

A análise histórica apontou que, em fevereiro/2002, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 1.540 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 415 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 382 processos. Na presente inspeção o acervo estava composto de 341 processos conclusos no Gabinete, dentre os 1.049 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, tendo sido fornecidos todos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. A adequada gestão administrativa colaborou na consecução das metas processuais.

O acervo de conclusos era de 341 feitos, o menor da Turma, distribuídos, a maioria, a partir de 2014. A distribuição superou a produtividade no período, mas de forma mínima, sem apontar para descontrole ou risco à qualidade da gestão processual e administrativa do Gabinete. Houve prolação, no interregno, de 13.593 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, conforme informado pelo setor de estatística do TRF4, era de apenas 1 feito.

O movimento de redução do acervo foi elevado e consistente até a autoinspeção em 2013, o que permitiu que o Gabinete apresentasse, quando da inspeção, o menor estoque processual da Turma, fato que merece registro e reconhecimento, considerando que o pequeno saldo negativo no fluxo processual do período de maio/2013 a abril/2014, como já registrado, não se revelou preocupante.

Na amostragem havia embargos de declaração, porém todos com conclusão recente, não denotando qualquer atraso na tramitação ou julgamento.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) cumprir recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhar respectivos andamentos e priorizar julgamentos; e (2) aplicar recomendações, feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral, que se encontrem em situação processual semelhante.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO QUADROS DA SILVA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **FERNANDO QUADROS DA SILVA**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, 2ª Seção, 3ª Turma e Conselho de Administração.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 15/3/2010.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 21 auxiliares (16 efetivos e 5 estagiários) e 15 em atividade-fim.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 5 FC4, 1 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (março/2010):	7.868
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	4.597
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014): (+ 1.413 atribuídos e conclusos a Juiz Federal Auxiliar, total de 5.161)	3.748
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	3
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	3.745

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	1
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	1
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	5

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	5.927
2.3.2. Média mensal:	493,9

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
---	--

2.4.1. Total:	5.691
2.4.2. Média mensal:	474,3

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	9.324
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	7.108
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	328
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	611
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC): não informado	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	98
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	109
2.5.9. Mero expediente:	2.915

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	6.262
2.6.2. Total de processos julgados:	5.691
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.626
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	237
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.345
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal: não informado	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída): (incluindo 1.500 feitos atribuídos a Juiz Federal Auxiliar)	1.914
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 1.343

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	7.964
2.7.2. Acórdãos lavrados:	7.736
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	3
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	231

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	7.740
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	3
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	236

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Organização do acervo por localizadores (temáticos: indicam matéria; classe: indicam classe processual; servidores e estagiários: indicam responsável pelo feito; processuais:

possibilitam controle e monitoramento dos processos movimentados); feitos físicos com localização por servidor, constituindo parte mínima do acervo; controle interno por localizadores para localização e acompanhamento em tempo real; sistema de controle de acervo do e-ProcV2 para relatórios de gerenciamento; metas gerais e individuais com tarefas monitoradas e distribuição de atividades com observância de aptidões individuais para análise e elaboração de minutas; controle periódico de produtividade, incluindo pautados e decididos monocraticamente; avaliações periódicas de resultado quando da apuração das metas individuais, mensal e semestralmente, por estatística interna com comparativo de feitos distribuídos/julgados, e anualmente, ao término do ano judiciário, com a apuração da meta geral do Gabinete; metas periódicas de produtividade, com apuração geral anual e individual por períodos menores; acórdãos minutados juntamente com relatório e voto, antes de serem pautados, com remessa para publicação no prazo de 2 dias; decisões monocráticas encaminhadas para publicação no mesmo dia ou dia seguinte após a prolação; e controle estatístico pelos sistemas e-ProcV2 e no GEDPRO, que fornecem variados relatórios gerenciais.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, 2ª Seção, 3ª Turma e Conselho de Administração, atuando como suplente na Corte Especial.

Assumiu o Gabinete em 15/3/2010, em Turma especializada em Direito Administrativo, Civil, Comercial e residual das demais Seções, cuja média mensal de distribuição foi de 493,9 processos no período da inspeção (maio/2013 a abril/2014).

Houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete, em período abrangido pela inspeção.

Na assunção, o Gabinete tinha o acervo de 7.868 processos conclusos. Na inspeção anterior, em 26/9/2013, contava com 4.415 processos e na autoinspeção, em 26/9/2013, com 5.029 feitos. Em abril/2014, o acervo de conclusos era de 5.161 feitos, dos quais restavam 1.413 atribuídos a juiz federal, convocado para auxílio ao Gabinete no período de 17/3 a 28/11/2014.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 267,71 processos por servidor, o que se revelou inadequada, no momento, para a gestão célere e eficiente da unidade, razão da convocação de Juiz Auxiliar.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 6.262, com média mensal de 521,8 processos. A menor distribuição foi de 351 processos em dezembro/2013, e a maior foi de 575 em setembro/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 5.691 processos (média mensal de 474,3), com saída por redistribuição de 1.914, dos quais 1.500 atribuídos a juiz federal, convocado em função de auxílio, fator excepcional que acarretou o fluxo positivo de 1.343 processos.

O controle de movimentação dentro do Gabinete foi feito com recursos do sistema SIAPRO para os processos físicos e do e-Proc. para os eletrônicos, possuindo o Gabinete número extremamente reduzido de processos físicos.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 59 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais apelações cíveis, ações civis públicas, reexames necessários, mandados de segurança, agravos de instrumento e ação rescisória.

Em 2013 houve autoinspeção em 117 processos, verificando-se 1 pendência, em feito que teve antecipação de tutela deferida em 22/2/2013 e que estava e continua pendente desde 15/3/2013, sem qualquer movimentação posterior (50065351920124000000).

O processo mais antigo da amostragem foi distribuído em 21/11/2002, encontrando-se em ordem, com acórdão datado de 10/4/2014, publicado em 10/4/2014 e a União Federal intimada em 2/5/2014.

A amostragem não revelou a existência de pendências relativamente aos processos que passaram pela inspeção de 2012.

Foi possível detectar, na amostragem, feitos sem movimentação desde a distribuição, e outros sem movimentação por longos períodos: 00005612120134040000, concluso desde 5/11/2013; 50000170220104047000, com distribuição e atribuição em 17/6/2011, sem movimentação posterior; AC 50001050420104047109, parecer do MPF pela redistribuição em 9/2/2012 e sem movimentação posterior; ACP 50001993920114047004, manifestação do MPF em 7/2/2013 e sem movimentação posterior; AC 50006368020114047004, sem movimentação desde 4/6/2013; RN 50012712120124047103, paralisado desde 20/8/2012; ACP 5001986542012404720, sem movimentação desde 7/2/2013; AC 50036239320104047208, distribuição e atribuição em 12/1/2012, sem movimentação posterior; AC 50046604820114047006, distribuído e atribuído em 13/1/2012, sem movimentação posterior; AC 50056447520104047100, paralisado desde 15/12/2011;

AC/RN 50067617020114047002, paralisado desde 26/1/2012; AC/RN 50067634020114047002, paralisado desde 24/1/2012, RN 50106639720124047001, parecer do MPF em 6/9/2012, sem movimentação posterior; RN 50108007920124047001, manifestação do MPF em 10/9/2012, sem movimentação posterior; AC 50218442620114047100, parecer do MPF em 29/2/2012, sem movimentação posterior; AC 50355058120114047000, atribuição em 13/1/2012, sem movimentação posterior; e AC 50358236420114047000, atribuído em 13/1/2012, sem movimentação posterior.

Constatou-se, também, na amostragem a existência de processos analisados que, não obstante tramitações atualmente regulares, ficaram sem impulso oficial por prazo superior a 90 dias: 00122325120124049999, 00209616620124049999, 00215116120124049999, 00215575120124049999, 00219913920124049999, 50005412620114047206, 50012552220124047215, 50014941220104047113, 50048315620124047010 e 50274978120124047000.

Também constatado que os feitos 50028912620124047214 e 50038103320124047111 foram distribuídos em fevereiro/2013, porém ainda não haviam recebido impulso oficial.

No que diz respeito aos agravos de instrumento 000645915201340400000 e 00068324620134040000, apesar das tramitações atualmente regulares, foram distribuídos em outubro/2013 e os pedidos de urgência (tutela antecipada) somente foram analisados em abril/2014.

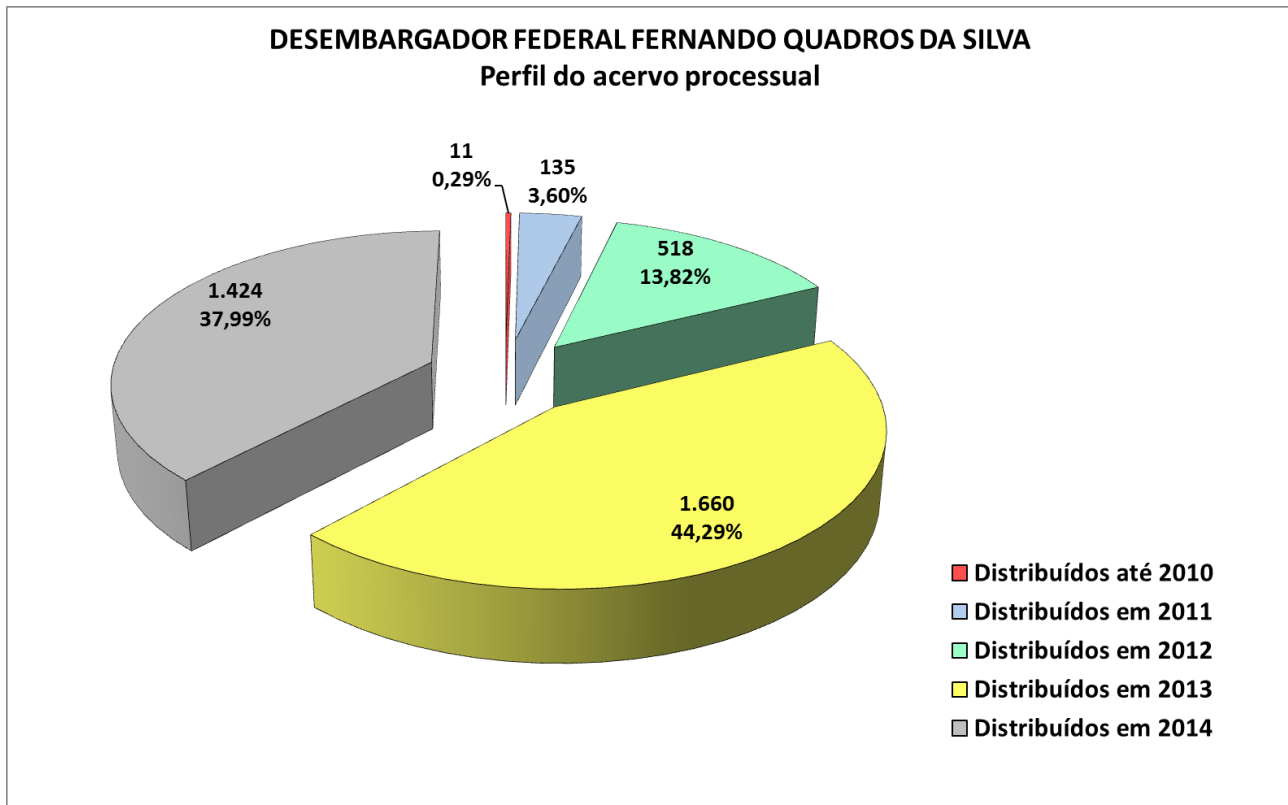
A amostragem revelou existir 1 processo com antecipação de tutela ou liminar no TRF4 e ainda sem decisão definitiva ou acórdão proferido: AP/RN 50065351920124047200, paralisado desde 15/3/2013.

Foram encontrados na amostragem 2 recursos em ações civis públicas apenas com parecer do Ministério Público e sem outra movimentação: 50120321120124047201, autos distribuídos no TRF4 em 15/1/2013, parecer do MPF em 10/2/2013, sem movimentação posterior; e 50126905320124047001, distribuídos em 10/1/2013 e parecer em 16/1/2013.

Também havia 1 recurso em ação popular paralisado: 50283969320134040000, autos distribuídos em 3/12/2013, parecer do MPF em 29/1/2014, sem movimentação posterior.

Em termos gerais, possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, tiveram triagem para tratamento próprio e preferencial, restando apenas 2 processos incluídos nas metas.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 11 até 2010, 135 em 2011, 518 em 2012, 1.660 em 2013 e 1.424 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil.



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 38% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

Constou a informação da existência de 1 processo incluído na Meta 18/2013 (ações de improbidade administrativa e a ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública, distribuídos até 31.12.2011) e mais 5 na Meta 4/2014 (distribuídos em 2012).

No estoque de 4.597 processos em tramitação foram indicados 3 feitos sobrestados, constando 3.748 conclusos, excluídos os do mutirão, lembrando que o acervo era formado, predominantemente, por feitos com até 1 ano de distribuição.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade. Na ocasião da inspeção, a unidade trabalhava, preponderantemente, com processos distribuídos a partir de 2012, com pequeno saldo de período anterior.

Em abril/2014 havia 8 feitos conclusos desde a distribuição e sem prolação de decisão interlocutória, decisão terminativa ou voto, e 90 na mesma situação havia mais de 2 anos.

Houve informação de que foram lavrados 7.736 acórdãos, sendo que 3 em prazo superior a 10 dias, além da pendência de 231 acórdãos, que ainda não haviam sido lavrados na data base da inspeção. Houve ainda lavratura de 32 acórdãos em feitos de outros relatores originários, sem registro de atraso.

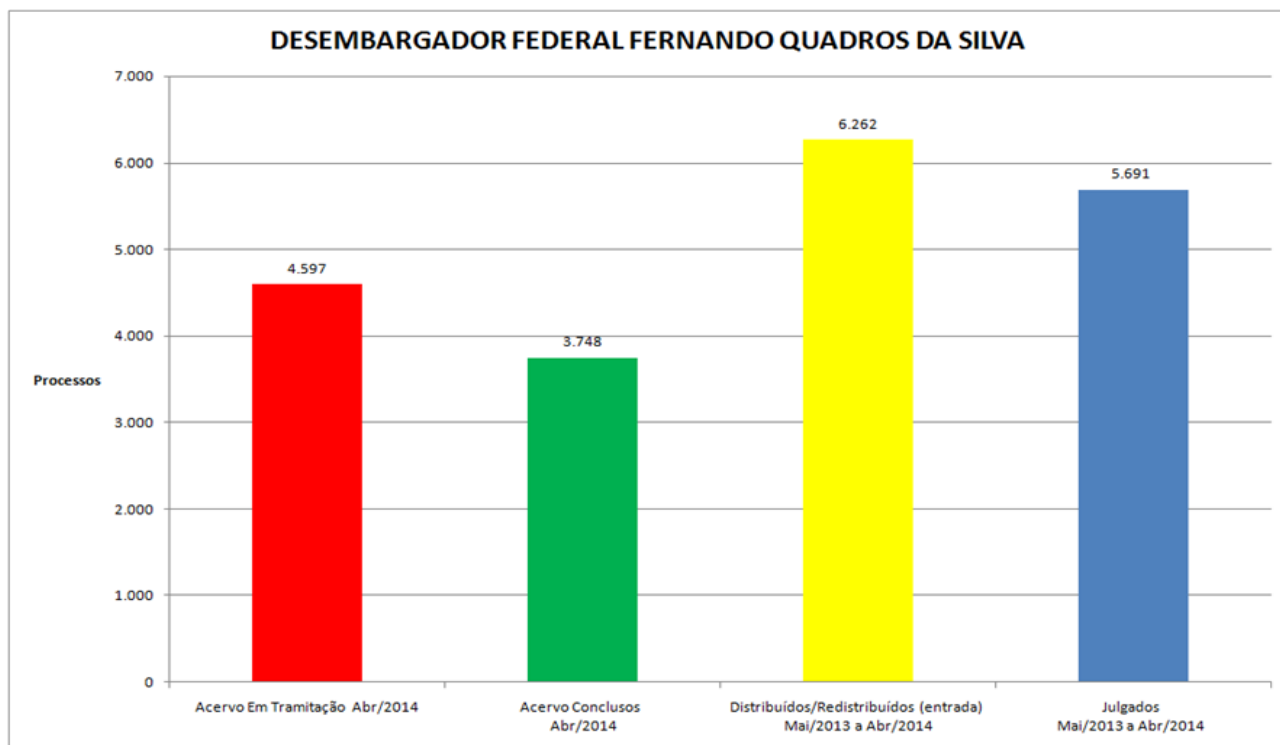
Foi indicado o extravio dos autos do AI 00048659720124040000, restaurado pelo feito 0007718452013404000/SC, julgado e com baixa definitiva em 9/5/2014.

No acervo geral, em 30/4/2014, existiam 319 processos com embargos de declaração, dos quais 68 com conclusão superior a 30 dias, e 25 agravos legais ou regimentais, sendo que 8 conclusos havia mais de 30 dias, e 85 processos com deferimento de liminar, cautelar ou tutela antecipada, ou com provimento do recurso por decisão monocrática havia mais de 90 dias e não submetidas ao exame do colegiado.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os da META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominavam no estoque processos distribuídos a partir de 2013, com tramitação, pois, recente no TRF4.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir política de redução de acervo com fixação de metas e gerenciamento processual, tendo sido necessário recorrer a auxílio e convocação de juiz federal com a atribuição inicial de 1.500 processos para julgamento.

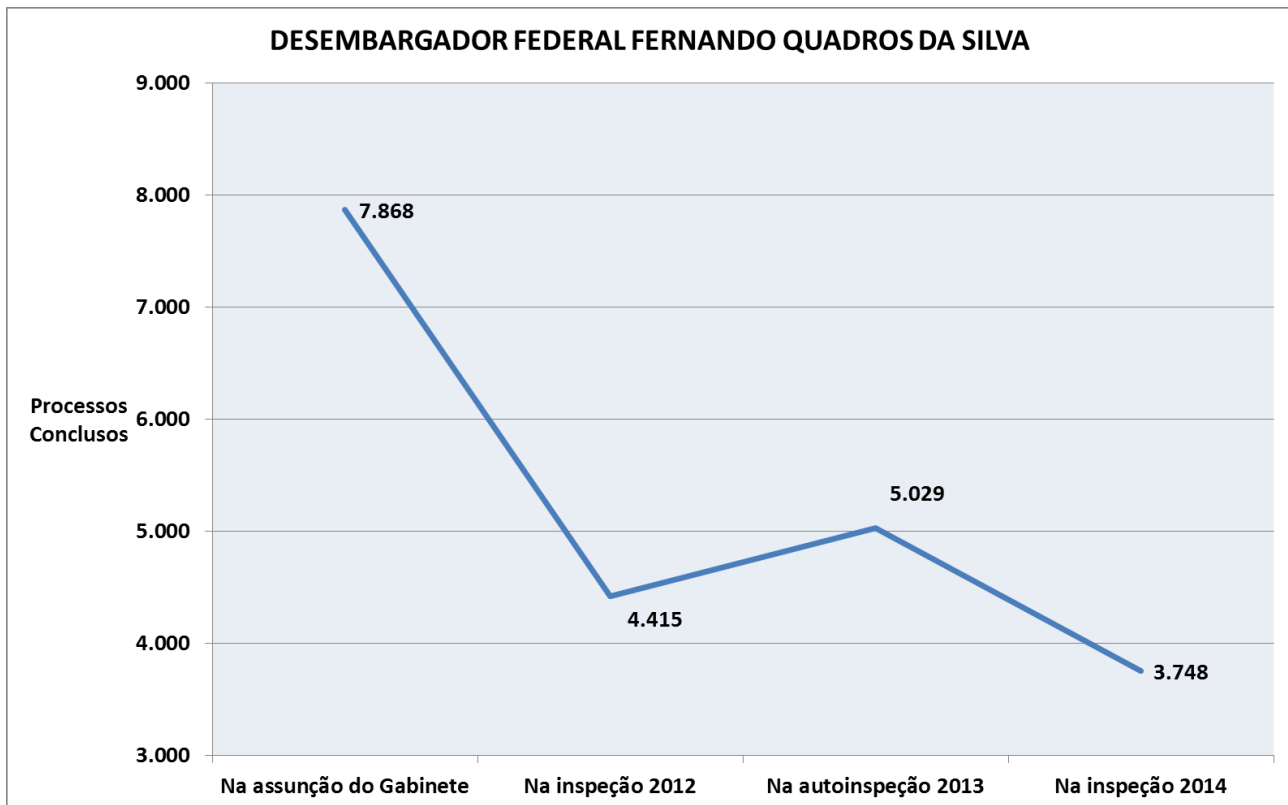
O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



No período abrangido pela inspeção houve prolatação de elevado volume de decisões, sendo 7.108 votos em processos pautados ou adiados, 328 votos em processos julgados em mesa, 611 decisões monocráticas terminativas, 98 decisões em liminares e antecipação de tutela, 109 outras decisões interlocutórias e 2.915 de mero expediente.

A análise histórica apontou que, em 15/3/2010, na assunção do Gabinete, o acervo era de 7.868 processos; com redução para 4.415 na inspeção anterior, em novembro/2012, e aumento para 5.029 na autoinspeção de setembro/2013. Na atual inspeção, verificou-se acervo de 3.748 processos, reduzido em razão, particularmente, do elevado volume de feitos atribuídos a juiz federal, convocado para auxílio (1.500 processos).

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade.

O acervo de conclusos era de 3.748 processos, sem considerar os 1.500 processos que foram atribuídos a juiz federal em auxílio no Gabinete. Predominavam no estoque

processos distribuídos a partir de 2012. A produtividade foi insuficiente para a redução do acervo no período, considerando que a distribuição superou os julgamentos em 571 processos. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de apenas 8, representando 0,17% do acervo de feitos conclusos.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, porém necessário, a despeito do auxílio em curso na unidade, implantar plano de trabalho para elevar a produtividade, superando distribuição e reduzindo acervo. Ademais, outras providências e ajustes devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) como providência geral, extensiva a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade, priorizar julgamento de processos inseridos na META/CNJ (especialmente 2/2009, 2/2010, 18/2013 e 4/2014), outros com distribuição mais antiga, agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e embargos de declaração conclusos com mais de 30 dias, bem como os feitos paralisados por longo período; (2) observar prazo de 10 dias para lavratura de acórdãos; (3) priorizar processos com deferimento de liminar, cautelar ou tutela antecipada, ou com provimento do recurso por decisão monocrática, há mais de 90 dias e não submetidos ao exame do colegiado; (4) priorizar julgamento de todos os feitos inspecionados em situação de atraso ou com pendência na unidade; e (5) especificamente, providenciar andamento prioritário de ações coletivas paralisadas por longo tempo e de processo com antecipação de tutela ou liminar no Tribunal e ainda sem decisão definitiva ou acórdão proferido (ACP 50120321120124047201, distribuída em 15/1/2013, parecer do MPF em 10/2/2013, sem movimentação posterior; ACP 50126905320124047001, distribuída em 10/1/2013, parecer do MPF em 16/1/2013; e AP/RN 50065351920124047200, paralisado desde 15/3/2013).

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE**.
- 1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 2ª Seção e 4ª Turma.
- 1.3. Tempo de atuação na atual Turma:** desde 26/1/2012.
- 1.4. Quadro de pessoal:** 19 auxiliares (16 servidores efetivos, 3 estagiários de nível superior).
- 1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (26/1/2012):	6.039
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	9.566
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014): (+1.500 atribuídos e conclusos à Juíza Federal Auxiliar, total de 5.177)	3.677
2.1.4. Acervo de sobrestados (fevereiro/2014):	40
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014): (+ 1.500 atribuídos e conclusos à Juíza Federal Auxiliar, total de 5.177)	3.637

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	5
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	1
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	2
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	11
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	4
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	20

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.275
2.3.2. Média mensal:	522,9

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	5.800
2.4.2. Média mensal:	483,3

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	12.315
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	6.768
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.002
2.5.4. Declarações de voto:	2
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.187
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	420
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.281
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	20
2.5.9. Mero expediente:	2.055

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	6.275
2.6.2. Total de processos julgados:	5.800
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.446
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	295
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.458
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	1.100
2.6.3. Processos redistribuídos (saída): (incluindo 1.500 feitos atribuídos à Juíza Federal Auxiliar)	1.806
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 1.331

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	8.011
2.7.2. Acórdãos lavrados:	8.013
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	57
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	26

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	8.003
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	61
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	32

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Orientação dada pelo magistrado quanto a cada tipo de processo; chefe de Gabinete, assessora e assessor adjunto são responsáveis pela localização e controle de processos

distribuídos e do acervo, além de responsabilidade em relação a certos tipos de processo; contato direto dos servidores com o Desembargador; controle e correção de minutas de voto apresentados por estagiários feitos pelo servidor responsável pelo setor; preparação de pauta e providências após as sessões a cargo de servidor específico; organização do acervo de forma dinâmica, conforme necessidades; fixação de metas por antiguidade, vez que o acervo contava, em janeiro/2012, com 80% dos processos mais antigos de todo o TRF4, de maior complexidade; foco atual em função da data de autuação e do assunto envolvido; prioridade nos agravos de instrumento, no sentido de seu exame no mesmo dia da entrada; controle estatístico periódico, com acompanhamento das metas individuais; planejamento feito em razão das metas, criando estratégia para alcançá-las, levando-se em conta o perfil individual dos servidores e estagiários do grupo; distribuição das atividades com separação por classe processual e matéria, com possibilidade de alterações para otimizar trabalhos; meta individual mensal de 50 minutas de votos, mas nos agravos de instrumento o controle é diário. Como boa prática foi citada a elaboração conjunta de voto e ementa, tornando mais célere a publicação do julgado, sem que tenha o processo de retornar ao Gabinete para lavrar o acórdão.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, Corte Especial, 2ª Seção e 4ª Turma. No período de 17/3/2010 a 25/1/2012 atuou na 6ª Turma da 3ª Seção, após o que houve a remoção para a atual Turma.

Em razão das férias do titular, estava em substituição o Juiz Federal Luiz Carlos Cervi, titular da 1ª Vara Federal de Erechim/RS, que recebeu a equipe de inspeção.

Houve convocação de juíza federal para auxílio ao Gabinete, em período abrangido pela inspeção.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 6.275, com média mensal de 522,9 processos. A menor distribuição foi de 352 processos em dezembro/2013, e a maior foi de 577 em setembro/2013.

Em relação à produtividade, o total de feitos julgados foi de 5.800, com média mensal de 483,3 processos, com saída por redistribuição de 1.806 processos, dos quais 1.500 atribuídos à Juíza Federal, convocada para auxiliar no Gabinete, fator excepcional que acarretou o fluxo positivo de 1.331 processos.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes e os que tramitavam externamente foram requisitados e inspecionados.

Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados, todos localizados para análise da equipe. Foram inspecionados 59 processos da listagem, através de exame físico e eletrônico, em diferentes fases e classes processuais.

Na listagem, não constou processo extraviado; e no acervo geral, foi apurado 1 processo extraviado e já restaurado, sem a indicação do seu número.

Considerados os recursos julgados em mesa, a amostragem não revelou a existência de agravos legais/regimentais; entretanto ainda havia 4 embargos de declaração pendentes de julgamento no Gabinete (00156742020104040000, 200272000036988, 200770000319840 e 50043610620124040000).

Foram apurados 2 feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual (200670000302276 e 50199053420124040000).

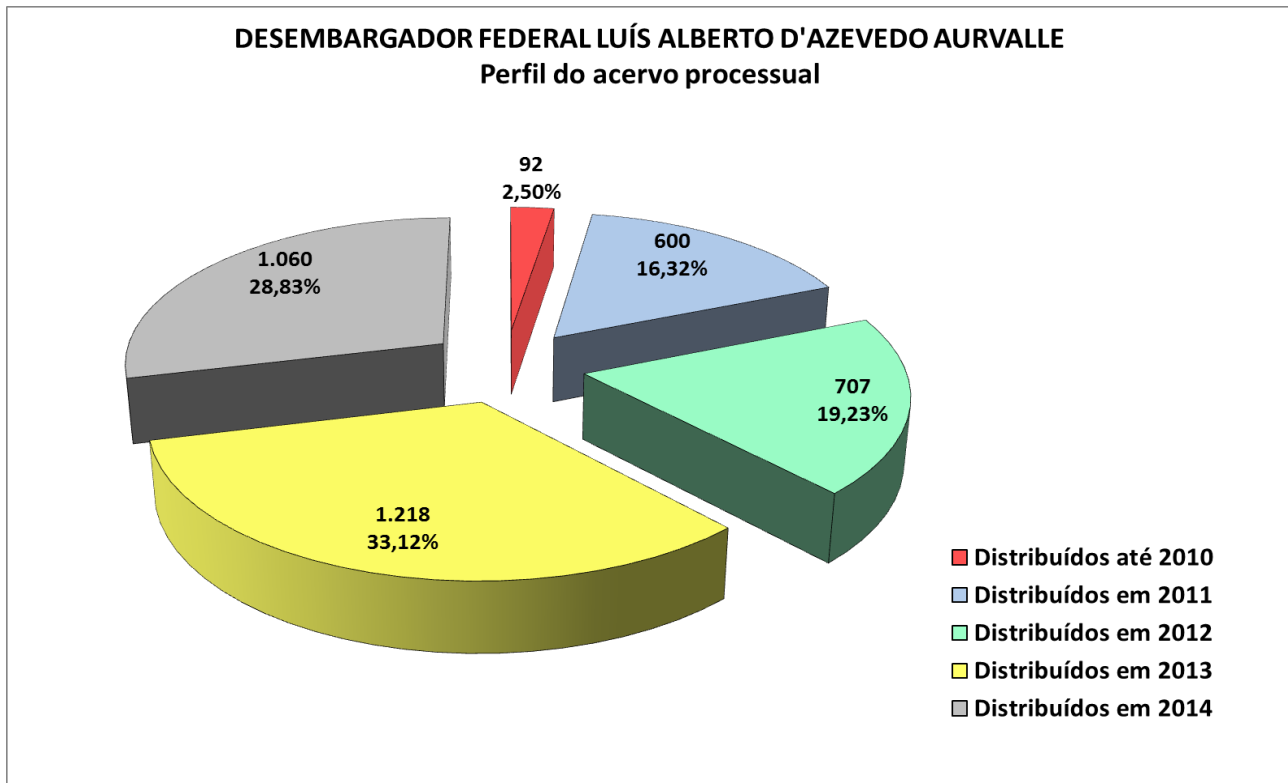
Também foram examinados 20 processos em razão de representação por excesso de prazo, restando 6 que ainda dependiam de regularização (00074485520124040000, 00156742020104040000, 200572080016800, 200670000302276, 200872000081212 e 50002373120104047216).

A amostragem indicou 1 feito com distribuição originária no TRF4, anterior a 31/12/2006, inserido na META 2/2009 e 2010 CNJ (200104010795691).

No acervo total da unidade, em abril/2014, foram identificados feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, no total de 6, representando, portanto, 0,16% de todo o estoque em tramitação.

Em termos gerais, possível concluir que os feitos da META 2 CNJ foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 92 até 2010, 600 em 2011, 707 em 2012, 1.218 em 2013 e 1.060 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 97% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 29% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

Na ocasião a unidade trabalhava com processos distribuídos a partir de 2011, com pequeno saldo de período anterior. Pelo estado geral do acervo, avaliado por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados por ordem de antiguidade, em que a data da distribuição pareceu prevalecer sobre a data da conclusão na eleição da metodologia de trabalho.

Foram listados 8 agravos de instrumentos, dos quais 2 aguardavam julgamento de embargos de declaração (50013379620144040000 e 50043610620124040000), estando os demais em situação regular. Não foi informada a existência de agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal. Constaram 55 agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida, sem exame pelo colegiado, embora ainda dentro do prazo para impugnação.

A amostragem localizou 5 recursos em ações civis públicas ainda pendentes de exame (5000423620114047208, 50001306520114047114, 50007968720114047204, 50012161120104047113, 50013273420104047003 e 50068294220104047200); e 5 ações rescisórias, das quais 1 foi julgada em 10/4/2014 (00094445920104040000), 1 foi arquivado (200104010795691), 1 aguardava exame de liminar (50199053420124040000) e 2 exibiam movimentação regular (50135622220124040000 e 50245965720134040000).

Foi identificado, ainda, 1 recurso em ação popular com decisão terminativa, indeferindo a inicial em 8/5/2014 (50283111020134040000). Cabível a tramitação prioritária dos feitos, seja pela natureza especial dos processos, seja pela data de distribuição.

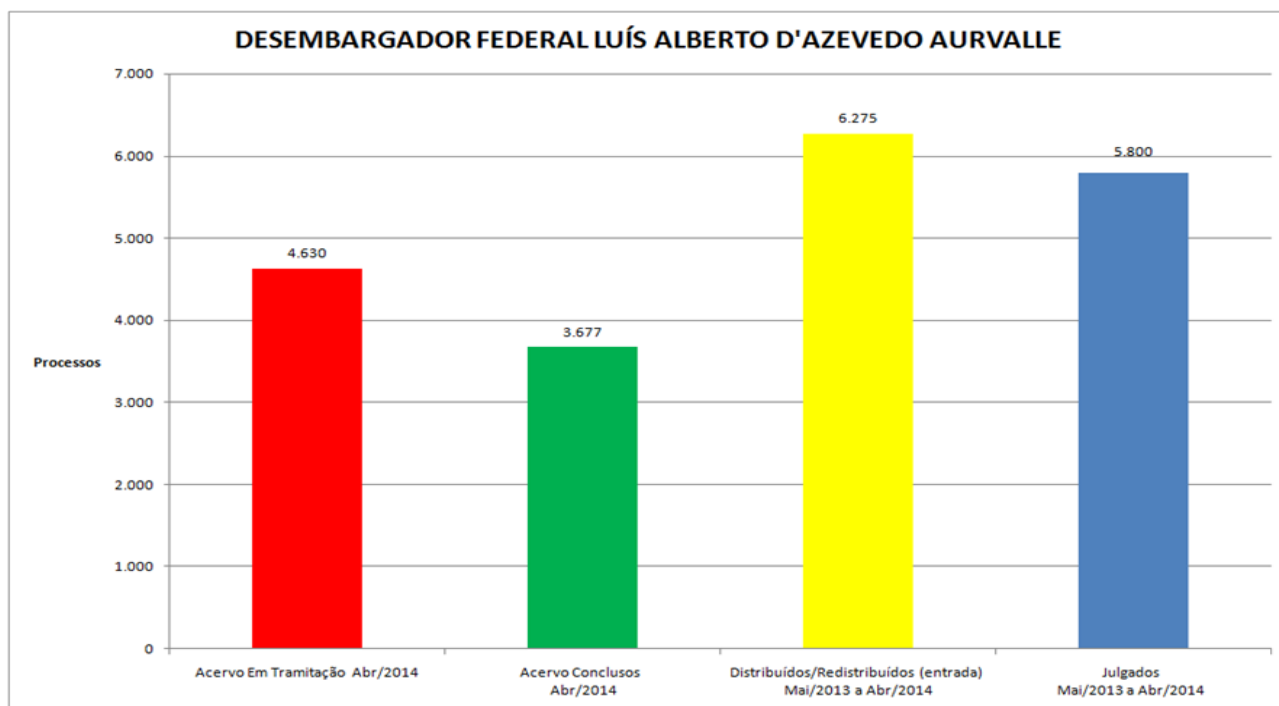
Havia 22 processos sobrestados por decisão proferida pelo STF/STJ.

Dentre as pendências em feitos de outros relatores, constaram, no acervo geral, 12 conclusões para voto-vista, dos quais 9 havia mais de 30 dias, além de 1 processo concluso para lavratura de acórdão. Na listagem, contudo, nenhuma pendência foi relacionada para inspeção.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais foram detectados 45 processos com decisões monocráticas da relatoria (liminar, cautelar, antecipação de tutela, provimento ou negativa de seguimento a recurso), proferidas havia mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 6.275 processos com julgamento de 5.800, resultando, assim, na produtividade de 92,43%, com pequena elevação do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para inversão do fluxo processual para retomada do controle estatístico e redução do acervo.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



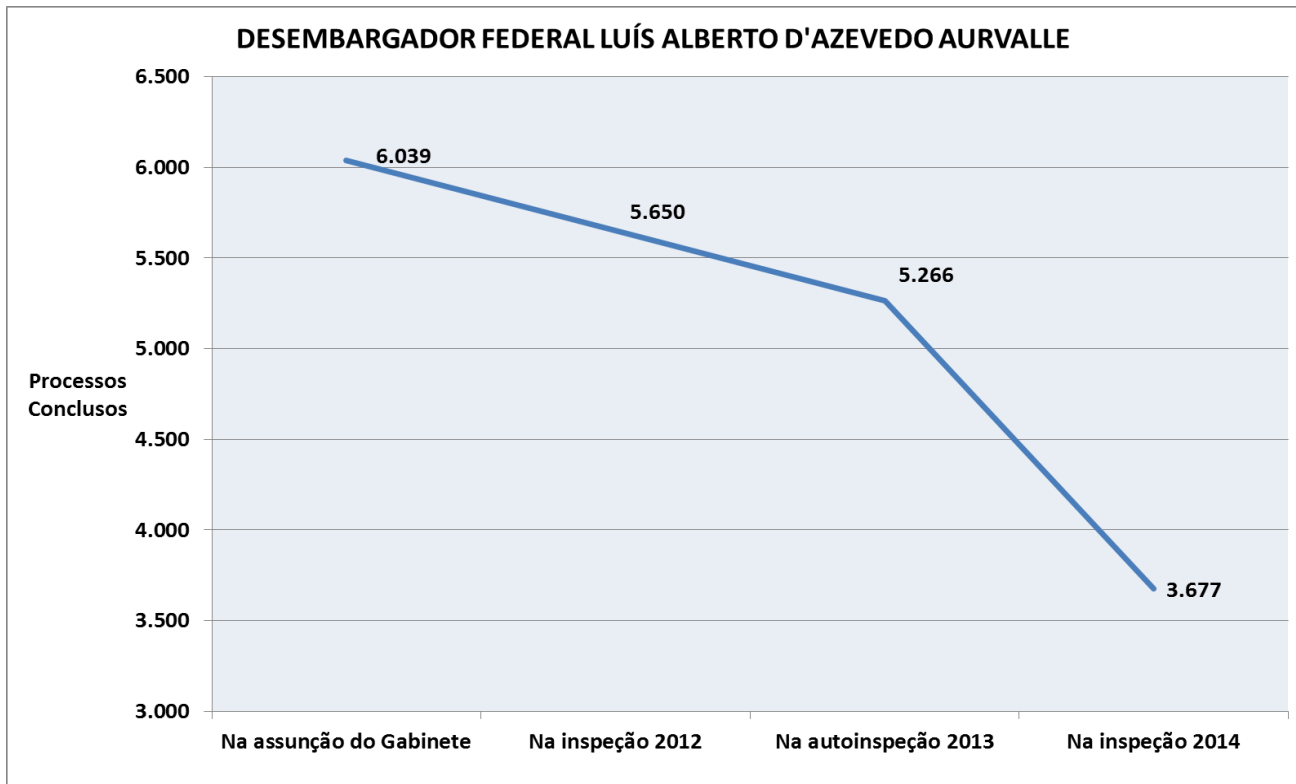
As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelaram que, em termos de perfil, o acervo indicava acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo, ainda, os previstos na META 2/2009 a 2014 CNJ, META 18/2013 e META 4/2014, sendo necessário, portanto, priorizar o julgamento dos referidos feitos. Predominavam processos distribuídos a partir de 2011 e, portanto, com menos de 3 anos de tramitação no TRF4.

Com relação à dinâmica processual, possível constatar tramitação célere do acervo em geral, salvo casos pontuais identificados para efeito de recomendações específicas.

Em termos de fluxo processual, verificou-se que houve redução do acervo desde que o atual titular assumiu o Gabinete (6.039, em 26/1/2012, para 5.177, em abril/2014), porém, no período inspecionado, houve elevação do estoque processual, justificando a adoção de políticas de redução.

A análise histórica apontou que, em janeiro/2012, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 6.039 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 5.650 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 5.266 processos. Na atual inspeção, verificou-se o acervo de 3.677, reduzido em razão, particularmente, do elevado volume de feitos atribuídos à Juíza Federal, convocada para auxílio (1.500 processos).

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos no Gabinete era de 3.677 processos, sem considerar os 1.500 processos que foram atribuídos à juíza federal em auxílio no Gabinete. A produtividade foi insuficiente para a redução do acervo no período, considerando que a distribuição superou os julgamentos em 475 processos. Apesar do fluxo processual negativo no período de maio/2013 a abril/2014, percebeu-se gradual redução do acervo de processos desde que o atual titular a assumiu em 26/1/2012.

Houve prolação, no interregno de maio/2013 a abril/2014, de 12.315 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de apenas 44, equivalente a 0,85% do acervo de feitos conclusos.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, porém necessário, a despeito do auxílio em curso na unidade, implantar plano de trabalho para elevar a produtividade, superando distribuição e reduzindo acervo. Ademais, outras providências e ajustes devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

1) Recomendações específicas:

- julgamento, no prazo de 60 dias, dos feitos 200770000319840, 200272000036988, 50043610620124040000, 200872000081212, 200572080016800, 50001306520114047114, 50002373120104000000, 50002373120104047216, 50135622220124040000, 50068294220104047200 50007968720114047204 e 50035754020104047110.
- exame imediato da petição 12/0491000 para designação de audiência conciliatória, dos embargos declaratórios no feito 00156742020104040000 e do pedido liminar no processo 5019905-34.2012.404.0000.
- conclusão nos autos 200471000263550 e 50012161120104047113.
- publicação do acórdão do processo 5006105-46.2012.404.7207 em 15 dias.
- informar à CGJF, após encerrado o auxílio autorizado para o período de março a novembro/2014, acerca dos resultados efetivamente alcançados.

- 2) Recomendações gerais, extensivas a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade:
- priorizar julgamento dos processos de META/CNJ (especialmente 2/2009, 2/2010, 18/2012, 2/2013, 2/2014, 18/2013 e 4/2014), processos com preferência legal, processos de distribuição mais antiga, agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias.
 - priorizar apresentação dos 12 votos de vista, dos quais 9 com conclusão superior a 30 dias.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR**.
- 1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, 2ª Seção e 4ª Turma.
- 1.3. Tempo de atuação na atual Turma:** desde 8/8/2012.
- 1.4. Quadro de pessoal:** 20 auxiliares (15 servidores efetivos, 5 estagiários de nível superior).
- 1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (8/8/2012):	4.170
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	5.717
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	4.915
2.1.4. Acervo de sobrestados (fevereiro/2014):	296
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	4.619

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	6
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	4
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	2
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	7
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	5
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	4
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	13

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.220
2.3.2. Média mensal:	518,3

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	5.756
2.4.2. Média mensal:	479,7

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	12.159
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	5.302
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.520
2.5.4. Declarações de voto:	14
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	2.002
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	não disponível
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.329
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	0
2.5.9. Mero expediente:	1.992

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	6.220
2.6.2. Total de processos julgados:	5.756
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.241
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	636
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.370
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	741
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	530
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 66

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	6.968
2.7.2. Acórdãos lavrados:	6.951
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	19
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	150

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	6.802
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	24
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	176

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Reuniões periódicas do magistrado com assessores para estabelecer estratégias para melhor desempenho da equipe; reuniões mensais para repasse de informações de

desempenho ou produtividade; controle da pauta para evitar pendências por ocasião das sessões; atribuições de servidores conforme capacitação e matéria, para especializar serviço e atingir maior produção e qualidade; 2 servidores específicos para análise de efeito suspensivo ou antecipação de tutela em agravos de instrumento; atuação prioritária em feitos que permitam decisões terminativas (art. 557, CPC); distribuição diária com triagem para apurar impedimento, prevenção ou incompetência, e agilizar análise de processos sobre matéria repetitiva ou já apreciada no colegiado; feitos de metas CNJ priorizados e, dentro do possível, os que têm prioridade legal; organização do acervo por localizadores por assunto, tipo de decisão e prioridade, e localizadores individuais por servidor responsável e outros temporários, conforme necessidade; controle do acervo por dados estatísticos do sistema; controle periódico da produtividade pela função GDPRO; avaliação semanal com base na pauta de julgamentos, além de mensal para discussão da necessidade de adequação ou alteração da sistemática de trabalho; controle do acervo por ferramenta do e-Proc; e atendimento de advogados pela assessoria ou magistrado com prévia informação do objeto a ser tratado.

Foram indicadas como boas práticas: triagem com imediata identificação da situação dos autos para rápido encaminhamento (redistribuição, remessa ao MPF etc.); controle da produtividade individual, por sessão, para definição e acompanhamento da média da equipe, fixando-se, então, metas e orientação individual; organização e verificação permanente dos localizadores virtuais dos feitos eletrônicos para busca de prioritários e similares; criação de localizadores temporários no sistema eletrônico para agrupamento de processos e julgamento em lote, por matéria ou identidade de recursos; pesquisa de processos para decisão monocrática terminativa; reuniões mensais informativas, motivacionais ou estratégicas; treinamento e acompanhamento de estagiários pela assessoria; e priorização do julgamento dos processos físicos, mais antigos, para término do acervo em papel.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento na 2ª Seção e na 4ª Turma. Assumiu em agosto/2012 e continua na mesma Turma desde então.

Não houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete, no período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção, oportunidade em que foram prestadas ao Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista informações sobre os diversos aspectos relacionados à forma como a unidade era administrada.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação aproximada de 290,3 processos por servidor, o que se mostrou elevada para a gestão célere e eficiente, notadamente se considerada complexidade da matéria sujeita à competência da Turma e se comparada a outras unidades do mesmo Tribunal.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 6.220, com média mensal de 518,3 processos. A menor distribuição foi de 346 processos em dezembro/2013, e a maior foi de 577 em maio/2013.

Em relação à produtividade, o total de feitos julgados foi de 5.756, com média mensal de 479,7 processos, com saída por redistribuição de 530 feitos, o que acarretou fluxo positivo de 66 processos, com redução do acervo.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram requisitados e inspecionados.

Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados.

Foram localizados todos os feitos para análise da equipe, com a inspeção de 73 processos da listagem, através de exame físico e eletrônico, em diferentes fases e classes processuais.

Na listagem não constou processo extraviado; e no acervo geral foi apurado 1 feito extraviado (00144328220124040000), cuja restauração foi homologada na sessão de 17/12/2013.

A amostragem revelou apenas 3 agravos legais/regimentais (00027653820134040000, 00027974320134040000 e 50039846620124047200), e 8 embargos de declaração ainda pendentes de julgamento (200571000427174, 200804000284384, 200472010042830, 200672000110781, 200770120010923, 200771000318643, 200872010005000 e 200904000292920).

Todavia, no acervo geral havia elevado número de processos com tais pendências, que não constaram da listagem previamente selecionada, com prazo de conclusão superior a 30 dias.

Havia 3 feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual (200270000322350, 200470000345710 e 200671000056190). Também foram localizados e inspecionados 2 processos em fase de cumprimento de sentença ainda pendentes de decisão acerca da execução (200304010013557 e 200304010120921).

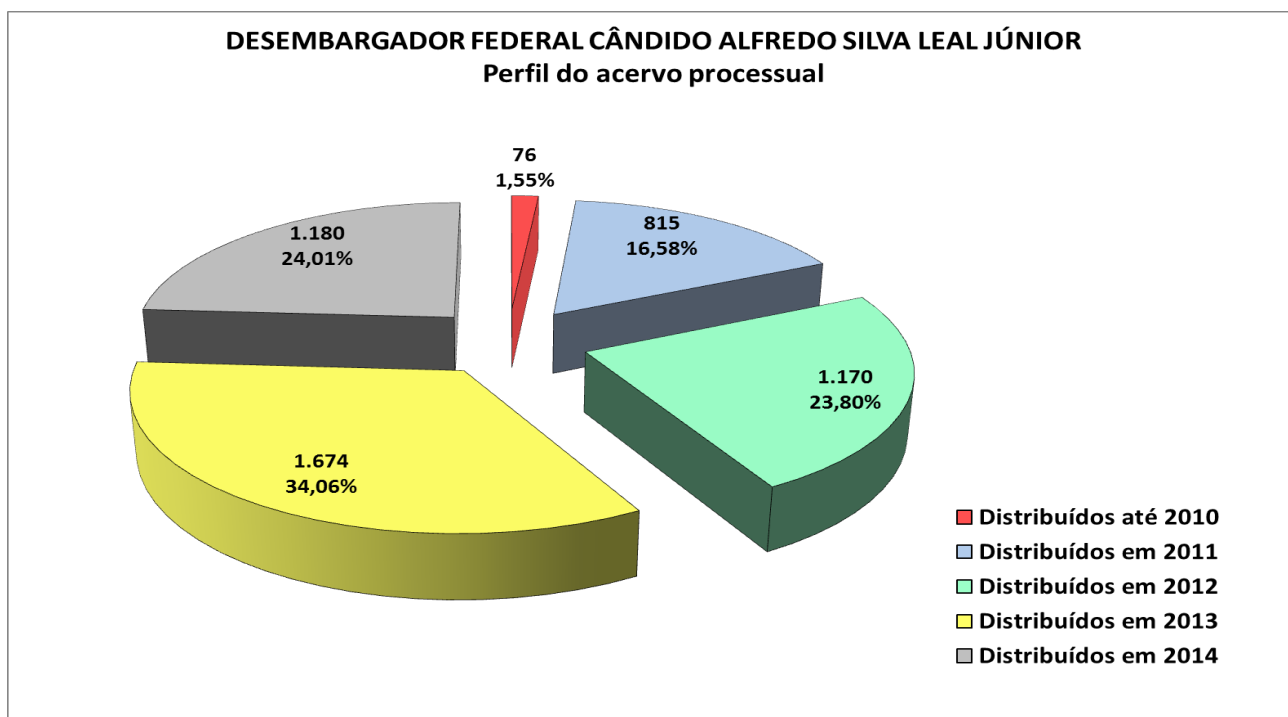
Também foram apreciados 32 processos com representação por excesso de prazo, dos quais 7 ainda aguardavam regularização (200304010120921, 200771000114612, 50025538320104047000, 50030309120104047102, 50204381320104047000, 50237257220104047100 e 9304042755).

A amostragem evidenciou, ainda, a existência de 7 feitos com distribuição originária no TRF4 anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (200270000322350, 200304010013557, 200304010120921, 200372020037590, 200470000345710, 200571020034571 e 9304042755).

No acervo total da unidade, em abril/2014, foram identificados feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, no total de 10, representando, portanto, 0,20% de todo o estoque em tramitação.

Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de feitos distribuídos: 76 até 2010, 815 em 2011, 1.170 em 2012, 1.674 em 2013 e 1.180 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 98% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 24% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

Na ocasião a unidade trabalhava com processos distribuídos, predominantemente, a partir de 2011, com pequeno saldo de período anterior.

Pelo estado geral do acervo, avaliado por ano de distribuição, restou possível concluir que os feitos foram julgados por ordem de antiguidade, em que a data da distribuição pareceu prevalecer sobre a data da conclusão na eleição da metodologia de trabalho.

Foram listados 16 agravos de instrumentos, sendo que 2 estavam incluídos em mesa para julgamento em 27/5/2014 (50189977420124040000 e 50206516220134040000), 2 estavam suspensos por decisão do relator desde 2/12/2011 (50100899620104000000 e 50100899620104040000r), 2 pendentes de agravo regimental (00027653820134040000 e 00027974320134040000) e os demais em situação regular. Não foi informada existência de agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal, mas constaram 76 agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda sem exame pelo colegiado.

A amostragem não localizou feitos de natureza especial, envolvendo ações com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave.

Todavia, havia 5 recursos em ações civis públicas (50013123520104047207, 50024159520104047201, 50026270320114047001, 50188735920114047200 e 50168864020104047000), dos quais 3 ainda pendentes de julgamento; 1 ação rescisória (00335958920104040000) julgada em 15/5/2014, e 1 mandado de segurança originário (00001905720134040000) que aguardava julgamento havia mais de 1 ano.

Os processos, ainda não julgados, foram incluídos nas próximas pautas (maio e junho) para julgamento, ensejando o controle ulterior das situações processuais respectivas.

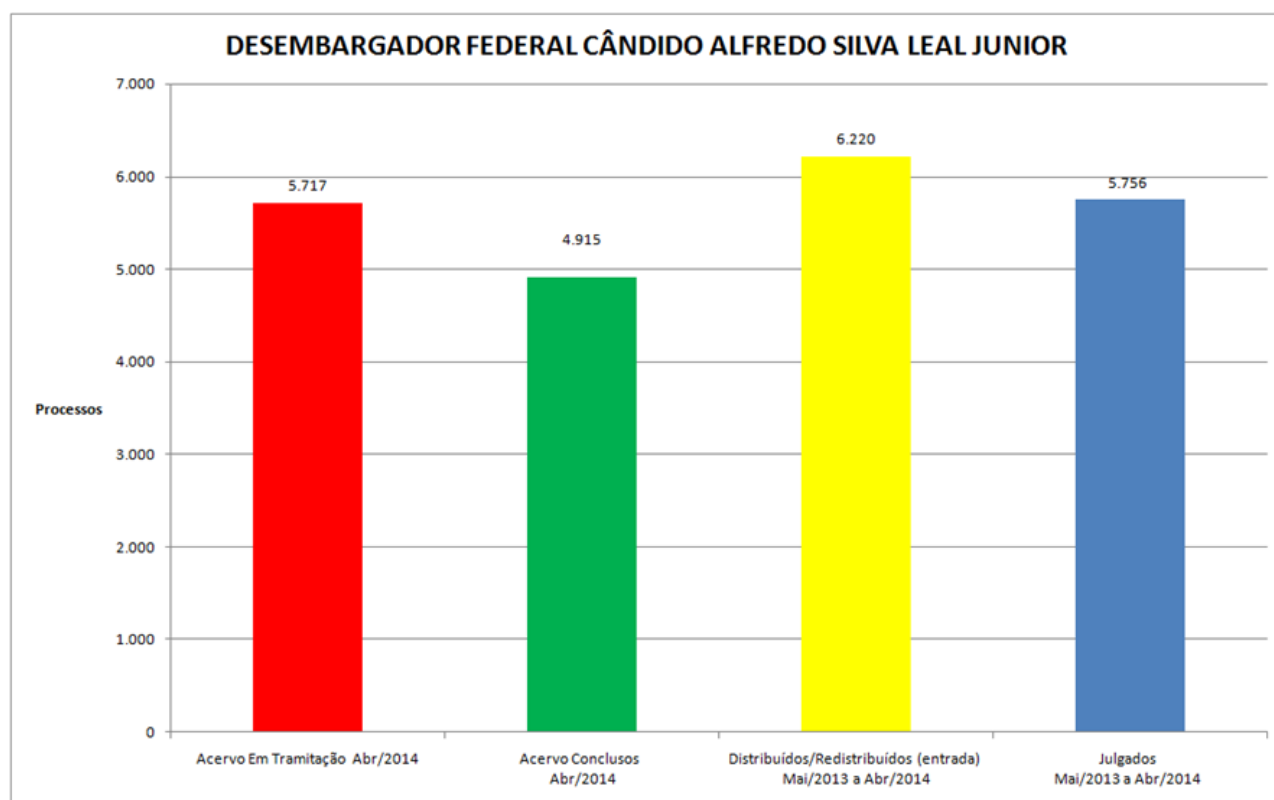
No tocante a processos sobrestados por decisão proferida pelo STF/STJ, verificou-se a existência de 127 processos em tal situação no Gabinete.

Apurou-se, dentre as pendências quanto a feitos de outros relatores, existirem 3 processos conclusos para voto-vista, dos quais 1 havia mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existiam processos com decisão monocrática da relatoria (liminar, cautelar, antecipação de tutela, provimento ou negativa de seguimento a recurso), proferidas havia mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 6.220 processos e redistribuição de 530 processos, com julgamento de 5.756, resultando, assim, na produtividade de 92,54%, mostrando pequena elevação do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para inversão do fluxo processual para retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo expressivo de feitos antigos na distribuição e conclusão, salvo os 41 previstos na META 2/2009 a 2014 CNJ. Predominavam processos distribuídos a partir de 2011 e, portanto, com menos de 3 anos de tramitação no TRF4.

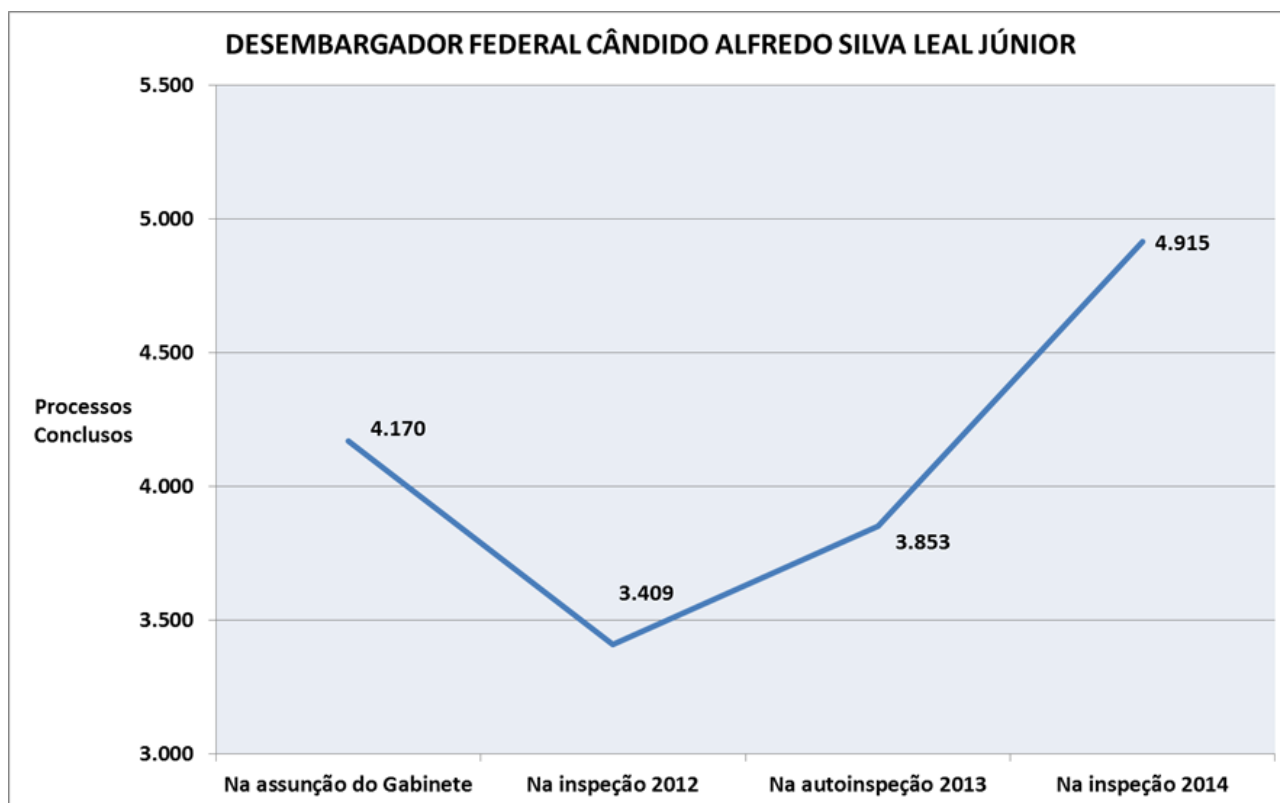
Com relação à dinâmica processual, restou possível constatar que houve tramitação célere do acervo em geral, salvo casos pontuais identificados para recomendação da providência cabível.

Em termos de fluxo processual, embora levemente positivo no período abrangido pela inspeção em razão, sobretudo, do volume de saída processual por redistribuição, a situação da unidade merece especial consideração, pois verificado crescimento contínuo do acervo desde a última inspeção em 2012, exigindo adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual.

Considerando providência adotada pelo Tribunal em relação a outros Gabinetes da mesma Seção, no sentido de deferir auxílio para redução do acervo, recomendável a extensão da mesma medida em benefício da unidade em referência.

A análise histórica apontou que, em agosto/2012, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 4.170 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 3.409 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 3.853 processos. Na presente inspeção o acervo estava composto de 4.915 processos conclusos no Gabinete, dentre os 5.717 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos no Gabinete era de 4.915 processos, predominando no estoque processos novos, distribuídos a partir de 2012, embora com considerável presença de processos ainda distribuídos em 2011 (815).

Constatou-se pequeno fluxo processual positivo no período de maio/2013 a abril/2014, em razão, sobretudo, do volume de saída processual por redistribuição, porém a produtividade, por si só, não foi suficiente para impedir a elevação do acervo, que vem ocorrendo desde a última inspeção em 2012, pouco depois da assunção do Gabinete pelo atual relator em 8/8/2012. Houve prolação, no interregno de maio/2013 a abril/2014, de 12.159 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de apenas 41, representando 0,83% do acervo de feitos conclusos.

Na análise processual constatou-se a necessidade de providências e ajustes a serem adotados pela própria unidade, principalmente no sentido de implantar plano de trabalho para elevar produtividade, superando distribuição e reduzindo acervo. Ademais, cabem outras recomendações, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

1) Recomendações específicas:

- julgamento, no prazo de 60 dias, dos processos: 00027653820134040000, 200571000427174, 200804000284384, 200304010120921, 200672000110781, 200304010120921, 200770120010923, 50025538320104047000, 50026270320114047001, 50030309120104047102, 50039846620124047200, 00027974320134040000, 50174838620124040000, 50204381320104047000 e 50237257220104047100.
- apreciação de petições juntadas aos autos em 4/4/2014 e/ou julgamento, em 60 dias, do processo 50168864020104047000.
- exame imediato da petição 12/0491000 para designação de audiência conciliatória, dos embargos declaratórios no processo 00156742020104040000, e do pedido liminar no processo 50199053420124040000.
- conclusão dos processos 200471000263550 e 50012161120104047113.
- publicação, em 10 dias, do acórdão do processo 50061054620124047207.
- conclusão para juízo de admissibilidade no processo 00077938420134040000.
- regularização processual do feito 5000162-06.2011.404.7200, com retorno dos autos ao Gabinete do relator, se confirmada inexistência de extinção por conciliação, com priorização do julgamento.

2) Recomendações gerais, extensivas a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade:

- priorizar julgamento dos processos de META/CNJ (especialmente 2/2009, 2/2010, 18/2012, 2/2013, 2/2014, 18/2013 e 4/2014), processos com preferência legal, processos com distribuição mais antiga, agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias.
- priorizar apresentação de 12 votos-vista, dos quais 9 com conclusão superior a 30 dias.



GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA**.
- 1.2. Órgãos de atuação:** 2ª Seção, 4ª Turma e TRU.
- 1.3. Tempo de atuação na atual Turma:** desde 11/3/2013.
- 1.4. Quadro de pessoal:** 20 auxiliares (16 servidores efetivos e 4 estagiários), 14 dos quais em atividade-fim.
- 1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (março/2013):	3.761
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	4.795
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	3.916
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	110
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	3.806

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	3
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	2
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	5
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	3
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	2
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	12

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	5.995
2.3.2. Média mensal:	499,6

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
---	--

2.4.1. Total:	6.311
2.4.2. Média mensal:	525,9

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	12.164
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	7.295
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	683
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	621
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	não informado
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.086
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	48
2.5.9. Mero expediente:	2.650

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	6.273
2.6.2. Total de processos julgados:	6.311
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.541
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	838
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.336
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	329
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 367

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	8.261
2.7.2. Acórdãos lavrados:	8.301
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	7
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura (pendentes da sessão de 29/4/2014):	180

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	não informado
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	não informado
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	não informado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Divisão de tarefas por tipo de processo; parte da equipe analisa processos por ordem cronológica de distribuição, e outra parte examina feitos relativos a matérias repetitivas; priorização nos juízos de retratação e nos embargos de declaração; distribuição imediata dos processos para análise; feitos mais complexos alocados em estantes para posterior exame; acervo organizado por matéria e por localizadores em razão da fase processual

ou ato a praticar; aferição mensal do acervo e antiguidade respectiva; adoção de metas coletivas de produtividade (200 feitos por sessão), além de metas específicas para situações emergenciais, com aferição do desempenho semanal; organização eventual de mutirões; e lavratura e publicação de acórdãos na mesma semana do julgamento.

Como boas práticas foram citadas a imediata triagem de feitos para pronta identificação de pedidos urgentes e casos de redistribuição (impedimento e incompetência); e a publicação, pelo próprio Gabinete, de decisões proferidas em feitos eletrônicos.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A Desembargadora foi promovida ao TRF4 em novembro/2012; até 10/3/2013 integrou a 5ª Turma e a 3ª Seção e, a partir de então, a 4ª Turma e a 2ª Seção.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 261,07 processos por servidor, número que não tem permitido grande redução do acervo.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que ao Gabinete foram distribuídos/redistribuídos (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, 6.273 feitos, com média mensal de 522,75. A menor distribuição foi de 351 processos em dezembro/2013 e a maior foi de 576 em setembro/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 6.311 feitos (média mensal de 525,92), além de 62 agravos internos e 1.772 embargos de declaração. Considerada, ainda, a redistribuição, para outros órgãos, de 329 feitos, houve fluxo positivo de 367 processos, com redução de acervo equivalente a cerca de 70% da distribuição de 1 mês.

Em termos de organização processual não foram localizados problemas, apesar da significativa quantidade de processos em tramitação no Gabinete.

Os feitos selecionados para inspeção e que se encontravam fisicamente localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais próprios; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Foram inspecionados 66 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais. Além dos listados, foi selecionado mais 1, de relatoria do Desembargador Federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle e que estava no Gabinete inspecionado para voto-vista.

Na amostragem, constavam feitos originários e recursais os mais variados, com destaque para ações coletivas e processos com prioridade legal de tramitação.

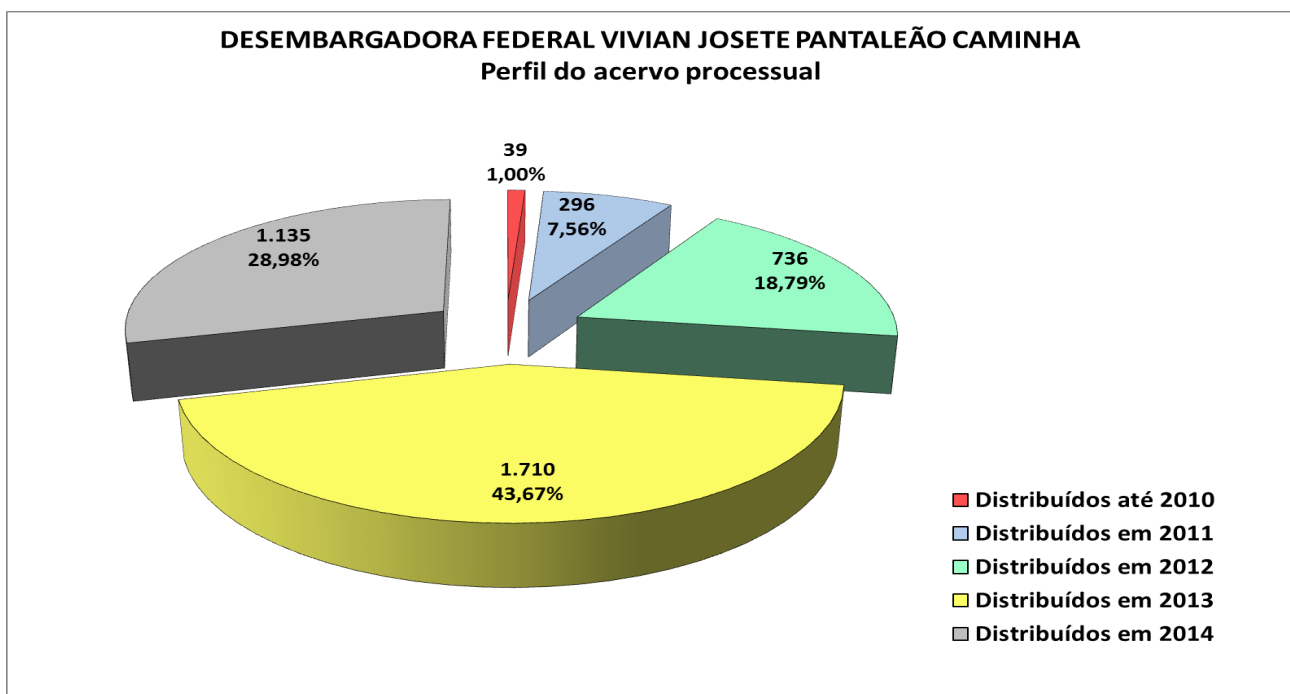
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

A amostragem revelou 3 feitos recursais com distribuição originária no TRF4 em data anterior a 31/12/2006: a) AC 200070000304568, distribuída em 30/9/2005; b) AC 200170000215230, distribuída em 9/5/2003; e c) AC 200370000372563, distribuída em 28/9/2004. Todos retornaram do Superior Tribunal de Justiça com determinação para novo julgamento de embargos de declaração.

Também se identificou 1 mandado de segurança distribuído em 25/10/1999 (feito 199904011084657), atualmente de relatoria do Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Junior. Referido processo foi apresentado em mesa na sessão de 12/9/2013 da 2ª Seção para julgamento de embargos de declaração. Na ocasião, pediu vista a Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, em poder de quem os autos atualmente se encontram. Os trabalhos de inspeção verificaram que o Desembargador Federal Luís Alberto d’Azevedo Aurvalle, que “aguarda para votar”, foi o subscritor da petição inicial, ainda ao tempo em que integrava as fileiras do Ministério Público Federal.

Em termos gerais, possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial. Segundo informações da unidade, havia somente 4 feitos incluídos em tais metas.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de feitos distribuídos: 39 até 2010, 296 em 2011, 736 em 2012, 1.710 em 2013 e 1.135 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 29% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou 10 feitos sem movimentação desde agosto e setembro/2011, quando foram distribuídos no TRF4 (50106598820114047100, 50003350620114047014, 50003906320114047108, 50023282020114047100, 50053352020114047100, 50149088220114047100, 50149122220114047100, 50164512320114047100, 50168903420114047100 e 50174645720114047100), sendo que 5 deles referia-se a feitos com interesse de idosos (50106598820114047100, 50149088220114047100, 50149122220114047100, 50168903420114047100 e 50174645720114047100).

Também foram identificados 2 conflitos de competência distribuídos havia mais de 1 ano e ainda sem decisão (50018007220134040000 e 50021436820134040000).

Foram inspecionados 7 feitos relativos a ações coletivas (50014465920104047208, 50025230520114047100, 50029768520114047201, 50047306220114047201, 50075167920114047201, 50090990220114047201 e 50096464220114047201), dos quais 1 foi distribuído em 2010 (julgado em 2011 e reativado em 2013), 5 em 2011 e 1 em 2012, estes últimos ainda pendentes de julgamento.

A unidade informou existir no TRF4 o entendimento de que as ações civis públicas apenas devem ser remetidas à Procuradoria Regional da República para parecer, quando não promovidas pelo Ministério Público Federal, pois quando este fosse o autor já teria oferecido razões ou contrarrazões de apelação, assim a manifestação adicional, ainda que como *custos legis*, traria desequilíbrio processual, em detrimento da parte contrária.

No que concerne a embargos de declaração, os trabalhos de inspeção evidenciaram, dentre os feitos listados, 12 pendentes de julgamento, os mais antigos desde 1º/8/2011 (50018304620104047103 e 50018313120104047103), sendo que 6 aguardavam já havia mais de 1 ano (00095173120104040000, 00158454020114040000, 200471000302130, 200671000216611, 200872100015833 e 50029768520114047201). Também localizados, na listagem, 2 processos com agravos internos para julgamento, o mais antigo desde 29/10/2012 (00034195920124040000 e 50015114720114047005) e 1 pendente de juízo de retratação havia mais de 90 dias (50023814420104047000).

A inspeção detectou, ainda, 3 feitos com vista à magistrada havia mais de 90 dias (00090629520124040000, 00237192920054047100 e 199904011084657), o mais antigo desde 26/9/2013.

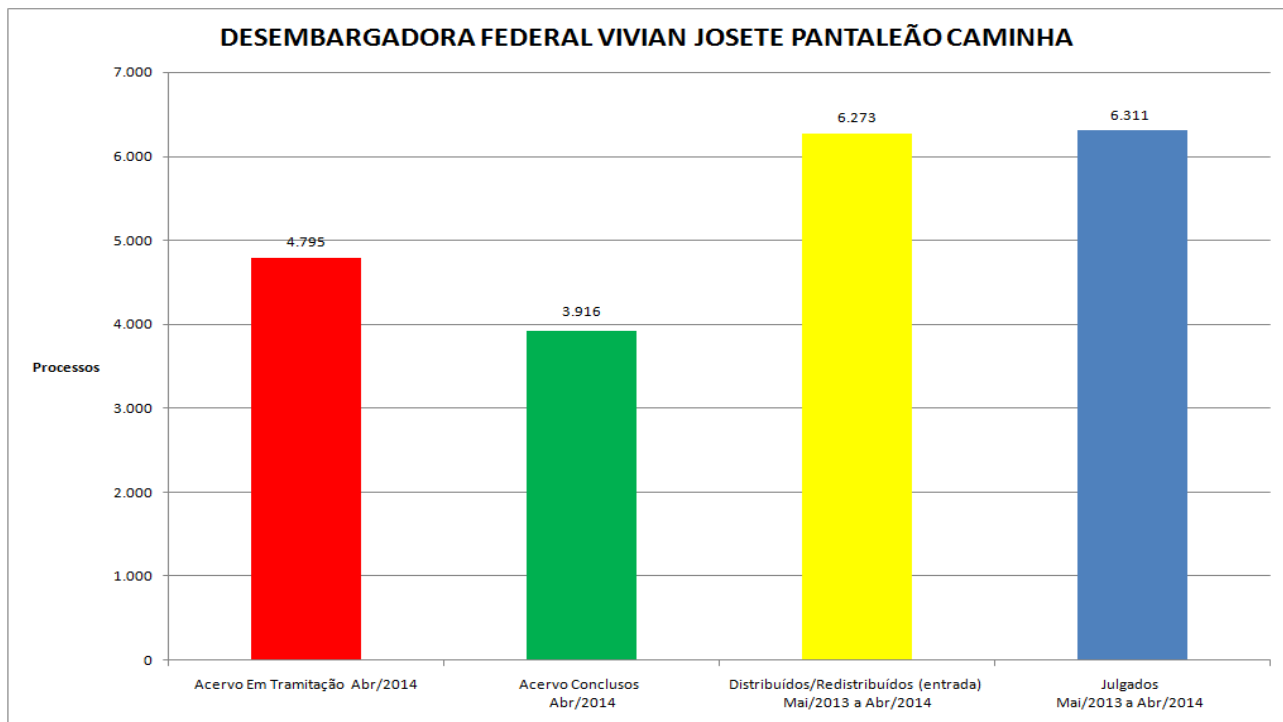
Quanto ao perfil do acervo, 32 recursos tratavam de improbidade administrativa, 43 de desapropriação, 142 foram interpostos em ações civis públicas, 11 em ações populares e em 336 havia interesses de idosos, portadores de enfermidades graves ou necessidades especiais.

Foram listados 10 agravos de instrumento, dos quais 1 pendia de exame de agravo interno desde 29/10/2012 (00034195920124040000); 2 aguardavam exame de embargos de declaração havia mais de 1 ano (00095173120104040000 e 00158454020114040000) e 5 havia mais de 6 meses (50010341920134040000, 50066238920134040000, 50072482620134040000, 50085785820134040000 e 50090904620104040000). Não se verificaram, todavia, feitos com antecipação de tutela deferida e paralisados no Gabinete.

A grande maioria dos feitos – mais de 90% – foi julgada por meio de acórdãos, quase todos lavrados dentro do prazo de 10 dias recomendado pelo CNJ (somente 7 foram lavrados fora do prazo). Na unidade havia, em 30/4/2014, 180 acórdãos pendentes de lavratura, mas todos relativos à sessão realizada no dia imediatamente anterior.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 6.273, redistribuição com saída de 329, e julgamento de 6.311 processos, resultando, assim, na produtividade de 100,6%, com redução de acervo (- 367), o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



O fluxo processual positivo resultou da prolação de elevado volume de decisões, entre maio/2013 e abril/2014, assim distribuído: 7.295 votos em pautados ou adiados, 683 em

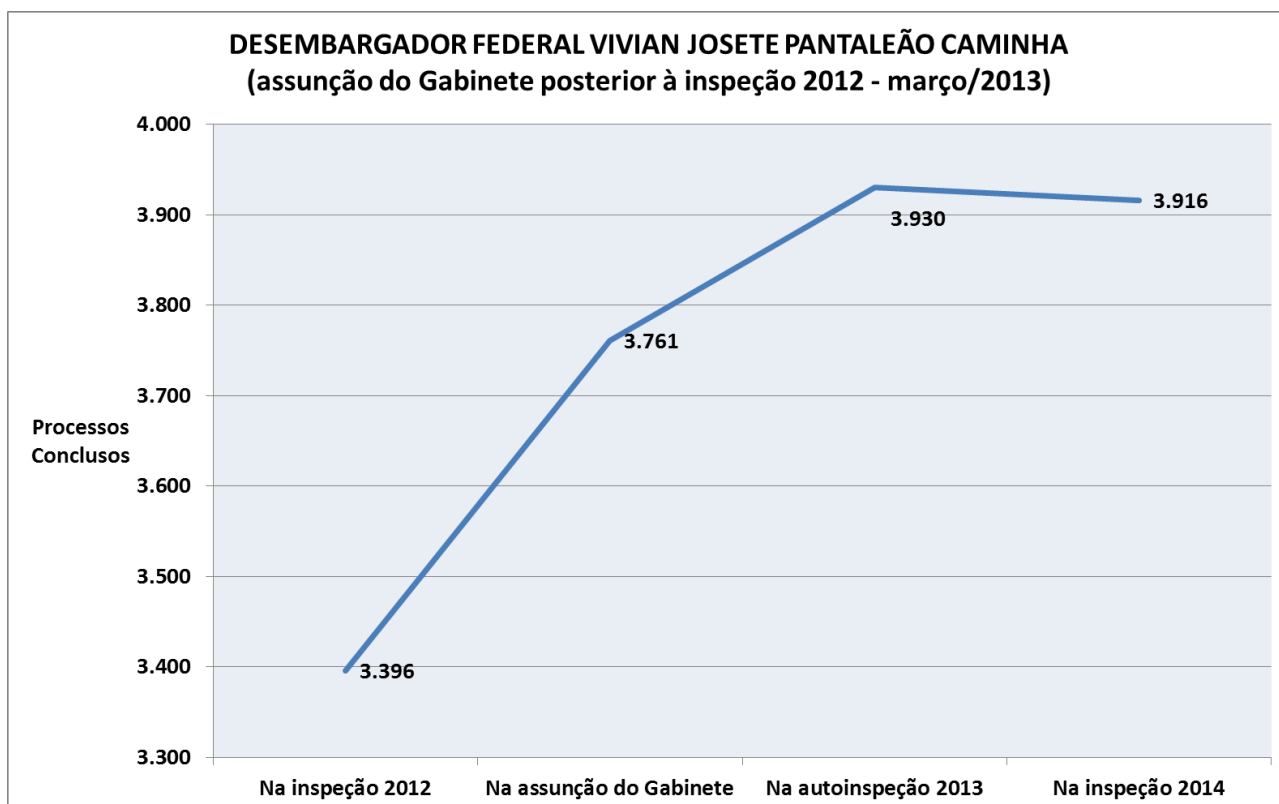
recursos em mesa, 621 decisões monocráticas terminativas, 1.086 decisões em pedidos de antecipação de tutela ou liminar, 48 interlocutórias diversas e 2.650 despachos de mero expediente.

No tocante à dinâmica processual, é possível constatar a existência, como regra, de adequada tramitação do acervo, sem problemas generalizados e graves de gestão processual ou administrativa.

As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente congêneres, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

A análise histórica apontou que, na inspeção anterior, em novembro/2012, o acervo de conclusos era de 3.396 processos e, na assunção do Gabinete em março/2013, chegou a 3.761 feitos e, na autoinspeção em setembro/2013, atingiu 3.930 processos. Na presente inspeção o acervo alcançava 3.916 processos conclusos no Gabinete, dentre os 4.795 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos era, em 30/4/2014, de 3.916 processos. Apesar da distribuição elevada, a expressiva produtividade (média superior a 500 feitos por mês) foi suficiente para garantir fluxo positivo.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) priorizar os julgamentos dos feitos em que haja interesse de deficiente, idoso ou portador de doença grave; (2) priorizar os julgamentos de embargos de declaração e agravos internos; (3) priorizar os julgamentos de recursos interpostos em ações coletivas; (4) priorizar a prolação de votos-vista; e (5) priorizar o julgamento dos conflitos de competência.

Finalmente, apenas a título de sugestão – feita a partir de boas experiências realizadas em outras unidades –, aponta-se para a importância e a conveniência de atribuir-se a redação de minutas de relatórios e votos de embargos de declaração ao mesmo servidor que, anteriormente, minutou a decisão ou o acórdão embargado, medida que geralmente confere maior agilidade e precisão ao julgamento dos declaratórios. Igual providência pode ser tomada no âmbito dos agravos internos, em relação às decisões monocráticas agravadas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 3ª Seção e 5ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 21/6/2013.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 20 auxiliares (15 servidores efetivos e 5 estagiários de nível superior).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (junho/2013):	6.651
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	8.042
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	6.965
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	1.779
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	6.969

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	20
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	3
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	4
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	12
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.412
2.3.2. Média mensal:	534,3

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	4.109

2.4.2. Média mensal:	342,4
-----------------------------	-------

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	8.380
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	5.483
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	298
2.5.4. Declarações de voto:	1
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	101
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	943
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	55
2.5.9. Mero expediente:	1.499

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	8.115
2.6.2. Total de processos julgados:	4.109
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	2.579
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	190
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	7.899
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal: não informado	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	92
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 3.914

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	5.830
2.7.2. Acórdãos lavrados:	5.997
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	22
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	41

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a fevereiro/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	não informado
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	não informado
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	não informado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Gabinete em reestruturação de grupos de trabalho para especialização em matérias; processos físicos acondicionados em armários, por matéria, devidamente identificados; acervo separado por matéria, tipo de ação e Seção Judiciária, com localizador físico ou eletrônico, conforme o caso; registro de movimentação processual dentro da unidade; triagem pelo GEDPRO; metas coletivas e controle de produtividade; avaliação mensal

após relatórios de estatísticas; mutirão para matérias específicas; férias organizadas para garantir o fluxo de processos, com revezamento; priorização de feitos das diversas metas do CNJ; partes e seus advogados têm livre acesso ao Desembargador e assessorias; acórdãos lavrados em média em 3 dias; e controles de estatística analisados mensalmente e submetidos à apreciação do Desembargador.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, Corte Especial, 3ª Seção e 5ª Turma.

No período compreendido entre junho/2009 a junho/2013, ocupou a Vice-Presidente e a Corregedoria Regional.

Assumiu o Gabinete em 21/6/2013, com competência em Direito Previdenciário, cuja média mensal de distribuição foi de 534 processos no período da inspeção, e com acervo de 6.651 processos conclusos.

Houve convocação de juízes federais para auxílio ao Gabinete e à Turma, em período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 536,07 processos por servidor, o que se revelou inadequada para a gestão célere e eficiente da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição, no período de maio/2103 a abril/2014, foi, segundo os dados da unidade, de 6.412, com média mensal de 534,3 processos. A menor distribuição foi de 212 processos em janeiro/2014, e a maior foi de 690 em agosto/2013.

Todavia, a própria unidade informou, no mesmo relatório, que o total de distribuídos e redistribuídos (entrada) no mesmo período foi de 4.132, inferior àquela indicação, o que demonstrou a inconsistência dos informes neste particular.

Os dados, diante da divergência, foram colhidos diretamente pela CGJF que apontou a entrada, no período de 8.115 processos, com saída por julgamento ou redistribuição de 4.201 (respectivamente, 4.109 + 92), resultando, assim, no fluxo negativo de 3.914 feitos, com aumento do acervo, mantida a média de 7.177 feitos no período-base da inspeção.

Constatou-se, assim, a necessidade de implantação de planejamento de gestão e metas para, paulatinamente, promover a redução do acervo.

O tempo médio de tramitação dos feitos foi de 260 dias para eletrônicos e 408 dias para feitos físicos, com média geral de 318 dias.

Em termos de organização processual, verificou-se que o Gabinete ainda estava em fase de organização e treinamento de servidores, pois afastados por longo período da

atividade-fim. As Turmas Previdenciárias têm peculiaridade de possuírem grande número de feitos físicos decorrentes da competência delegada à Justiça Estadual.

O controle de movimentação no Gabinete foi feito com recursos do SIAPRO para os processos físicos e do e-Proc. para os processos eletrônicos.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 66 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais apelações cíveis, conflitos de competência, reexames necessários, mandados de segurança, agravos de instrumento, ações rescisórias e impugnações ao valor da causa.

Em 2013 houve autoinspeção de 94 processos e os feitos então pendentes estavam nas seguintes situações: AC 00008546920104049999, concluso desde 3/2/2010; AI 00039837220114040000, concluso desde 29/10/2013; AC 5002973720104047108, incluído em pauta, mas paralisado de 25/9/2013 a 12/5/2014; RN 500640362010447107, aguardava novo julgamento desde 11/3/2013; RN 5009052920104047207, aguardava apreciação de embargos de declaração desde 9/10/2013; e AC 50147108820104047000, distribuído em 25/3/2011, sem impulso oficial.

O processo mais antigo da amostragem foi distribuído em 14/8/2007, tendo sido incluído na pauta de conciliação, com audiência marcada para 20/5/2014.

A amostragem revelou a existência de processos inspecionados em 2012 e que ainda apresentavam pendências: AI 00064736720114040000, concluso desde 9/12/2011, recebeu atribuições, a última em 21/6/2013; AC/RN 50002382220104047117, distribuída em 2/3/2011, passou por diversas atribuições por sucessão e estava sem movimentação havia mais de 60 dias.

Foi possível detectar, na amostra, processos sem movimentação desde a distribuição, e outros sem movimentação por longos períodos, alguns com prioridade de tramitação: ACP 50476627720114047100, distribuído em 2/7/2012; ACP 50298294620114047100, distribuído em 7/11/2012; AC 50238573220104047100, distribuído 24/9/2013; AC 50235923020104047100 distribuído em 2/3/2011; AC 50228535720104047100, distribuído em 25/9/2013; AC 50147108820104047000, distribuído em 25/3/2011; AC 50072201120124047205, concluso desde 19/9/2013; RN 50049862620114047000, sem movimentação desde 1/1/2013; AC 50040296720124047104, distribuído em 4/3/2013; AC

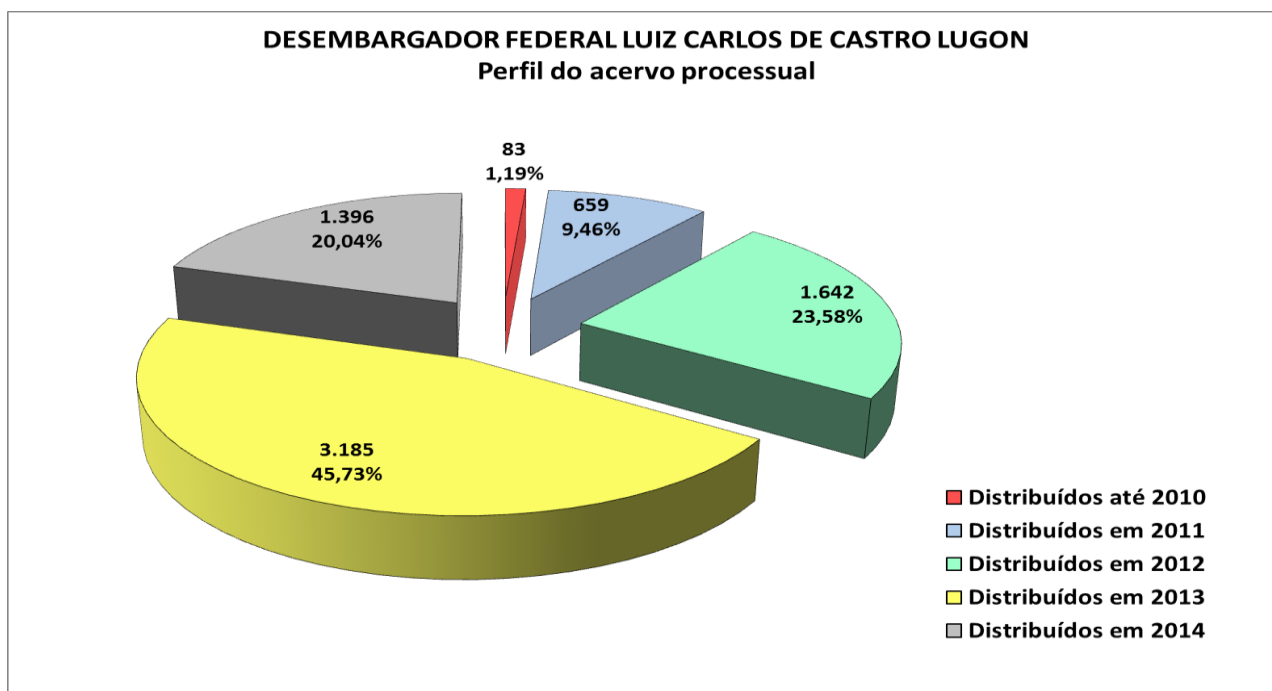
50023110620104047104, distribuído em 31/3/2011, com sucessivas atribuições e sem movimentação; RN 50009052920104047207, concluso desde 9/10/2013, aguardando exame de embargos de declaração; AC 200972990020858, concluso desde 4/7/2013; AC 200904000412809, concluso desde 8/11/2013; AC 200772150001709, paralisado desde 3/4/2013; AC 00170475720134049999, sem movimentação desde 30/9/2013; e, enfim, AC 00140055820124040000, concluso desde 6/12/2013.

Foram encontrados na amostragem 2 processos de idosos, paralisados por longos períodos, embora com pedido de prioridade feito pelos autores: AC 200871080018080, desde 2/6/2013 e AC 200771180015721, sem movimentação desde 12/8/2013.

Havia ainda na listagem 1 conflito de competência pendente de exame, distribuído em 2/12/2013 e com conclusão desde 31/1/2014 (00078795520134040000). Também havia recursos em ações civis públicas sem movimentação desde a distribuição, com longos períodos de paralisação: ACP 50476627720114047100, distribuído em 2/7/2012; e ACP 50298294620114047100, distribuído em 7/11/2012.

Em termos gerais, possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, ainda estavam sendo triados para tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de feitos distribuídos: 83 até 2010, 659 em 2011, 1.642 em 2012, 3.185 em 2013 e 1.396 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 98% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 20% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

Foram indicados, além do estoque de 6.965 processos conclusos, 1.779 sobrestados e 6.253 no aguardo de julgamento por tempo variado: 2 estavam pendentes havia mais de 5 anos, 18 mais de 4 anos, 103 mais de 3 anos e 906 mais de 2 anos, lembrando que o acervo era, predominantemente, formado por feitos com até 2 anos de distribuição.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, embora tenha sido verificado maior acúmulo dos mais antigos em algumas classes processuais específicas.

Na ocasião da inspeção, a unidade trabalhava, preponderantemente, com processos distribuídos a partir de 2011, com pequeno saldo de anos anteriores.

Constavam, ainda, como pendências da unidade inspecionada, 18 feitos conclusos para voto-vista e 1 para revisão, todos com decurso de prazo superior a 30 dias.

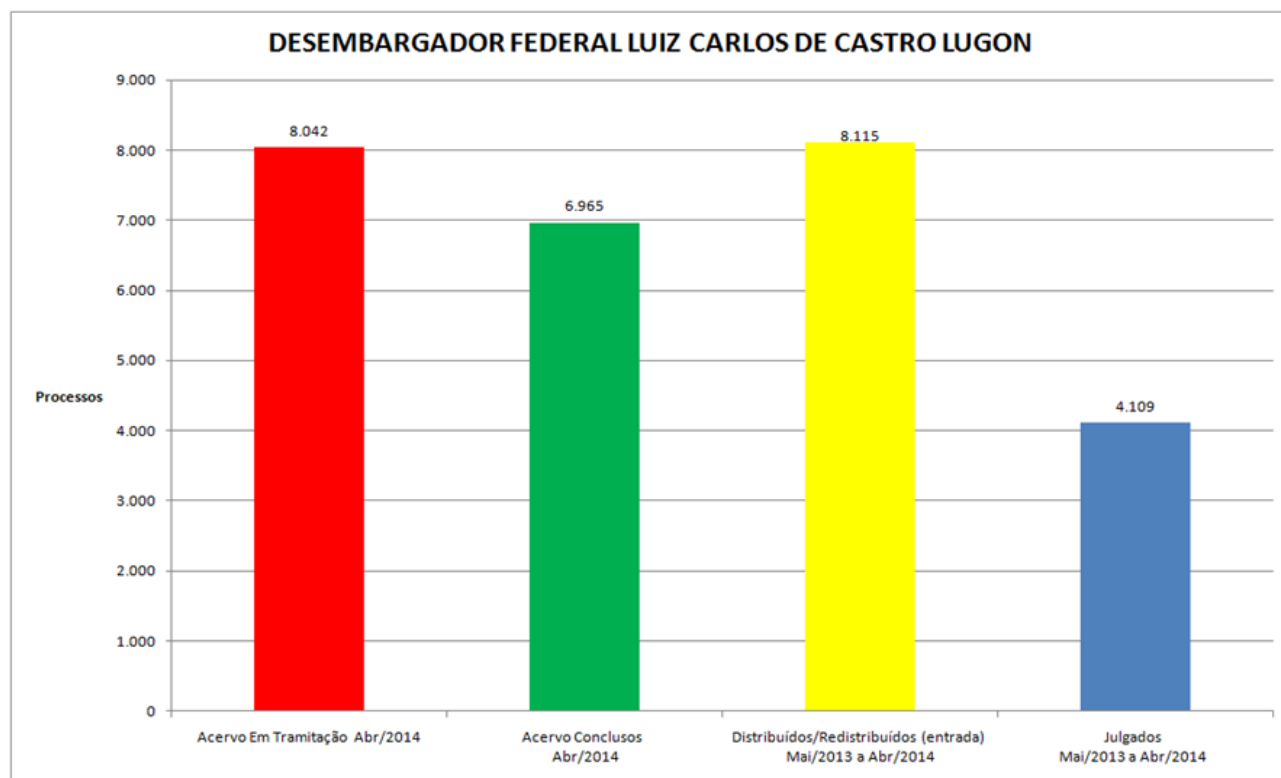
Houve informação de que foram lavrados 5.997 acórdãos, sendo que 22 em prazo superior a 10 dias, além da pendência de 41 acórdãos, que ainda não haviam sido lavrados na data da inspeção.

Também ocorreu lavratura de 147 acórdãos em feitos de outros relatores originários, sem registro de atraso.

Apurou-se pendência, dentre os listados, de agravo regimental, com conclusão desde 29/10/2013 (AR 00039837220114040000), cujo mérito igualmente aguardava julgamento; e de embargos de declaração conclusos desde 9/10/2013 (RN 50009052920104047207).

No acervo geral, em 28/2/2014, existiam, ainda, 183 embargos de declaração, dos quais 142 com conclusão superior a 30 dias, e 32 agravos legais ou regimentais, sendo que 11 conclusos havia mais de 30 dias, além de 149 feitos com deferimento de liminar, cautelar ou tutela antecipada, ou com provimento do recurso, por decisão monocrática proferida havia mais de 90 dias e não ainda submetida ao exame do colegiado.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



No período abrangido pela inspeção foram prolatadas 8.380 decisões, sendo 5.483 votos em processos pautados ou adiados, 298 votos em processos julgados em mesa, 1 declaração de voto, 101 decisões monocráticas terminativas, 943 decisões em liminares e antecipação de tutela, 55 outras decisões interlocutórias e 1.499 de mero expediente.

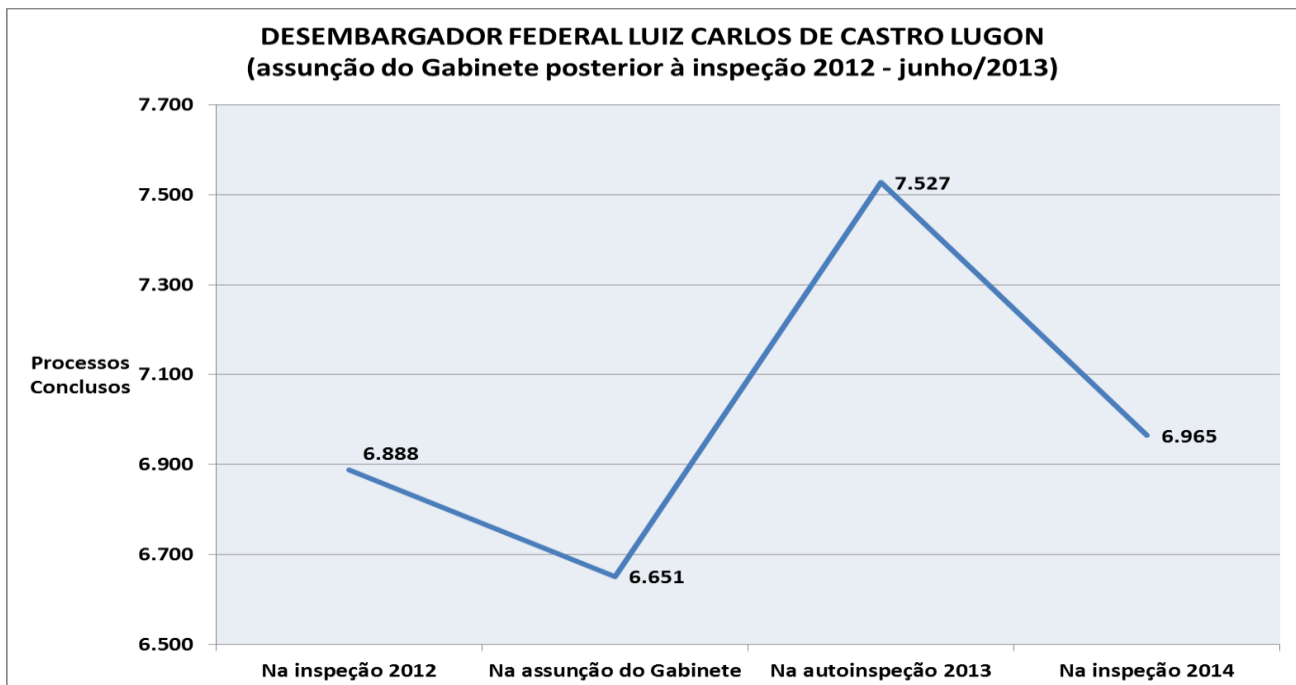
As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os da META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominavam no estoque processos distribuídos a partir de 2011, com tramitação, pois, de até pouco mais de 3 anos no TRF4.

No tocante à dinâmica processual, é possível constatar que a tramitação do acervo ainda não se encontrava com rotina adequada para a redução gradual, conforme aferido pela estatística respectiva. Diferentemente dos demais Gabinetes da 5ª Turma, verificou-se que a unidade exigirá prazo razoável para, primeiramente, estabelecer padrão de trabalho que propicie gestão eficiente do acervo para, somente depois, atingir meta de redução gradual do acervo e nivelamento com os demais Gabinetes.

Pondere-se que o Desembargador Federal e sua equipe estiveram por longo período em atividade administrativa, ou seja, de 2009 a 2013. O retorno à atividade-fim ocorreu em prazo ainda relativamente curto, desde junho/2013, tendo sido assumido acervo que foi administrado por vários magistrados de forma temporária, denotando que o Gabinete ainda passava por fase de readaptação. Além disso, muitas situações apontadas na amostragem remontavam a período anterior à assunção do Gabinete pelo atual titular.

A análise histórica apontou que na inspeção anterior, em novembro/2012, o acervo de conclusos era de 6.888 processos e, na assunção do Gabinete em junho/2013, chegou a 6.651 feitos e, na autoinspeção em setembro/2013, atingiu 7.527 processos. Na presente inspeção o acervo alcançava 6.965 processos conclusos no Gabinete, reduzido em razão, particularmente, do elevado volume de feitos atribuídos e distribuídos às juízas federais, convocadas para auxílio.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade.

A gestão da unidade ainda passava pela instituição e adequação de padrão de trabalho com os servidores em treinamento após o retorno à atividade-fim. Diversos atrasos então verificados já vinham de outras gestões em que o acervo ficou sob a responsabilidade de diversos magistrados em auxílio.

O acervo de conclusos em abril/2014 era de 6.965 processos, sendo que o acervo recebido em junho/2013 correspondia a 6.651 feitos, constatando-se aumento não muito significativo. Necessária a sistematização de modelo de gestão com vistas a inverter a

tendência de crescimento negativo, o que a unidade já estava buscando, inclusive com a utilização de modelos dos outros Gabinetes.

Na análise processual foram constatadas situações merecedoras de atenção, embora pontuais: (1) independentemente do auxílio em curso na unidade, implantar plano de trabalho para elevar produtividade, superando distribuição e reduzindo acervo; (2) como providência geral, extensiva a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade, priorizar julgamento dos processos incluídos nas METAS/CNJ e demais processos com distribuição mais antiga; (3) priorizar processos contendo agravos legais/regimentais e embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias; (4) observar prazo de 10 dias para lavratura de acórdãos; (5) agilizar a prolação de votos-vista; (6) priorizar feitos com conclusão superior a 60 dias; (7) priorizar julgamento de todos os feitos inspecionados em situação de atraso ou com pendência na unidade; e (8) especificamente: dar andamento imediato aos feitos relativos a ações civis públicas (ACP 50476627720114047100, distribuído em 2/7/2012; e ACP 50298294620114047100, distribuído em 7/11/2012) e com prioridade legal, como os de idosos em que já houve pedido de preferência (AC 200871080018080, desde 2/6/2013 e AC 200771180015721, sem movimentação desde 12/8/2013).

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador **RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 3ª Seção e 5ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 1º/9/2006.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 21 auxiliares (16 servidores efetivos e 5 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 3 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (setembro/2006):	4.005
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	2.829
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	1.114
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	1.852
2.1.5. Acervo conclusos aptos p/ julgamento (abril/2014):	não informado

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	3
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.437
2.3.2. Média mensal:	536,4

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	6.794

2.4.2. Média mensal:	566,2
2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	13.049
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	9.245
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	585
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	519
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	não informado
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	995
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	82
2.5.9. Mero expediente:	1.623

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	7.097
2.6.2. Total de processos julgados:	6.813
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	4.351
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	234
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.742
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	622
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 338

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	9.994
2.7.2. Acórdãos lavrados:	10.192
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	135
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	56

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	não informado
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	não informado
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	não informado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Gabinete organizado por grupos de trabalho; autos físicos em armários identificados por antiguidade e matéria; eletrônicos organizados por antiguidade; controle interno de movimentação por localizadores de destino, com registro de cada movimentação; controle do acervo por ferramenta informatizada do sistema do TRF4; planejamento de atividades pelo critério de volume e antiguidade para vazão de feitos acumulados; distribuição de

atividades conforme especialização por classe de matéria, perfil e habilidade; metas individuais de trabalho por complexidade da matéria; controle semanal de produtividade com relatórios gerenciais; avaliação periódica de resultado realizada mensalmente com controle do acervo; metas periódicas de produtividade para manter acervo em dia e mutirões semanais para eventual acúmulo; processos incluídos em metas do CNJ com tratamento prioritário; triagem como principal mecanismo de celeridade processual, bem como acesso às chefias para dirimir dúvida; e no caso de acúmulo de processos realizam-se mutirões semanais para determinadas matérias.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, Corte Especial, 3ª Seção e 5ª Turma. Assumiu o Gabinete em 1º/9/2006, sem requerer remoções, o que favoreceu a gestão administrativa e processual.

Houve convocação de juízes federais para auxílio ao Gabinete e à Turma, em período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 105,43 processos por servidor, o que se revelou adequada para a gestão célere e eficiente da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entrada), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 7.097 feitos, com média mensal de 591,42 processos. A menor distribuição foi de 215 processos em janeiro/2014, e a maior foi de 681 em agosto/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 6.813 processos (média mensal de 567,75), com saída por redistribuição de 622 feitos, o que acarretou o fluxo positivo de 338 processos com redução de acervo, mantida a média de 1.580 processos conclusos no período-base da inspeção.

Em termos de organização processual não foram localizados problemas. Em que pese o elevado número de processos físicos, oriundos da competência delegada, verificou-se organização e alocação para processamento e análise.

O controle de movimentação dentro do Gabinete foi realizado com recursos do sistema SIAPRO para os processos físicos e do e-Proc para os processos eletrônicos.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 49 processos da listagem originária, através de exame eletrônico, físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

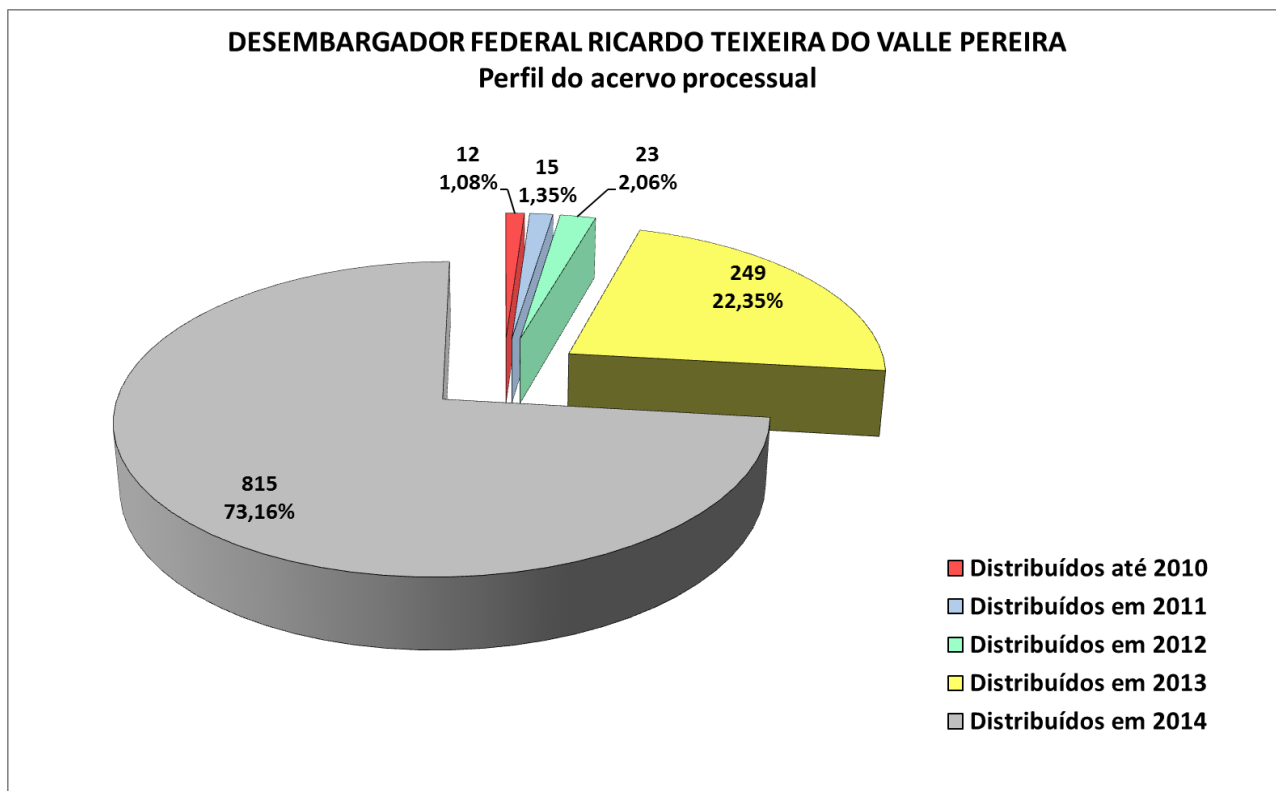
O tempo médio de tramitação dos feitos foi de 128 dias para os processos físicos e de 199 para os eletrônicos, sendo a média geral de 152 dias (5 meses).

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, como apelações cíveis, reexames necessários, ação civil pública, agravos de instrumento e ações rescisórias.

Foi verificado 1 feito inspecionado em 2012 (50366991920114047000), sobrestado, em razão de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (RE 661.256/DF). Em 2013 houve autoinspeção de 88 processos, sem que houvesse qualquer pendência.

Em termos gerais, possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial, havendo apenas 3 processos incluídos nas metas do CNJ.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 12 até 2010, 15 em 2011, 23 em 2012, 249 em 2013 e 815 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 98% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 73% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou 7 feitos sem movimentação por mais de 12 meses desde a respectiva distribuição até inclusão em pauta para julgamento: 00010970820134049999, 00016531020134049999, 00215116120124049999, 00219913920124049999, 50005412620114047206, 50012552220124047215, 50028033420114047113. Também foi apurada falta de andamento em 2 outros processos após distribuição ocorrida havia mais de ano (50038103320124047111 e 50038103320124047111).

O estoque em tramitação no TRF4, vinculado ao Gabinete, era de 2.829 processos, dos quais 1.114 estavam conclusos, com acervo predominantemente formado por feitos distribuídos a partir de 2013.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, embora tenham sido verificados alguns processos que foram distribuídos e não receberam movimentação por período superior a 12 meses.

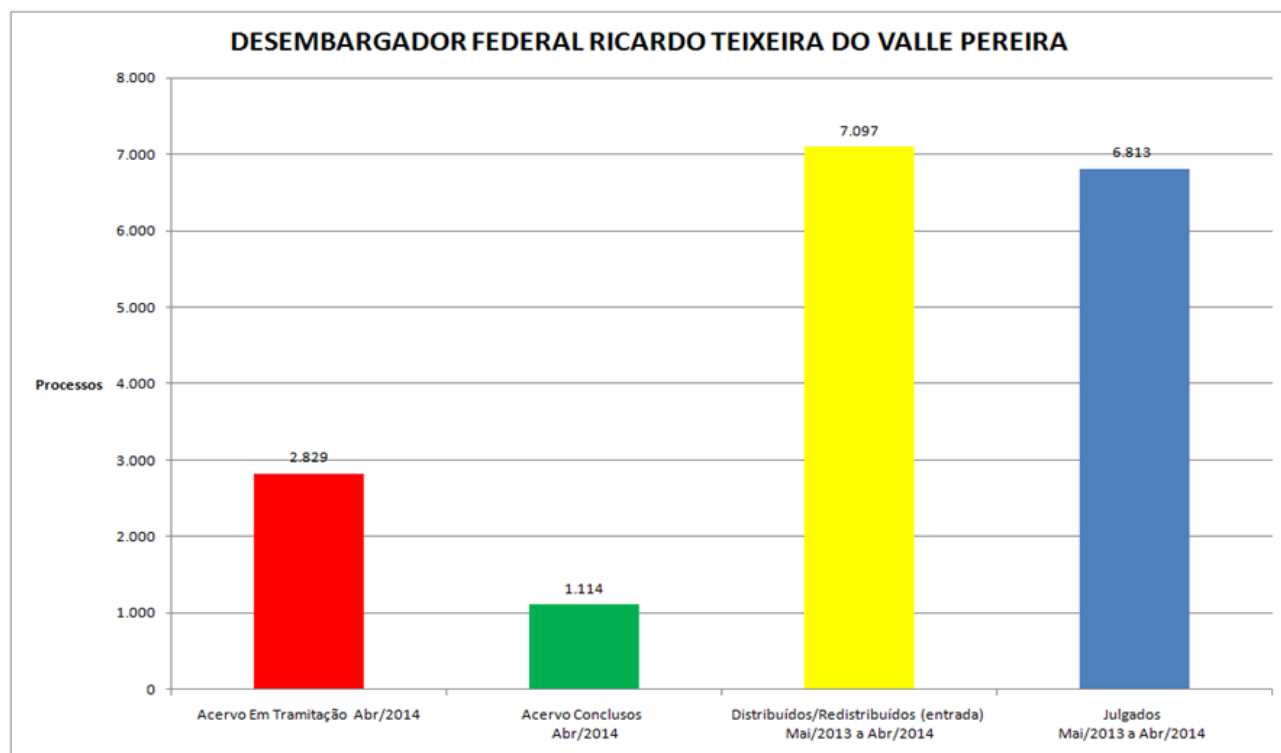
Foram listados 7 agravos de instrumento, dos quais 1 já havia sido baixado. Quanto aos demais, verificou-se tramitação regular, porém em 2 deles (00064591520134040000 e 00068324620134040000), que foram incluídos na pauta de 3/6/2014, houve demora no exame de pedidos de caráter urgente, com transcurso de prazo superior a 90 dias após a distribuição.

A amostragem indicou 1 processo do Gabinete com pendência de voto-vista (5053906-94.2012.404.7000), sendo, porém, determinado pelo relator a intimação das partes para os cálculos da contadoria com posterior conclusão.

Houve informação de que foram lavrados 10.192 acórdãos, sendo que 135 em prazo superior a 10 dias, constando, ainda, a pendência de 56 lavraturas.

No acervo geral, em 30/4/2014, existiam 115 embargos de declaração, dos quais 59 com conclusão superior a 30 dias, e 2 agravos legais ou regimentais conclusos havia mais de 30 dias.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



No período abrangido pela inspeção foram prolatadas 13.049 decisões, sendo 9.245 votos em processos pautados ou adiados, 585 votos em processos julgados em mesa, 519 decisões monocráticas terminativas, 995 decisões em liminares e antecipação de tutela, 82 outras decisões interlocutórias e 1.623 de mero expediente.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominavam no estoque processos distribuídos a partir de 2013, com tramitação, pois, recente no TRF4.

No tocante à dinâmica processual, possível constatar a existência, como regra, de adequada tramitação do acervo, sem problemas generalizados e graves de gestão processual ou administrativa.

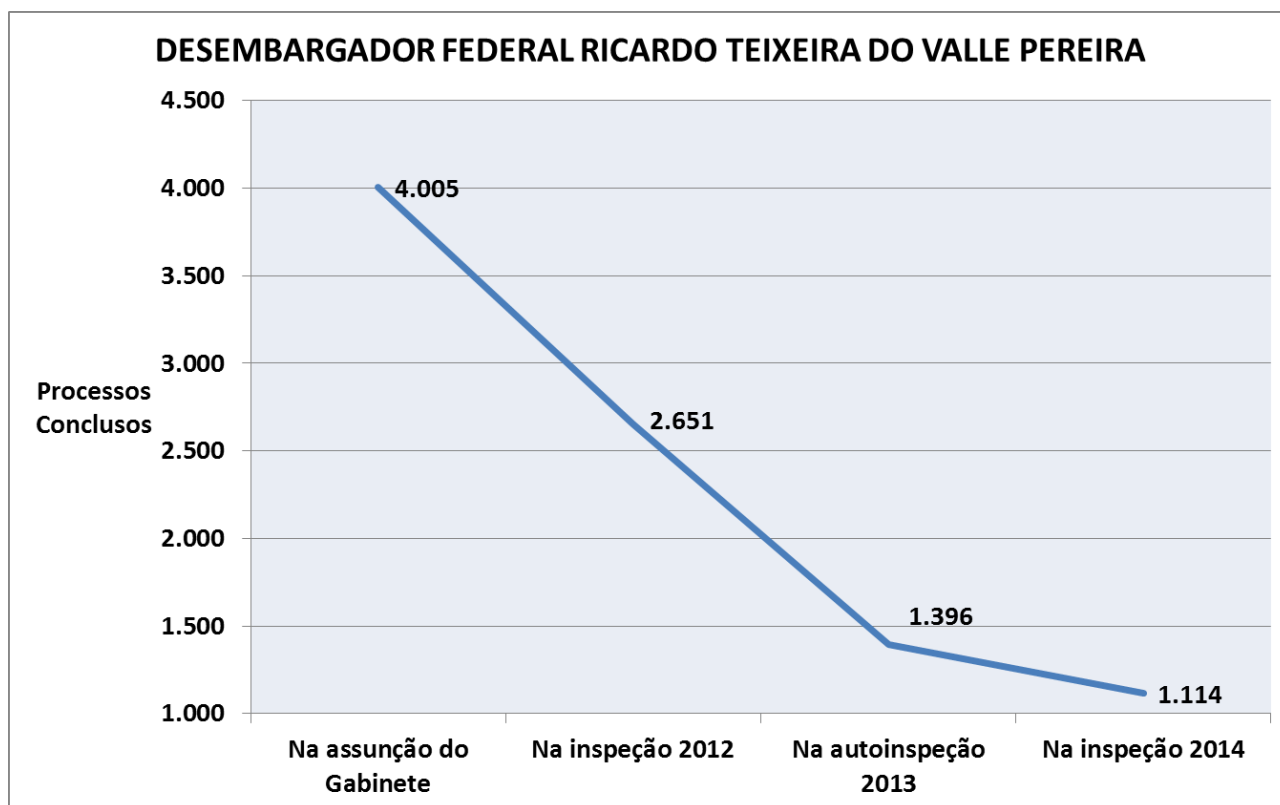
As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente congêneres, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir política de redução e controle do acervo. O fato de ter sido negativo o fluxo processual, entre maio/2013 a abril/2014, não causa maior preocupação, pois os dados estatísticos majoritariamente apontaram para a existência de adequada gestão processual, tanto que o acervo permaneceu reduzido sem

indícios de crescimento permanente ou progressivo, devendo, portanto, a própria unidade acompanhar a situação do fluxo específico para efeito de aperfeiçoamento.

A análise histórica apontou que, em setembro/2006, na assunção do Gabinete, o acervo era de 4.005 processos concluídos; tendo havido redução para 2.651 processos na inspeção anterior, em junho/2012, e para 1.396 na autoinspeção em setembro/2013. Na presente inspeção, o acervo era de 1.114 processos concluídos no Gabinete, reduzido em razão, particularmente, do elevado volume de feitos atribuídos ou distribuídos aos juizes federais, convocados para auxílio.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos era de 1.114 processos. Predominavam no estoque processos novos, distribuídos a partir de 2013. Apesar de a distribuição ter sido superior, no período,

ao volume de julgados, não houve indicação de descontrole para efeito de recomendação no tocante ao fluxo processual, bastando constatar que o acervo continuou pequeno, em volume seja absoluto, seja relativo. Houve prolação, no interregno, de 13.049 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de apenas 3, representando 0,27% do acervo de feitos conclusos.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) como providência geral, extensiva a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade, priorizar julgamento dos processos incluídos nas METAS/CNJ e demais processos com distribuição mais antiga; (2) analisar, com prioridade, agravos de instrumento recebidos do Setor de Distribuição contendo pedidos de tutela de urgência; (3) priorizar processos contendo agravos legais/regimentais e embargos de declaração e com conclusão superior a 30 dias; (4) observar prazo de 10 dias para lavratura de acórdãos; (5) priorizar feitos com deferimento de liminar, cautelar ou tutela antecipada, ou com provimento do recurso por decisão monocrática proferida em prazo superior a 90 dias e ainda não submetida ao exame do colegiado; (6) priorizar o processo 5053906-94.2012.404.7000 (voto-vista); (7) priorizar os 5 feitos com conclusão superior a ano; e (8) priorizar julgamento de todos os feitos inspecionados em situação de atraso ou com pendência na unidade.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **ROGERIO FAVRETO**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, 3ª Seção e 5ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 11/7/2011.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 21 auxiliares (15 servidores efetivos e 6 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 3 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (julho/2011):	5.448
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	2.733
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	829
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	2.155
2.1.5. Acervo conclusos aptos p/ julgamento (abril/2014):	não informado
2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	6
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	1
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	4
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0
2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.430
2.3.2. Média mensal:	535,8
2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	6.871
2.4.2. Média mensal:	572,6

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (março/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	14.541
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	7.689
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.171
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.353
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	não informado
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.002
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	68
2.5.9. Mero expediente:	3.258

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (março/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	7.153
2.6.2. Total de processos julgados:	6.871
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	4.180
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	222
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.661
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	636
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 354

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (março/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	9.408
2.7.2. Acórdãos lavrados:	9.412
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	47
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	5

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (março/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	não informado
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	não informado
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	não informado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Gabinete organizado por grupos de trabalho; autos físicos em armários identificados por critério de antiguidade e matéria; eletrônicos organizados por antiguidade; controle interno de movimentação por servidor experiente com triagem para rápido andamento processual; controle semanal do acervo com apresentação de dados ao Desembargador e equipe para estimativa de produção; planejamento semestral de atividades com metas

de redução do acervo, e avaliações do período anterior; distribuição de atividades por critério de especialização por classe de matéria, perfil e habilidade de cada um; funções mais elevadas aos servidores-gestores; metas individuais de trabalho por complexidade da matéria, com acompanhamento mensal; controle semanal de produtividade por relatórios gerenciais; avaliação de resultados realizada semanal e semestralmente com controle do acervo; metas periódicas de produtividade para manter acervo em dia e deslocamento de servidor para atuar em outra equipe se necessário; priorização de feitos incluídos em metas do CNJ; tempo médio de tramitação de 175 dias; advogados e partes atendidos de imediato, sem necessidade de agendamento; e triagem com lançamento nos processos da data provável de julgamento, quase sempre cumprida, apesar de tratar-se de projeção, dando transparência e reduzindo pedidos de informação ou preferência.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, 3ª Seção e 5ª Turma. Assumiu o Gabinete em 11/7/2011, sem requerer remoções, o que favoreceu a gestão administrativa e processual.

Houve convocação de juíza federal para auxílio à Turma, em período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 47,14 processos por servidor, o que se revelou adequada para a gestão célere e eficiente da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entrada), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 7.153 feitos, com média mensal de 596,08 processos. A menor distribuição foi de 209 processos em janeiro/2014, e a maior foi de 688 em agosto/2013.

Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 6.871 processos (média mensal de 572,6), com saída por redistribuição de 636 feitos, o que acarretou o fluxo positivo de 354 processos, com redução de acervo, mantida a média de 1.482 processos conclusos no período base da inspeção.

Em termos de organização processual, não foram localizados problemas. Em que pese os processos físicos oriundos da competência delegada, verificou-se organização e alocação para processamento e análise.

O controle de movimentação dentro do Gabinete foi realizado com recursos do sistema SIAPRO para os processos físicos e do e-Proc para os eletrônicos.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 37 processos da listagem originária, através de exame eletrônico, físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

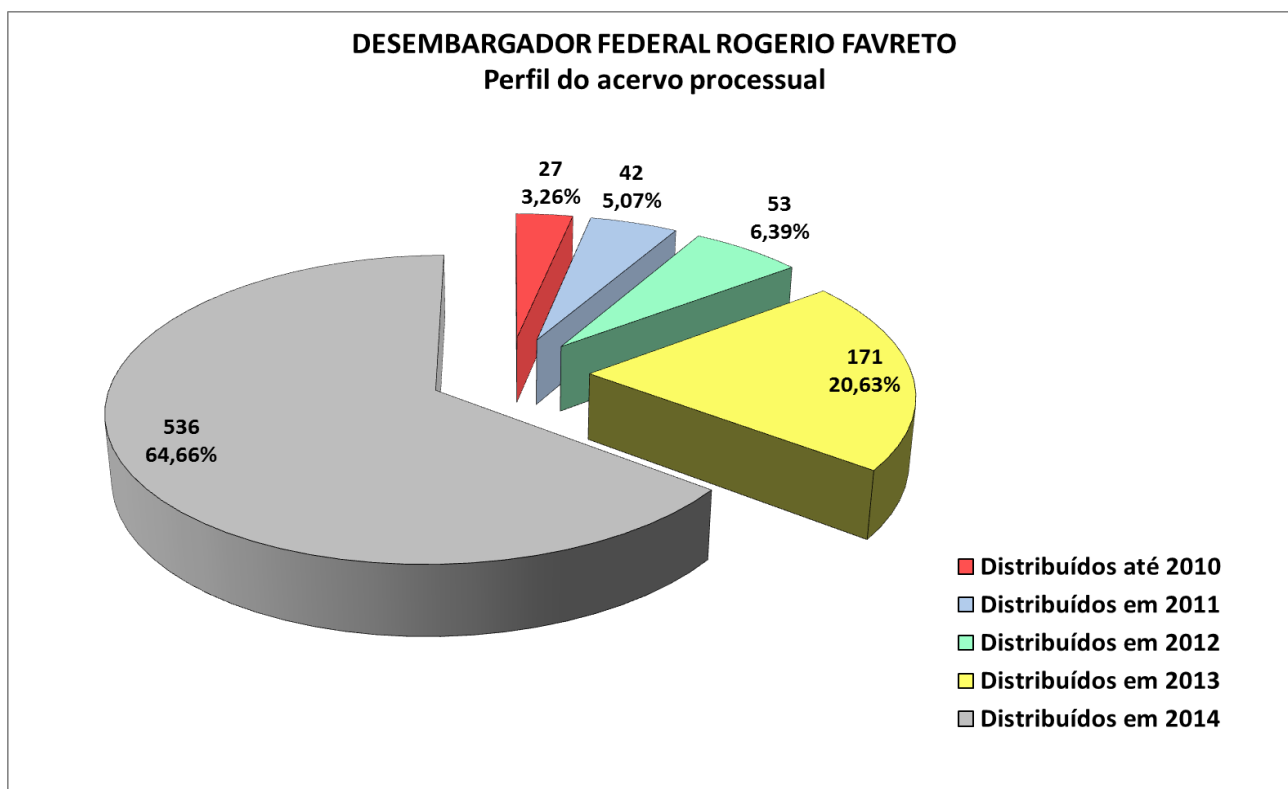
O tempo médio de tramitação dos feitos foi de 175 dias.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais apelações cíveis, reexames necessários, ação civil pública, agravos de instrumento, ações rescisórias, execuções contra a Fazenda Pública e embargos infringentes.

Não havia feitos da inspeção anterior com pendências e todos os 133 processos autoinspecionados foram regularizados.

Em termos gerais, possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial, com apenas 6 processos incluídos nas metas do CNJ.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 27 até 2010, 42 em 2011, 53 em 2012, 171 em 2013 e 536 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 96% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 65% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

Na listagem havia 6 feitos conclusos desde outubro/2013 (50042271020124047200, 200772000140212, 200970000034465, 200772000138084, 200670990023817 e 200772000141666). Alguns paralisados por mais de 60 dias (00012998220134049999, 200770010006391, 50042271020124047200, 50047795820104047001 e 50218684320134040000) e outro por mais de 90 dias, aguardando remessa à contadoria judicial (50157253820134040000), a qual fez os cálculos e devolveu os autos decorridos mais de 90 dias.

Quanto ao perfil do acervo por natureza ou objeto processual, verificou-se que, no âmbito cível, 1 processo tratava de ação civil pública, 3 eram conflitos de competência e, ainda, havia 34 ações rescisórias.

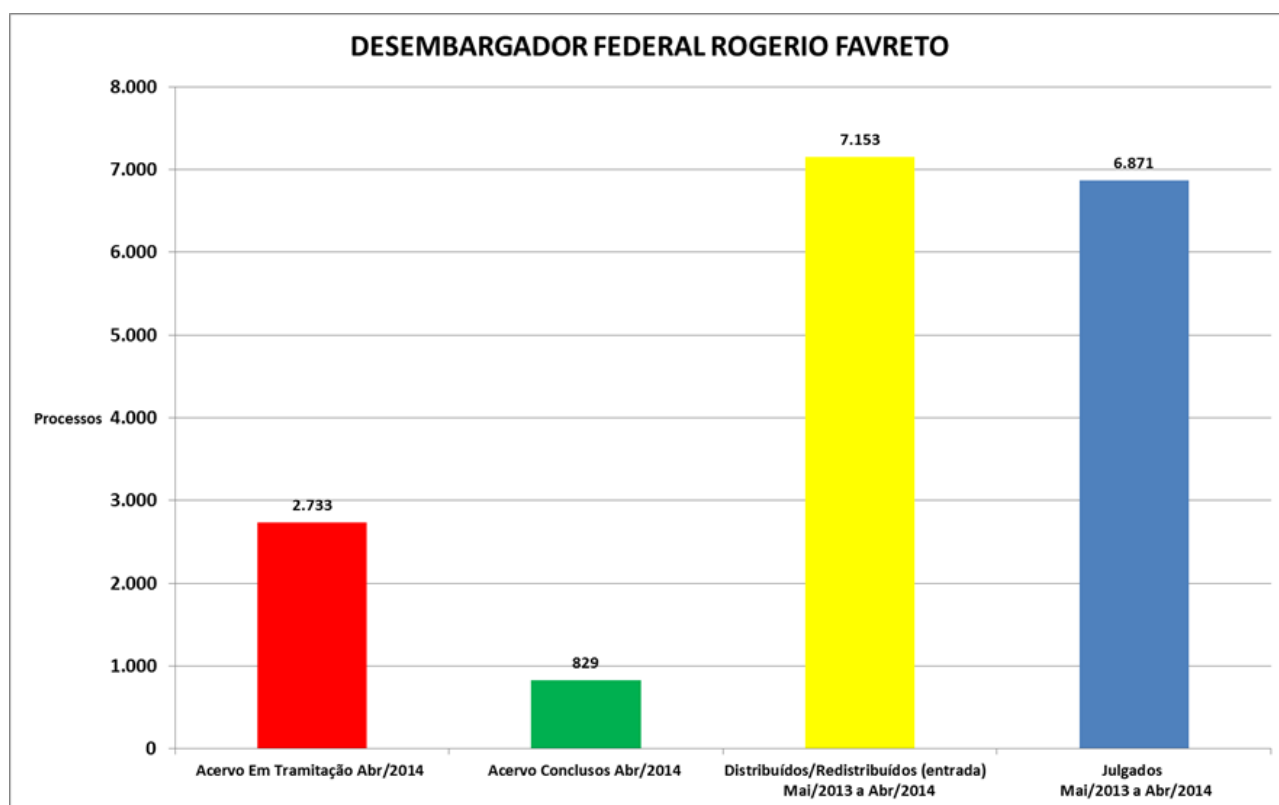
Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, embora constassem alguns feitos de 2006, 2007 e 2009 que ficaram ou permaneceram conclusos por mais de 6 meses.

Foram listados 5 agravos de instrumento, cuja tramitação foi constatada como regular, além de 6 feitos do Gabinete com pendência de voto-vista de outros membros da Turma.

Houve informação de que foram lavrados 9.412 acórdãos, sendo que 47 em prazo superior a 10 dias, além da pendência de 5 acórdãos para lavratura.

No acervo geral, em 30/4/2014, existiam 159 embargos de declaração, dos quais 117 com conclusão superior a 30 dias; e 15 agravos legais ou regimentais conclusos havia mais de 30 dias.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



No período abrangido pela inspeção foram prolatadas 14.541 decisões, sendo 7.689 votos em processos pautados ou adiados, 1.171 votos em processos julgados em mesa, 1.353 decisões monocráticas terminativas, 1.002 decisões em liminares e antecipação de tutela, 68 outras decisões interlocutórias e 3.258 de mero expediente.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os da META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominavam no estoque processos distribuídos a partir de 2013, com tramitação, pois, recente no TRF4.

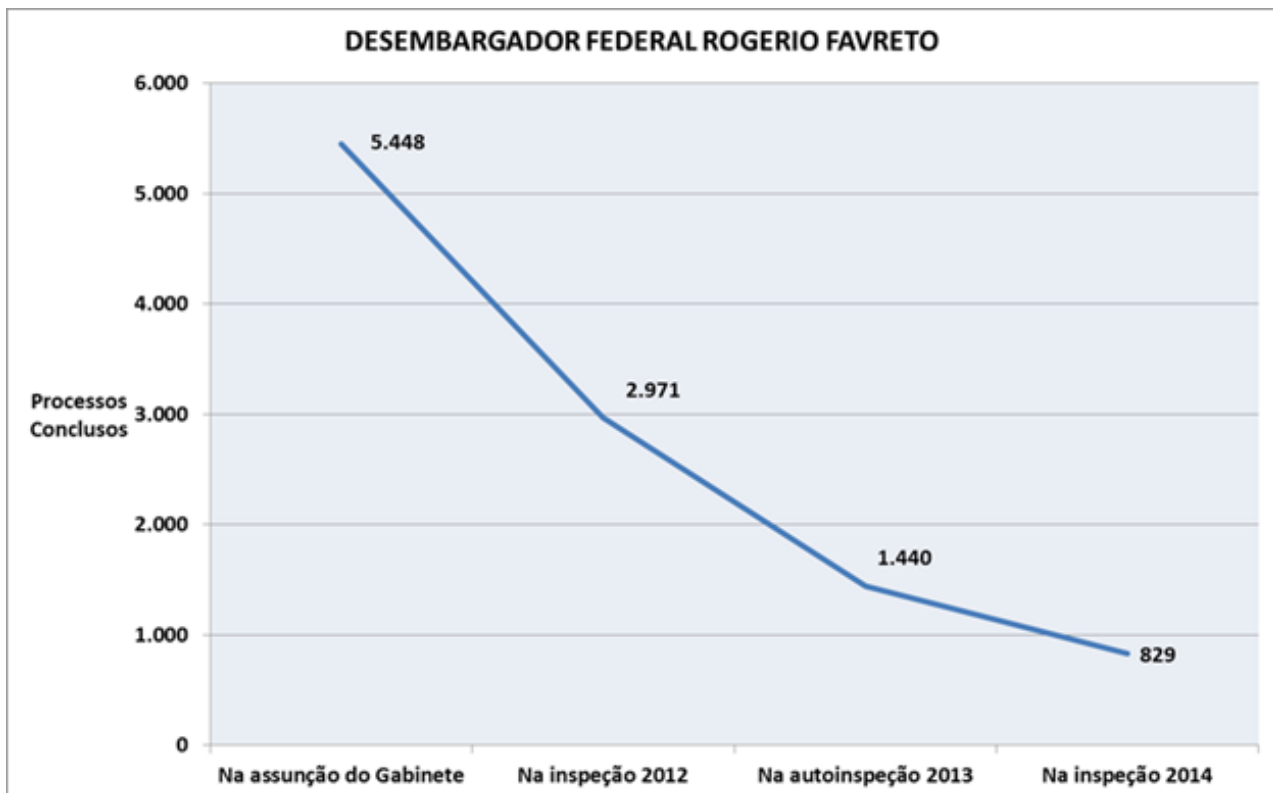
No tocante à dinâmica processual, possível constatar a existência, como regra, de adequada tramitação do acervo, sem problemas generalizados e graves de gestão.

As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente congêneres, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir política de redução de acervo, ainda que no período específico, abrangido pela inspeção, o número de julgamentos tenha sido pouco inferior ao de distribuídos.

A análise histórica apontou que, em julho/2011, na assunção do Gabinete, o acervo era de 5.448 processos conclusos; tendo havido redução para 2.971 processos na inspeção anterior, em novembro/2012, e para 1.440 na autoinspeção em setembro/2013. Na presente inspeção, o acervo era de 829 processos conclusos no Gabinete, reduzido em razão, particularmente, do elevado volume de feitos distribuídos à Juíza Federal, convocada para auxílio.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos era de 829 processos. Predominavam no estoque processos novos, distribuídos a partir de 2014. Apesar de a distribuição ter sido superior, no período, ao volume de julgados, não houve indicação de descontrole para efeito de recomendação no tocante ao fluxo processual, bastando constatar que o acervo continuou pequeno, em volume seja absoluto, seja relativo. Houve prolação, no interregno, de 14.541 decisões,

entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de apenas 6, representando 0,72% do acervo de feitos conclusos.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) como providência geral, extensiva a todos os feitos semelhantes em tramitação na unidade, priorizar julgamento dos processos incluídos nas METAS/CNJ e demais processos com distribuição mais antiga; (2) priorizar processos contendo agravos legais/regimentais e embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias; (3) observar prazo de 10 dias para lavratura de acórdãos; (4) priorizar prolação de votos-vista; (5) priorizar feitos com conclusão superior a 60 dias; e (6) priorizar julgamento de todos os feitos inspecionados em situação de atraso ou com pendência na unidade.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA**.
- 1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 3ª Seção, 6ª Turma e Coordenação Geral do SISTCON do TRF4.
- 1.3. Tempo de atuação na atual Turma:** desde 6/2/2004.
- 1.4. Quadro de pessoal:** 22 auxiliares (16 servidores efetivos e 6 estagiários).
- 1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (fevereiro/2004):	7.855
2.1.2. Acervo no TRF (abril /2014):	6.138
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	4.048
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	3.059
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril /2014):	4.048

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.426
2.3.2. Média mensal:	535,5

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	6.423

2.4.2. Média mensal:	535,3
-----------------------------	-------

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	13.723
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	7.611
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.117
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	476
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, §3º e 543-C, §7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1077
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	1.884
2.5.9. Mero expediente:	1.558

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	7.113
2.6.2. Total de processos julgados:	6.423
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	4.091
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	239
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.012
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	2.236
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	1.001
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 211

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	8.774
2.7.2. Acórdãos lavrados:	8.453
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	313
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura: (sessão de 30/4/2014)	323

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	8.364
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	326
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	558

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Organização do acervo por matéria/assunto; autos físicos em armários, separados por assunto/matéria, antiguidade e prioridade legal; triagem inicial detalhada, com envio dos autos ao servidor responsável, no caso de prioridade legal; e demais organizados em armários ou localizadores, por assunto/matéria e antiguidade; planejamento por ordem de preferência, com prioridade legal e feitos mais urgentes (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, benefício assistencial e pensão por morte); atividades distribuídas de acordo

com perfil e qualificação; metas individuais aferidas semanal ou mensalmente; controle estatístico através do sistema EPROCV2 e do repositório do Tribunal, e, eventualmente, pelos sistemas GEDPRO e SIAPRO, sendo objeto de controle periódico (geralmente semanal); e mutirões realizados de acordo com a demanda.

Como boas práticas foram indicados o sistema de especialização de servidores por perfil e qualificação; incentivo à participação em cursos promovidos pelo Tribunal e outras instituições; cooperação e troca de informação com outros Gabinetes; troca interna de informações de relevância para qualificação da equipe; fixação periódica de metas; e orientação aos servidores para solução célere dos problemas apresentados.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, 3ª Seção e 6ª Turma. Assumiu o Gabinete em 6/2/2004, sem remoção desde então, o que favoreceu a respectiva gestão.

Houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete, em período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 311 processos por servidor, o que se mostrou adequada para a gestão da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 7.113, com média mensal de 593 processos. A menor distribuição foi de 216 processos em janeiro/2014, e a maior foi de 686 em agosto/2013. Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 6.423 processos (média mensal de 535), além de 27 agravos legais ou regimentais e 1.948 embargos de declaração. No mesmo período registrou-se saída, por redistribuição, de 1.001 feitos. Houve, pois, fluxo positivo de 311 processos, com redução de acervo em cerca de metade da distribuição mensal.

Em termos de organização processual não foram localizados problemas. A pequena quantidade de processos físicos em tramitação permitiu organização e alocação em armários separados por classe e assunto, destacados os feitos com tramitação prioritária. Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 66 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais ações rescisórias, mandados de segurança, apelações, embargos infringentes, agravos de instrumento e impugnação ao valor da causa.

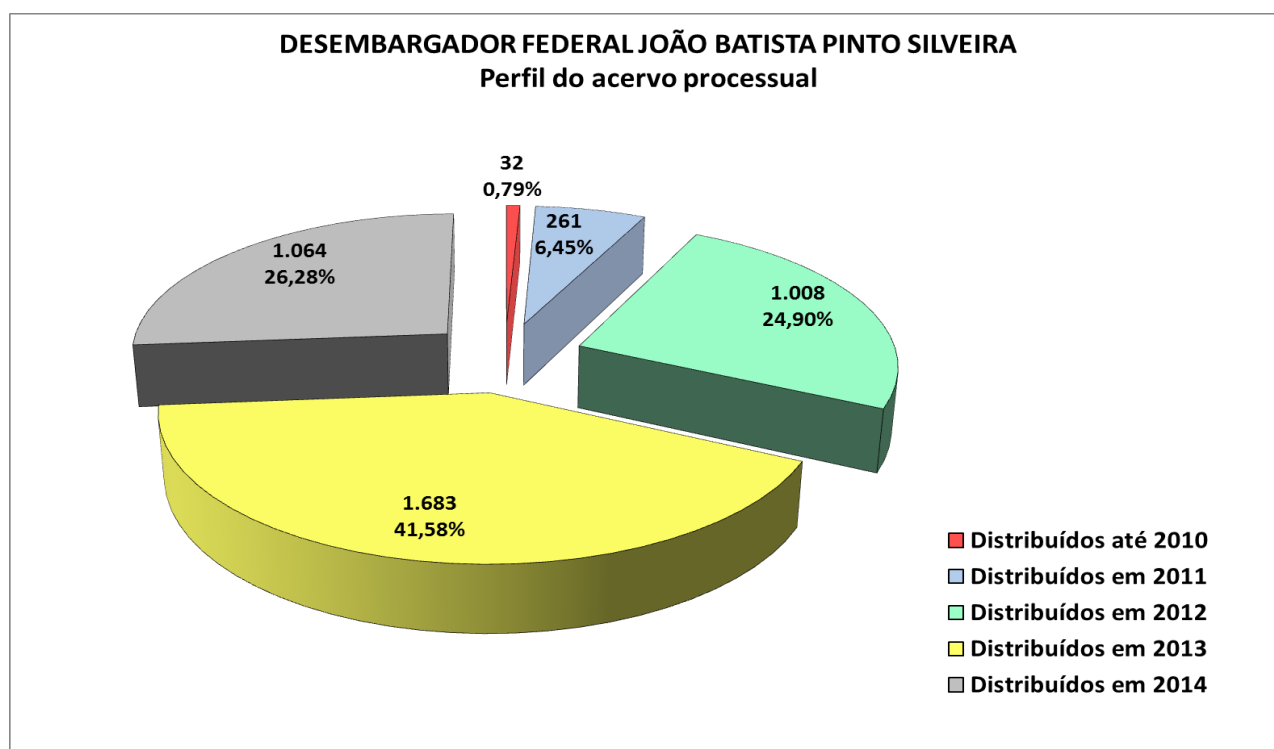
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, tendo sido inspecionados 71 processos em 2012, e autoinspecionados 160, sem registro de qualquer pendência a ser regularizada.

A amostragem revelou 2 feitos com distribuição originária no TRF4 em data anterior a 31/12/2006 (200570000139671 e 200604000312917), inseridos na META 2/2010 CNJ, e cuja tramitação se encontrava regular.

Em termos gerais, possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de feitos distribuídos: 32 até 2010, 261 em 2011, 1.008 em 2012, 1.683 em 2013 e 1.064 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 26% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou, na ocasião, apenas 1 processo sem movimentação desde a distribuição (000378659201240499990), porém regularizado com o respectivo julgamento em 28/5/2014, com declinação da competência para a Justiça Estadual. Os demais feitos listados tinham situação regular, alguns foram regularizados depois de atrasos em fases anteriores e, outros poucos, estavam sobrestados por decisão superior.

No estoque de 4.048 processos conclusos existiam 2.853 aguardando julgamento desde a distribuição, a maioria havia menos de 3 anos, sendo que apenas 6 excediam tal limite de tempo de tramitação, com previsão de julgamento por ordem cronológica, salvo as preferências legais, urgências e modelos repetitivos de fácil resolução.

Houve informação de que 3.059 processos estavam sobrestados, dos quais 4 relativos a metas do CNJ, porém não havia qualquer feito extraviado.

Quanto ao perfil do acervo por natureza ou objeto processual, verificou-se que 3.983 eram processos recursais cíveis, destacando-se a existência de 619 processos dotados de preferência legal, além de 65 feitos originários, dos quais 2 mandados de segurança, 3 conflitos de competência e 57 ações rescisórias.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, sem prejuízo de preferências legais. Na ocasião, a unidade trabalhava com processos predominantemente distribuídos a partir de 2011, com pequeno saldo de 2010.

Foram listados 4 agravos de instrumento, o mais antigo, distribuído em 24/8/2012, foi sobrestado em 4/9/2012 (50141745720124040000). O maior tempo de tramitação ocorreu no AI 50202072920134040000, distribuído em 2/9/2013, com julgamento iniciado em 21/11/2013, mas somente encerrado, com a prolação de voto-vista, em 22/5/2014.

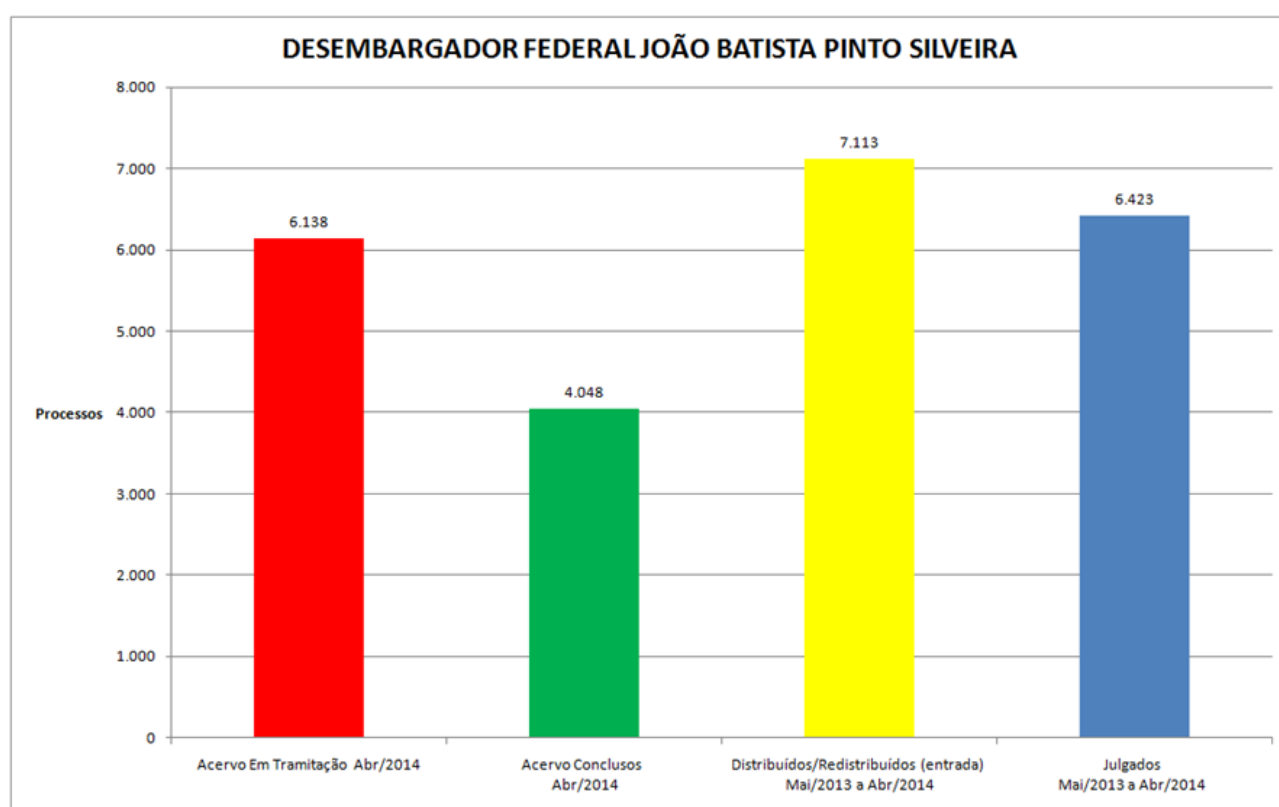
No acervo geral verificou-se a existência de 47 processos conclusos para voto-vista, dos quais 45 havia mais de 30 dias e apenas 2 conclusos para lavratura de acórdão.

Houve informação de que foram lavrados 8.453 acórdãos, sendo que 313 em prazo superior a 10 dias, com 323 ainda pendentes de lavratura, mas referentes à sessão de 30/4/2014. O mesmo magistrado ainda lavrou 52 acórdãos em feitos de outros relatores originários, e 2 estavam pendentes de lavratura, porém sem registro de atrasos.

No acervo geral foi informada a pendência de 473 embargos de declaração, dos quais 448 com conclusão superior a 30 dias; 17 agravos internos, dos quais 6 com conclusão superior a 30 dias; e 40 processos com decisão provisória deferida havia mais de 90 dias e ainda não submetidos ao exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 7.113, redistribuição com saída de 1.001, e julgamento de 6.423 processos, resultando, assim, na produtividade de 90%, indicando a necessidade de elevação da curva específica de julgamentos.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



No período abrangido pela inspeção foram prolatadas 13.723 decisões, sendo 7.611 votos em pautados ou adiados, 1.117 em recursos em mesa, 476 decisões monocráticas terminativas, 1.077 decisões em pedidos de antecipação de tutela ou liminar, 1.884 interlocutórias diversas e 1.558 despachos de mero expediente.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos, a maioria foi distribuída a partir de 2011, com tramitação de até pouco mais de 3 anos.

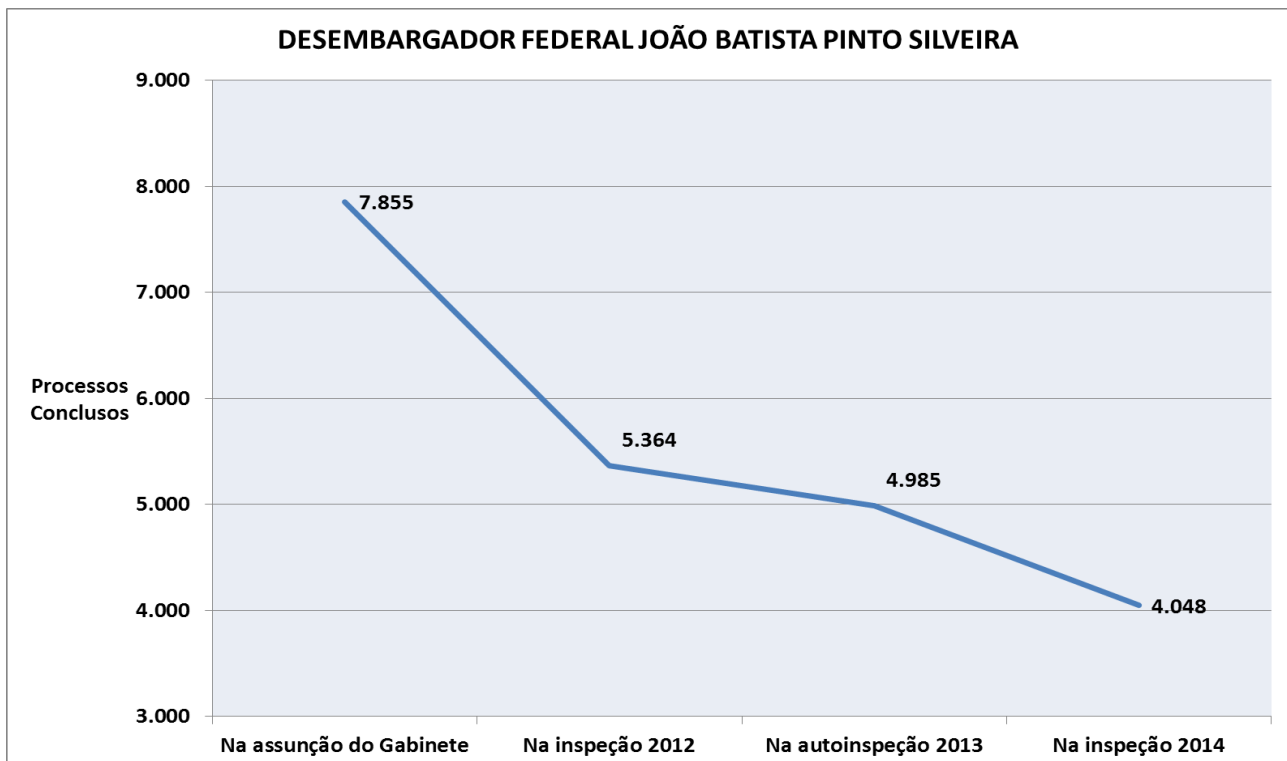
No tocante à dinâmica processual, possível constatar, como regra, a adequada tramitação do acervo, sem problemas generalizados e graves de gestão.

As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente semelhantes, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir política de redução de acervo, ainda que no período específico, abrangido pela inspeção, o número de julgamentos tenha sido inferior ao de distribuídos.

A análise histórica apontou que, em fevereiro/2004, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 7.855 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 5.364 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 4.985, o que foi possível em razão, igualmente, da produtividade gerada pelo auxílio de Juiz Federal Convocado em 2013. Na atual inspeção o acervo era de 4.048 processos conclusos no Gabinete, reduzido em razão, particularmente, do elevado volume de feitos atribuídos a juiz federal, convocado para auxílio.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, tendo sido fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral

da unidade. A adequada gestão administrativa colaborou para a consecução das metas processuais.

O acervo de conclusos era de 4.048 feitos distribuídos, predominantemente, a partir de 2011. A produtividade foi insuficiente para a redução do acervo no período, considerando que a distribuição superou os julgamentos em 690 processos, equivalente a mais de 1 mês de distribuição média. Houve prolação, no interregno, de 13.723 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, foi pequeno, sendo informado apenas 1, porém constatado, pela listagem, ao menos 2 processos.

Não obstante, verificou-se evolução no sentido da redução de acervo de conclusos, ao longo dos anos, desde a assunção do Gabinete em fevereiro/2004 até a inspeção atual, graças ao esforço do Desembargador Federal e do Juiz Federal que atuou em função de auxílio na unidade.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) implantar plano de trabalho para elevar produtividade, superando distribuição e reduzindo acervo; (2) observar preferências legais, dentre as quais a da Lei 10.741/2003; (3) reduzir estoque e tempo de tramitação de embargos de declaração; (4) priorizar julgamento dos processos em que deferida liminar, cautelar ou antecipação de tutela recursal por decisão monocrática; (5) reduzir o estoque e o tempo de conclusão de processos para voto-vista; (6) respeitar o prazo de 10 dias para lavratura de acórdãos (META 4/2010 CNJ); (7) cumprir recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhar respectivos andamentos e priorizar julgamentos; e (8) aplicar recomendações, feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral que se encontrem em situação processual semelhante.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL CELSO KIPPER

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **CELSO KIPPER**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 3ª Seção e 6ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 3/7/2009.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 22 auxiliares (17 servidores efetivos e 5 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 5 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (julho/2009):	439
2.1.2. Acervo no TRF (abril /2014):	não informado
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	7.092
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	2.848
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril /2014):	4.581

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	2
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.412
2.3.2. Média mensal:	543,3

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	5.969
2.4.2. Média mensal:	497,41

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	9.534
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	7.322
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	746
2.5.4. Declarações de voto:	2
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	401
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC): não informado	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	1.063
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	não informado
2.5.9. Mero expediente:	não informado

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	7.153
2.6.2. Total de processos julgados:	5.969
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.994
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	281
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	639
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	2.360
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	1.157
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 27

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	8.113
2.7.2. Acórdãos lavrados:	7.851
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	209
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura (30/4/2014):	295

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	7.625
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	212
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	507

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Gabinete organizado em equipes com coordenadores e com atuação em matérias específicas; análise preliminar dos votos dos demais Desembargadores pelo chefe de Gabinete; minutas de votos da Seção, Corte Especial e Pleno pelo assessor; atividades administrativas concentradas num servidor e estagiário; organização do acervo por matérias e submatérias, com adoção de localizadores específicos; nos feitos eletrônicos, após distribuição, existem localizadores específicos no Gabinete; triagem pormenorizada

dos processos por servidor específico; reunião no início do semestre para traçar metas e estratégias; meta individual por servidor, conforme características; envio semanal de relatório de produtividade, verificando-se cumprimento conforme complexidade da matéria atribuída; organização de férias de modo a garantir 50% da equipe em atividade; tempo de tramitação processual média de até 2 anos, sem prejuízo das preferências legais; observância do prazo para publicação dos acórdãos; e controle estatístico disponibilizado pelo TRF4, possuindo o Gabinete sistemas e controles próprios.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador tem assento no Plenário, 3ª Seção e 6ª Turma. Assumiu o Gabinete em 3/7/2009, sem remoção desde então, o que favoreceu a respectiva gestão.

Houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete, em período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 321 processos por servidor, o que se mostrou adequada para a gestão da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entradas), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 7.153, com média mensal de 596 processos. A menor distribuição foi de 199 processos em janeiro/2014, e a maior foi de 685 em agosto/2013. Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 5.969 processos (média mensal de 497), além de 29 agravos legais ou regimentais e 1.748 embargos de declaração. No mesmo período registrou-se saída, por redistribuição, de 1.157 feitos. Houve, pois, fluxo negativo de 27 processos, com aumento de acervo.

Em termos de organização processual não foram localizados problemas. A pequena quantidade de processos físicos em tramitação permitiu organização e alocação em armários separados por classe e assunto, destacados os feitos com tramitação prioritária. Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 66 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais ações rescisórias, conflitos de competência, mandados de segurança, apelações –

inclusive em sede de ação civil pública –, embargos infringentes, agravos de instrumento e impugnação ao valor da causa.

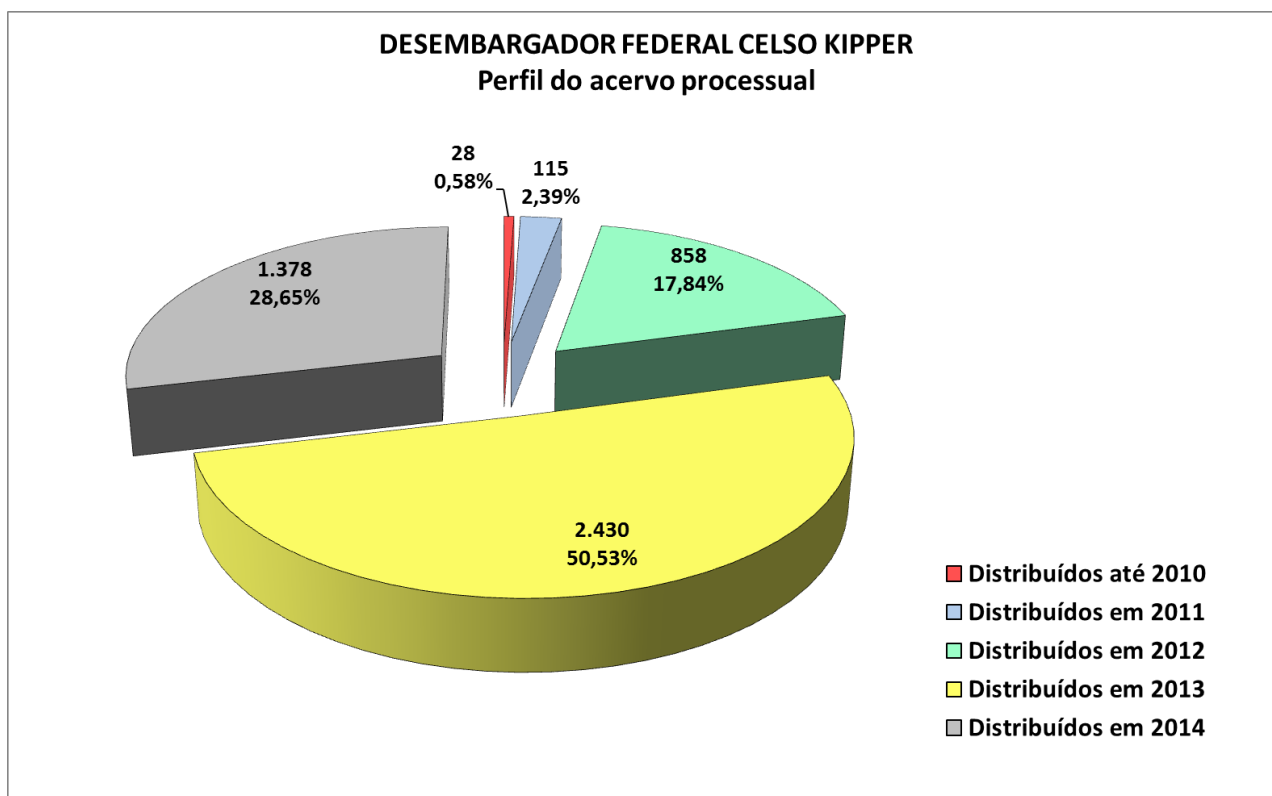
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, tendo sido inspecionados 76 processos em 2012, sem pendências, e autoinspecionados 112, dos quais 2 (50022572820104047108 e 50023278620124047104) foram inseridos na previsão de julgamento para sessão próxima, a exigir ulterior acompanhamento.

A amostragem revelou 1 feito com distribuição originária no TRF4 em data anterior a 31/12/2006, inserido na META 2/2010 CNJ, tratando-se, porém, de causa reativada em 26/2/2014 e julgada em 7/5/2014 (200670010005862), sem pendência atual na unidade.

Em termos gerais, possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de processos distribuídos: 28 até 2010, 115 em 2011, 858 em 2012, 2.430 em 2013 e 1.378 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 99% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 29% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou, na ocasião, 1 feito sem movimentação desde a distribuição em junho/2011 (00090188620114049999), exigindo regular tramitação.

No estoque de 4.809 processos conclusos existiam 3.534 aguardando julgamento desde a distribuição, a maioria havia menos de 2 anos, sendo que apenas 88 excediam tal limite de tempo de tramitação, com previsão de julgamento por ordem cronológica, salvo as preferências legais, urgências e modelos repetitivos de fácil resolução.

Houve informação de que 2.848 processos estavam sobrestados, dos quais 9 relativos a metas do CNJ e 1.333 com prioridade legal, porém não havia qualquer feito extraviado.

Quanto ao perfil do acervo por natureza ou objeto processual, verificou-se que 4.771 eram processos recursais cíveis, destacando-se a existência de 1.158 processos dotados de preferência legal, além de 1 recurso em ação civil pública. Havia, por outro lado, 38 feitos originários, dos quais 4 conflitos de competência e 31 ações rescisórias.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, sem prejuízo de preferências legais. Na ocasião, a unidade trabalhava com processos predominantemente distribuídos a partir de 2011, com pequeno saldo de anos anteriores.

Foram listados 8 agravos de instrumento, o mais antigo, distribuído em 11/11/2011, foi julgado em 6/11/2013 e, quando da inspeção, já contava com recurso especial interposto (00160012820114040000). Os demais, distribuídos entre 3/8/2012 e 6/11/2013, ainda que tenham apresentado atraso em alguma fase processual anterior, estavam em situação regular ao tempo da inspeção.

No acervo geral verificou-se a existência de 62 processos conclusos para voto-vista, todos havia mais de 30 dias e apenas 2 conclusos para lavratura de acórdão.

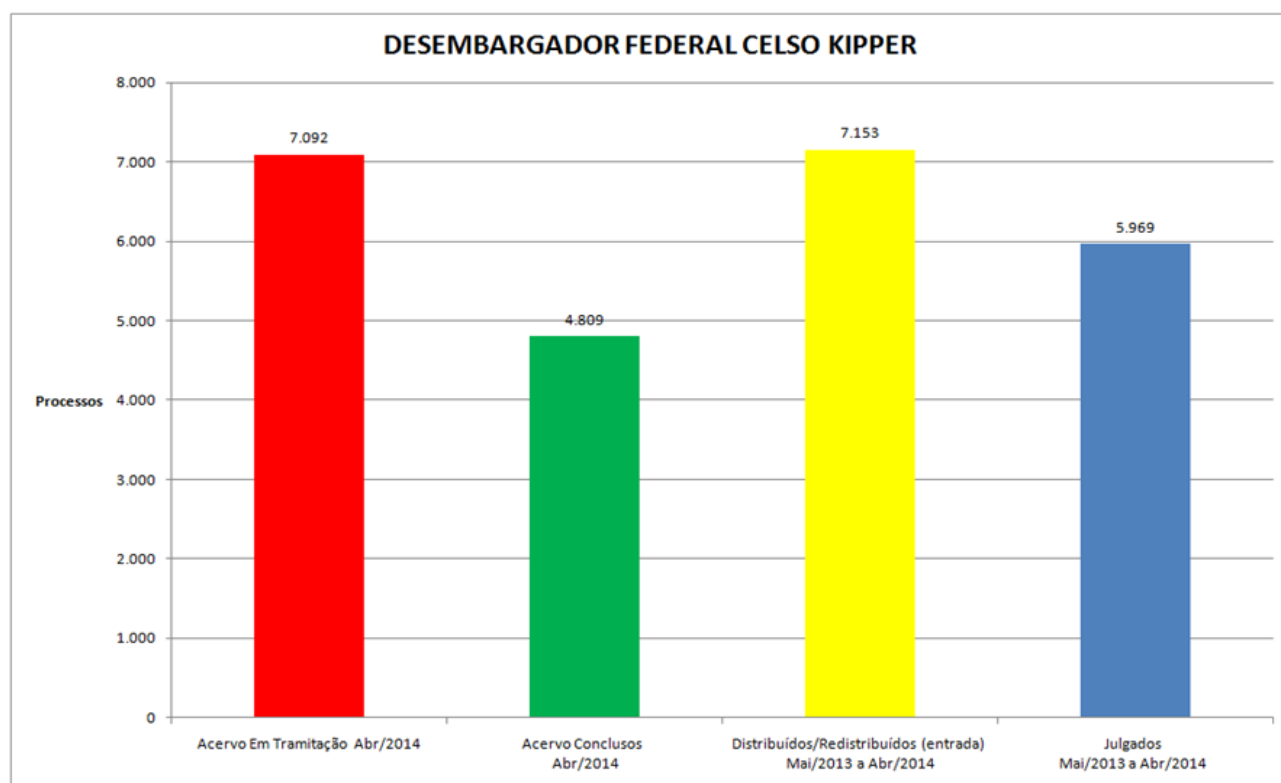
Houve informação de que foram lavrados 7.851 acórdãos, sendo que 209 em prazo superior a 10 dias, com 295 ainda pendentes de lavratura, mas referentes à sessão de 30/4/2014. O mesmo magistrado ainda lavrou 24 acórdãos em feitos de outros relatores originários, e 2 estavam pendentes de lavratura, porém sem registro de atrasos.

Na listagem constaram 2 apelações cíveis com embargos de declaração pendentes de julgamento desde 20/8/2013, referindo-se à impugnação de decisão do relator que, de ofício, ordenou a realização de perícia técnica, com a baixa dos autos à Vara de origem (50003170320114047008 e 50003404620114047008). No acervo geral foi informada a pendência de 422 embargos de declaração, dos quais 376 com conclusão superior a 30

dias; 26 agravos internos, dos quais 8 com conclusão superior a 30 dias; e 72 feitos com decisão provisória deferida havia mais de 90 dias e ainda não submetidos ao colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 7.153, redistribuição com saída de 1.157, e julgamento de 5.969 processos, resultando, assim, na produtividade de 83%, indicando a necessidade de elevação da curva específica de julgamentos.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



No período abrangido pela inspeção foram prolatadas 9.534 decisões, sendo 7.322 votos em pautados ou adiados, 746 em recursos em mesa, 2 declarações de voto, 401 decisões monocráticas terminativas e 1.063 decisões em pedidos de antecipação de tutela ou liminar, sem dados de interlocutórias diversas e despachos de mero expediente.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo não indicava acúmulo de feitos antigos, a maioria foi distribuída a partir de 2011, com tramitação de até pouco mais de 3 anos.

No tocante à dinâmica processual, possível constatar, como regra, a adequada tramitação do acervo, sem problemas generalizados e graves de gestão.

As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente semelhantes, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, verificou-se existir política de redução de acervo, ainda que no período específico, abrangido pela inspeção, o número de julgamentos tenha sido inferior ao de distribuídos.

A análise histórica apontou que, em fevereiro/2004, na assunção do Gabinete, o acervo de conclusos era de 439 feitos; na inspeção anterior, em novembro/2012, chegou a 5.551 e, quando da autoinspeção em setembro/2013, atingiu 5.080, o que foi possível em razão, igualmente, da produtividade gerada pelo auxílio de juiz federal em 2013. Na presente inspeção o acervo era de 4.809 processos conclusos no Gabinete, reduzido em razão, particularmente, do elevado volume de feitos atribuídos a juiz federal, convocado para auxílio.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, tendo sido fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade.

O acervo de conclusos era de 4.809 feitos distribuídos, predominantemente, a partir de 2011. A produtividade foi insuficiente para a redução do acervo no período, considerando que a distribuição superou os julgamentos em 1.184 processos, equivalente a mais de 2 meses de distribuição média. Houve prolação, no interregno, de 9.534 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, foi de 3.

A curva estatística de acervo em conclusão indicou acentuada elevação entre a data da assunção do Gabinete até a inspeção de 2012, porém a partir daí houve movimento de redução gradual, de 5.551 para 5.080 e, atualmente, para 4.809, graças ao esforço do Desembargador Federal e do Juiz Federal que atuou em função de auxílio na unidade.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) implantar plano de trabalho para elevar produtividade, superando distribuição e reduzindo acervo; (2) observar preferências legais, dentre as quais a da Lei 10.741/2003; (3) reduzir estoque e tempo de tramitação de embargos de declaração; (4) priorizar julgamento dos processos em que deferida liminar, cautelar ou antecipação de tutela recursal por decisão monocrática; (5) reduzir o estoque e o tempo de conclusão de processos para voto-vista; (6) respeitar o prazo de 10 dias para lavratura de acórdãos (META 4/2010 CNJ); (7) cumprir recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhar respectivos andamentos e priorizar julgamentos; e (8) aplicar recomendações, feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral, que se encontrem em situação processual semelhante.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA (3ª SEÇÃO)

JUÍZA FEDERAL CONVOCADA VÂNIA HACK DE ALMEIDA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Juíza Federal Convocada **HACK DE ALMEIDA**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** 3ª Seção e 6ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 3/4/2014.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 19 auxiliares (15 servidores e 4 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 1 FC2, 4 FC3, 4 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (3/4/2014):	7.468
2.1.2. Acervo no TRF (30/4/2014):	9.354
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (30/4/2014):	8.043
2.1.4. Acervo de sobrestados (30/4/2014):	2.597
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (30/4/2014):	8.043

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	2
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	1
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	22
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	122
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	não se aplica
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	não se aplica

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	6.356
2.3.2. Média mensal:	529,7

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	3.603
2.4.2. Média mensal:	300,3

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	7.436
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	3.490
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	9.087
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	259
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	801
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	1.290
2.5.9. Mero expediente:	688

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	7.229
2.6.2. Total de processos julgados:	3.603
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	2.566
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	100
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	492
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	1.515
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	3.734
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 108

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	4.643
2.7.2. Acórdãos lavrados:	4.656
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	4
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura: (sessão de 30/4/2014)	9

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	4.658
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	232
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	218

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Organização do acervo por matéria/assunto; a magistrada expõe os posicionamentos, despacha diretamente com os servidores e estabelece as preferências a serem julgadas antes dos processos por antiguidade; metodologia de trabalho em aperfeiçoamento, pois a magistrada assumiu o Gabinete havia menos de 2 meses; conferência mensal do volume de processos distribuídos para iniciar gradual redução do acervo; fixação de meta coletiva de julgamento/decisão de número maior de feitos do que os distribuídos; reestruturação do Gabinete em setores distribuídos por matéria e alocação de servidores

em cada setor, considerando acervo e disponibilidade de pessoal; distribuição das férias para garantir ao menos 1 servidor por setor; tratamento célere a feitos com preferência legal e urgentes; acórdãos e decisões liberados em torno de 2 dias; adoção de tabela Excel para contagem de tempo para aposentadoria, de acordo com evolução legislativa, facilitando análise de casos concretos; e elaboração de banco de julgados por tópicos de temas recorrentes, com glossário de assuntos específicos, destinado à construção de modelos de votos e minutas.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Gabinete encontra-se atualmente vago, tendo sido convocada a Juíza Federal Vânia Hack de Almeida a partir de 3/4/2014 para integrar a 3ª Seção e a 6ª Turma, portanto com atuação recente na unidade.

Não houve convocação de juiz federal para auxílio ao Gabinete ou Turma, no período abrangido pela inspeção.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 575 processos por servidor, o que se mostrou elevado para a gestão da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual revelaram, primeiramente, que a distribuição/redistribuição (entrada), no período de maio/2013 a abril/2014, foi de 7.229, com média mensal de 602 processos. A menor distribuição foi de 219 processos em janeiro/2014, e a maior foi de 668 em agosto/2013. Em relação à produtividade, verificou-se que foram julgados 3.603 processos (média mensal de 300), além de 7 agravos legais ou regimentais e 545 embargos de declaração. No mesmo período registrou-se saída, por redistribuição, de 3.734 feitos. Houve, portanto, fluxo positivo, com redução do acervo em 108 processos.

Em termos de organização processual não foram localizados problemas. A quantidade de processos físicos em tramitação permitiu organização e alocação em armários separados por classe e assunto, destacados os feitos com tramitação prioritária. Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 70 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na amostragem constavam feitos originários e recursais os mais variados, dentre os quais ações rescisórias, mandados de segurança, apelações – inclusive em sede de ação

civil pública –, embargos infringentes, agravos de instrumento e impugnação ao valor da causa.

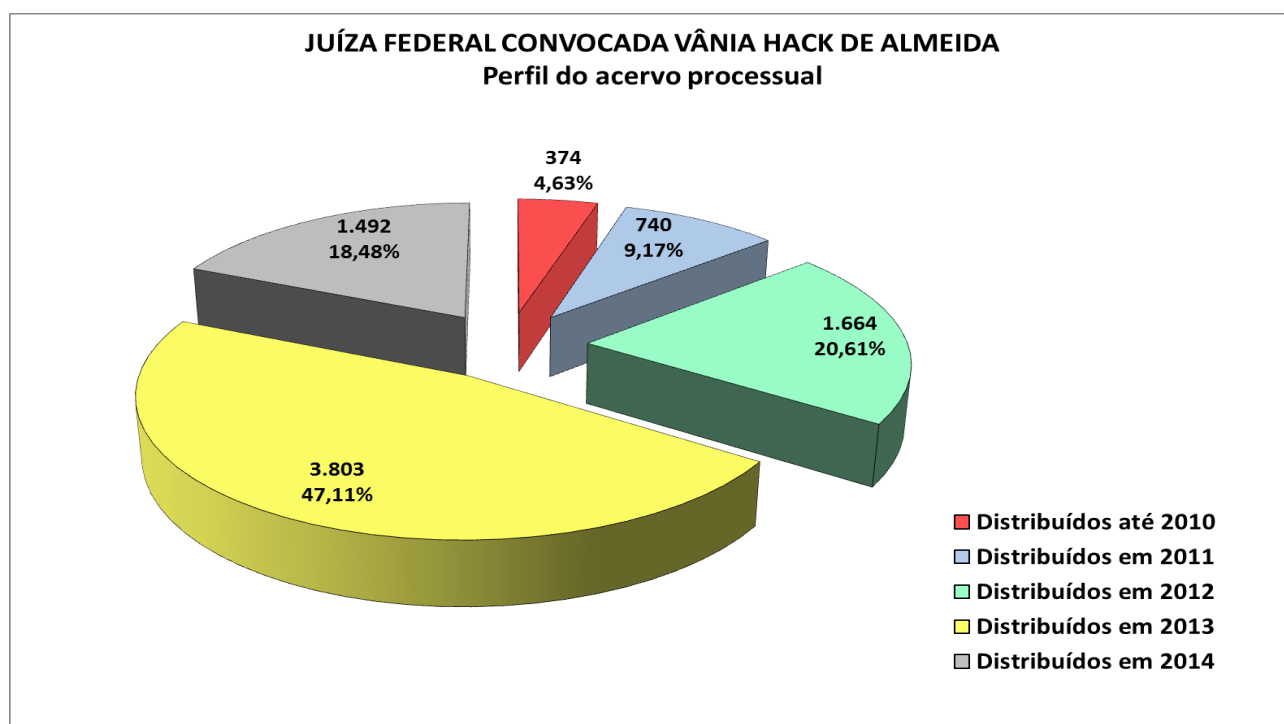
Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Na listagem havia feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, verificando-se, na ocasião, a necessidade de regularização, a qual foi dada com o julgamento em sessão ocorrida recentemente.

A amostragem revelou 2 feitos com distribuição originária no TRF4 em data anterior a 31/12/2006, inserido na META 2/2010 CNJ, tratando-se de causas julgadas anteriormente e devolvidas pelo Superior Tribunal de Justiça, reativadas em 26/1/2012 e atribuídas à atual relatora em 3/4/2014 (200171120033790 e 200471000089800).

Em termos gerais, possível concluir que os feitos mais antigos, inclusive os das METAS 2/2009 e 2010 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial, embora a amostragem tenha revelado a existência, na unidade, de acervo mais antigo do que o dos demais Gabinetes da Turma.

A listagem por ano, conforme informado pelo setor de estatísticas do TRF4, indicava o seguinte acervo de feitos distribuídos: 374 até 2010, 740 em 2011, 1.664 em 2012, 3.803 em 2013 e 1.492 em 2014. Em termos gráficos o acervo apresentou o seguinte perfil:



Observa-se que, mais de 95% do atual acervo referia-se a feitos distribuídos a partir de 2011, portanto com até pouco mais de 3 anos de tramitação no TRF4, sendo que cerca de 18% era de processos recentes, distribuídos em 2014.

A amostragem revelou feitos sem movimentação desde a distribuição ou por tempo razoável, porém constatou-se, igualmente, a regularização no curso da inspeção ou no período pós-inspeção.

No estoque de 8.043 processos conclusos existiam 6.656 aguardando julgamento desde a distribuição, a maioria havia menos de 3 anos, sendo que 526 excediam tal limite de tempo de tramitação, dos quais 30 estavam conclusos por mais de 5 anos, mas com previsão de julgamento por ordem cronológica, salvo as preferências legais, urgências e modelos repetitivos de fácil resolução.

Houve informação de que 2.597 processos estavam sobrestados, dos quais 1.080 com prioridade legal, porém não havia qualquer feito extraviado.

Quanto ao perfil do acervo por natureza ou objeto processual, verificou-se que 7.924 eram processos recursais cíveis, destacando-se a existência de 3 recursos em ação civil pública e 1.158 processos dotados de preferência, dentre as quais a da Lei 10.741/2003. Havia, por outro lado, 118 feitos originários, dos quais 10 conflitos de competência e 95 ações rescisórias.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, possível concluir que os feitos foram julgados, em regra, por ordem de antiguidade, sem prejuízo de preferências legais. Na ocasião, a unidade trabalhava com processos predominantemente distribuídos a partir de 2009, com pequeno saldo de anos anteriores.

Foram listados 4 agravos de instrumento, todos distribuídos em 2013 e com tramitação regular, tendo ser verifica, inclusive, casos de baixa definitiva.

No acervo geral verificou-se a existência de 5 processos conclusos para voto-vista, todos havia mais de 30 dias e 6 conclusos para lavratura de acórdão havia menos de 30 dias.

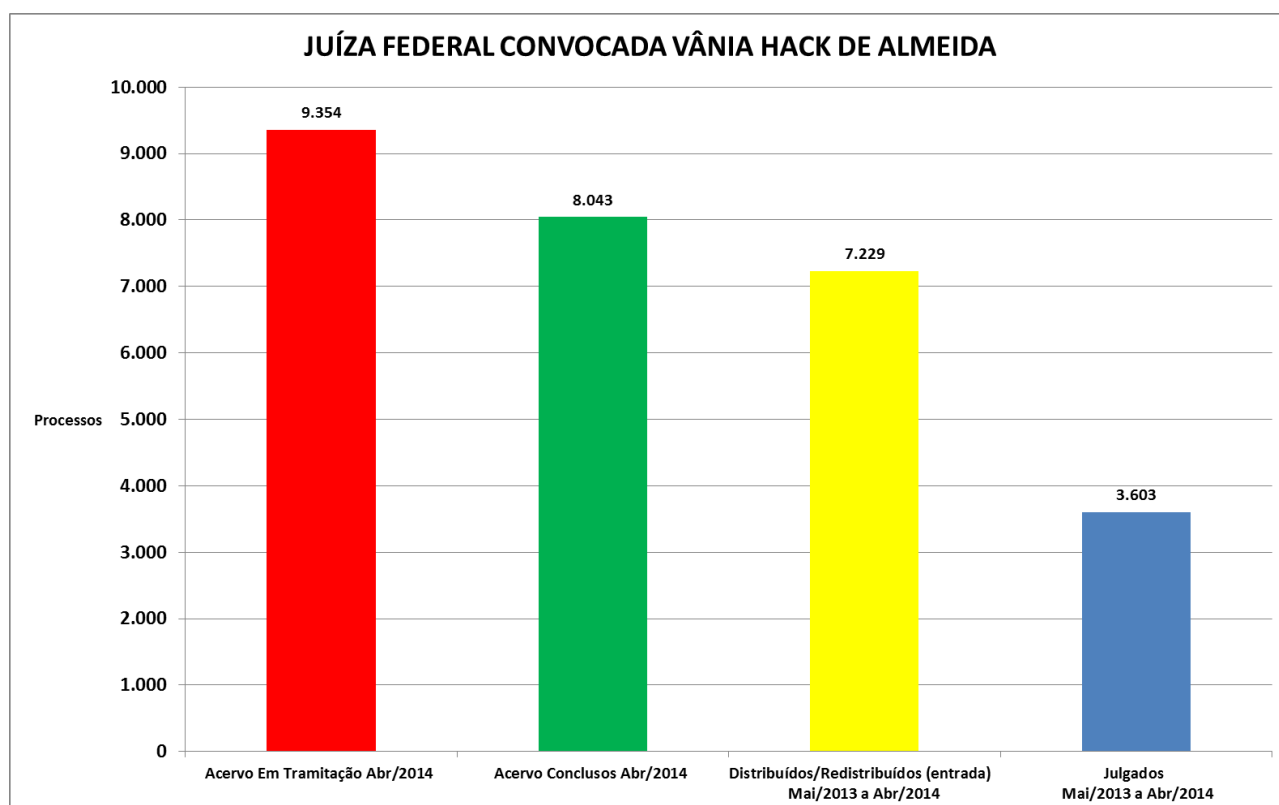
Houve informação de que foram lavrados 4.656 acórdãos, sendo que apenas 4 em prazo superior a 10 dias, com 9 ainda pendentes de lavratura. Também foram lavrados 2 acórdãos em feitos de outros relatores originários.

No acervo geral foi informada a pendência de 435 embargos de declaração, dos quais 410 com conclusão superior a 30 dias; 18 agravos internos, dos quais 6 com conclusão superior a 30 dias; e 142 processos com decisão provisória deferida havia mais de 90 dias e ainda não submetidos ao exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 7.229, redistribuição com saída de 3.734, e

juízo de 3.603 processos, resultando, assim, na produtividade de 50%, indicando a necessidade de elevação da curva específica de julgamentos.

O gráfico abaixo retrata a situação estatística da unidade. Em vermelho, encontra-se o registro do acervo de processos em tramitação em abril/2014; em verde, o acervo de conclusos no Gabinete na mesma data, incluindo os sobrestados; em amarelo, o volume de feitos distribuídos e redistribuídos entre maio/2013 e abril/2014; e, por fim, em azul, o quantitativo de processos julgados no mesmo período.



No período abrangido pela inspeção foram prolatadas 7.436 decisões, sendo 3.490 votos em pautados ou adiados, 908 em recursos em mesa, 259 decisões monocráticas terminativas, 801 decisões em pedidos de antecipação de tutela ou liminar, 1.290 interlocutórias diversas e 688 despachos de mero expediente.

As análises feitas, a partir da amostragem e coleta de dados processuais e estatísticos, revelaram que, em termos de perfil, o acervo indicava pequeno acúmulo de feitos antigos, considerada a situação geral do TRF4, com maioria distribuída a partir de 2009, portanto com tramitação no TRF4 de até pouco mais de 5 anos.

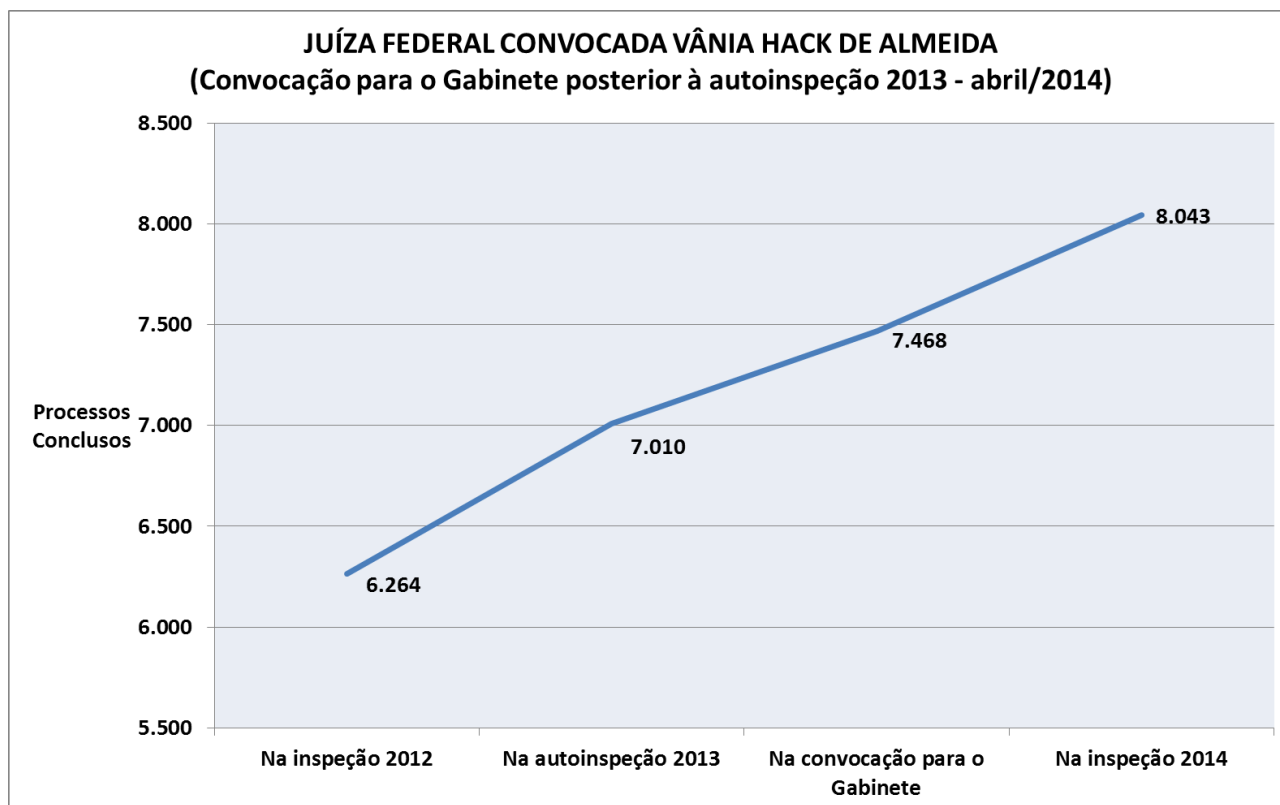
No tocante à dinâmica processual, possível constatar, como regra, tramitação do acervo sem problemas generalizados e graves de gestão.

As situações específicas, registradas na listagem de feitos inspecionados, apontaram para a suficiência e adequação de medidas de regularização pontual, extensivas a casos eventualmente semelhantes, a serem adotadas diretamente pela unidade inspecionada com acompanhamento ulterior de desempenho.

Em termos de fluxo processual, embora levemente positivo no período abrangido pela inspeção em razão do elevado volume de saída processual por redistribuição, verificou-se crescimento progressivo do acervo desde a inspeção anterior, indicando a necessidade de ampliação da produtividade para reduzir o acúmulo de processos.

A análise histórica apontou que na inspeção anterior, em novembro/2012, o acervo de conclusos era de 6.264 processos e, na autoinspeção em setembro/2013, chegou a 7.010 feitos. Na convocação da Juíza Federal para o Gabinete, em 3/4/2014, o estoque estava em 7.468 feitos e, na presente inspeção em 30/4/2014, o volume atingido era de 8.043 processos, dentre os 9.354 em tramitação no TRF4.

Graficamente, eis o comportamento histórico do acervo de conclusos no Gabinete:



5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF4 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, tendo sido fornecidos os

dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade.

O acervo de conclusos era de 8.043 feitos distribuídos, predominantemente, a partir de 2009. A produtividade foi insuficiente para a redução do acervo no período, considerando que a distribuição superou os julgamentos em 3.626 processos, equivalente a mais de 6 meses de distribuição média. Houve prolação, no interregno, de 7.436 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, foi de 148.

Na análise processual constatou-se a necessidade de providências e ajustes a serem adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber: (1) implantar plano de trabalho para elevar produtividade, superando distribuição e reduzindo acervo; (2) observar preferências, dentre as quais a da Lei 10.741/2003 e as previstas em metas do Conselho Nacional de Justiça; (3) reduzir estoque e tempo de tramitação de embargos de declaração; (4) priorizar julgamento dos processos em que deferida liminar, cautelar ou antecipação de tutela recursal por decisão monocrática; (5) reduzir o tempo de conclusão de processos para elaboração de voto-vista; (6) cumprir recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados, acompanhar respectivos andamentos e priorizar julgamentos; e (7) aplicar recomendações, feitas nos processos listados, para todos os demais do acervo geral, que se encontrem em situação processual semelhante.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA** (substituído pelo Juiz Federal Convocado **José Paulo Baltazar Junior**).
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, 4ª Seção e 7ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 26/4/2010.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 13 auxiliares (10 servidores efetivos e 3 estagiários de nível superior).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 4 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (abril/2010):	934
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	435
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	292
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	2
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	165

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005): (suspensão)	1
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	1
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	4

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	982
2.3.2. Média mensal:	81,8

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	982

2.4.2. Média mensal:	81,8
-----------------------------	------

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	1.634
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	694
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	297
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	80
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, §3º e 543-C, §7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	180
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	40
2.5.9. Mero expediente:	343

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	1.020
2.6.2. Total de processos julgados:	982
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	692
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	4
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	188
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	160
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	32
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 6

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.068
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.086
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	3
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	2

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.069
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	11
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	5

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Ambiente organizado em estações individuais de trabalho; equipe motivada e atuação de qualidade; acervo organizado por matéria e, os físicos, por ano; armários usados para recursos em sentido estrito, ações penais originárias, embargos infringentes e revisões criminais; outros processos ficam diretamente nas mesas de trabalho (feitos para revisão, *habeas corpus*, correições parciais, mandados de segurança e conflitos de competência); controle de movimentação por localizador e do acervo por ferramentas com filtragem de

dados e elaboração de planilhas; controle da prescrição, por anotação e uso de tabela Excel atualizada diariamente; planejamento conforme prioridades legais e metas do CNJ e do magistrado; prioridade a *habeas corpus*, ações cautelares, mandados de segurança, correições, agravos em execução, processos com réus presos, processos com iminência de prescrição, recursos em sentido estrito e apelações criminais por antiguidade; embargos de declaração afetos ao servidor que minutou a decisão, com apresentação, em regra, na sessão seguinte; distribuição de atividades por matéria e grupos, conforme aptidão e afinidade, envolvendo feitos de competência originária, apelações de maior complexidade, recursos em sentido estrito e agravos em execução e demais processos; produtividade avaliada pela complexidade dos feitos, considerando os dados estatísticos, comparando com os das demais unidades da Seção; indicação pelo magistrado dos feitos mais antigos a minutar; meta no sentido de julgar até julho os distribuídos em 2013; processos com prioridade têm tratamento específico com encaminhamento imediato para minutar (liminares, *habeas corpus*, feitos com réus presos e Metas CNJ).

Como boas práticas foram indicadas as seguintes: rotinas e práticas para eficiência na prestação jurisdicional, como nomeação da Defensoria Pública da União em processo cujo réu era assistido por defensor dativo, evitando carta de ordem à origem; dispensa de contrarrazões a recursos quando a defesa foi intimada sem apresentar a peça; intimação do MPF para devolução de autos se verificada demora na vista; e despacho saneador no início das ações penais originárias, orientando o rito a ser seguido.

4. ANÁLISE ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

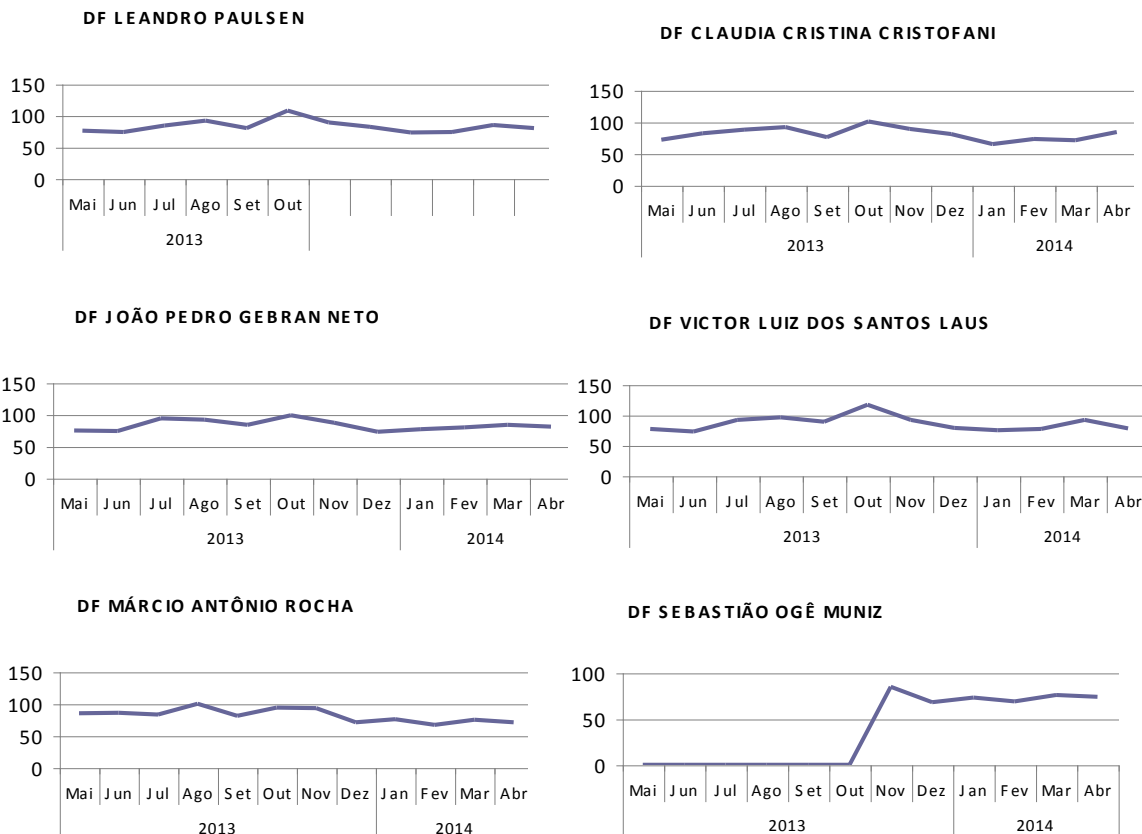
O Desembargador integra a 4ª Seção e 7ª Turma, especializadas em matéria criminal. Na organização do TRF4, as 7ª e 8ª Turmas, especializadas em matéria criminal, formam a 4ª Seção.

O número de processos distribuídos entre os Gabinetes dos Desembargadores que integram as 2 Turmas foi similar. No período inspecionado, a média por mês de processos distribuídos oscilou entre 81,2 e 86,4 feitos.

Veja-se a tabela abaixo e, em seguida, os gráficos da distribuição, com os dados relativos aos Desembargadores das 2 Turmas Criminais:

Desembargadores Federais	2013									2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	72	82	88	92	76	101	89	81	65	73	71	84	81,2	
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	75	74	94	92	84	99	87	73	77	80	84	81	83,3	
DF LEANDRO PAULSEN	76	74	84	92	80	108	89	82	73	74	85	80	83,1	
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	77	73	92	96	89	117	92	79	75	77	92	78	86,4	
DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	85	68	73	69	76	74	74,2	
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	85	86	83	100	81	94	93	71	76	67	75	71	81,8	
Total	385	389	441	472	410	519	535	454	439	440	483	468	452,9	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.



Como se vê dos gráficos acima, nesse intervalo de tempo houve estabilização da distribuição de casos novos, com leve tendência de acréscimo quanto aos Desembargadores Cláudia Cristofani e Sebastião Ogê Muniz, e discreta linha decrescente quanto aos Gabinetes dos Desembargadores Márcio Antônio Rocha, João Pedro Gebran, Victor Laus e Leandro Paulsen.

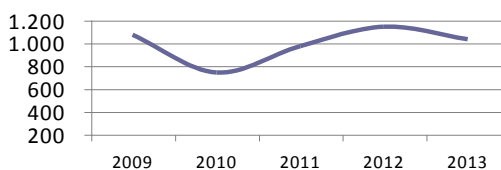
Aliás, essa é a situação quando analisados os dados históricos, levando-se em consideração os últimos 5 anos, conforme a tabela e o gráfico de processos distribuídos abaixo:

Quantidade de processos distribuídos no TRF da 4ª Região por Desembargador Federal

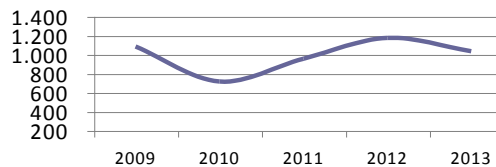
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	1.072	740	972	1.141	1.033	992	322
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.083	715	953	1.171	1.033	991	289
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.104	731	946	1.150	1.021	990	293
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.050	747	932	1.158	1.007	979	322
DF LEANDRO PAULSEN	1.087	727	968	1.097	1.003	976	312
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	1.077	739	989	1.160	1.019	997	292
TOTAL	6.473	4.399	5.760	6.877	6.116	5.925	1.830

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

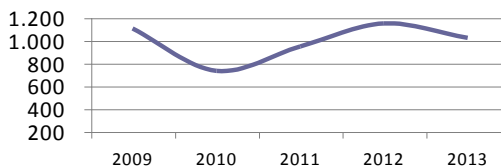
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



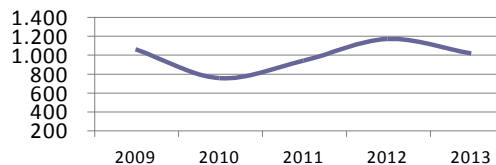
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



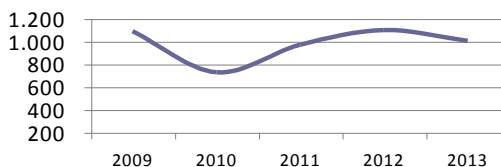
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



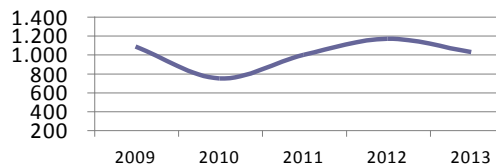
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



Por outro lado, a quantidade de processos julgados – decisões terminativas (monocráticas e colegiadas), não incluídos os embargos e agravos – apresentou média mensal pouco inferior a de distribuídos, correspondendo ao montante entre 70,8 e 83,4.

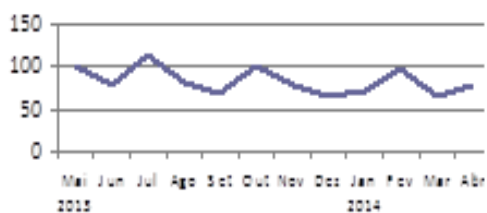
Os dados referentes aos processos julgados por cada um dos Desembargadores, com os respectivos gráficos, seguem abaixo:

Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	100	79	113	83	69	101	77	65	72	99	66	77	83,4
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	93	82	36	52	55	90	74	83	68	84	62	77	71,3
DF LEANDRO PAULSEN	90	76	40	51	68	74	67	73	61	100	85	70	71,3
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	79	62	54	55	57	75	76	85	65	79	66	97	70,8
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	92	63	85	115	80	123	51	81	101	75	55	61	81,8
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	78	55	61	77	97	114	80,3
Total	454	362	328	356	329	463	423	442	428	514	431	496	418,8

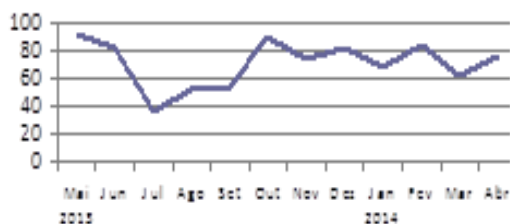
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

* Os julgados correspondem às decisões terminativas (monocráticas e colegiada), não incluindo os embargos e agravos.

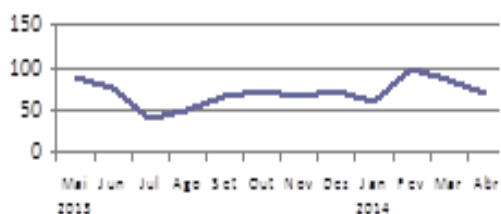
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



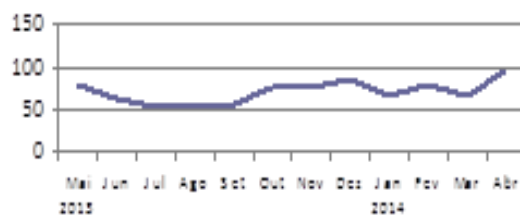
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



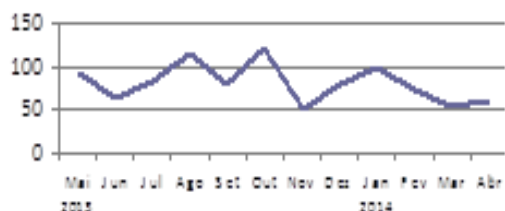
DF LEANDRO PAULSEN



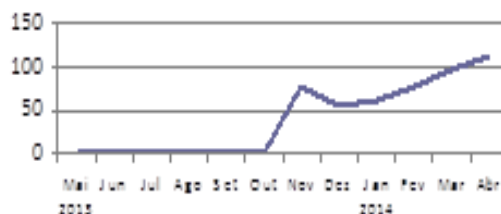
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



Observou-se que, com exceção dos Desembargadores Leandro Paulsen e Márcio Rocha, todos os demais estavam em linha crescente quanto ao número de processos julgados durante o período objeto da inspeção.

Esse desempenho dos Desembargadores assemelha-se aos históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos julgados por cada Gabinete, conforme se vê adiante:

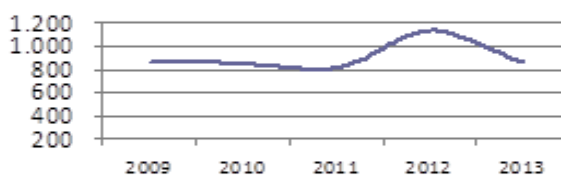
Quantidade de processos julgados no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	871	853	813	1.134	864	907	307
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	911	957	1.031	1.351	996	1.049	292
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.015	846	729	1.153	1.091	967	314
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.007	890	764	1.108	843	922	291
DF LEANDRO PAULSEN	1.102	875	796	1.142	892	961	316
DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ	1.024	883	833	1.069	969	956	349
TOTAL	5.930	5.304	4.966	6.957	5.655	5.762	1.869

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

Julgados é a soma de decisão terminativa e de acórdãos

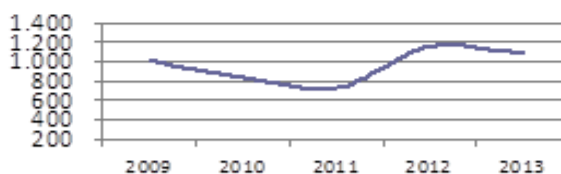
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



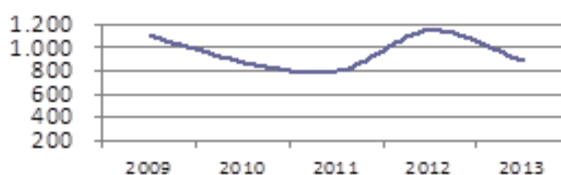
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



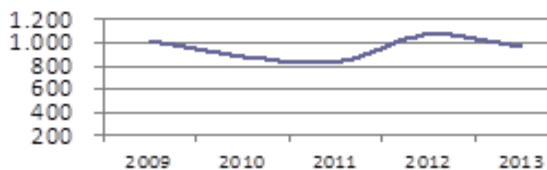
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ



De toda sorte, no período da inspeção, o Gabinete do Desembargador Marcio Rocha recebeu 982 processos novos e julgou 982 feitos, o que demonstrou, à sociedade, a eficiência do serviço e a capacidade de dar vazão à carga de trabalho.

Todavia, considerando o número efetivo de casos novos ao Gabinete (distribuídos e redistribuídos), o saldo processual foi negativo. Com efeito, foram 1.020 casos novos, 982 julgados, menos 32 encaminhados para outros Gabinetes (redistribuídos/saída), de modo que o fluxo de processos, no período da inspeção, foi negativo em 6 processos. Portanto, uma variação a mais para distribuídos em relação aos julgados que, para todos os efeitos, não foi relevante, ademais de demonstrar a eficiência do serviço jurisdicional prestado.

Verificou-se tendência de diminuição do estoque de processos dos Gabinetes dos Desembargadores da 7ª Turma. Diferentemente do que ocorreu em relação à 8ª Turma, diante da constatação de tendência de acréscimo do estoque de processos dos Desembargadores Victor Laus, Leandro Paulsen e João Gebran, quando analisados os dados históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos em tramitação, conforme se vê abaixo:

Quantidade de processos **em tramitação** no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

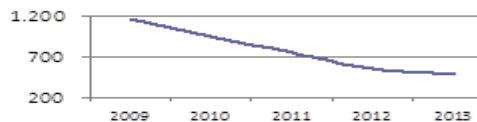
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	650	521	633	590	732	625	692
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.156	938	745	546	478	773	435
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	667	540	624	563	494	578	444
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	547	365	443	486	630	494	642
DF LEANDRO PAULSEN	580	390	523	604	701	560	680
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	644	416	464	508	578	522	528
TOTAL	4.244	3.170	3.432	3.297	3.613	3.551	3.421

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



A curva acentuada do gráfico quanto à diminuição dos processos em tramitação no Gabinete do Desembargador Márcio Rocha revela o acerto da análise aqui feita, sem embargo do que se mostrou quando analisados os dados com base nos distribuídos e redistribuídos.

5. CONSTATAÇÕES, OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O Desembargador Márcio Rocha encontra-se na 7ª Turma há 4 anos, porém licenciado faz mais de 1 ano, sendo substituído pelo Juiz Federal José Paulo Baltazar Junior.

O Gabinete do Desembargador apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. Estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos era de 292 processos. Predominavam no estoque processos novos. Isso refletiu o atendimento da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, relativas aos anos de 2009 a 2013. Em verdade, quanto à Meta 2, apenas havia 1 processo, mesmo assim devido à suspensão, além de outro processo da Meta 18 e 4 da Meta 4/2014.

Os processos com réus presos receberam prioridade, não havendo registro de demora no particular, verificando-se que os listados para inspeção já estavam incluídos em pauta para julgamento.

Merece destaque a tendência de redução de estoque de processos do Gabinete, fato sobremaneira importante para fins de avaliação da eficiência do serviço jurisdicional, ainda mais porque, conforme se observou na estatística histórica dos últimos 5 anos dos Gabinetes dos Desembargadores das 2 Turmas Criminais, havia tendência no sentido da estabilização da demanda.

Por outro lado, esse dado é o reflexo direto de o ritmo de trabalho empregado ter sido eficiente no sentido de julgar maior número de processos do que o de distribuídos.

A leitura conjunta dos indicadores referentes ao número de processos distribuídos (casos novos) e de julgados revelou que o Gabinete, com bastante dedicação e com o emprego de gestão eficiente, tem conseguido atender a demanda de serviço. É verdade que, em termos de número efetivo de casos novos (1.020 processos), durante o período da inspeção, houve o aumento do estoque em 6 processos, circunstância irrelevante e que não tem o condão de desconsiderar a tendência de diminuição do acervo, quando examinados os dados históricos dos últimos 5 anos.

De toda sorte, a equipe de trabalho e o Desembargador reconheceram que o ritmo de trabalho é bastante intenso, de modo que o ideal seria que houvesse diminuição da carga de serviço, até para melhorar sua qualidade.

A análise processual dos feitos da amostragem constou da listagem de inspeção com o apontamento das situações específicas relevantes para efeito de acompanhamento da gestão do acervo processual. Não se constatou, porém, situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

(1) prioridade para o julgamento de 1 processo da Meta 18 e 4 processos da Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça; e

(2) nos processos eletrônicos, preencher o campo identificado como “Dados Criminais”, com preenchimento dos quadriláteros existentes, para fins de controle da data da prescrição do crime em relação ao réu ou, se for o caso, a cada um dos réus;

(3) impulsionar o trâmite dos 2 processos paralisados havia mais de 90 dias, identificados na listagem inspecionada.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargadora **CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI** (substituída pela Juíza Federal Convocada **Salise Monteiro Sanchotene**).
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, 4ª Seção e 7ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 9/7/2013.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 13 auxiliares (10 servidores efetivos e 3 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 4 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (novembro /2012):	não informado
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	444
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	296
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	4
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	296

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	974
2.3.2. Média mensal:	81,2

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	1.001

2.4.2. Média mensal:	83,4
-----------------------------	------

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	1.559
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	741
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	241
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	126
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, §3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	177
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	11
2.5.9. Mero expediente:	263

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	1.016
2.6.2. Total de processos julgados:	1.001
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	701
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	11
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	198
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	34
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	34
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	19

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.078
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.099
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	9
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	3

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1083
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	17
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	10

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Ambiente organizado em estações individuais de trabalho; equipe motivada e atuação de qualidade; divisão de trabalho na equipe por tipos penais, com análise e minuta de relatório e voto, com especialização sem prejuízo do domínio geral de outros assuntos; pequeno acervo de feitos físicos, armazenados em armários por matéria; verificação prévia de eventual impedimento e juntada de razões/contrarrazões antes do envio ao MPF; planilhas com atualização semanal para acompanhar andamento e cumprimento de

metas; reunião mensal com todos os servidores para tratar do funcionamento do Gabinete e esclarecer dúvidas, recebendo cada funcionário a relação de processos, por ordem de antiguidade, de sua meta; distribuição de feitos por matéria e ordem de distribuição, observada prioridade em favor de réus presos, *habeas corpus*, recursos em sentido estrito, agravos, embargos infringentes e correições parciais; meta de tramitação máxima por 6 meses da distribuição até a pauta, prazo a ser reduzido para 5 meses no próximo semestre; controle diário da produtividade pelo GEDPRO, envolvendo a redução tanto de acervo como de tempo de permanência dos processos no Gabinete; e processos de meta eleita pelo CNJ são marcados com lembretes (eletrônicos) ou etiquetas (físicos) para efeito de prioridade.

Como boas práticas foram indicadas as seguintes: atribuição a cada servidor a responsabilidade por todo o *iter* processual do feito, desde elaboração da minuta de voto até inclusão em pauta para julgamento, racionalizando trabalho e tempo de tramitação; e instituição de meta de tempo de permanência dos processos desde sua distribuição até efetivo julgamento, atualmente em 6 meses a ser reduzido para 5 meses.

4. ANÁLISE ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A Desembargadora integra a 4ª Seção e 7ª Turma, especializadas em matéria criminal. Na organização do TRF4, as 7ª e 8ª Turmas, especializadas em matéria criminal, formam a 4ª Seção.

A titular assumiu em julho/2013, porém desde novembro/2012 já estava convocada no Gabinete a Juíza Federal Salise Monteiro Sanchonete, que continuou em substituição após a licença concedida à Desembargadora Federal Cláudia Cristina Cristofani.

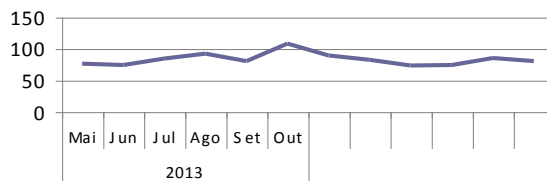
O número de processos distribuídos entre os Gabinetes dos Desembargadores que integram as 2 Turmas foi similar. No período inspecionado, a média por mês de processos distribuídos oscilou entre 81,2 e 86,4 feitos.

Veja-se a tabela abaixo e, em seguida, os gráficos da distribuição, com os dados relativos aos Desembargadores das 2 Turmas Criminais:

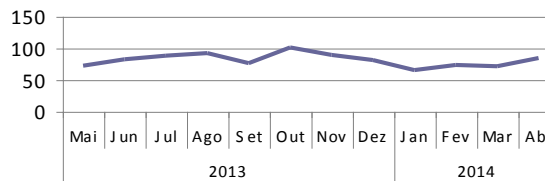
Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	72	82	88	92	76	101	89	81	65	73	71	84	81,2
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	75	74	94	92	84	99	87	73	77	80	84	81	83,3
DF LEANDRO PAULSEN	76	74	84	92	80	108	89	82	73	74	85	80	83,1
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	77	73	92	96	89	117	92	79	75	77	92	78	86,4
DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	85	68	73	69	76	74	74,2
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	85	86	83	100	81	94	93	71	76	67	75	71	81,8
Total	385	389	441	472	410	519	535	454	439	440	483	468	452,9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

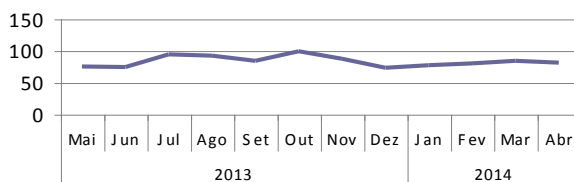
DF LEANDRO PAULSEN



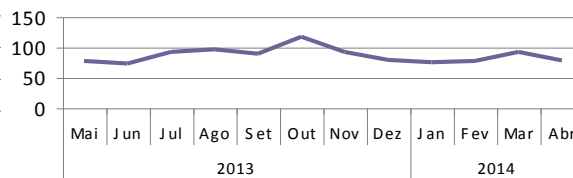
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



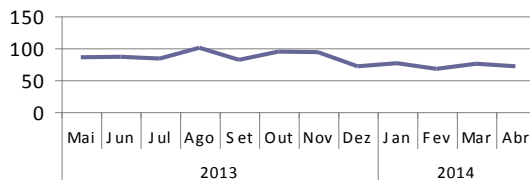
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



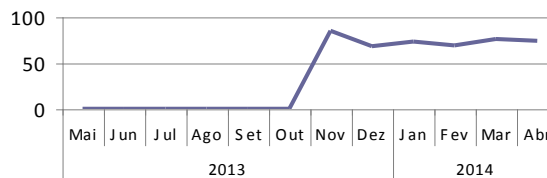
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



Como se vê dos gráficos acima, nesse intervalo de tempo houve estabilização da distribuição de casos novos, com leve tendência de acréscimo quanto aos Desembargadores Cláudia Cristofani e Sebastião Ogê Muniz, e discreta linha decrescente quanto aos Gabinetes dos Desembargadores Márcio Antônio Rocha, João Pedro Gebran, Victor Laus e Leandro Paulsen.

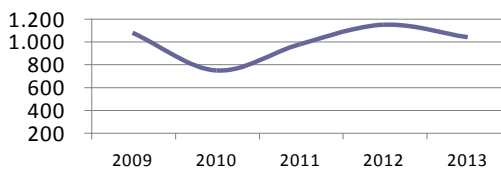
Aliás, essa é a situação quando analisados os dados históricos, levando-se em consideração os últimos 5 anos, conforme a tabela e o gráfico de processos distribuídos abaixo:

Quantidade de processos distribuídos no TRF da 4ª Região por Desembargador Federal

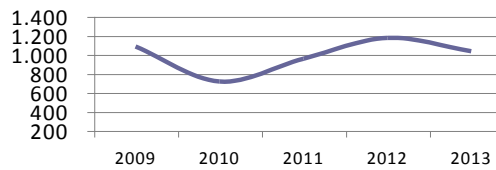
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	1.072	740	972	1.141	1.033	992	322
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.083	715	953	1.171	1.033	991	289
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.104	731	946	1.150	1.021	990	293
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.050	747	932	1.158	1.007	979	322
DF LEANDRO PAULSEN	1.087	727	968	1.097	1.003	976	312
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	1.077	739	989	1.160	1.019	997	292
TOTAL	6.473	4.399	5.760	6.877	6.116	5.925	1.830

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

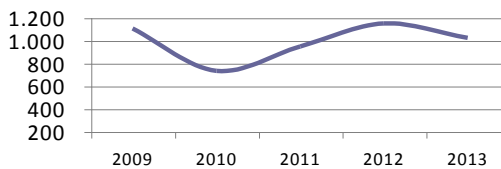
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



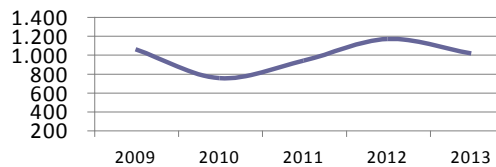
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



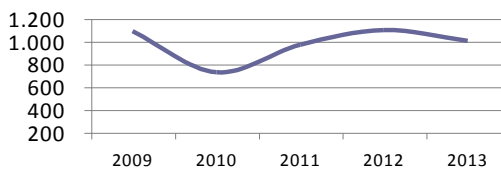
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



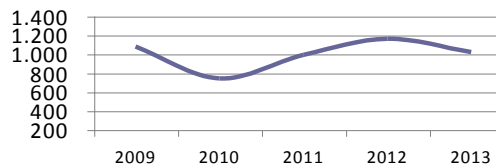
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



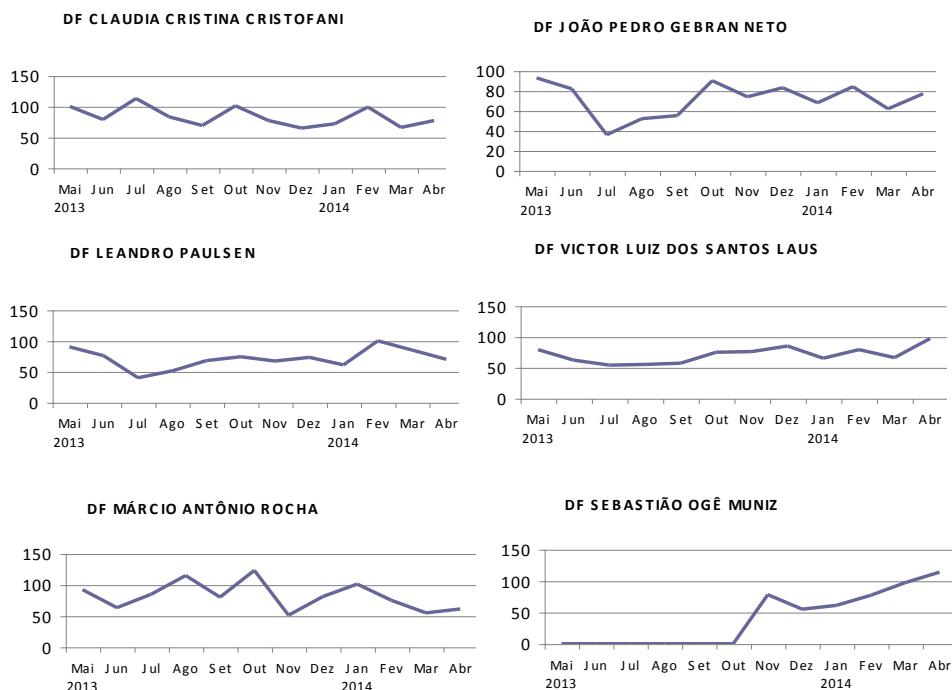
Por outro lado, a quantidade de processos julgados – decisões terminativas (monocráticas e colegiadas), não incluídos os embargos e agravos – apresentou média mensal pouco inferior a de distribuídos, correspondendo entre 70,8 e 83,4.

Os dados referentes aos processos julgados por cada um dos Desembargadores, com os respectivos gráficos, seguem abaixo:

Desembargadores Federais	2013								2014				Média	
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	100	79	113	83	69	101	77	65	72	99	66	77	83,4	
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	93	82	36	52	55	90	74	83	68	84	62	77	71,3	
DF LEANDRO PAULSEN	90	76	40	51	68	74	67	73	61	100	85	70	71,3	
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	79	62	54	55	57	75	76	85	65	79	66	97	70,8	
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	92	63	85	115	80	123	51	81	101	75	55	61	81,8	
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	-	78	55	61	77	97	114	80,3
Total	454	362	328	356	329	463	423	442	428	514	431	496	418,8	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

* Os julgados correspondem às decisões terminativas (monocráticas e colegiada), não incluindo os embargos e agravos.



Observou-se que, com exceção dos Desembargadores Leandro Paulsen e Márcio Rocha, todos os demais estavam em linha crescente quanto ao número de processos julgados durante o período objeto da inspeção.

Esse desempenho dos Desembargadores assemelhou-se aos históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos julgados por cada Gabinete, conforme se vê adiante:

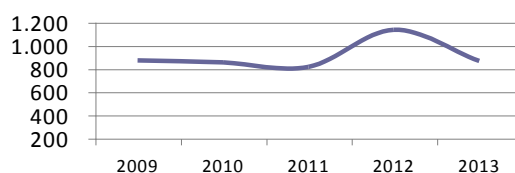
Quantidade de processos julgados no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	871	853	813	1.134	864	907	307
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	911	957	1.031	1.351	996	1.049	292
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.015	846	729	1.153	1.091	967	314
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.007	890	764	1.108	843	922	291
DF LEANDRO PAULSEN	1.102	875	796	1.142	892	961	316
DF SEBASTIAO OGÊ MUNIZ	1.024	883	833	1.069	969	956	349
TOTAL	5.930	5.304	4.966	6.957	5.655	5.762	1.869

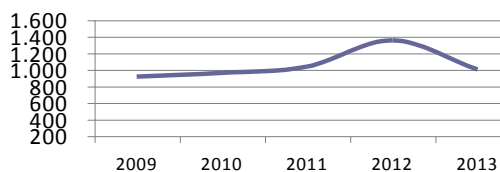
Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

Julgados é a soma de decisão terminativa e de acórdãos

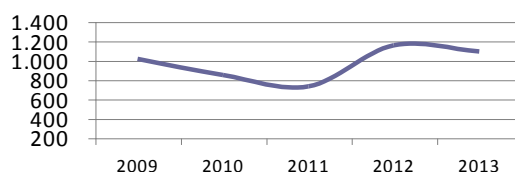
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



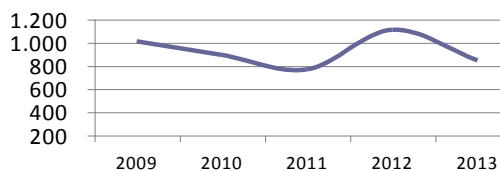
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



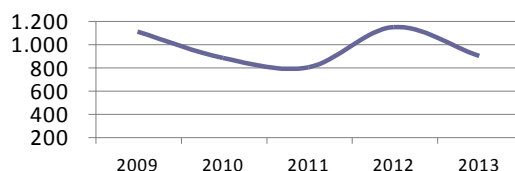
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



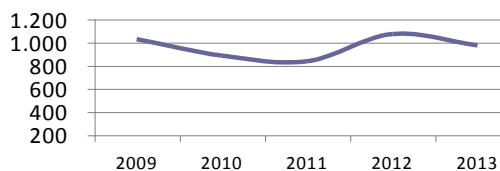
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



De toda sorte, no período da inspeção, o Gabinete da Desembargadora Cláudia Cristofani recebeu 974 processos novos e julgou 1.001. A média mensal foi de 81,2 processos distribuídos e 83,4 julgados, o que demonstrou, à sociedade, a eficiência do serviço e a capacidade de dar vazão à carga de trabalho.

Houve, portanto, diminuição do estoque de processos. Verificou-se tendência de diminuição do estoque de processos dos Gabinetes dos Desembargadores da 7ª Turma. Diferentemente do que ocorreu em relação à 8ª Turma, diante da constatação de tendência de acréscimo do estoque de processos dos Desembargadores Victor Laus,

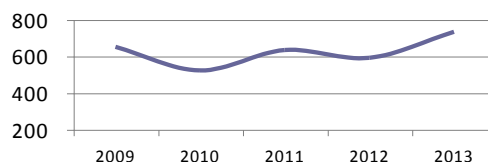
Leandro Paulsen e João Gebran, quando analisados os dados históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos em tramitação, conforme se vê abaixo:

Quantidade de processos em tramitação no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

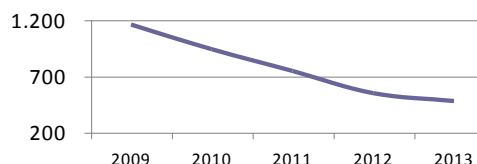
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	650	521	633	590	732	625	692
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.156	938	745	546	478	773	435
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	667	540	624	563	494	578	444
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	547	365	443	486	630	494	642
DF LEANDRO PAULSEN	580	390	523	604	701	560	680
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	644	416	464	508	578	522	528
TOTAL	4.244	3.170	3.432	3.297	3.613	3.551	3.421

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

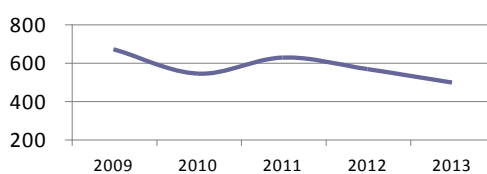
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



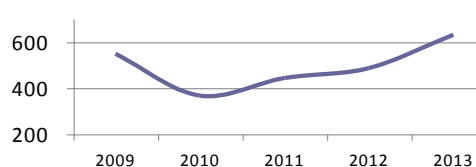
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



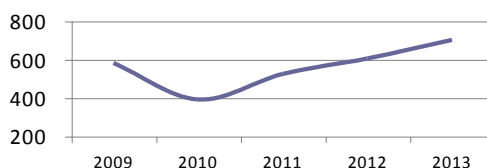
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



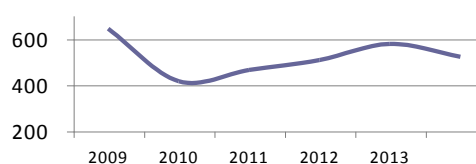
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



A curva do gráfico quanto à diminuição dos processos em tramitação no Gabinete da Desembargadora Claudia Cristofani revela o acerto da análise aqui feita.

E mais. Ainda que seja feita a análise em relação ao número total efetivo de casos novos recebidos pelo Gabinete, ainda assim, verificou-se a plena eficiência do serviço. Com efeito, no período inspecionado, somando-se o número de distribuídos com o de redistribuídos para a unidade, foram 1.016 processos, ao passo que foram julgados 1.001, enquanto foram encaminhados a outras unidades (redistribuídos/saída) 34 feitos. Com isso, evidenciou-se que, no período, o estoque foi baixado em 19 processos.

5. CONSTATAÇÕES, OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A Juíza Federal Salise Monteiro Sanchonete foi convocada para atuar na unidade desde novembro/2012. O Gabinete apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. Estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos de gestão administrativa.

Como consequência da gestão qualificada do serviço, verificou-se diminuição acentuada do estoque de processos e melhorias na posição de produtividade.

A instituição de meta temporal teve o condão de estabelecer critério objetivo de prestação jurisdicional. Assim, sendo identificado que o tempo de permanência do processo, desde sua distribuição até o efetivo julgamento, levava 12 meses, foi fixado novo critério, até maio/2014, no sentido de reduzir o lapso temporal para 6 meses. Como a meta foi atingida, o Gabinete, agora, pretende, em breve, trabalhar com o prazo menor de 5 meses.

Além disso, houve incentivo à participação de servidores em cursos oferecidos pelo Tribunal e outros órgãos da Justiça Federal, favorecendo a qualificação da equipe de trabalho e, por consequência, do serviço prestado, em razão da constante informação e atualização nas mais variadas áreas do Direito Criminal.

Predominavam no estoque processos novos. Isso refletiu o atendimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, relativas aos anos de 2009 a 2013. Conforme informações prestadas pelo Gabinete, todas as metas foram cumpridas.

Os processos com réus presos receberam prioridade, não havendo registro de demora no particular.

Merece destaque a redução significativa do estoque de processos da unidade, fato sobremaneira importante para fins de avaliação da eficiência do serviço jurisdicional, ainda mais porque, conforme se observou na estatística histórica dos últimos 5 anos dos Gabinetes dos Desembargadores das 2 Turmas Criminais, havia tendência no sentido da estabilização da demanda. Por outro lado, esse dado é o reflexo direto de o ritmo de trabalho empregado ter sido eficiente no sentido de julgar maior número de processos do que o de distribuídos.

A leitura conjunta dos indicadores referentes ao número de processos distribuídos (casos novos) e de julgados revelou que o Gabinete, com bastante dedicação e com o emprego de gestão eficiente, tem conseguido atender a demanda de serviço.

De toda sorte, a equipe e a magistrada reconheceram que o ritmo de trabalho é bastante intenso, de modo que o ideal seria que houvesse diminuição da carga de serviço, até para melhorar sua qualidade.

A análise processual dos feitos da amostragem constou da listagem de inspeção com o apontamento das situações específicas relevantes para efeito de acompanhamento da gestão do acervo processual. Não se constatou, porém, situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

(1) cumprir a Resolução 112, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça: (a) nos processos eletrônicos, preencher o campo identificado como “Dados Criminais”, com preenchimento dos quadriláteros existentes, para fins de controle da data da prescrição do crime em relação ao réu ou, se for o caso, a cada um dos réus; e (b) nos processos físicos, colocar a etiqueta referente à prescrição; e

(2) impulsionar o trâmite dos processos paralisados havia mais de 5 meses, com vista ao Ministério Público, identificados na listagem inspecionada.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** 4ª Seção e 7ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 16/12/2013.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 13 auxiliares (10 servidores efetivos e 3 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 4 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (dezembro/2013):	não informado
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	528
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	333
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	7
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	333

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	1
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	1
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	1
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	963
2.3.2. Média mensal:	80,3

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	996
2.4.2. Média mensal:	80,3

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	1.194
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	739
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	249
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	62
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, §3º e 543-C, §7º, II, CPC):	não informado
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	128
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	16
2.5.9. Mero expediente:	0

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	1.021
2.6.2. Total de processos julgados:	996
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	687
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	15
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	180
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	Não disponível
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	57
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 32

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.084
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.001
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	3
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	4

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.091
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	4
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	7

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Ambiente organizado em estações individuais de trabalho; equipe motivada e atuação de qualidade; servidores especializados por área; estagiários, sob supervisão, realizam trabalho essencialmente jurídico, elaborando minutas em crimes de menor complexidade; processos físicos localizados na mesa do servidor ou armários divididos por crime; localização, movimentação e distribuição processual feitas, em regra, pela chefia de Gabinete para uniformização de critérios, favorecendo controle da situação de processos com réus presos, com prescrição iminente, de meta do CNJ e por data de entrada no

Tribunal; triagem imediata com inserção no localizador temático do crime ou no do servidor responsável pelo respectivo tipo penal; controle do acervo pelo sistema *e-Proc*, especialmente no que diz respeito a réus presos e feitos mais antigos em tramitação; controle da prescrição, sobretudo de processos com pena aplicada inferior a 2 anos, com sentença absolutória e com pena de detenção, com lembrete de tratamento prioritário; preenchimento do campo “Dados Criminais” do sistema *e-Proc*, para efetivo controle da prescrição; planejamento de atividades em conjunto, semanalmente, frente à distribuição e acervo remanescente; servidores mais detalhistas são responsáveis pelos crimes com *iter* mais sofisticado, e os mais ágeis por crimes cujo número de processos é maior; feitos urgentes concentrados num único servidor para manter homogeneidade de decisões; meta individual de “zerar” o localizador pessoal, alimentado e controlado, semanalmente, pela chefia de Gabinete; ao assumir, em dezembro/2013, o magistrado fez levantamento dos feitos mais antigos, por ordem de entrada no Tribunal, organizando força-tarefa para o respectivo julgamento, restando apenas 3 processos em fase de minuta de voto; e processos de meta do CNJ marcados com lembretes (eletrônicos) ou etiquetas (físicos) para prioridade, assim como os de réu preso, mais antigos e com prescrição iminente, com apuração de apenas 1 feito da Meta/2009, 1 da Meta 2/2012 e 1 da Meta 18/2013.

Como boas práticas foram indicadas as seguintes: processamento e recebimento dos processos no Gabinete pela chefia; elaboração de minutas por estagiários, sob a supervisão da assessoria, aumentando, consideravelmente, a produção; organização dos localizadores, que tinham feitos equivocadamente inseridos; distribuição das funções conforme condições pessoais e mérito; equipe coesa; eliminação de divisórias entre chefia, assessoria e servidores para aproximar a equipe; distribuição dos processos da 4ª Seção entre servidores, conforme tipo penal; “zeramento” iminente dos feitos mais antigos em força-tarefa; centralização dos casos urgentes numa única servidora; excelente clima de trabalho; pronta resolução de feitos de baixa complexidade; e abertura e acessibilidade da equipe ao Desembargador.

4. ANÁLISE ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador integra a 4ª Seção e 7ª Turma, especializadas em matéria criminal. Na organização do TRF4, as 7ª e 8ª Turmas, especializadas em matéria criminal, formam a 4ª Seção.

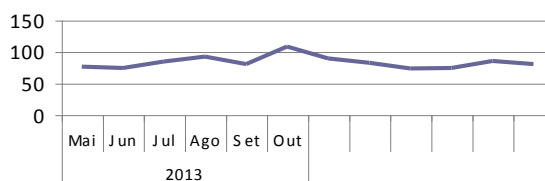
O número de processos distribuídos entre os Gabinetes dos Desembargadores que integram as 2 Turmas foi similar. No período inspecionado, a média por mês de processos distribuídos oscilou entre 81,2 e 86,4 feitos.

Veja-se a tabela abaixo e, em seguida, os gráficos da distribuição, com os dados relativos aos Desembargadores das 2 Turmas Criminais:

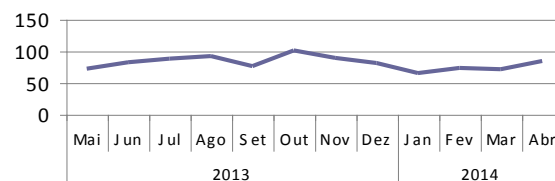
Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	72	82	88	92	76	101	89	81	65	73	71	84	81,2
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	75	74	94	92	84	99	87	73	77	80	84	81	83,3
DF LEANDRO PAULSEN	76	74	84	92	80	108	89	82	73	74	85	80	83,1
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	77	73	92	96	89	117	92	79	75	77	92	78	86,4
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	-	85	68	73	69	76	74,2
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	85	86	83	100	81	94	93	71	76	67	75	71	81,8
Total	385	389	441	472	410	519	535	454	439	440	483	468	452,9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

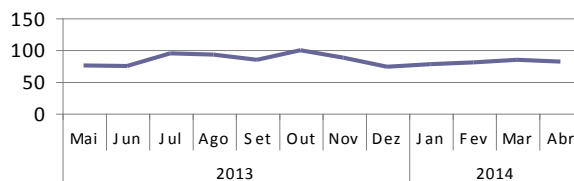
DF LEANDRO PAULSEN



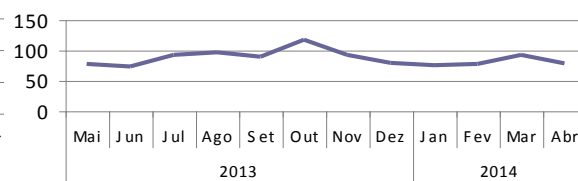
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



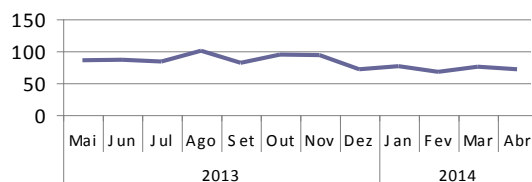
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



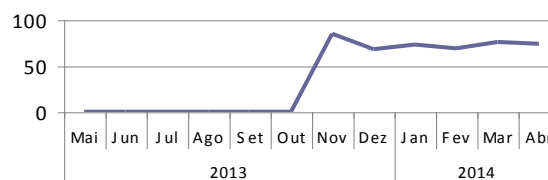
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



Como se vê dos gráficos acima, nesse intervalo de tempo houve estabilização da distribuição de casos novos, com leve tendência de acréscimo quanto aos Desembargadores Cláudia Cristofani e Sebastião Ogê Muniz, e discreta linha decrescente quanto aos Gabinetes dos Desembargadores Márcio Antônio Rocha, João Pedro Gebran, Victor Laus e Leandro Paulsen.

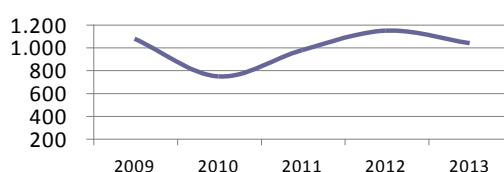
Aliás, essa é a situação quando analisados os dados históricos, levando-se em consideração os últimos 5 anos, conforme a tabela e o gráfico de processos distribuídos abaixo:

Quantidade de processos distribuídos no TRF da 4ª Região por Desembargador Federal

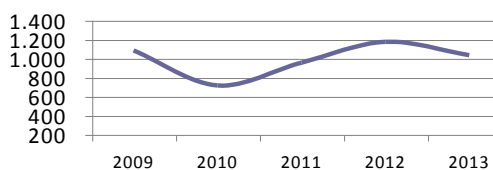
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	1.072	740	972	1.141	1.033	992	322
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.083	715	953	1.171	1.033	991	289
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.104	731	946	1.150	1.021	990	293
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.050	747	932	1.158	1.007	979	322
DF LEANDRO PAULSEN	1.087	727	968	1.097	1.003	976	312
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	1.077	739	989	1.160	1.019	997	292
TOTAL	6.473	4.399	5.760	6.877	6.116	5.925	1.830

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

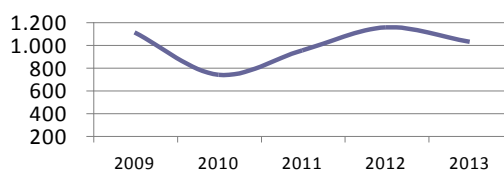
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



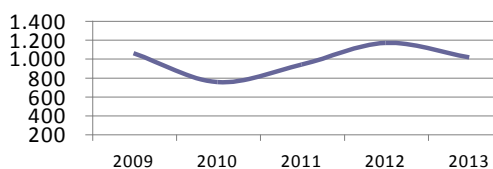
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



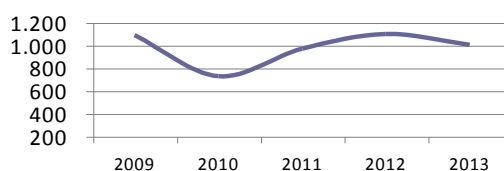
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



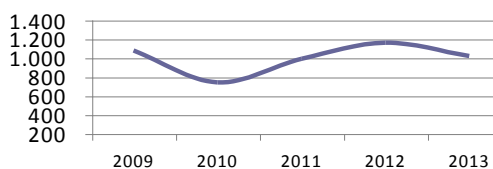
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ

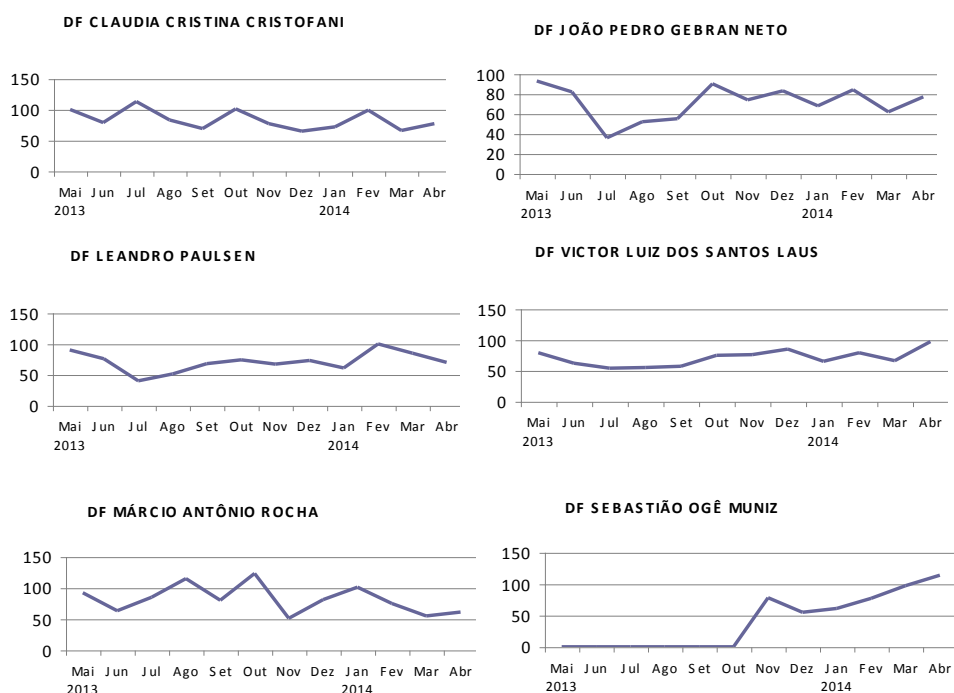


Por outro lado, a quantidade de processos julgados – decisões terminativas (monocráticas e colegiadas), não incluídos os embargos e agravos – apresentou média mensal pouco inferior a de distribuídos, correspondendo a montante entre 70,8 e 83,4.

Os dados referentes aos processos julgados por cada um dos Desembargadores, com os respectivos gráficos, seguem abaixo:

Desembargadores Federais	2013									2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	100	79	113	83	69	101	77	65	72	99	66	77	83,4	
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	93	82	36	52	55	90	74	83	68	84	62	77	71,3	
DF LEANDRO PAULSEN	90	76	40	51	68	74	67	73	61	100	85	70	71,3	
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	79	62	54	55	57	75	76	85	65	79	66	97	70,8	
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	92	63	85	115	80	123	51	81	101	75	55	61	81,8	
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	78	55	61	77	97	114	80,3	
Total	454	362	328	356	329	463	423	442	428	514	431	496	418,8	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.
 * Os julgados correspondem às decisões terminativas (monocráticas e colegiada), não incluindo os embargos e agravos.



Observou-se que, com exceção dos Desembargadores Leandro Paulsen e Márcio Rocha, todos os demais estavam em linha crescente quanto ao número de processos julgados durante o período objeto da inspeção.

Esse desempenho dos Desembargadores assemelhou-se aos históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos julgados por cada Gabinete, conforme se vê adiante:

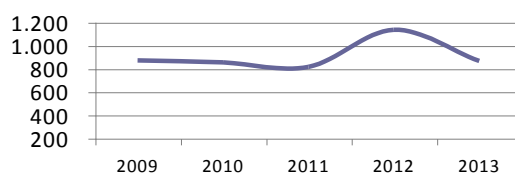
Quantidade de processos julgados no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	871	853	813	1.134	864	907	307
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	911	957	1.031	1.351	996	1.049	292
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.015	846	729	1.153	1.091	967	314
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.007	890	764	1.108	843	922	291
DF LEANDRO PAULSEN	1.102	875	796	1.142	892	961	316
DF SEBASTIAO OGÊ MUNIZ	1.024	883	833	1.069	969	956	349
TOTAL	5.930	5.304	4.966	6.957	5.655	5.762	1.869

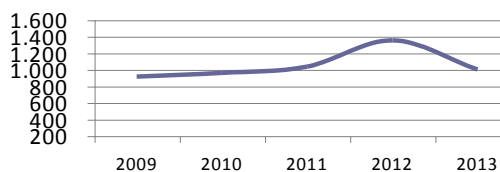
Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

Julgados é a soma de decisão terminativa e de acórdãos

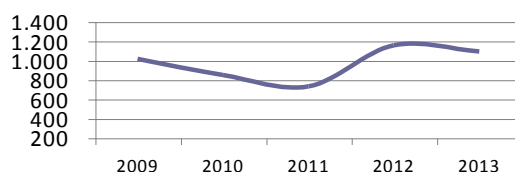
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



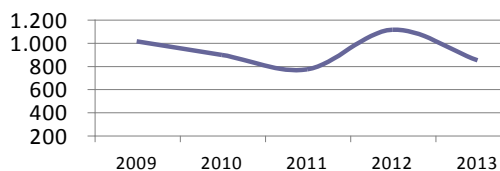
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



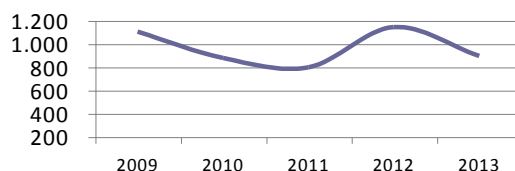
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



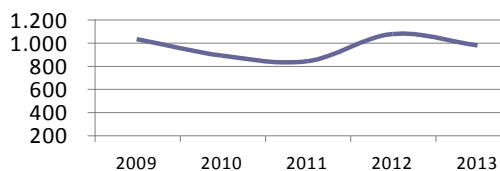
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



De toda sorte, no período da inspeção, o Gabinete do Desembargador Sebastião Ogê recebeu 963 processos novos e julgou 996, o que demonstrou, à sociedade, a eficiência do serviço e a capacidade de dar vazão à carga de trabalho. Computando-se, porém, os processos redistribuídos, em verdade, o Gabinete recebeu, no período, 1.021 processos novos, de modo que, subtraídos os que foram enviados para outros Gabinetes (redistribuídos/saída), que foi igual a 57, no período da inspeção o estoque diminuiu em 32 processos, fato sobremaneira positivo e que merece destaque.

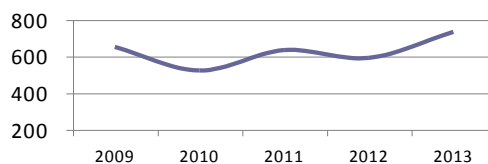
A esse respeito, vejam-se os dados históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos em tramitação:

Quantidade de processos em tramitação no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

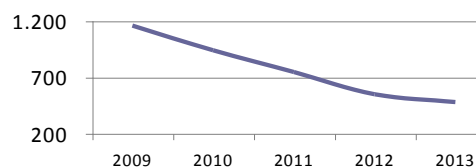
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	650	521	633	590	732	625	692
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.156	938	745	546	478	773	435
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	667	540	624	563	494	578	444
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	547	365	443	486	630	494	642
DF LEANDRO PAULSEN	580	390	523	604	701	560	680
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	644	416	464	508	578	522	528
TOTAL	4.244	3.170	3.432	3.297	3.613	3.551	3.421

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

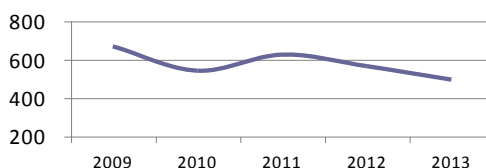
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



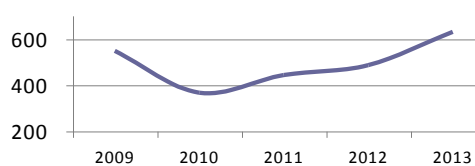
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



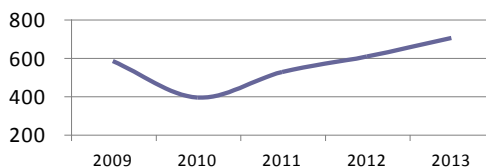
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



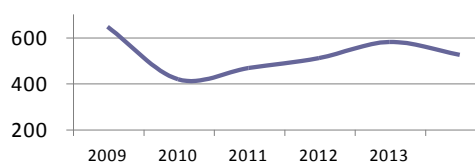
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



A curva do gráfico, quanto à diminuição dos processos em tramitação no Gabinete do Desembargador Sebastião Ogê, revelou o acerto da análise aqui feita.

E mais. Levando-se em consideração o número efetivo de casos novos encaminhados para o Gabinete do Desembargador Sebastião Ogê, ou seja, distribuídos e redistribuídos,

constatou-se que o estoque, no período da inspeção, diminuiu em 32 feitos. Isso denotou a eficiência do serviço.

5. CONSTATAÇÕES, OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O Desembargador Sebastião Ogê Muniz tomou posse no TRF4 em novembro/2013, estando em exercício na 7ª Turma desde 16/12/2013, ou seja, pouco mais de 5 meses. É o respectivo presidente, até porque os outros 2 membros efetivos estão licenciados, sendo substituídos por Juízes Federais Convocados.

O Gabinete do Desembargador apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O ambiente estava bem organizado. Todos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade foram encaminhados. Não foram apurados problemas específicos de gestão administrativa.

Como consequência da gestão qualificada do serviço, verificou-se diminuição do estoque de processo e melhorias na posição de produtividade, mesmo considerando a curva de aprendizagem por parte dos servidores que não estavam trabalhando com o Direito Penal.

Esse desempenho teve reflexo na construção de ótimo clima de trabalho, com comprometimento e vontade de melhoria ainda maior do fator produtividade, especialmente em relação aos processos físicos e processos com distribuição mais antiga no Tribunal.

Predominavam no estoque processos novos. Isso refletiu o atendimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, relativas aos anos de 2009 a 2013. Em verdade, ainda sem julgamento, havia apenas 1 processo da Meta 2/2009, 1 da Meta 2/2012 e 1 da Meta 18/2013.

Os processos com réus presos receberam prioridade, não havendo registro de demora no particular.

Merece destaque a redução do estoque de processos, fato sobremaneira importante para fins de avaliação da eficiência do serviço jurisdicional. Por outro lado, esse dado é o reflexo direto de o ritmo de trabalho empregado ter sido eficiente no sentido de julgar maior número de processos do que o de distribuídos.

A leitura conjunta dos indicadores referentes ao número de processos distribuídos (casos novos) e de julgados revelou que o Gabinete, com bastante dedicação e com o emprego de gestão eficiente, tem conseguido atender a demanda de serviço.

De toda sorte, a equipe e o Desembargador reconheceram que o ritmo de trabalho é bastante intenso, de modo que o ideal seria que houvesse diminuição da carga de serviço, até para melhorar sua qualidade.

A análise processual dos feitos da amostragem constou da listagem de inspeção com o apontamento das situações específicas relevantes para efeito de acompanhamento da gestão do acervo processual. Não se constatou, porém, situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

(1) prioridade para o julgamento de 1 processo da Meta 2/2009, 1 da Meta 2/2012 e 1 da Meta 18/2013 do Conselho Nacional de Justiça; e

(2) impulsionar o trâmite dos processos paralisados havia mais de 90 dias, identificados na listagem inspecionada.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 4ª Seção e 8ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 4/9/2009.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 13 auxiliares (10 servidores efetivos e 3 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 4 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (setembro/2009):	570
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	670
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	457
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	10
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	292

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	4
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	6

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	1037
2.3.2. Média mensal:	86,4

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	850
2.4.2. Média mensal:	70,8

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	1811
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	645
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	203
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	99
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, §3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	157
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	26
2.5.9. Mero expediente:	681

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	1058
2.6.2. Total de processos julgados:	1009
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	537
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	7
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	137
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	165
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	24
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 25

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	910
2.7.2. Acórdãos lavrados:	879
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	14
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura: 31 (todos julgados na sessão de 30/4/2014)	

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	879
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	14
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação: (sessão de 30/4/2014)	31

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Especialização dos servidores e estagiários por matéria; servidor único para processos da 4ª Seção; divisão conforme perfil, conhecimento técnico e interesse para otimização do trabalho com alterações conforme necessidade de serviço; controle minucioso do acervo, criando estratégias de saneamento e distribuindo diretamente o trabalho a servidores e estagiários; triagem inicial, identificando diversas situações possíveis com lembretes nos respectivos sistemas processuais, inclusive, em regra, com cálculo do prazo prescricional; processos físicos em armários específicos por crime, e casos de urgência – processos de

tramitação célere, com pedido liminar ou antecipação de tutela, de quebra de sigilo ou sequestro/arresto de bens, com nulidades, prescrição iminente, dentre outros – separados com servidor ou estagiário para minuta; após triagem, saneamento e parecer ministerial, os processos são inseridos em tabelas, separadas por delito, para controle prescricional e identificação de prioridades e complexidade; observância diária da ordem de preferência na elaboração de minutas, conforme entrada diária e qualidade do acervo; após elaboração da minuta, revisão, *feedback* e correções, o processo é inserido em planilha para encaminhamento para pauta ou para o revisor, conforme prioridades; todos os processos têm localizadores para cada movimentação interna; planejamento participativo; assessoria trabalha com *habeas corpus*, mandados de segurança, correções parciais, recursos criminais em sentido estrito relacionados a prisões, agravos de instrumento, agravos em execução e cartas testemunháveis, além dos processos da Corte Especial e Plenário; metas coletivamente fixadas, conforme necessidade para estimular o espírito de equipe; controle do acervo de feitos atribuídos a cada servidor e estagiário, por planilhas de controle interno do Gabinete; e reavaliação mensal dos pontos positivos e negativos do período.

Como boas práticas foram indicadas as seguintes: estímulo à contínua qualificação dos servidores em cursos na área jurídico-penal; assessoramento do Desembargador nas sessões de julgamento com elaboração de prévios apontamentos referentes a todos os processos a serem julgados, com disponibilidade de consulta à equipe para auxiliar na qualificação, otimização e uniformização dos trabalhos; triagem inicial e detalhada para saneamento célere dos feitos e organização do acervo; e controle interno de acervo por meio de planilhas, com destaque de prioridades e monitoramento pela chefia.

4. ANÁLISE ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

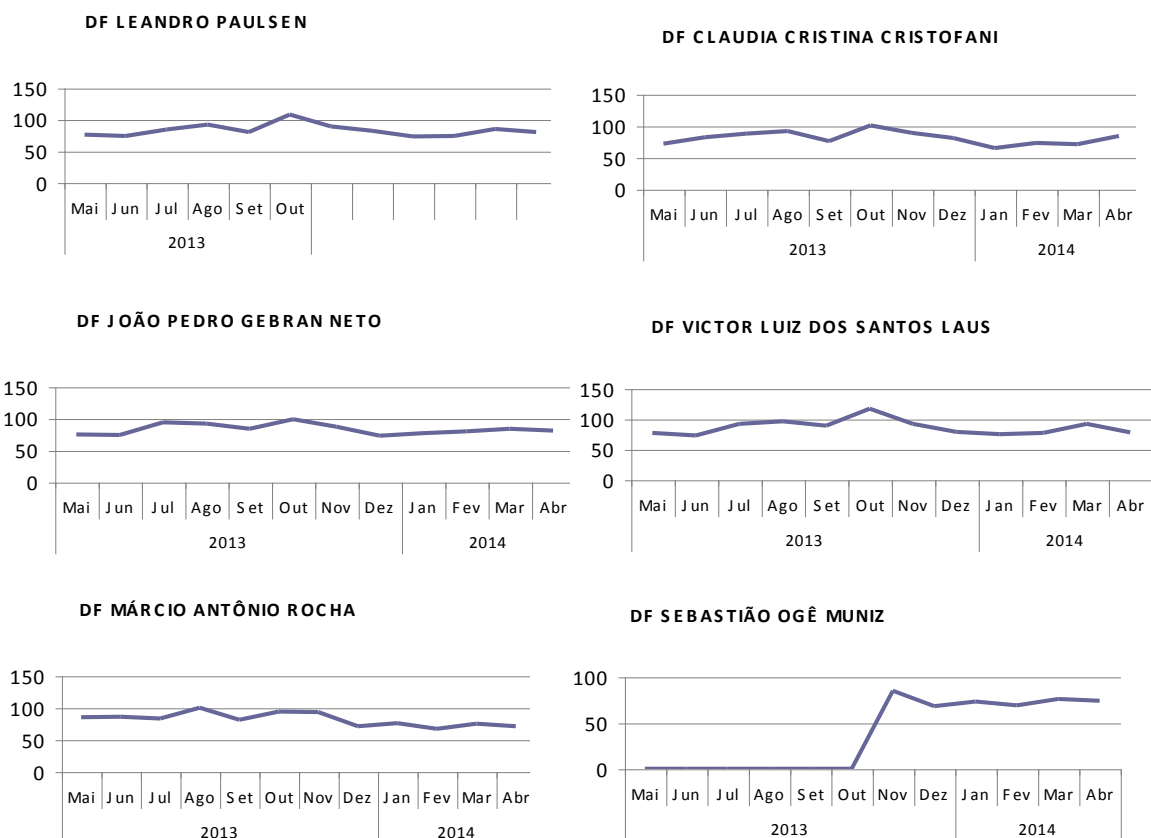
O Desembargador integra a 4ª Seção e 7ª Turma, especializadas em matéria criminal. Na organização do TRF4, as 7ª e 8ª Turmas, especializadas em matéria criminal, formam a 4ª Seção.

O número de processos distribuídos entre os Gabinetes dos Desembargadores que integram as 2 Turmas foi similar. No período inspecionado, a média por mês de processos distribuídos oscilou entre 81,2 e 86,4 feitos.

Veja-se a tabela abaixo e, em seguida, os gráficos da distribuição, com os dados relativos aos Desembargadores das 2 Turmas Criminais:

Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	72	82	88	92	76	101	89	81	65	73	71	84	81,2
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	75	74	94	92	84	99	87	73	77	80	84	81	83,3
DF LEANDRO PAULSEN	76	74	84	92	80	108	89	82	73	74	85	80	83,1
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	77	73	92	96	89	117	92	79	75	77	92	78	86,4
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	85	68	73	69	76	74	74,2
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	85	86	83	100	81	94	93	71	76	67	75	71	81,8
Total	385	389	441	472	410	519	535	454	439	440	483	468	452,9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.



Como se vê dos gráficos acima, nesse intervalo de tempo houve estabilização da distribuição de casos novos, com leve tendência de acréscimo quanto aos Desembargadores Cláudia Cristofani e Sebastião Ogê Muniz, e discreta linha decrescente quanto aos Gabinetes dos Desembargadores Márcio Antônio Rocha, João Pedro Gebran, Victor Laus e Leandro Paulsen.

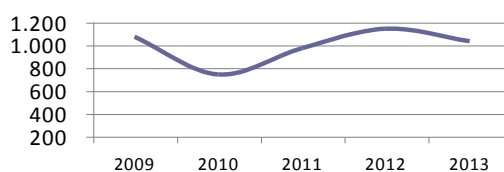
Aliás, essa é a situação quando analisados os dados históricos, levando-se em consideração os últimos 5 anos, conforme a tabela e o gráfico de processos distribuídos abaixo:

Quantidade de processos distribuídos no TRF da 4ª Região por Desembargador Federal

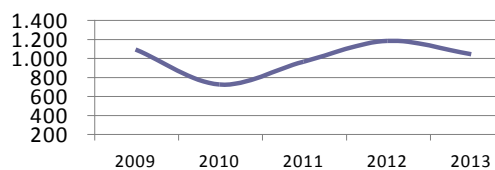
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	1.072	740	972	1.141	1.033	992	322
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.083	715	953	1.171	1.033	991	289
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.104	731	946	1.150	1.021	990	293
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.050	747	932	1.158	1.007	979	322
DF LEANDRO PAULSEN	1.087	727	968	1.097	1.003	976	312
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	1.077	739	989	1.160	1.019	997	292
TOTAL	6.473	4.399	5.760	6.877	6.116	5.925	1.830

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

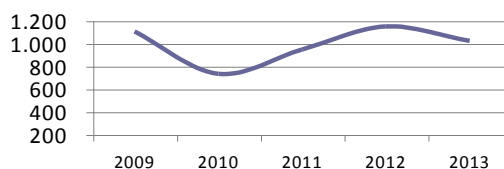
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



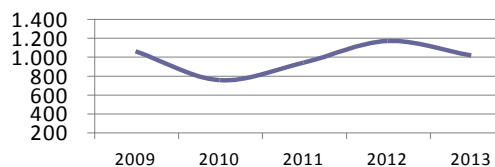
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



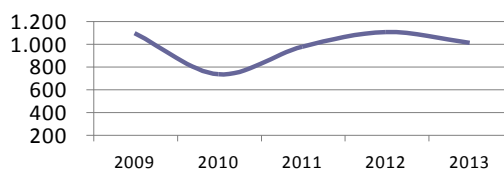
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



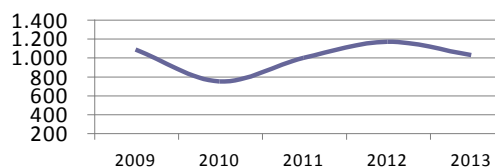
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



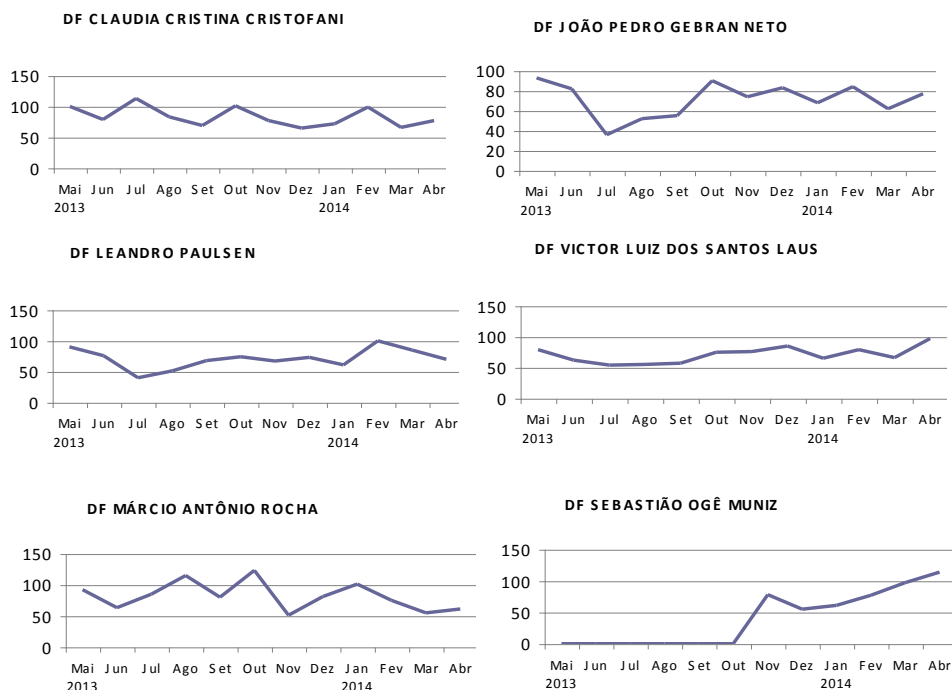
Por outro lado, a quantidade de processos julgados – decisões terminativas (monocráticas e colegiadas), não incluídos os embargos e agravos – apresentou média mensal pouco inferior a de distribuídos, correspondendo a montante entre 70,8 e 83,4.

Os dados referentes aos processos julgados por cada um dos Desembargadores, com os respectivos gráficos, seguem abaixo:

Desembargadores Federais	2013								2014				Média	
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	100	79	113	83	69	101	77	65	72	99	66	77	83,4	
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	93	82	36	52	55	90	74	83	68	84	62	77	71,3	
DF LEANDRO PAULSEN	90	76	40	51	68	74	67	73	61	100	85	70	71,3	
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	79	62	54	55	57	75	76	85	65	79	66	97	70,8	
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	92	63	85	115	80	123	51	81	101	75	55	61	81,8	
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	-	78	55	61	77	97	114	80,3
Total	454	362	328	356	329	463	423	442	428	514	431	496	418,8	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

* Os julgados correspondem às decisões terminativas (monocráticas e colegiada), não incluindo os embargos e agravos.



Observou-se que, com exceção dos Desembargadores Leandro Paulsen e Márcio Rocha, todos os demais estavam em linha crescente quanto ao número de processos julgados durante o período objeto da inspeção.

Merece destaque como fato positivo do Gabinete do Desembargador Victor Laus o aumento da produtividade, conforme demonstrou a curva ascendente de processos julgados pela unidade.

Esse desempenho dos Desembargadores assemelha-se aos históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos julgados por cada Gabinete, conforme se vê adiante:

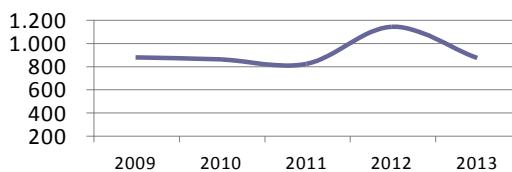
Quantidade de processos julgados no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	871	853	813	1.134	864	907	307
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	911	957	1.031	1.351	996	1.049	292
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.015	846	729	1.153	1.091	967	314
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.007	890	764	1.108	843	922	291
DF LEANDRO PAULSEN	1.102	875	796	1.142	892	961	316
DF SEBASTIAO OGÊ MUNIZ	1.024	883	833	1.069	969	956	349
TOTAL	5.930	5.304	4.966	6.957	5.655	5.762	1.869

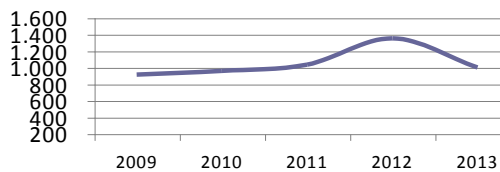
Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

Julgados é a soma de decisão terminativa e de acórdãos

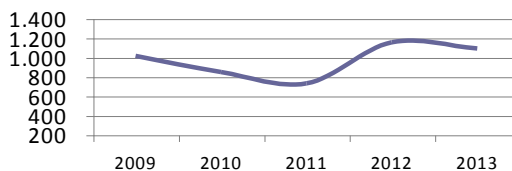
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



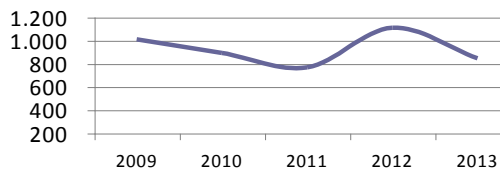
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



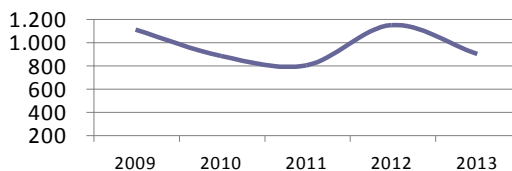
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



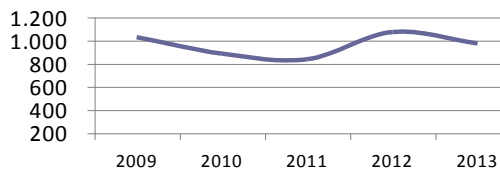
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



Note-se que, no período da inspeção, o Gabinete do Desembargador Victor Laus, efetivamente, recebeu 1.058 casos novos (distribuídos/redistribuídos) e julgou 1.009, enquanto foram encaminhados (redistribuídos/saída) para outros Gabinetes 24 feitos, de modo que o estoque cresceu em 25 processos.

Levando-se em consideração que o Gabinete vem aumentando a quantidade de processos julgados, é possível que, em curto espaço temporal, facilmente, o número de julgados, no mínimo, iguale-se ao de distribuídos.

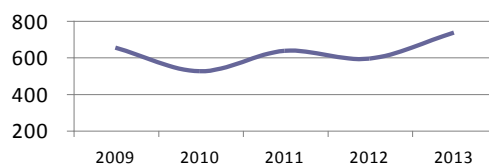
Quando analisados os dados históricos dos últimos 5 anos referentes aos processo em tramitação, verificou-se, com exceção dos Desembargadores Victor Laus, Leandro Paulsen e João Gebran – todos integrantes da 8ª Turma –, que a linha foi decrescente. Merecem exame a tabela e os gráficos abaixo:

Quantidade de processos em tramitação no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

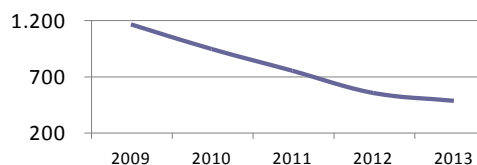
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	650	521	633	590	732	625	692
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.156	938	745	546	478	773	435
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	667	540	624	563	494	578	444
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	547	365	443	486	630	494	642
DF LEANDRO PAULSEN	580	390	523	604	701	560	680
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	644	416	464	508	578	522	528
TOTAL	4.244	3.170	3.432	3.297	3.613	3.551	3.421

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

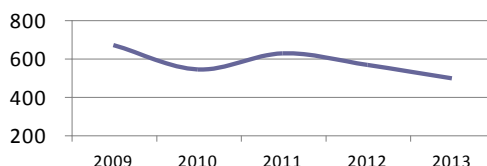
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



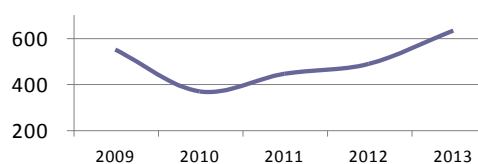
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



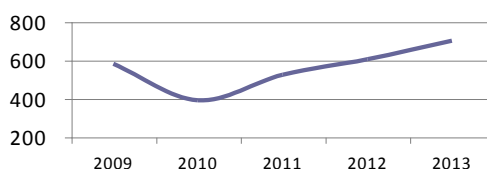
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



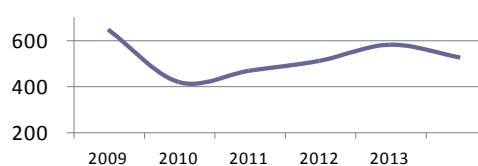
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



A curva do gráfico quanto ao aumento dos processos em tramitação no Gabinete do Desembargador Victor Laus revelou necessidade de que seja estabelecida meta de trabalho no sentido de que seja julgado, mês a mês, percentual maior que a média

mensal de processos distribuídos, em torno de 83 feitos (note-se que, pela estatística histórica, havia tendência de estabilização do número de casos novos).

5. CONSTATAÇÕES, OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O Desembargador Victor Laus ingressou no TRF4 em 2003, oriundo do quinto na vaga destinada ao Ministério Público Federal. Ocupa o Gabinete desde setembro/2009, ou seja, há quase 5 anos.

O Gabinete do Desembargador apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O ambiente estava bem organizado. Todos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade foram fornecidos.

Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa, muito embora a maioria da equipe de trabalho ainda esteja se ambientando com a sistemática do serviço em Gabinete, notadamente, com matéria criminal.

Dentre as principais dificuldades apontadas pelo Desembargador Federal Victor Laus destacou-se o quadro de apenas 10 servidores lotados no Gabinete, aquém do que se considerou necessário diante da complexidade dos processos criminais, com grande número de réus e prioridades simultâneas, já detalhadas alhures, destacando-se o curso do prazo prescricional e a existência de feitos envolvendo réus presos, situações que demandam processamento e julgamento céleres.

Além disso, as apelações criminais devolvem o exame de toda a matéria, exigindo prestação jurisdicional de qualidade, sem perder o necessário controle de produtividade. A questão estaria agravada pelos afastamentos regulares dos servidores, em férias, licenças, cursos, dentre outras situações. Foi exemplificado o caso da servidora que era da assessoria do Desembargador e que se afastou, em licença-maternidade, por 180 dias no período de maio a novembro/2013, acarretando quebra do ritmo de trabalho, além de sobrecarga de serviço para os demais servidores, já que a unidade passou a contar com apenas 9 servidores, sem considerar os períodos com afastamentos regulares.

O Desembargador sugeriu à CGJF que sejam tomadas medidas para que haja o incremento da lotação ideal nas unidades penais, considerando que as unidades cíveis contam com 80% a mais de força de trabalho e nem todos se encontravam com acervo excedente.

A equipe de trabalho, embora sobrecarregada e desconfortável com o desequilíbrio em relação ao número destinado para os Gabinetes cíveis, é dedicada e qualificada, sendo empregada uma boa gestão do serviço.

No período da inspeção (maio/2013 a abril/2014), conforme salientado acima, observou-se que o Gabinete recebeu 1.037 casos novos (média mensal de 86,4) e julgou

850 (média mensal de 70,8). Constatou-se, portanto, leve crescimento no número de processos em tramitação, a exigir adoção de estratégia específica para estancar o crescimento do estoque e, de outra banda, diminuí-lo.

O Gabinete estava bem estruturado e organizado, apresentando-se hábil para o aprimoramento da eficiência, sem embargo de parecer razoável que seja realizado estudo mais consistente para redefinir o número ideal de servidores.

Predominavam no estoque processos com distribuição recente. Isso refletiu o atendimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, relativas aos anos de 2009 a 2013. Em verdade, ainda sem julgamento, havia apenas 6 processos da Meta 2/2014, sendo que 2 já se encontravam com o revisor para inclusão em pauta para julgamento, cabendo salientar que a Meta 4/2014 já foi atingida pelo Gabinete, com julgamento de mais de 70% das ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública distribuídas no ano de 2012.

Os processos com réus presos receberam prioridade.

Merece destaque o aumento de estoque de processos do Gabinete, a exigir que seja estabelecida meta para, na medida do possível, fomentar a produtividade, de modo que seja julgado, por mês, número de processos percentualmente superior ao de distribuídos no mesmo período. Importante considerar que, conforme constatado da leitura dos dados estatísticos, a produtividade do Gabinete, quanto ao número de processos julgados, vem crescendo, fato altamente positivo e indicativo da possibilidade de sanar o problema.

Por outro lado, a equipe e o Desembargador reconheceram que o ritmo de trabalho é bastante intenso, de modo que o ideal seria que houvesse diminuição da carga de serviço, até para melhorar sua qualidade.

A análise processual dos feitos da amostragem constou da listagem de inspeção com o apontamento das situações específicas relevantes para efeito de acompanhamento da gestão do acervo processual. Não se constatou, porém, situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

(1) estabelecer meta específica no sentido de que seja julgado, mês a mês, percentual maior que a média mensal de processos distribuídos, de modo a, em curto prazo, estancar o aumento do estoque de processos que, no período da inspeção, foi equivalente a 25 feitos e, em médio prazo, diminuir o acervo;

(2) prioridade para o julgamento de 4 processos da Meta 2/2014 e 6 processos da Meta 4/2014 do Conselho Nacional de Justiça;

(3) cumprir a Resolução 112, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça: (a) nos processos eletrônicos, preencher o campo identificado como “Dados Criminais”, com preenchimento dos quadriláteros existentes, para fins de controle da data da prescrição

do crime em relação ao réu ou, se for o caso, a cada um dos réus; e (b) nos processos físicos, colocar na capa ou contracapa a etiqueta com o cálculo do prazo prescricional;

(4) impulsionar o trâmite dos processos paralisados havia mais de 90 dias e, até mesmo, 1 ano, identificados na listagem inspecionada.

(5) imprimir melhor ritmo de trabalho no sentido de impulsionar o andamento dos processos, a fim de sanar atrasos verificados no trâmite de alguns feitos inspecionados, notadamente a demora entre o relatório e a remessa dos autos ao revisor;

(6) solucionar a demora entre o julgamento e a publicação do acórdão, mediante elaboração prévia de todo o voto, com prioridade para eventuais ajustes após a sessão, de modo a não extrapolar o prazo de 10 dias fixado pelo Conselho Nacional de Justiça (Meta 4/2010);

(7) impulsionar o andamento da Apelação Criminal 5000603-98.2013.404.7011, referente a réu preso, concluso havia mais de 1 mês, assim como das Apelações Criminais 5023862-54.2010.404.7100 e 5008024-62.2010.404.7200 que, embora no momento da inspeção estivessem em ordem, ficaram paralisados, sem movimentação, por quase 2 e 3 anos, respectivamente; e

(8) manter processos em armários abertos, a fim de que os autos a serem trabalhados fiquem à vista de todos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **JOÃO PEDRO GEBRAN NETO**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, 4ª Seção e 8ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 21/6/2013.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 13 auxiliares (10 servidores efetivos e 3 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 4 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (junho/2013):	364
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	642
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	523
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	07
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	523

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	6
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	5

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	1000
2.3.2. Média mensal:	83,3

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	856
2.4.2. Média mensal:	71,3

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	1510
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	546
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	248
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas: 80	
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, §3º e 543-C, § 7º, II, CPC): 0	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	161
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	15
2.5.9. Mero expediente:	460

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	1034
2.6.2. Total de processos julgados:	859
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	535
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	9
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	180
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	63
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	21
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 154

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	157
2.7.2. Acórdãos lavrados:	894
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	42
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	33

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	887
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	29
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	34

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Especialização da equipe por matéria (tipo penal), conforme perfil, conhecimento e interesse; servidor único para feitos da 4ª Seção; equipe específica para habeas corpus, agravos em execução penal, revisões criminais, embargos infringentes e de nulidade; processos físicos em armários com sistema de localização, conforme matéria e servidor; cada servidor controla o seu acervo com fiscalização da assessoria, observando sempre as seguintes prioridades: recursos criminais em sentido estrito, processo com réu preso, antiguidade, processos da 4ª Seção, embargos de declaração, dentre outros critérios; triagem inicial, por grau de dificuldade, para evitar longo tempo de análise e conciliar os

feitos mais e menos complexos, controlando prescrição; verificação do acervo e da produção do mês anterior, por planilha eletrônica (dados de entrada e saída de feitos, saldo, produtividade do grupo e produtividade frente à distribuição); planejamento e reuniões para traçar metas e discutir dificuldades; meta coletiva de produtividade; planilha para verificar percentual de feitos distribuídos por matéria; controle de produtividade por ferramentas dos sistemas processuais e planilhas eletrônicas, tendo como parâmetro metas de produtividade semanal ou quinzenal em feitos como por exemplo, recurso criminal em sentido estrito, embargos infringentes e de nulidade e revisão criminal; avaliação pelo magistrado, quinzenal ou mensal, para apurar problemas pontuais e fatores positivos; desde o final de dezembro/2013, após período de adaptação, foram implementadas ações de trabalho, como priorização de processos mais antigos (maior incidência nos físicos), identificados no controle de acervo; e a partir de janeiro/2014 a produção de processos físicos antigos foi superior à distribuição (150% em janeiro, 300% em fevereiro, 125% em março e 138% em abril).

Como boas práticas foram citadas as seguintes: especialização de matéria por servidor para que todos os temas sejam abrangidos; equipe para tratar de habeas corpus; controle dos processos mais antigos e verificação de preferências legais, com maior ocorrência, em regra, nos processos físicos; distribuição das matérias de maior incidência entre vários funcionários, geralmente em proporção maior do que a distribuição; verificação inicial do processo pelo responsável por cada matéria para saneamento (intimações, razões de apelação, contrarrazões, remessa ao MPF etc.); distribuição de processos com réus presos para grupo maior de servidores, independente da matéria de especialização; e acessibilidade da equipe ao Desembargador.

4. ANÁLISE ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

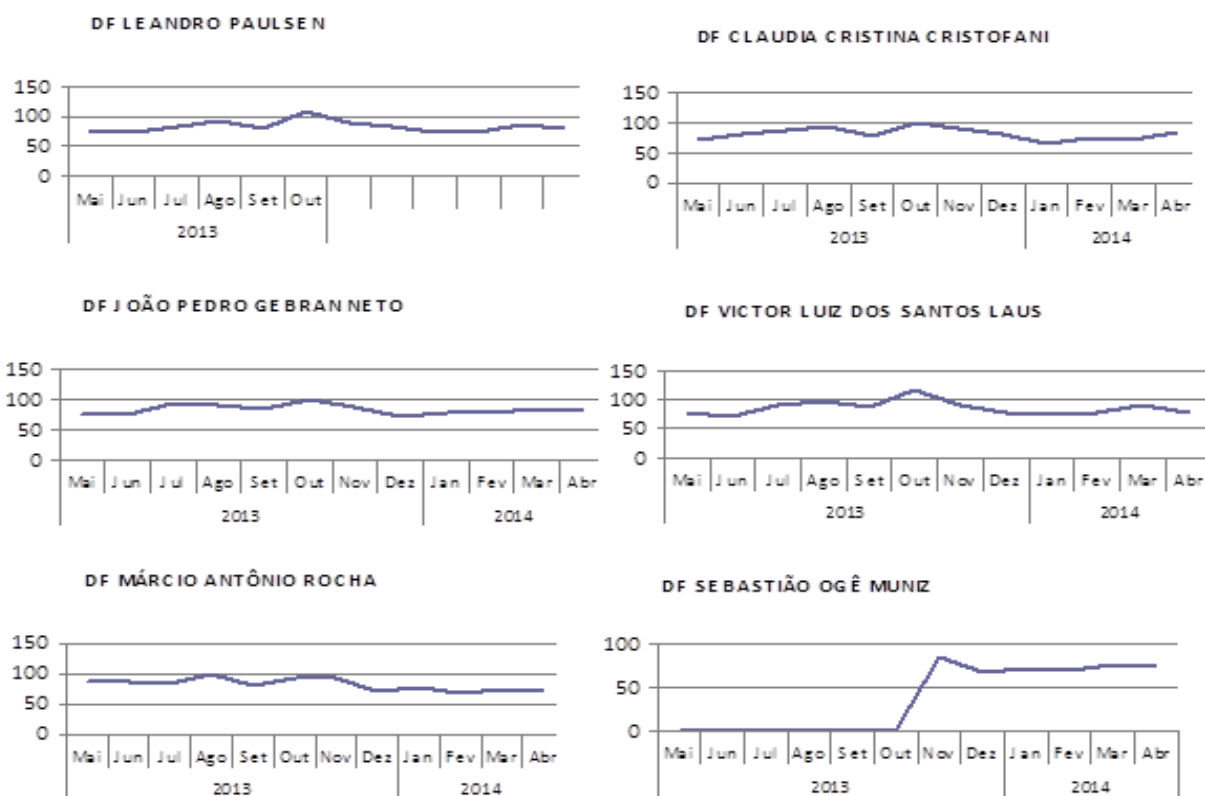
O Desembargador integra a 4ª Seção e 8ª Turma, especializadas em matéria criminal. Na organização do TRF4, as 7ª e 8ª Turmas, especializadas em matéria criminal, formam a 4ª Seção.

O número de processos distribuídos entre os gabinetes dos Desembargadores que integram as duas Turmas foi similar. No período inspecionado, a média por mês de processos distribuídos oscilou entre 81,2 e 86,4 feitos.

Veja-se a tabela abaixo e, em seguida, os gráficos da distribuição, com os dados relativos aos Desembargadores das 2 Turmas Criminais:

Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	72	82	88	92	78	101	89	81	65	73	71	84	81,2
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	75	74	94	92	84	99	87	73	77	80	84	81	83,3
DF LEANDRO PAULSEN	76	74	84	92	80	108	89	82	73	74	85	80	83,1
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	77	73	92	98	89	117	92	79	75	77	92	78	88,4
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	85	68	73	69	76	74	74,2
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	85	88	83	100	81	94	93	71	78	67	75	71	81,8
Total	385	389	441	472	410	519	535	454	439	440	483	468	452,9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.



Como se vê dos gráficos acima, nesse intervalo de tempo houve estabilização da distribuição de casos novos, com leve tendência de acréscimo quanto aos Desembargadores Cláudia Cristofani e Sebastião Ogê Muniz, e discreta linha decrescente quanto aos Gabinetes dos Desembargadores Márcio Antônio Rocha, João Pedro Gebran, Victor Laus e Leandro Paulsen.

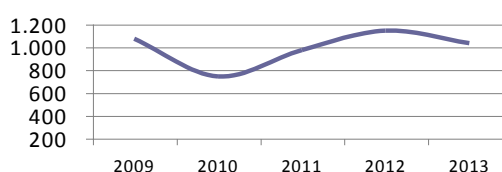
Aliás, essa é a situação quando analisados os dados históricos, levando-se em consideração os últimos 5 anos, conforme a tabela e o gráfico de processos distribuídos abaixo:

Quantidade de processos distribuídos no TRF da 4ª Região por Desembargador Federal

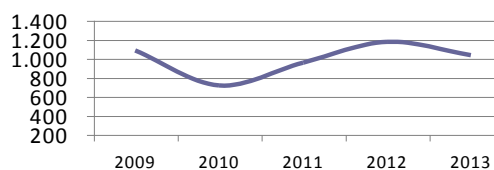
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	1.072	740	972	1.141	1.033	992	322
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.083	715	953	1.171	1.033	991	289
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.104	731	946	1.150	1.021	990	293
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.050	747	932	1.158	1.007	979	322
DF LEANDRO PAULSEN	1.087	727	968	1.097	1.003	976	312
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	1.077	739	989	1.160	1.019	997	292
TOTAL	6.473	4.399	5.760	6.877	6.116	5.925	1.830

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

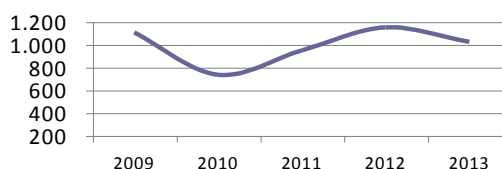
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



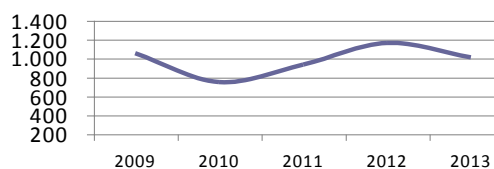
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



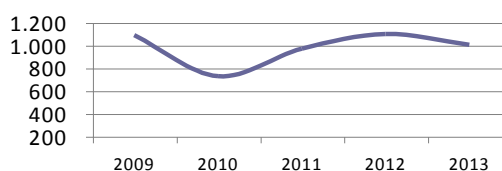
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



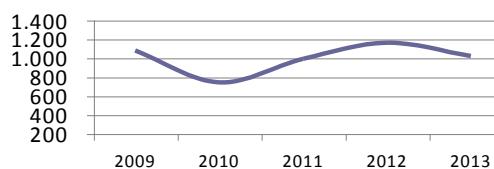
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



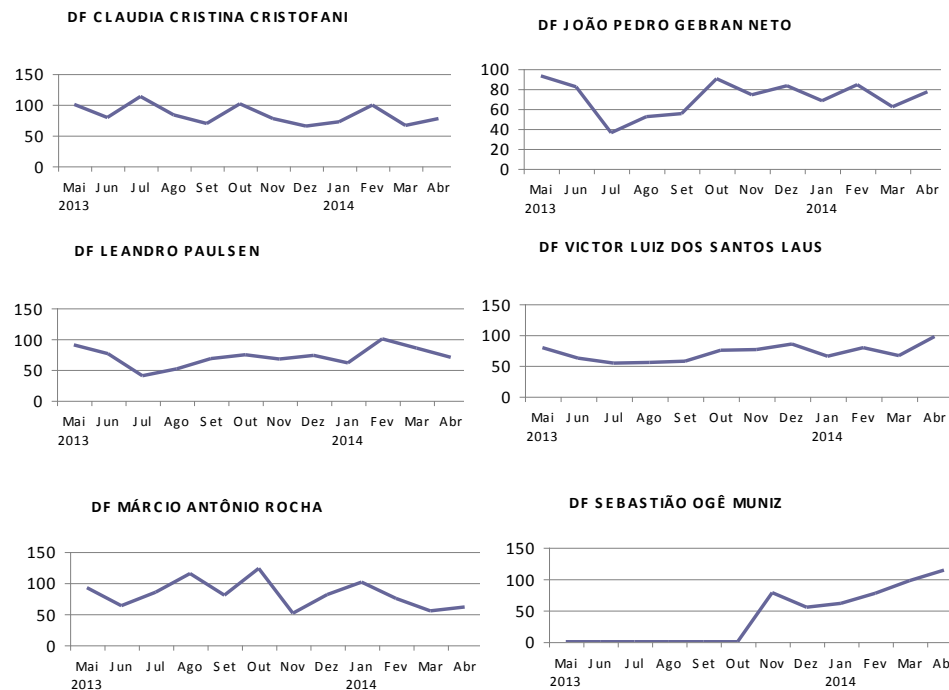
Por outro lado, a quantidade de processos julgados – decisões terminativas (monocráticas e colegiadas), não incluídos os embargos e agravos – apresentou média mensal pouco inferior a de distribuídos, correspondendo a montante entre 70,8 e 83,4.

Os dados referentes aos processos julgados por cada um dos Desembargadores, com os respectivos gráficos, seguem abaixo:

Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	100	79	113	83	69	101	77	65	72	99	66	77	83,4
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	93	82	36	52	55	90	74	83	68	84	62	77	71,3
DF LEANDRO PAULSEN	90	76	40	51	68	74	67	73	61	100	85	70	71,3
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	79	62	54	55	57	75	76	85	65	79	66	97	70,8
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	92	63	85	115	80	123	51	81	101	75	55	61	81,8
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	-	78	55	61	77	97	80,3
Total	454	362	328	356	329	463	423	442	428	514	431	496	418,8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

* Os julgados correspondem às decisões terminativas (monocráticas e colegiada), não incluindo os embargos e agravos.



Observou-se que, com exceção dos Desembargadores Leandro Paulsen e Márcio Rocha, todos os demais estavam em linha crescente quanto ao número de processos julgados durante o período objeto da inspeção.

Em verdade, quanto ao Gabinete do Desembargador Pedro Gebran, constatou-se que houve instabilidade no gráfico referente aos processos julgados, com altos e baixos, porém, com tendência crescente. Tal fato revelou a necessidade de calibrar o ritmo de trabalho, a fim de que o gráfico quanto aos processos julgados se mantenha em uma linha crescente firme.

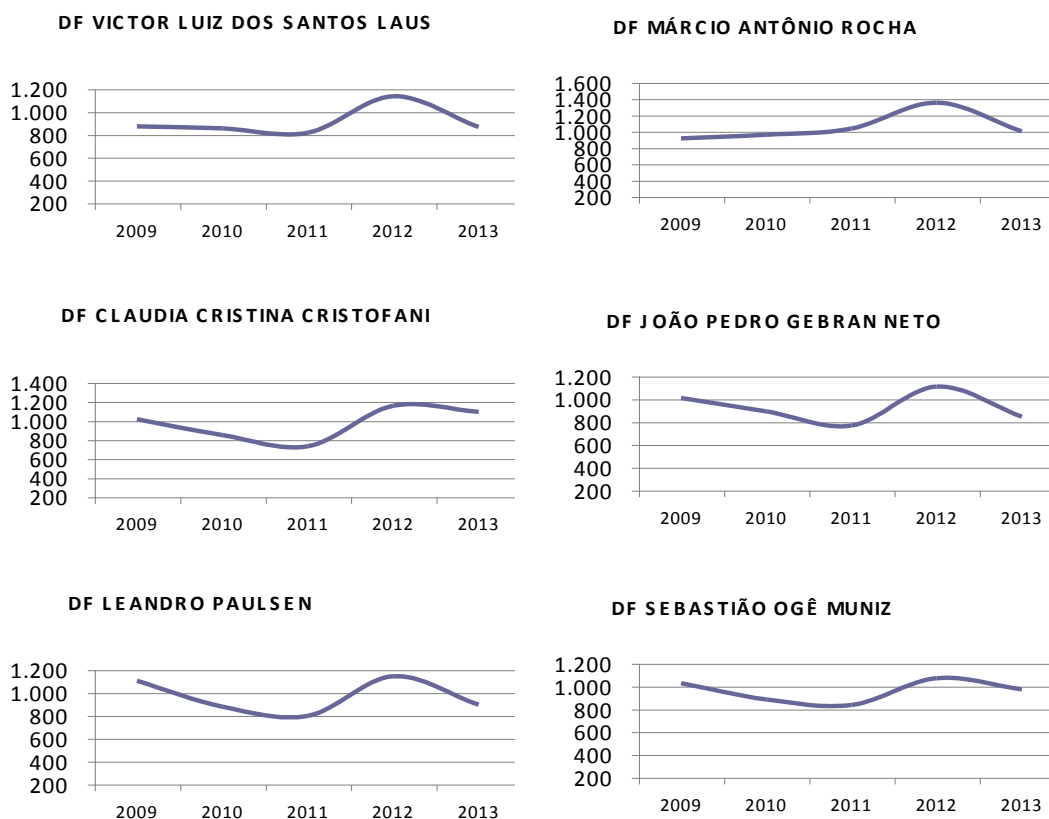
Esse desempenho dos Desembargadores assemelhou-se aos históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos julgados por cada Gabinete, conforme se vê adiante:

Quantidade de processos julgados no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	871	853	813	1.134	864	907	307
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	911	957	1.031	1.351	996	1.049	292
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.015	846	729	1.153	1.091	967	314
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.007	890	764	1.108	843	922	291
DF LEANDRO PAULSEN	1.102	875	796	1.142	892	961	316
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	1.024	883	833	1.069	969	956	349
TOTAL	5.930	5.304	4.966	6.957	5.655	5.762	1.869

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

Julgados é a soma de decisão terminativa e de acórdãos



Note-se que, no período da inspeção, o Gabinete do Desembargador Pedro Gebran, efetivamente, computando-se distribuídos e redistribuídos, recebeu 1.034 casos novos e julgou 859 processos, enquanto foram encaminhados (redistribuídos/saída) para outros Gabinetes 21 feitos, de modo que o estoque cresceu em 154 processos, sendo, pois, importante estabelecer meta específica para estancar o aumento do estoque.

Ainda que em 2013 o Gabinete do Desembargador Pedro Gebran tenha julgado menos do que em 2012, naquele ano a produtividade foi superior a de 2011. Levando-se em conta que o Gabinete, embora sem uniformidade, em média, aumentou a quantidade de processos julgados nos últimos 3 anos, correto concluir que, em curto espaço temporal,

facilmente, seja possível que o número de julgados, no mínimo, iguale-se ao de distribuídos.

Até porque, como observado, o Desembargador Pedro Gebran entrou em exercício recentemente na Turma (10 meses). Não apenas o Desembargador é novo na gestão de feitos criminais, como, igualmente, a sua equipe, que está se ambientando com a matéria agora, inclusive com a realização de cursos para o aperfeiçoamento do serviço.

Esses fatores conferem a certeza de que a tendência é de que, em curto prazo, seja sustado o aumento do estoque de processos e, em médio prazo, seja promovida a diminuição do acervo. Em outra perspectiva, quando analisados os dados históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos em tramitação, verificou-se, com exceção dos Desembargadores Victor Laus, Leandro Paulsen e João Gebran – todos integrantes da 8ª Turma –, que a linha era decrescente. Merecem exame a tabela e os gráficos abaixo:

Quantidade de processos em tramitação no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

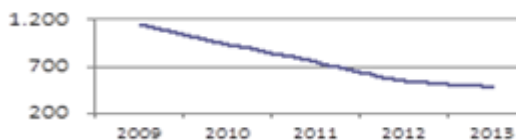
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	650	521	633	590	732	625	692
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.156	938	745	546	478	773	435
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	667	540	624	563	494	578	444
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	547	385	443	486	630	494	642
DF LEANDRO PAULSEN	580	390	523	604	701	560	680
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	644	416	464	508	578	522	528
TOTAL	4.244	3.170	3.432	3.297	3.613	3.551	3.421

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

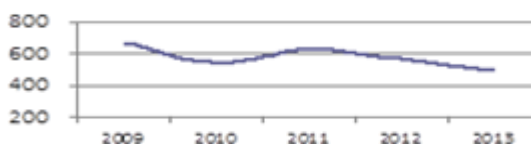
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



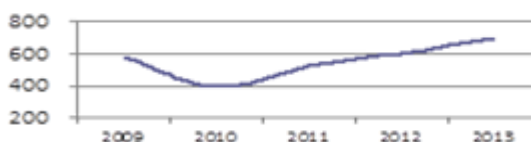
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



A curva do gráfico, quanto ao aumento dos processos em tramitação no Gabinete do Desembargador Pedro Gebran, revelou a necessidade de que seja estabelecida meta de trabalho no sentido de que seja julgado, mês a mês, percentual maior que a média mensal de processos distribuídos, em torno de 83 feitos (note-se que, pela estatística histórica, havia tendência de estabilização do número de casos novos).

5. CONSTATAÇÕES, OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O Desembargador João Pedro Gebran Neto ingressou no TRF4 no ano de 2013, por promoção, estando em exercício na 7ª Turma havia apenas 10 meses. Embora tenha atuado como Juiz Federal Convocado por vários anos, nunca tinha atuado em Turma Criminal. O Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto e sua equipe estavam se ambientando na matéria criminal, estruturando o trabalho. A tendência é clara quanto à evolução da produtividade com o passar do tempo.

O Gabinete do Desembargador apresentava condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O ambiente estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade.

Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa, muito embora a maioria da equipe de trabalho ainda esteja se ambientando com a sistemática do serviço em Gabinete, notadamente, com matéria criminal.

O Desembargador João Pedro Gebran Neto chamou a atenção para que seja levada em consideração a carga de trabalho maior existente na jurisdição criminal no 2º grau, oriunda da função de revisor. Com efeito, a carga de trabalho do Desembargador em exercício em Turma especializada na matéria criminal não se restringe aos processos afetos ao seu Gabinete, pois tem, igualmente, que analisar os processos e elaborar os votos referentes aos processos no quais atua como revisor.

Verificou-se que a equipe de trabalho era dedicada e qualificada, com emprego de boa gestão do serviço. O Desembargador Pedro Gebran não indicou como problema o fato de o quadro de servidores dos Gabinetes criminais ser inferior ao dos cíveis.

No período da inspeção (maio/2013 a abril/2014), conforme salientado acima, observou-se que a unidade recebeu 1.034 casos novos e julgou 859, ao passo que foram encaminhados (redistribuídos/saída) para outros Gabinetes 21 feitos, de modo que o estoque cresceu em 154 processos. Constatou-se, portanto, leve aumento no número de processos em tramitação no Gabinete, a exigir a adoção de estratégia específica para estancar o crescimento do estoque e, de outra banda, diminuí-lo.

Predominavam no estoque processos novos. Isso refletiu o atendimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, relativas aos anos de 2009 a 2013. Em

verdade, ainda sem julgamento, havia apenas 6 processos da Meta 18/2013 e 5 da Meta 4/2014.

Os processos com réus presos receberam prioridade.

Merece destaque a elevação do estoque de processos do Gabinete, a exigir que seja estabelecida meta para, na medida do possível, aumentar a produtividade, de modo que seja julgado, por mês, número de processos percentualmente superior ao de distribuídos no mesmo período. Importante considerar que, conforme constatado da leitura dos dados estatísticos, a produtividade do Gabinete, quanto ao número de processos julgados, vem crescendo, fato altamente positivo e indicativo da possibilidade de sanar o problema.

Por outro lado, a equipe e o Desembargador reconheceram que o ritmo de trabalho é bastante intenso, de modo que o ideal seria que houvesse diminuição da carga de serviço, até para melhorar sua qualidade.

A análise processual dos feitos da amostragem constou da listagem de inspeção com o apontamento das situações específicas relevantes para efeito de acompanhamento da gestão do acervo processual. Não se constatou, porém, situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

(1) estabelecer meta específica no sentido de que seja julgado, mês a mês, percentual a mais da média mensal de processos distribuídos, de modo a, em curto prazo, estancar o aumento do estoque de processos que, no período da inspeção, foi equivalente a 154 feitos, e, em médio prazo, diminuir o acervo;

(2) prioridade para o julgamento de 6 processos da Meta 18/2013 e 5 processos da Meta 4/2014 do Conselho Nacional de Justiça;

(3) imprimir melhor ritmo de trabalho no sentido de impulsionar o andamento do processo, a fim de sanar atrasos verificados no trâmite de alguns feitos inspecionados, identificados na listagem inspecionada, notadamente a demora entre o relatório e a confecção do voto; e

(4) cumprir a Resolução 112, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça: (a) nos processos eletrônicos, preencher o campo identificado como “Dados Criminais”, com preenchimento dos quadriláteros existentes, para fins de controle da data da prescrição do crime em relação ao réu ou, se for o caso, a cada um dos réus; e (b) nos processos físicos, colocar, na capa ou contracapa, a etiqueta com o cálculo do prazo prescricional.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL LEANDRO PAULSEN

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **LEANDRO PAULSEN**.
- 1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, 4ª Seção e 8ª Turma.
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 21/6/2013.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 13 auxiliares (10 servidores efetivos e 3 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 1 CJ3, 4 FC4, 2 FC5 e 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (junho/2013):	362
2.1.2. Acervo no TRF (abril/2014):	680
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (abril/2014):	570
2.1.4. Acervo de sobrestados (abril/2014):	11
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (abril/2014):	559

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (abril/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	1
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	1
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	4

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.3.1. Total:	997
2.3.2. Média mensal:	83,1

2.4. PROCESSOS JULGADOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.4.1. Total:	855
2.4.2. Média mensal:	71,3

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (maio/2013 a abril/2014)	
2.5.1. Total:	1.799
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	513
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	289
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	104
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, §3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	196
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	14
2.5.9. Mero expediente:	683

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (maio/2013 a abril/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	1.053
2.6.2. Total de processos julgados:	857
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	536
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	14
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	166
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	136
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	28
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	+ 168

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	949
2.7.2. Acórdãos lavrados:	917
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	12
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	31

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (maio/2013 a abril/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	920
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	8
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (30/4/2014):	29

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Ambiente organizado em estações individuais de trabalho; equipe motivada e atuação de qualidade; ordenação dos trabalhos por antiguidade na distribuição, preferência e tipo de delito; processos físicos, ainda muitos, alocados em armários fechados no Gabinete ou na Secretaria (caso de suspensão, cumprimento de decisões em geral, intimações, etc.); controle do acervo por ferramenta do GEDPRO, e, dentro de cada matéria, o servidor verifica data de ingresso no Tribunal ou se existe réu preso; controle de movimentação interna dos processos pelos sistemas GEDPRO, EPROC-V2 e SIAPRO; controle mensal da produtividade por planilha com identificação do processo com minuta; planejamento

prévio para situações rotineiras, com situações excepcionais tratadas individualmente com o Desembargador; distribuição de atividades, conforme cargo ou função, perfil, competência, produtividade, qualidade e custo/benefício para o Gabinete; não são fixadas metas individuais nem periódicas, mas a produtividade é controlada, por metas diárias ou semanais como “zerar” o localizador (*habeas corpus* ou outros processos com pedidos urgentes) e não deixar sem movimentação processos que possam ir direto para pauta ou em mesa; e reunião diária ou semanal para tratar de assuntos de produtividade.

Como boas práticas foi indicada a resolução e/ou encaminhamento dos problemas e/ou situações excepcionais de forma imediata, ou seja, tais situações são levadas ao conhecimento do Desembargador (quando necessário) ou da assessoria com urgência, a fim de que o desgaste ou o retrabalho seja evitado.

4. ANÁLISE ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador integra a 4ª Seção e 8ª Turma, especializadas em matéria criminal. Na organização do TRF4, as 7ª e 8ª Turmas, especializadas em matéria criminal, formam a 4ª Seção.

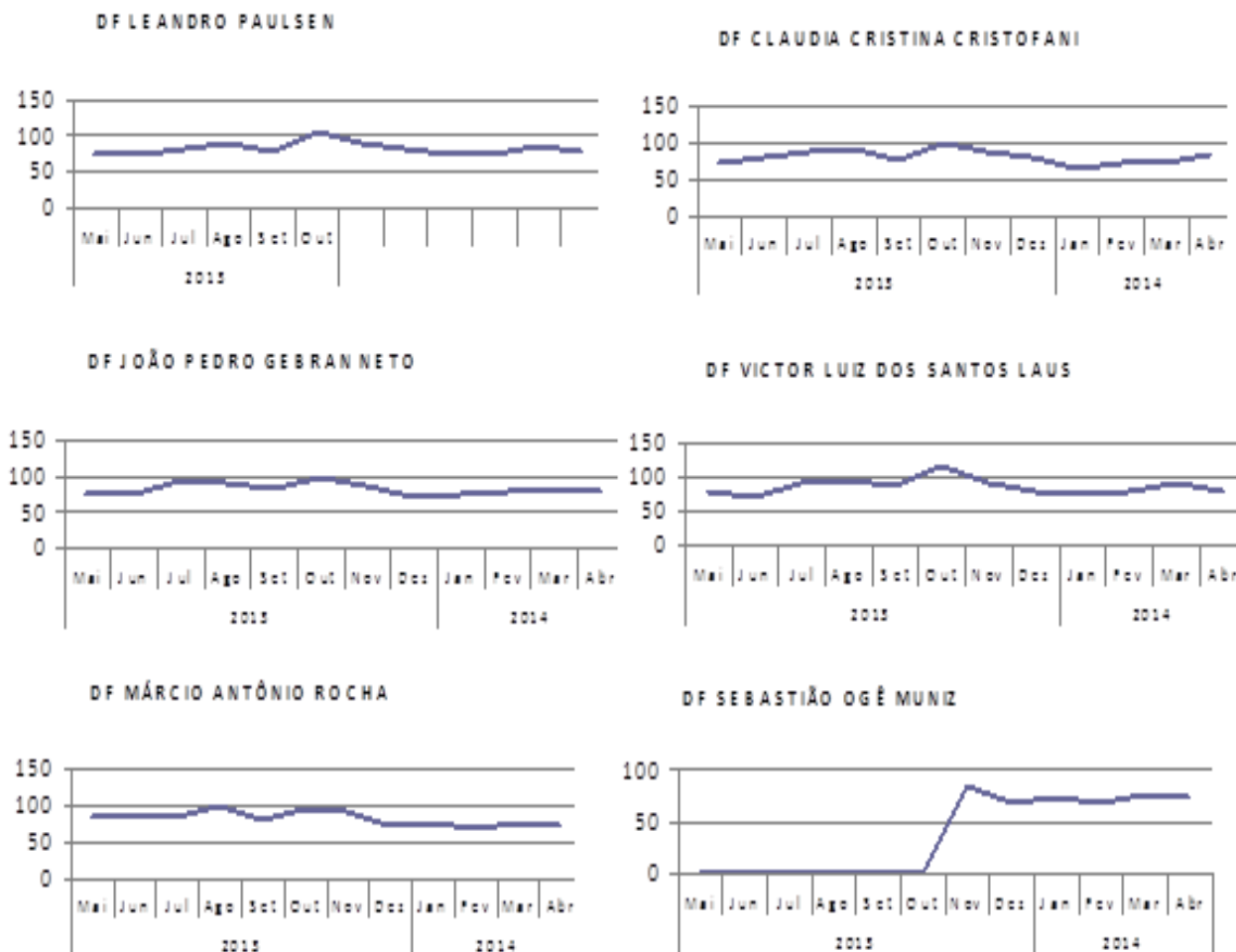
O número de processos distribuídos entre os Gabinetes dos Desembargadores que integram as 2 Turmas foi similar.

No período inspecionado, a média por mês de processos distribuídos oscilou entre 81,2 e 86,4 feitos.

Veja-se a tabela abaixo e, em seguida, os gráficos da distribuição, com os dados relativos aos Desembargadores das 2 Turmas Criminais:

Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	72	82	88	92	78	101	89	81	65	73	71	84	81,2
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	75	74	94	92	84	99	87	73	77	80	84	81	83,3
DF LEANDRO PAULSEN	78	74	84	92	80	108	89	82	73	74	85	80	83,1
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	77	73	92	98	89	117	92	79	75	77	92	78	86,4
DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	85	68	73	69	78	74	74,2
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	85	88	83	100	81	94	93	71	78	67	75	71	81,8
Total	385	389	441	472	410	519	535	454	439	440	483	488	452,9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.



Como se vê dos gráficos acima, nesse intervalo de tempo houve estabilização da distribuição de casos novos, com leve tendência de acréscimo quanto aos Desembargadores Cláudia Cristofani e Sebastião Ogê Muniz, e discreta linha decrescente quanto aos Gabinetes dos Desembargadores Márcio Antônio Rocha, João Pedro Gebran, Victor Laus e Leandro Paulsen.

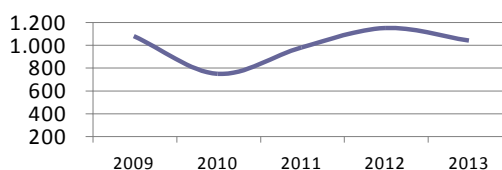
Aliás, essa é a situação quando analisados os dados históricos, levando-se em consideração os últimos 5 anos, conforme a tabela e o gráfico de processos distribuídos abaixo:

Quantidade de processos distribuídos no TRF da 4ª Região por Desembargador Federal

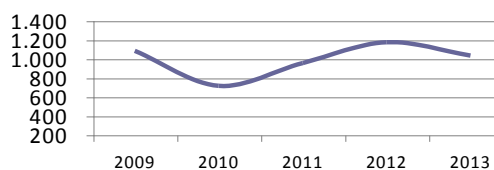
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	1.072	740	972	1.141	1.033	992	322
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.083	715	953	1.171	1.033	991	289
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.104	731	946	1.150	1.021	990	293
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.050	747	932	1.158	1.007	979	322
DF LEANDRO PAULSEN	1.087	727	968	1.097	1.003	976	312
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	1.077	739	989	1.160	1.019	997	292
TOTAL	6.473	4.399	5.760	6.877	6.116	5.925	1.830

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

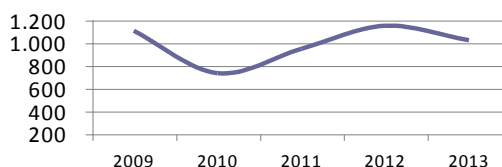
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



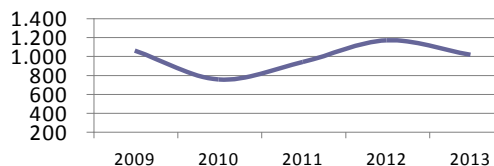
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



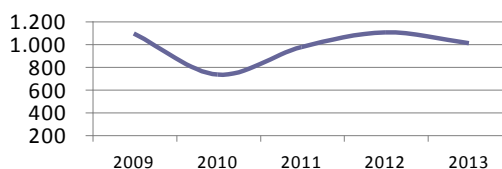
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



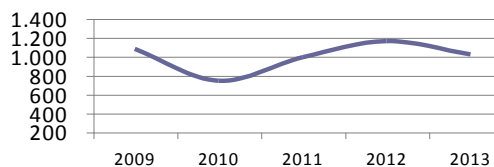
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



Por outro lado, a quantidade de processos julgados – decisões terminativas (monocráticas e colegiadas), não incluídos os embargos e agravos – apresentou média mensal inferior a de distribuídos, correspondendo a montante entre 70,8 e 83,4.

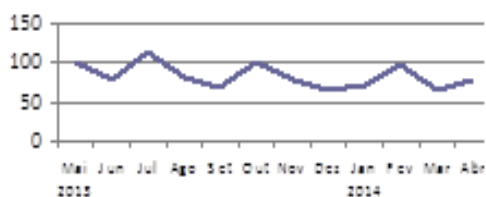
Os dados referentes aos processos julgados por cada um dos Desembargadores, com os respectivos gráficos, seguem abaixo:

Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	100	79	113	83	69	101	77	65	72	99	66	77	83,4
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	93	82	36	52	55	90	74	83	68	84	62	77	71,3
DF LEANDRO PAULSEN	90	78	40	51	68	74	67	73	61	100	85	70	71,3
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	79	62	54	55	57	75	76	85	65	79	66	97	70,8
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	92	63	85	115	80	123	51	81	101	75	55	61	81,8
DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	78	55	61	77	97	114	80,3
Total	454	362	328	356	329	463	423	442	428	514	431	496	418,8

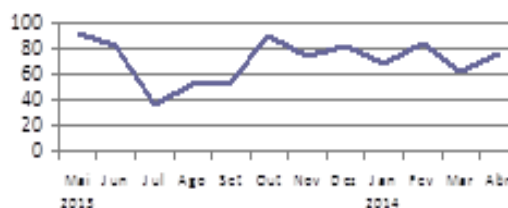
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

* Os julgados correspondem às decisões terminativas (monocráticas e colegiada), não incluindo os embargos e agravos.

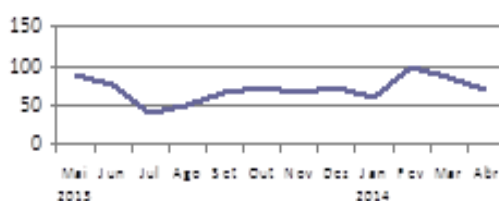
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



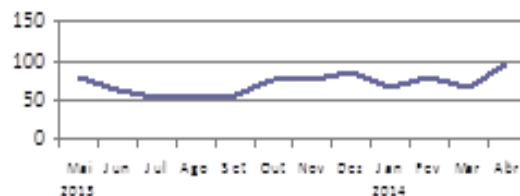
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



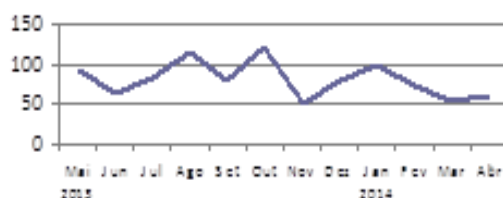
DF LEANDRO PAULSEN



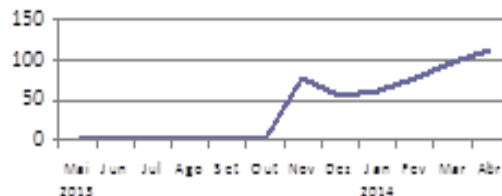
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ



Observou-se que, com exceção dos Desembargadores Leandro Paulsen e Márcio Rocha, todos os demais estavam em linha crescente quanto ao número de processos julgados durante o período objeto da inspeção.

Esse desempenho dos Desembargadores assemelhou-se aos históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos julgados por cada Gabinete, conforme se vê adiante:

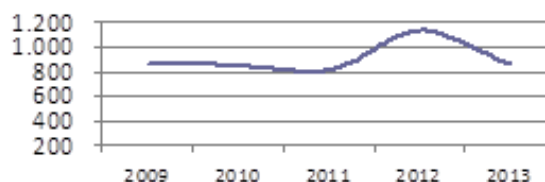
Quantidade de processos julgados no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	871	853	813	1.134	864	907	307
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	911	957	1.031	1.351	996	1.049	292
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1.015	846	729	1.153	1.091	967	314
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	1.007	890	764	1.108	843	922	291
DF LEANDRO PAULSEN	1.102	875	796	1.142	892	961	316
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	1.024	883	833	1.069	969	956	349
TOTAL	5.930	5.304	4.966	6.957	5.655	5.762	1.869

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

Julgados é a soma de decisão terminativa e de acordãos

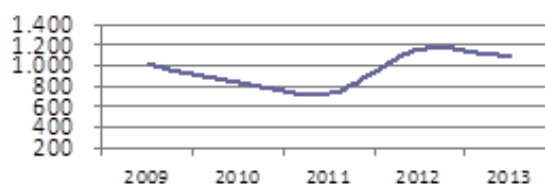
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



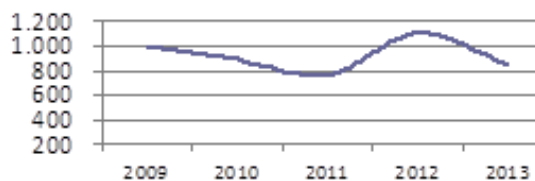
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



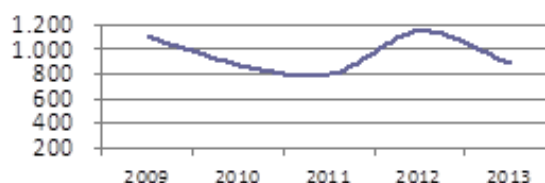
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



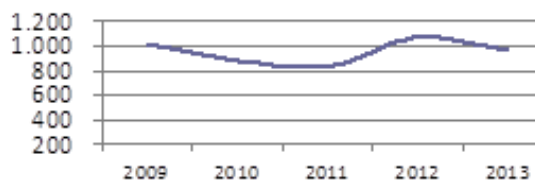
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



De toda sorte, no período da inspeção, o Gabinete do Desembargador Leandro Paulsen recebeu 1.053 casos novos (distribuídos/redistribuídos) e julgou 857. Computando-se os redistribuídos/saída (28 processos), o estoque aumentou em 168 processos. Levando-se em consideração que o Desembargador e sua equipe de trabalho,

em geral, estavam no Gabinete havia menos de 1 ano, correto concluir que, em curto espaço temporal, facilmente, seja possível que o número de julgados, no mínimo, iguale-se ao de distribuídos.

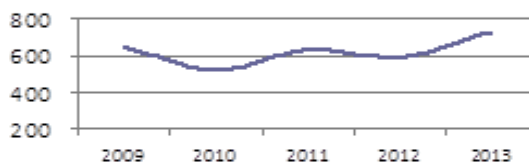
Quando analisados os dados históricos dos últimos 5 anos referentes aos processos em tramitação, verificou-se, com exceção dos Desembargadores Victor Laus, Leandro Paulsen e João Pedro Gebran Neto, todos integrantes da 8ª Turma, que a linha foi decrescente. Merecem exame a tabela e os gráficos abaixo:

Quantidade de processos **em tramitação** no Tribunal Regional Federal da 4ª Região por Desembargador Federal

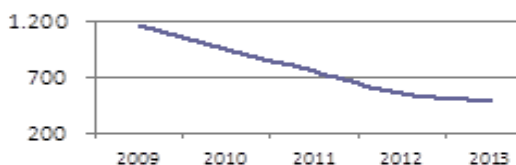
Gabinete atual	2009	2010	2011	2012	2013	Média (2009 a 2013)	2014
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	650	521	633	590	732	625	692
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	1.156	938	745	546	478	773	435
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	667	540	624	563	494	578	444
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	547	365	443	486	630	494	642
DF LEANDRO PAULSEN	580	390	523	604	701	560	680
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	644	416	464	508	578	522	528
TOTAL	4.244	3.170	3.432	3.297	3.613	3.551	3.421

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação. Dados consolidados pela APLANG.

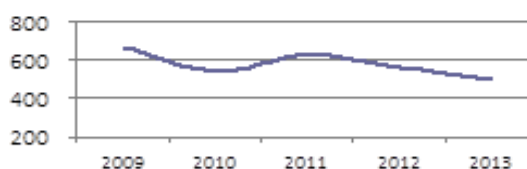
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS



DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA



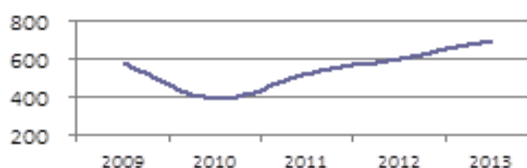
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI



DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO



DF LEANDRO PAULSEN



DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ



A curva do gráfico, quanto ao discreto aumento dos processos em tramitação no Gabinete do Desembargador Leandro Paulsen, revelou a necessidade de que seja estabelecida meta de trabalho no sentido de que seja julgado, mês a mês, percentual a mais da média mensal de processos distribuídos, em torno de 83 feitos (note-se que, pela estatística histórica, havia tendência de estabilização do número de casos novos).

5. CONSTATAÇÕES, OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Desembargador Leandro Paulsen foi promovido para o TRF4 no ano de 2013. Está na 8ª Turma desde 21/6/2013, ou seja, havia menos de 1 ano. Na 1ª instância atuava em Vara especializada em matéria tributária, sendo essa a sua afinidade acadêmica, inclusive no magistério.

O Gabinete do Desembargador apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O ambiente estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Solicitado o encaminhamento pela via eletrônica quando da inspeção *in loco*, realizada em 14/5/2014, no dia 15, no período vespertino, não havia ninguém no Gabinete para complementar algumas informações.

Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa, muito embora a maioria da equipe de trabalho ainda esteja se ambientando com a sistemática do serviço em Gabinete, notadamente, com matéria criminal. De qualquer maneira, a equipe revelou-se dedicada e qualificada, sendo empregada boa gestão do serviço.

No período da inspeção (maio/2013 a abril/2014), o Gabinete do Desembargador Leandro Paulsen recebeu 1.053 casos novos (distribuídos/redistribuídos) e julgou 857 e saíram, ainda, por redistribuição 28 processos. Constatou-se, portanto, leve crescimento no número de processos em tramitação no Gabinete, no período, mais precisamente de 168 processos, a exigir a adoção de estratégia específica para estancar o crescimento do estoque e, de outra banda, diminuí-lo.

O Desembargador e a equipe salientaram a necessidade do desenvolvimento pelo Núcleo de Tecnologia da Informação de planilha de dados/relatórios (a exemplo da ferramenta que já existe e está disponível na Justiça Federal de 1ª Instância/RS - Dados Corregedoria) nos quais constem o enquadramento dos processos do Gabinete nas metas do CNJ e outros critérios levados em consideração quando da elaboração dos relatórios dos processos a serem inspecionados.

O Gabinete foi estruturado havia menos de 1 ano, e agora, após período de adaptação e ajustes, pareceu bem organizado e hábil para o aprimoramento da eficiência.

Predominavam no estoque processos novos. Isso refletiu o atendimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, relativas aos anos de 2009 a 2013. Em

verdade, ainda sem julgamento, havia apenas 1 processo da Meta 2/2014, 1 da Meta 18/2013 e 4 da Meta 4/2014.

Os processos com réus presos receberam prioridade, havendo registro de demora em relação a 1 feito identificado na inspeção *in loco*.

Merece destaque o discreto aumento de processos do Gabinete, a exigir que seja estabelecida meta para, na medida do possível, aumentar a produtividade, de modo que seja julgado, por mês, número de processos percentualmente superior ao de distribuídos no mesmo período.

Por outro lado, a equipe e o Desembargador reconheceram que o ritmo de trabalho é bastante intenso, de modo que o ideal seria que houvesse diminuição da carga de serviço, até para melhorar sua qualidade.

A análise processual dos feitos da amostragem constou da listagem de inspeção com o apontamento das situações específicas relevantes para efeito de acompanhamento da gestão do acervo processual. Não se constatou, porém, situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade, conforme registrado no relatório de observações da listagem, a saber:

(1) estabelecer meta específica no sentido de que seja julgado, mês a mês, percentual maior que a média mensal de processos distribuídos, que gira em torno de 83 feitos (note-se que, pela estatística histórica, havia tendência de estabilização do número de casos novos), de modo a, em curto prazo, estancar o crescimento do estoque de processos que, no período da inspeção, foi equivalente a 168 feitos, e, em médio prazo, diminuir o acervo;

(2) prioridade para o julgamento de 1 processo da Meta 2/2014, 1 da Meta 18/2013 e 4 da Meta 4/2014 do Conselho Nacional de Justiça;

(3) cumprir a Resolução 112, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça: (a) nos processos eletrônicos, preencher o campo identificado como “Dados Criminais”, com preenchimento dos quadriláteros existentes, para fins de controle da data da prescrição do crime em relação ao réu ou, se for o caso, a cada um dos réus; e (b) nos processos físicos, colocar a etiqueta referente à prescrição;

(4) impulsionar o trâmite dos processos paralisados havia mais de 5 meses, identificados na listagem inspecionada;

(5) imprimir melhor ritmo de trabalho no sentido de impulsionar o andamento do processo, a fim de sanar atrasos verificados no trâmite de alguns dos processos inspecionados, identificados na listagem inspecionada; e

(6) manter processos em armários abertos, a fim de que os autos a serem trabalhados fiquem à vista de todos.

E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

SECRETARIA DO PLENÁRIO, CORTE ESPECIAL E SEÇÕES

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria do Plenário, Corte Especial e Seções.
- 1.2. **Diretora:** Jaqueline Paiva Nunes Goron, desde 21/6/2013.
- 1.3. **Quadro de pessoal:** 12 auxiliares (10 servidores efetivos e 2 estagiários), e 10 em atividade-fim.
- 1.4. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 3 FC5, 3 FC4 e 1 FC2.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (abril/2014):	641
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	prejudicado
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	1.984
2.1.4. Processos de Metas CNJ (abril/2014):	30
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	2
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	2
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	5
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	2
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	9
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	9
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	1
2.2. Publicação de acórdãos (maio/2013 a abril/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	650
2.2.2. Acórdãos publicados:	649
2.2.3. Tempo médio de publicação:	não informado
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	87
2.2.5. Pendentes de publicação:	1
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (abril/2014): autos 0003444 820134040000 pendente desde 24/4/2014, acórdão publicado posteriormente em 7/5/2014.	
2.3. Processos com carga ou vista (abril/2014)	

2.3.1. Total de processos:	70
2.3.2. Feito há mais tempo com carga ou vista: autos 0009855-05.2010.404.0000 desde 20/6/2011.	
2.4. Processos sobrestados na Secretaria (abril/2014)	
2.4.1. Total:	0
2.4.2. O mais antigo:	prejudicado
2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2014)	
2.5.1. Total:	24
2.5.2. O mais antigo: autos 9304042755 desde 10/1/2014	
2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2014)	
2.6.1. Total:	0
2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2014)	
2.7.1. Total:	0
2.8. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (fevereiro/2014)	
2.8.1.1. Total:	8
2.8.1.2. O mais antigo: autos 0009855-05.2010.404.0000, pendente de juntada desde 29/5/2012.	
2.9. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.9.1. Total:	0
2.9.2. O mais antigo:	prejudicado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A estrutura da Secretaria foi reorganizada a partir de 21/6/2013. O quadro era de 10 servidores efetivos e 2 estagiários, organizados em 3 setores: Seção de Coordenação e Julgamentos; Seção de Processamento e Seção de Feitos Originários.

À Seção de Coordenação e Julgamentos estava vinculado o Setor de Pauta e Julgamento; à Seção de Processamento o Setor de Processamento de Recursos; e diretamente à Secretaria do Plenário, Corte Especial e Seções estava vinculado o Setor de Apoio Judiciário.

Foi constatada a boa organização da Secretaria e do acervo; os feitos estavam distribuídos por localizadores específicos, de acordo com a fase processual. O controle da movimentação interna para autos físicos e eletrônicos era feito pela alteração de localizador no SIAPRO ou E-PROC.

O atendimento às partes e advogados foi, em regra, feito por telefone ou diretamente na Secretaria, conforme o que estabelece a Instrução Normativa 42 (IN 42-J-04) do TRF4, que também previu regras especiais reservadas aos feitos em segredo de justiça.

Para acompanhamento dos feitos eletrônicos, a consulta pública era feita através do E-PROC. Desde que cadastrado no sistema e contanto que peticionado, o advogado, mesmo sem procuração, tinha acesso à consulta automaticamente. Por sua vez, os processos em segredo não estavam acessíveis pela consulta pública, mas somente por procurador constituído ou mediante autorização do relator.

O tempo médio de publicação das decisões e acórdãos foi de 2 a 3 dias, obedecendo a Meta 4/2010 do CNJ.

A Secretaria não estabeleceu metas individuais a serem cumpridas pelos servidores, todavia a equipe promoveu competente acompanhamento e controle dos processos físicos em cumprimento de diligências e decurso de prazos, utilizando agenda eletrônica para verificação diária dos prazos, a fim de evitar retardos nos andamentos processuais na Secretaria. O controle das publicações foi feito por meio de planilhas com anotações dos boletins, datas para certificação do decurso de prazo e intimações pessoais da Fazenda Pública.

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 41.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, PROCESSUAL E ORGANIZACIONAL

A Diretora de Secretaria entrou em exercício em 21/6/2013. A equipe de inspeção foi recebida pelo magistrado e servidores.

A Secretaria contava com boas instalações. Os processos físicos encontravam-se dispostos em armários com localizadores específicos, conforme fase processual; nos localizadores representados por “letras” ficavam os feitos em processamento e nos localizadores representados por “números” ficavam os feitos julgados e publicados, o que facilitou o atendimento ao público. Havia localizadores específicos para processos suspensos/sobrestados, além de armário representado por “E-proc” onde se colocavam documentos físicos relacionados a processos eletrônicos. Existiam escaninhos para a localização dos processos com acórdão. Havia também escaninhos localizados próximos ao local de atendimento, com identificação de todos os Gabinetes e alguns setores internos, assim como órgãos externos. Gerou preocupação, todavia, a colocação de estante com processos em espaço pelo qual circulavam pessoas estranhas ao serviço interno.

De acordo com a Diretora de Secretaria, para a organização do acervo eletrônico cada Secretaria tinha *login* com localizadores próprios de sistema e outros criados pela unidade, de acordo com as necessidades do processamento dos feitos. O controle da movimentação interna para feitos físicos e eletrônicos dava-se pela alteração de localizador no SIAPRO ou E-PROC, sempre que necessário.

A Diretora de Secretaria demonstrou experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Os servidores estavam motivados e participaram do

planejamento e do controle e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho foi controlado na Secretaria, tendo racionalidade, justificava a situação em que se encontrava a gestão processual na unidade.

Na inspeção realizada em 2002, havia 1.984 processos em tramitação e, na atual; existiam 641.

A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 64,1 processos por servidor, o que se mostrou adequado para a regularidade dos serviços cartorários.

Na unidade, não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Dentre os feitos listados para inspeção, nenhum estava extraviado.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria foram localizados 2 feitos com distribuição originária no TRF4 anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (200271000166146 e 200404010518260). Foi possível verificar, todavia, que tais feitos receberam tratamento próprio, encontrando-se em ordem.

Não se constatou a existência, na amostragem do acervo em tramitação na Secretaria, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública.

No feito 00212067220104040000, constou que a denúncia foi recebida em 10/4/2014 e que de imediato se deflagrou a instrução. Não houve, porém, a alteração dos registros e da autuação para a classe “ação penal”, falta que foi objeto de alerta da equipe de inspeção, para regularização.

A amostragem localizou 5 feitos de natureza especial, envolvendo ação em mandado de segurança originário 00060409220134040000 e ações penais originárias 00118372020114040000, 00136984120114040000, 00172865620114040000 e 200904000115256. A respectiva tramitação na Secretaria encontrava-se regular.

Pelo critério do evento ou fase processual, a amostragem indicou 1 processo aguardando processamento do recurso especial interposto (200671000153236). Todos os demais feitos tiveram impulsos céleres, nunca superiores a 30 dias.

A juntada de peças foi feita com celeridade. A amostragem revelou a existência de apenas 8 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência era de 29/5/2012, referente ao processo 0009855-05.2010.404.0000. Trata-se, todavia, de procedimento investigatório que

tramitava diretamente entre Ministério Público Federal e Polícia Federal e que, portanto, não se achava fisicamente na unidade inspecionada. Recomendou-se que a situação seja levada ao conhecimento do relator, a fim de que verifique se seria o caso de enviar-se a peça, por ofício, ao Ministério Público Federal, para juntada aos autos.

A lavratura de certidões e termos de conclusão foi feita com observância dos prazos legais, assim como o cumprimento de despachos e decisões.

No tocante à saída de autos, verificou-se a existência de 70 feitos com carga ou vista, o mais antigo havia 3 anos e 20 dias (autos 0009855-05.2010.404.0000), mas cuidava-se de procedimento investigatório que, igualmente, tramitava diretamente entre Ministério Público Federal e Polícia Federal. Houve bom controle, pela Secretaria, dos feitos nessa situação.

A Secretaria revelou possuir eficiente controle de decurso de prazos e não existiam cartas, mandados ou ofícios pendentes de cumprimento ou de resposta com tempo superior ao devido. Dos 24 processos nessa situação, o mais antigo (93.04.04275-5) remontava a 10/1/2014.

As publicações de acórdãos foram feitas, em regra, rapidamente, assim que disponibilizados pelos Gabinetes, no tempo médio de 2 ou 3 dias, dentro do estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Nos casos urgentes, a inclusão para publicação foi imediata. No processo eletrônico, a publicação das decisões e acórdãos foi realizada pelos próprios Gabinetes.

Entre maio/2013 e abril/2014, foram publicados 649 acórdãos, proferidos no âmbito das 4 Seções, da Corte Especial e do Plenário. Havia apenas 1 acórdão pendente de publicação (autos 0003444-8.2013.404.0000), mas fora lavrado poucos dias antes da inspeção (24/4/2014).

A Secretaria informou que, entre maio/2013 e abril/2014 foram feitas 629 publicações de decisões, o que, somado ao número de acórdãos, resultou em 1.278 publicações no período objeto da inspeção.

Na Secretaria não havia processos sobrestados.

A amostragem indicou existirem 2 feitos sem movimentação havia mais de 90 dias na Secretaria (Procedimento Investigatório 00044897720134040000 e Inquérito Policial 00098550520104040000). Porém, tais procedimentos investigatórios tramitavam diretamente entre Ministério Público Federal e Polícia Federal, não havendo, destarte, falha do serviço afeto à serventia.

Entre maio/2013 e abril/2014, a Secretaria administrou a realização de 52 sessões (10 da 1ª Seção, 10 da 2ª Seção, 10 da 3ª Seção, 11 da 4ª Seção e 11 da Corte Especial).

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que a integram, bem como o número de servidores em atividade, verificou-se que o desempenho da unidade não merece crítica. O volume de pendências na Secretaria foi praticamente inexistente.

6. RECOMENDAÇÕES

A título de apontamentos específicos, cabe formular as seguintes recomendações: a) no feito 00212067220104040000, cuja denúncia já foi recebida, devem ser alterados os registros e a autuação para a classe “ação penal”; b) no feito 00062213020124040000, que aguardava cumprimento de carta precatória, o andamento respectivo deve ser certificado com base em consulta eletrônica, abrindo-se conclusão dos autos ao relator; e c) convém repensar a localização de estante destinada à colocação de autos e que se encontrava em lugar de fácil acesso a pessoas estranhas ao serviço interno.

SECRETARIA DE RECURSOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria de Recursos.
- 1.2. **Diretora:** Sueli Kusakariba desde 21/6/1995.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 35 auxiliares (23 servidores efetivos e 12 estagiários de nível superior).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 2 CJ1, 1 CJ2, 3 FC2, 6 FC4 e 7 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (abril/2014):	7.780
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	prejudicado
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	não informado
2.1.4. Processos de Metas CNJ (abril/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	16
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	20
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	30
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	102
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	140
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	13
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	83
2.2. Publicação de decisões (maio/2013 a abril/2014)	
2.2.1. Publicações em processos físicos	26.773
2.2.2. Publicações em processos eletrônicos	77.767
2.2.3. Tempo médio de publicação:	não informado
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	70
2.2.5. Pendentes de publicação:	1.514
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (abril/2014): 2007.04.00.017168-8 de 20/2/2014	
2.3. Processos com carga ou vista (abril/2014)	
2.3.1. Total de processos:	99
2.3.2. Há mais de 30 dias	13

2.3.3.	Processo há mais tempo com carga ou vista: 0013905-40.2011.404.0000, desde 17/1/2014	
2.4.	Processos sobrestados na Secretaria (abril/2014)	
2.4.1.	Total:	67.156
2.4.2.	O mais antigo: 2007.70.00.033445-1, desde 3/2/2014	
2.5.	Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2014)	
2.5.1.	Total:	0
2.6.	Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2014)	
2.6.1.	Total:	10
2.6.2.	O mais antigo: 5008856-05.2013.404.7002, desde 3/4/2014	
2.7.	Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2014)	
2.7.1.	Total:	3
2.7.2.	O mais antigo: 5000962-86.2010.404.7000, desde 17/1/2014	
2.7.3.	Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2014)	
2.7.3.1.	Total:	25
2.7.3.2.	O mais antigo: 2005.71.00.001316-1, desde 19/3/2014	
2.8.	Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1.	Total:	0
2.8.2.	O mais antigo:	prejudicado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

Secretaria organizada em divisões e seções; processos armazenados em armários; prazos controlados por relatórios de expediente e planilha (físicos) ou através de localizadores e relatórios do sistema “E-proc” (eletrônicos); controle de fases como, por exemplo, de carga, juntada de petições e expedição; sobrestados agrupados conforme os paradigmas ou temas de recursos repetitivos ou repercussão geral; atividades planejadas em reuniões mensais e metas fixadas globalmente com controle da produtividade através da estatística mensal e relatório anual; prioridades legais registradas por etiqueta ou inserção da informação no processo eletrônico; publicações no prazo de até 7 dias nos feitos físicos e 3 dias nos eletrônicos; criada página eletrônica, contendo certidões de intimação de despachos com automação das datas e informações relativas às atividades da Secretaria; uso do PSI para agilizar a comunicação entre servidores e estagiários na unidade e Tribunal; reuniões periódicas para troca de informações, orientações e deliberações com participação de todos os servidores e estagiários; triagem de processos para facilitar tarefas; e publicações e intimações em lote para agilizar tarefas.

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 101.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A atual Diretora de Secretaria, Sueli Kusakariba, assumiu o cargo em 21/6/1995. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 338,26 processos por servidor, o que não se revelou excessivo para efeito de garantir a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, considerado o volume de feitos em tramitação (7.780). Os feitos físicos foram armazenados em estantes identificadas e organizadas. Os servidores atuavam nos feitos por grupos e tarefas específicas, o que repercutiu positivamente no resultado da gestão do acervo.

A Diretora de Secretaria revelou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe. Os servidores estavam motivados e participaram do planejamento e da avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho foi devidamente controlado.

Na unidade não se verificou problema de discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, nem foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Não foram identificados casos de extravio de processo ou de peças processuais.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados.

Foram inspecionados 101 processos da listagem originária, por meio de exame direto e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

A amostragem incluiu feitos cíveis e criminais, originários e recursais, nas mais diversas fases processuais, abrangendo medidas cautelares, *habeas corpus*, mandados de segurança coletivos, ações rescisórias, revisões criminais, apelações, embargos infringentes, reexames necessários, recursos em sentido estrito, ações civis públicas, ações populares e agravos de instrumento.

Não foram verificados atrasos significativos ou injustificados, achando-se os feitos, na generalidade, com tramitação célere e regular.

As publicações e demais intimações foram feitas com agilidade, havendo poucos casos de atraso e sem prejuízo substancial às partes ou à prestação jurisdicional. A Secretaria informou que, das mais de 100.000 publicações realizadas nos últimos 12 meses, apenas 70 foram feitas fora do prazo de 10 dias, recomendado pelo CNJ. O feito mais antigo,

pendente de publicação (2007.04.00.017168-8), aguardava desde 20/2/2014, mas foi regularizado ainda durante os trabalhos de inspeção.

Os feitos foram rapidamente remetidos à conclusão da Vice-Presidência e, quando devolvidos, receberam pronto cumprimento. A expedição de mandados, ofícios e cartas foi feita com presteza e exatidão, havendo bom controle do aguardo de respostas. Mostrou-se eficiente o controle de decurso de prazos e não houve reclamações relativas ao atendimento a advogados.

Considerado o número total de feitos em tramitação, foi pequena a quantidade de autos em carga para advogados (99), dos quais 13 achavam-se nessa situação havia mais de 30 dias, o mais antigo desde 17/1/2014 (autos 0013905-40.2011.404.0000), devolvido à Secretaria e impulsionado ainda durante os trabalhos de inspeção.

Havia grande número de processos sobrestados por força de decisões dos Tribunais Superiores (67.156), mas eficiente controle da Secretaria a respeito de tal acervo.

Na inspeção física ou eletrônica dos processos listados, verificou-se a existência de 38 feitos distribuídos originariamente no TRF4 em data anterior a 31/12/2006, todos, porém, com tramitação regular, sem atraso ou pendência, demonstrando que os feitos da META 2 CNJ foram triados e receberam tratamento adequado.

Também não se constatou irregularidade na fase de juntada de petições, ofícios ou documentos. Em 30/4/2014, havia somente 25 situações pendentes, a mais antiga desde 19/3/2014 (autos 2005.71.00.001316-1), devidamente regularizada durante os trabalhos de inspeção.

De tudo o que foi visto, concluiu-se que o TRF4 apresenta condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade.

6. RECOMENDAÇÃO

A situação geral da Secretaria de Recursos é muito boa, em termos de organização administrativa e gestão processual, podendo, porém, ser aprimorado o controle de prazos nos processos com carga ou vista.

SECRETARIA DA 1ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria da 1ª Turma.
- 1.2. **Presidente:** Desembargadora Federal **MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE**, desde 21/6/2013.
- 1.3. **Diretor:** Leandro Bratkowski Alves, desde 22/6/2009.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 11 auxiliares (9 servidores efetivos e 2 estagiários) e 8 em atividade-fim.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 2 FC2, 2 FC4 e 2 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1.	HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1	Processos em tramitação na Secretaria (abril/2014):	1.954
2.1.2	Processos em tramitação na Secretaria na auto inspeção 2013:	prejudicado
2.1.3.	Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	não informado
2.1.4.	Processos de Metas CNJ (abril/2014)	
2.1.4.1.	Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.1.4.2.	Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	1
2.1.4.3.	Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	2
2.1.4.4.	Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	13
2.1.4.5.	Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	15
2.1.4.6.	Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.1.4.7.	Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.2.	Publicação de acórdãos (maio/2013 a abril/2014)	
2.2.1.	Acórdãos lavrados:	não informado
2.2.2.	Acórdãos publicados:	2.847
2.2.3.	Tempo médio de publicação:	não informado
2.2.4.	Publicações em prazo superior a 10 dias:	34
2.2.5.	Pendentes de publicação:	110
2.2.6.	Mais antigo pendente de publicação (abril/2014):	desde 26/2/2014
2.3.	Processos com carga ou vista (abril/2014)	
2.3.1.	Total de processos:	13
2.3.2.	Processo há mais tempo com carga ou vista:	desde 19/3/2014

2.4.	Processos sobrestados na Secretaria (abril/2014)	
2.4.1.	Total:	14
2.4.2.	O mais antigo desde:	22/8/2013
2.5.	Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2014)	
2.5.1.	Total:	1
2.5.2.	O mais antigo desde:	13/1/2014
2.6.	Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2014)	
2.6.1.	Total:	5
2.6.2.	O mais antigo desde:	11/2/2014
2.7.	Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2014)	
2.7.1.	Total:	22
2.7.2.	O mais antigo desde:	4/4/2014
2.7.3.	Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2014)	
2.7.3.1.	Total:	3
2.7.3.2.	O mais antigo desde:	5/5/2014
2.8.	Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1.	Total:	0
2.8.2.	O mais antigo desde:	prejudicado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Especialização da equipe por tarefa com integração geral e capacitação para auxílio mútuo, objetivando celeridade processual, sem prejuízo da qualidade, nas diversas fases do processamento (publicação, juntada, intimação, certificação e baixa), apesar do quadro funcional exíguo; e permanente contato com os Gabinetes para efeito de bom andamento do serviço.

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 36.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A atual Presidente da Turma encontra-se em exercício desde junho/2013, e o atual Diretor de Secretaria desde junho/2009. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 244 processos por servidor, o que não se revelou excessivo para efeito de garantir a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, considerado o pequeno volume de 1.954 feitos em tramitação. Os processos físicos encontravam-se armazenados em armários com portas, identificados

por letras e números cadastrados em sistema de informática, reunidos conforme a fase processual.

O acervo era organizado por localizadores e, nos processos físicos, a separação inicial foi feita considerando a existência de acórdão ou decisão. Os processos com acórdão ficavam em local identificado por número (exemplo: P7C2 – porta 7 caixa 2); e os com decisão por localizadores identificados por letras (exemplo: C2 - armário C caixa 2). Os localizadores eram alterados de acordo com as movimentações processuais. O controle da situação do acervo foi feito através de ferramenta de pesquisa (“controle de acervo” disponível no sistema Gedpro), possibilitando consulta de processos em tramitação.

O planejamento das atividades levou em conta o monitoramento do fluxo de processos na unidade, como no caso de verificação de aumento de volume processual na fase de julgamento. A partir do monitoramento da quantidade de processos e fase de tramitação foi possível a distribuição da mão de obra para atender adequadamente a demanda.

Os servidores atuavam organizados em 5 núcleos de atividades (elaboração da pauta e intimação de acórdãos; intimação e cumprimento de decisões; processamento de recursos/embargos; procedimentos diversos - elaboração de certidão, expedição de ofício, correção de autuação; e atendimento ao público), o que repercutiu positivamente no resultado da gestão do acervo.

O Diretor de Secretaria revelou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe. Não foram fixadas metas individuais, mas gerais para diversas fases (publicação e intimação, juntadas - embargos de declaração, agravos legais, recursos especial e extraordinário e petições -, baixa e expedição de ofício e mandado). Os servidores estavam motivados e participaram do planejamento e avaliação de resultados. No início de cada mês havia reunião de avaliação de resultados, procurando identificar pontos positivos, dificuldades e meios para a correção de eventuais erros.

Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia feitos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, nem foram localizados processos com representação por excesso de prazo ou casos de extravio de processos ou peças processuais.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 36 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

A amostragem incluiu feitos cíveis, originários e recursais, nas mais diversas fases processuais, abrangendo medida cautelar, apelações, reexames necessários e agravos de instrumento.

No acervo em tramitação na Secretaria predominavam os feitos recursais cíveis (1.706) e, por ano de distribuição, os de 2014 (722), embora houvesse 31 feitos das metas CNJ, a maioria relativa às METAS 2/2013 (13) e 2/2014 (15). Estavam em tramitação na unidade 73 processos com preferência legal (idosos, portadores de necessidades especiais ou doença grave), 3 recursos em mandados de segurança coletivo e 1 em ação civil pública. Os feitos originários em tramitação eram 7, dos quais a maioria consistia em mandados de segurança (5). Não havia feitos em processamento com pendência de revisão, voto-vista, declaração de voto ou lavratura de acórdão.

A unidade informou que, no período inspecionado, foram publicados 2.847 acórdãos, dos quais 34 fora do prazo de 10 dias (META 4/2010 CNJ). Em 30/4/2014 ainda estavam pendentes de publicação 110 acórdãos, o mais antigo desde 26/2/2014, em situação, portanto, de atraso. Observa-se que, em apenas 1,2% dos acórdãos houve excesso de prazo na publicação, considerando o que foi estipulado pelo CNJ, sem contar, porém, eventuais atrasos nos acórdãos que estavam ainda pendentes de publicação. No tocante a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, houve 1.537 publicações, 13 além do prazo de 10 dias e 18 ainda pendentes de publicação, a mais antiga desde 29/4/2014.

A unidade informou, com dados de abril/2014, que existiam 13 feitos com carga ou vista, dos quais 1 havia mais de 30 dias; 14 sobrestados, o mais antigo desde 22/8/2013; 1 aguardando cumprimento de carta de ordem ou precatória, desde 13/1/2014; 5 aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência, o mais antigo desde 11/2/2014; 22 aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação, o mais antigo desde 4/4/2014; 3 com pendência de juntada de petição, ofício ou documento, o mais antigo desde 5/5/2014; e, finalmente, nenhum processo paralisado por mais de 90 dias por outros motivos na unidade.

A gestão de prazos processuais tem sido verificada, com a indicação do parâmetro do tempo médio de tramitação observado nas diversas fases processuais e dos casos de maior atraso ou desvio em relação à média controlada. Todavia, a unidade não informou o tempo médio nas fases processuais mais relevantes, apenas indicou prazo mínimo de 45 dias para publicação de acórdão em processo físico, e de 30 dias no processo eletrônico.

Alguns prazos verificados na tramitação processual na unidade, embora além do ideal, não chegaram a representar demora excessiva ou injustificada; em outros processos, não obstante prazos mais alargados, houve regularização sem indicativo de falta de controle

pela unidade; e os demais apontaram para situações isoladas sem configurar problema grave ou sistemático de gestão processual na Secretaria.

A mais expressiva incidência de atrasos, no âmbito da unidade, ocorreu na fase de publicação de acórdãos com 34 ocorrências e, em menor grau, na de publicação de decisões com 13 ocorrências. Havia, ainda, pendência de publicação de 110 acórdãos e 19 decisões. A situação mais crítica foi verificada no AI 00064534220124040000, julgado na sessão de 26/2/2014 e cujo acórdão somente foi publicado em 6/5/2014, com decurso de mais de 60 dias. As pendências de publicação, registradas em 30/4/2014, foram todas resolvidas, conforme informado pelo Diretor da Secretaria à equipe de inspeção.

Pelos Gabinetes integrantes da Turma tramitavam 9.807 processos, sendo que 1.954 estavam em processamento na Secretaria. Na inspeção a maior demora foi verificada na fase de devolução de carta de ordem (exemplo, AI 00062877320134040000), mas não se constatou falta de controle pela Secretaria. Não houve problema com feitos sobrestados, pois o mais antigo (AI 00034270220134040000, desde 22/8/2013) estava em tal condição devido à arguição de inconstitucionalidade que, de sua vez, aguardava o julgamento de repercussão geral no ARE 709.212 e do RE 522.897 pelo Supremo Tribunal Federal. No AI 00018938620144040000, em que foi informado atraso quando da pesquisa de dados, a juntada foi feita poucos dias depois, nada sendo constatado para efeito de recomendação corretiva.

Na inspeção física ou eletrônica dos processos, listados ou selecionados, verificou-se, primeiramente, a existência de apenas 1 feito distribuído originariamente no TRF4 em data anterior a 31/12/2006, tratando-se do AI 200504010411389, no qual se apurou que, entre a reativação, distribuição e conclusão à relatora em 6/12/2013 até a baixa definitiva em 3/4/2014, a tramitação teve celeridade, demonstrando, de forma geral, que os feitos preferenciais, dentre os quais os da META 2 CNJ, foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

Os processos da listagem inspecionada não apresentaram atrasos ou pendências, ou os que foram inicialmente constatados restaram sanados no curso da inspeção ou no pós-inspeção, vários, inclusive, foram baixados em definitivo à Vara de origem, e outros tantos já estavam em tramitação em outras unidades do TRF4, seja nos Gabinetes da própria Turma, seja na Vice-Presidência, seja em órgãos externos. Os que estavam em curso na unidade cumpriam fase de publicação, intimação ou prazo, ou ainda estavam sobrestados sem registro de atrasos ou de irregularidades.

A Secretaria administrou a realização de 3 sessões por mês no período, tendo havido, entre maio/2013 e abril/2014, 37 sessões ordinárias, sem sessões extraordinárias. Houve cancelamento de 1 sessão no período, por ausência justificada por atividade jurisdicional externa, e 23 sessões com participação de membros de outras Turmas motivada por impedimentos.

Considerado o volume de processos em tramitação e o número de servidores em atividade, verificou-se que o desempenho foi bom. As situações de atraso, que ensejaram a elaboração da listagem, foram sanadas, não se constatando pendências na data da inspeção, o que, porém, não prejudica a formulação de recomendações de gestão para permanente aperfeiçoamento da unidade.

Observa-se que, o TRF4 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

6. RECOMENDAÇÕES

O acervo em tramitação, quando da inspeção, era de 1.954 processos, com quadro funcional de 8 servidores, número suficiente para a carga de serviço existente.

A situação geral da Secretaria é boa, tanto em termos de organização administrativa como de gestão processual. No acervo inspecionado não restaram pendências abertas, dentre as que ensejaram a listagem de inspeção. Todavia, houve atraso, especialmente, na fase de publicação de acórdãos, justificando que a unidade, em cooperação com os Gabinetes, aprimore os procedimentos para eliminar ou reduzir a possibilidade de novas ocorrências, observando em todos os processos o prazo de 10 dias, fixado pelo Conselho Nacional de Justiça na META 4/2010.

SECRETARIA DA 2ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria da 2ª Turma.
- 1.2. **Presidente:** Desembargador Federal **RÔMULO PIZZOLATTI**, desde setembro/2013.
- 1.3. **Diretora:** Maria Cecília Dresch da Silveira, desde 2001.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 10 auxiliares (8 servidores efetivos e 2 estagiários de nível superior).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 2 FC2, 2 FC4 e 2 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (30/4/2014):	1.306
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	prejudicado
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	não informado
2.1.4. Processos de Metas CNJ (fevereiro/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	0
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	0
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	0
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	6
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.2. Publicação de acórdãos (maio/2013 a abril/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não informado
2.2.2. Acórdãos publicados:	2.416
2.2.3. Tempo médio de publicação:	3 a 7 dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	46
2.2.5. Pendentes de publicação (30/4/2014)	132
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação:	todos publicados até 9/5/2014
2.3. Processos com carga ou vista (30/4/2014)	
2.3.1. Total de processos:	28

2.3.2.	O mais antigo:	001538-89.2011.404.9999 desde 14/4/2014
2.4.	Processos sobrestados na Secretaria (30/4/2014)	
2.4.1.	Total:	9
2.4.2.	O mais antigo: 5016281-51.2011.404.7100	desde 7/3/2012
2.5.	Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (fevereiro/2014)	
2.5.1.	Total:	1
2.5.2.	O mais antigo: 2007.72.05.004597-1	desde 20/3/2014
2.6.	Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (30/4/2014)	
2.6.1.	Total:	5
2.6.2.	O mais antigo: 0014019-81.2013-404-9999	desde 18/9/2013
2.7.	Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (30/4/2014)	
2.7.1.	Total:	0
2.7.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.7.3.	Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (30/4/2014)	
2.7.3.1.	Total:	10
2.7.3.2.	O mais antigo: 0001655-672014.404.0000	desde 24/4/2014
2.8.	Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1.	Total:	1
2.8.2.	O mais antigo: 0003408-06.2012.404.9999 - CC 12371 aguardando decisão do STJ	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Organização da unidade em setores (direção e apoio judiciário, seção de coordenação e julgamentos e setor de julgamento, seção de processamento e procedimentos diversos e setor de publicação); acervo de processos físicos em armários com localizadores, e eletrônicos em localizadores virtuais; organização do acervo e controle de movimentação interna por localizador do servidor responsável e por fase processual atualizada no sistema e com uso de planilha (de expediente, de publicação de acórdãos); planejamento por rotinas com reorganização dos setores para suporte quando necessário; servidores agrupados em ilhas com atribuições específicas (organização das sessões e publicação de acórdãos, atendimento etc.); sem metas individuais em razão da situação processual atual; controle periódico de produtividade e resultados conforme o volume de trabalho e por fase e fluxo correto nas diversas rotinas da Secretaria; tempo médio de tramitação variável, entre 10 e 40 dias para publicações, incluído o prazo de vista; tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META do CNJ, com uso de tarjas; atendimento de partes e advogados observa orientação normativa do TRF4, com sigilo garantido nos casos de segredo de Justiça; publicações de decisões e acórdãos em regra em 48 horas; controle de carga ou vista por registro próprio ou guia de remessa; para

autos fora da Secretaria a juntada é controlada por pastas com dígito verificador e anotação no sistema de pendência; para devolução de cartas de ordem, cujo cumprimento ou devolução excedem o prazo, é feito contato telefônico e, depois, expedido ofício, caso não se resolva a situação os autos são conclusos ao relator para deliberação; cumprimento da META 10/2010 CNJ administrado através de ofícios e correspondências, pelo SISCO, e os mandados pelo sistema SMWEB; e não se verificaram processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização.

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 63.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti assumiu a Presidência da Turma em setembro/2013, e a atual Diretora de Secretaria, Maria Cecília Dresch da Silveira, atua na unidade desde 2001. A força de trabalho alocada em atividade-fim era de 8 servidores efetivos e 2 estagiários de nível superior.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, considerado o pequeno volume feitos em tramitação, cerca de 1.306. Os feitos físicos encontravam-se armazenados dentro de armários e marcados por localizadores; e os eletrônicos estavam armazenados dentro de localizadores virtuais.

Os servidores estavam agrupados em ilhas, com atribuições específicas, existindo setor que organizava sessão de julgamento e publicação de acórdãos, seção de publicação de despachos e decisões tanto em agravos de instrumento como em recursos em geral, setor de atendimento e seção responsável pelos processos após publicação do acórdão e antes da inclusão em pauta, quando não se tratar de agravo de instrumento.

O Diretor de Secretaria demonstrou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe. Não foram fixadas metas individuais nem gerais, sem prejuízo de sua fixação, excepcionalmente, no caso de acúmulo de serviço. Os servidores estavam motivados e participaram do planejamento e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho foi controlado na Secretaria, tendo racionalidade sobre a gestão respectiva.

Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, nem foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Foi identificado 1 caso de extravio de processo – AC 0016217-62.2011.404.9999, de relatoria do Desembargador Federal Otávio Roberto Pamplona. Contudo, no curso da inspeção foi

iniciado procedimento destinado à restauração dos respectivos autos, em procedimento devidamente identificado (0002797-09.2014.404.0000).

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados, tanto físicos como eletrônicos estavam disponibilizados para consulta.

Foram inspecionados 63 processos da listagem originária, através de exame dos autos físicos e eletrônicos em diferentes fases e classes processuais.

A amostragem incluiu feitos cíveis, em sede de recurso, nas mais diversas fases processuais, abrangendo apelações, reexames necessários e agravos de instrumento.

No acervo em tramitação na Secretaria predominavam os feitos recursais cíveis (369 físicos e 828 eletrônicos) e, por ano de distribuição, os de 2013 (552) e 2014 (579). Verificou-se no acervo processual em tramitação apenas 6 processos da META 2/2014 CNJ. Não foram fornecidos dados sobre processos pendentes de julgamento de recursos internos ou de revisão, voto-vista, declaração de voto ou lavratura de acórdãos.

A unidade informou que, no período inspecionado, foram publicados 2.416 acórdãos, dos quais 46 fora do prazo de 10 dias (META 4/2010 CNJ), enquanto outros 132 estavam pendentes, mas ainda dentro do prazo de publicação. Observa-se que, em apenas 1,9% dos acórdãos houve excesso de prazo na publicação, considerando o que foi estipulado pelo CNJ. No tocante a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, a Secretaria informou que foram publicadas 1.398 decisões, das quais 25 fora do prazo de 10 dias (META 4/2010 CNJ), enquanto outras 14 estavam pendentes, mas ainda dentro do prazo de publicação. Observa-se que, em apenas 1,8% das decisões houve excesso de prazo na publicação, considerando o que foi estipulado pelo CNJ.

A unidade informou, com dados de abril/2014, que havia: 28 feitos com carga ou vista, e nenhum por mais de 30 dias; 9 sobrestados por mais de 60 dias, em razão de decisão do STF/STJ; 1 aguardando cumprimento de carta de ordem ou precatória, desde 20/3/2014; 5 aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência, o mais antigo desde 19/9/2013; 10 com pendência de juntada de petição, ofício ou documento, o mais antigo desde 24/4/2014; e, finalmente, 1 processo paralisado havia mais de 90 dias em razão de recurso encaminhado ao STJ.

A gestão de prazos processuais foi verificada, com a indicação do parâmetro do tempo médio de tramitação observado nas diversas fases processuais e dos casos de maior atraso ou desvio em relação à média controlada. Para fases processuais mais relevantes os prazos médios informados foram os seguintes: publicação de acórdãos (5 dias), cargas ou vistas (7 dias), sobrestamentos (não informado), cumprimento de cartas de ordem ou

precatória (não informado), resposta a ofícios ou cumprimento de diligências (15 dias), cumprimento de mandados de citação ou intimação (não informado) e juntadas em geral (24 horas).

O tempo médio de tramitação dos feitos na unidade foi informado quanto aos seguintes procedimentos:

- a) Processos em fase de publicação de acórdãos: 3 a 7 dias;
- b) Processos em fase de publicação de decisões: 5 dias;
- c) Processos com carga ou vista: 7 dias;
- d) Processos aguardando resposta de ofício: 15 dias;
- e) Processos aguardando cumprimento de mandados: 0 dias;
- f) Juntada de documentos, ofícios e petições: 24 horas.

Na inspeção física ou eletrônica dos processos, listados ou selecionados, verificou-se, primeiramente, existir 1 feito originário (MS 00052501120134040000) com autuação em 23/8/2013, 7 agravos de instrumento e 34 apelações cíveis; todos, porém, com tramitação regular, sem atraso ou pendência.

Entretanto, a listagem inspecionada identificou 1 processo em Secretaria, na qual não houve intimação da União do julgamento dos embargos de declaração, o que gerou a determinação específica (00049695520134040000).

Não foram prestadas informações sobre processos, em tramitação na Secretaria, em fase de revisão, voto-vista, declaração de voto, lavratura de acórdão, embargos de declaração ou agravo legal ou regimental.

Não se constatou irregularidade na fase de juntada de petição, ofício ou documento; nem se identificou, dentre os listados, processo com acórdão cuja publicação estivesse atrasada.

A Secretaria administrou a realização de 3 sessões por mês no período, totalizando 34 sessões ordinárias e 8 extraordinárias entre maio/2013 a abril/2014. Houve cancelamento de 2 sessões (14/5/2013 e 18/6/2013).

Considerado o volume de processos em tramitação e o número de servidores em atividade, verificou-se que o desempenho foi muito bom. O volume de pendências na Secretaria foi ínfimo, pois, dentre os 63 processos inspecionados, apenas 1 encontrava-se em situação ainda a ser regularizada, indicando taxa de regularidade de quase 100%, significativa para a análise da gestão da unidade.

Observa-se que, o TRF4 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos, em quase sua totalidade, os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

6. OBSERVAÇÕES GERAIS/RECOMENDAÇÕES

A Secretaria inspecionada demonstrou dinamismo nas rotinas de trabalho, estando plenamente atualizada com os procedimentos sob sua atribuição.

O alto grau de informatização e a familiaridade com que os integrantes do Tribunal, magistrados e servidores, lidam com esta nova realidade, pareceram contribuir de forma significativa para os bons resultados verificados na entrega da prestação jurisdicional, de uma forma geral.

Inspecionados todos os processos listados a título de amostragem do acervo, cabem as seguintes recomendações específicas à unidade inspecionada:

- No processo 00049695520134040000: promover a intimação da União acerca da decisão proferida nos embargos declaratórios.
- No processo 00162176220114049999: adotar providências quanto à restauração dos autos, com posterior informação à CGJF sobre o desfecho do procedimento.

SECRETARIA DA 3ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria da 3ª Turma.
- 1.2. **Presidente:** Desembargador Federal **CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ**, desde 19/6/2013.
- 1.3. **Diretora:** Letícia Pereira Carello, desde junho/2007.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 8 servidores efetivos e 2 estagiários de nível superior.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 2 FC2, 2 FC4 E 2 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (abril/2014):	1.418
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	prejudicado
2.1.3. Processos em inspecionados na Secretaria na inspeção 2012:	28
2.1.4. Processos de Metas CNJ (fevereiro/2014)	21
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	1
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	1
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	1
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	2
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	6
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	4
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	6
2.2. Publicação de acórdãos (março/2013 a fevereiro/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não informado
2.2.2. Acórdãos publicados:	961
2.2.3. Tempo médio de publicação:	não informado
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	30
2.2.5. Pendentes de publicação:	15
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (30/4/2014): 200872000034477 desde 28/4/2014	
2.3. Processos com carga ou vista (30/4/2014)	
2.3.1. Total de processos:	9

2.3.2.	Processo há mais tempo com carga ou vista: MS0001400-12.2014.404.0000 desde 14/4/2014	
2.4.	Processos sobrestados na Secretaria (30/4/2014)	
2.4.1.	Total:	0
2.4.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.5.	Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (fevereiro/2014)	
2.5.1.	Total:	1
2.5.2.	O mais antigo:	5015130-39.2013.404.000 desde 5/3/2013
2.6.	Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (30/4/2014)	
2.6.1.	Total:	9
2.6.2.	O mais antigo:	5003654-67.2014.404.000 desde 25/2/2014
2.7.	Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (30/4/2014)	
2.7.1.	Total:	1
2.7.2.	O mais antigo:	0013796-65.2012.404.9999 desde 22/4/2014
2.7.3.	Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (30/4/2014)	
2.7.3.1.	Total:	0
2.7.3.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.8.	Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1.	Total:	0
2.8.2.	O mais antigo:	prejudicado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Organização por grupo de trabalho; acervo em estantes e escaninhos identificados e os processos que aguardam providência nos localizadores da equipe responsável; feitos recebem marcadores (tags) e localizadores registrados nos sistema de informações processuais – SIAPRO, incluindo a movimentação dentro da própria unidade; controle da situação do acervo através de relatórios extraídos periodicamente (controle de acervo, relatório de eletrônicos sem movimentação, controle de movimentações processuais para verificação de carga, controle de mandado de intimação, sistema de verificação de petições pendentes e anotações no SIAPRO e e-Proc); planejamento das atividades em reunião com participação de todos os servidores; controle das tarefas de maior demanda e definição de quotas diárias; maioria dos processos inseridos no e-Proc, permitindo avaliação e acompanhamento diário, com geração de relatórios de acompanhamento; encontrando-se os trabalhos sem atrasos; busca de atendimento às metas do CNJ, entre as quais a de atingir 90% dos processos para a Meta 4/CNJ e 10 dias para intimações; dentre as boas práticas destacava-se a integração da equipe da Secretaria com as dos Gabinetes componentes da 3ª Turma.

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 37.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual Presidente da Turma encontra-se em exercício desde 19/6/2013, e a atual Diretora de Secretaria desde junho/2007. A força de trabalho alocada em atividade-fim resultou na relação de 177 processos por servidor, o que não se revela excessivo para efeito de garantir a regularidade dos serviços cartorários, conforme realidade encontrada no cumprimento das atividades em que mais de 95% dos feitos tramitavam de forma eletrônica.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, considerado o pequeno volume feitos em tramitação, cerca de 1.418. Os feitos físicos, no aguardo de prazos, encontravam-se em armários e escaninhos identificados, e os que aguardavam providências diversas, como juntada e vista, estavam nos localizadores de trabalho da equipe responsável. Todos os processos possuíam marcadores (tags) e localizadores registrados no SIAPRO, inclusive quanto às movimentações internas, facilitando a localização e mantendo-se o mínimo de processos fora dos armários. Os servidores atuavam nos feitos por grupos e tarefas específicas, o que repercutiu positivamente no resultado da gestão do acervo.

A Diretora de Secretaria demonstrou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe. Não foram fixadas metas individuais porque o serviço estava em dia, realizando-se, na oportunidade, tarefas diárias sem pendências processuais. Foi feito acompanhamento permanente da situação geral da Secretaria. Os servidores estavam motivados e participaram do planejamento e avaliação dos resultados e mostravam-se dispostos a colaborar em outros setores de atividade quando necessário.

Na unidade, não se verificaram problemas de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Com respaldo no Provimento 4, da Corregedoria Regional, de 6/11/2006, adotou-se prática de dispensa de carimbos e termos de juntada, recebimento, conclusão e remessa nos autos, valendo como certificação o lançamento junto ao sistema informatizado, à exceção de juntada que implique em contagem de prazo.

Não havia processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, nem foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Não foram identificados casos de extravio de processo ou peças processuais.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 37 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual e exame no e-Proc em diferentes fases e classes processuais.

A amostragem incluiu feitos cíveis, originários e recursais, nas mais diversas fases processuais, abrangendo medidas cautelares, mandados de segurança, apelações, reexames necessários e agravos de instrumento.

No acervo em tramitação na Secretaria predominavam feitos recursais, como as apelações cíveis (1.037 processos – 73,13%), e, por ano de distribuição, os de 2014 (538 processos – 37,95%). Havia, ainda, no acervo 21 processos relativos a metas do CNJ.

A unidade também informou que, no período de maio/2013 a abril/2014, foram publicados 538 acórdãos, dos quais 5 fora do prazo de 10 dias (META 4/2010 CNJ), enquanto outros 23 estavam pendentes, mas ainda dentro do prazo de publicação. Observa-se que, em apenas 0,93% dos acórdãos houve excesso de prazo na publicação, considerando o que foi estipulado pelo CNJ. No tocante a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, foram realizadas 961 publicações, sendo que 30 publicações com prazo superior a 10 dias (3,12 %), restando para publicação apenas 15 processos (1,56%).

A unidade informou, com dados de abril/2014, que havia 9 feitos com carga ou vista e nenhum deles com mais de 30 dias; não havia feito extraviado; 1 aguardava cumprimento de carta de ordem ou precatória desde 5/3/2014 (5015130-39.2013.404.000); 9 resposta a ofício ou cumprimento de diligência (o mais antigo desde 25/2/2014, 5003654-67.2014.404.0000); 1 cumprimento de mandado de citação ou intimação desde 22/4/2014 (0013796-65.2012.404.9999); e nenhum tinha pendência de juntada de petição, ofício ou documento ou estava paralisado havia mais de 90 dias por outros motivos.

A gestão de prazos processuais foi verificada com a indicação do parâmetro do tempo médio de tramitação observado nas diversas fases processuais e dos casos de maior atraso ou desvio em relação à média controlada. Para fases processuais mais relevantes os prazos médios informados foram os seguintes: publicação de acórdãos (raramente superior a 10 dias), cargas ou vistas (20 dias), sobrestamentos (não havia), cumprimento de cartas de ordem ou precatória (60 dias), resposta a ofícios ou cumprimento de diligências (60 dias), cumprimento de mandados de citação ou intimação (60 dias) e juntadas em geral (imediatamente). Porém, verificou-se, pelas informações extraídas do sistema processual, que em 5/3/2014 foi expedida carta precatória para intimação e após mais de 60 dias não houve diligência no sentido de solicitar prioridade no cumprimento do ato deprecado.

Pelos Gabinetes que compõem a Turma tramitavam 7.372 processos, além dos 1.418 em processamento na Secretaria, porém não foi informado o tempo médio de tramitação dos feitos na unidade.

Na inspeção física ou eletrônica dos processos, listados ou selecionados, verificou-se, primeiramente, a existência de feitos distribuídos originariamente no TRF4 em data anterior a 31/12/2009, todos, porém, com tramitação regular, sem atraso ou pendência, demonstrando que os feitos da META 2 CNJ passam por triagem e recebem tratamento próprio e preferencial.

No tocante à META 4/2014, nenhum processo foi relacionado na lista de inspeção, porém o acervo da Secretaria era, na ocasião, de 5 casos de improbidade administrativa com tramitação regular.

A listagem inspecionada não identificou processos, em tramitação na Secretaria, com pendências relativas aos Gabinetes nas fases de revisão, voto-vista, declaração de voto, lavratura de acórdão, embargos de declaração ou agravo legal ou regimental. Também não se constatou irregularidade na fase de juntada de petição, ofício ou documento.

Os demais processos inspecionados não apresentaram atrasos ou pendências, ou os que foram inicialmente constatados restaram sanados no curso da inspeção ou na pré-inspeção. Alguns inclusive foram baixados em definitivo à Vara de origem, e outros tantos já estavam em tramitação em outras unidades do TRF4, seja nos Gabinetes da própria Turma, seja na Vice-Presidência, seja em órgãos externos.

A Secretaria administrou a realização de 3 sessões por mês em média no período, tendo havido, entre maio/2013 e abril/2014, 38 sessões ordinárias. Não houve, porém, cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação e o número de servidores em atividade, verificou-se que o desempenho foi bom. O volume de pendências na Secretaria foi baixo, pois, dentre os 37 processos inspecionados, nenhum se encontrava em atraso ou em situação ainda a ser regularizada, menos de 1% dos acórdãos foram publicados em tempo superior a 10 dias e restavam somente 2,54% de acórdãos, despacho e decisões a serem publicados, indicando taxa de regularidade superior a 90%, significativa para a análise da gestão da unidade.

Observa-se que, o TRF4 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

6. RECOMENDAÇÕES

O acervo em tramitação, quando da inspeção, era de 1.418 processos, com quadro funcional de 8 servidores, número suficiente para a carga de serviço existente, tendo em vista que a quase totalidade do acervo é composta por processos eletrônicos. A situação geral da Secretaria era boa, tanto em termos de organização administrativa como de gestão processual, não se verificando recomendações específicas a serem feitas para aprimoramento da unidade.

SECRETARIA DA 4ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria da 4ª Turma.
- 1.2. **Presidente:** Desembargador Federal **CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR**, desde 1º/3/2014.
- 1.3. **Diretor:** Luiz Felipe Oliveira dos Santos, desde 26/11/2011.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 8 servidores e 1 estagiário de nível superior.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 2 FC2, 2 FC4 e 2 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (abril/2014):	2.282
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	não informado
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	prejudicado
2.1.4. Processos de Metas CNJ (abril/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	88
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	0
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	7
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	4
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	9
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	22
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	41
2.2. Publicação de acórdãos (maio/2013 a abril/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não informado
2.2.2. Acórdãos publicados:	1.817
2.2.3. Tempo médio de publicação:	3 dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	68
2.2.5. Pendentes de publicação:	58
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (abril/2014):	2005.71.00.023719-1
2.3. Processos com carga ou vista (abril/2014)	
2.3.1. Total de processos:	14
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista:	2006.70.00.001207-9
2.4. Processos sobrestados na Secretaria (abril/2014)	

2.4.1.	Total:	278
2.4.2.	O mais antigo:	5000276-88.2010.404.7002
2.5.	Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2014)	
2.5.1.	Total:	0
2.5.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.6.	Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2014)	
2.6.1.	Total:	10
2.6.2.	O mais antigo:	5007776-26.2014.404.0000
2.7.	Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2014)	
2.7.1.	Total:	0
2.7.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.7.3.	Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2014)	
2.7.3.1.	Total:	10
2.7.3.2.	O mais antigo:	2004.72.00.002838-1
2.8.	Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1.	Total:	0
2.8.2.	O mais antigo:	prejudicado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Secretaria organizada por setores (atendimento, coordenação e julgamento, processamento e procedimentos diversos); autos físicos organizados dentro dos armários com os devidos localizadores; localizadores cadastrados no sistema para atualização de movimentação processual; planejamento das atividades por setor e tarefas distribuídas, coordenadas e acompanhadas pelos respectivos supervisores; distribuição das atividades conforme organização interna da Secretaria (pauta e publicação/intimação de acórdãos, publicação/intimação e cumprimento dos despachos e decisões; procedimentos diversos; e atendimento externo); e meta coletiva de trabalho consistente em atingir a Meta 4/2010 do CNJ.

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 36.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A força de trabalho alocada na Turma revelou-se suficiente para garantir a regularidade dos servidores cartorários, ante a adequada relação processo/servidor e as facilidades decorrentes da implantação do EPROC e dos processos eletrônicos.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes. Os processos físicos encontravam-se armazenados em armários

identificados. Os servidores atuavam nos feitos por grupos e tarefas específicas, o que repercutiu positivamente no resultado da gestão do acervo.

O Diretor de Secretaria demonstrou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe. Foram fixadas metas individuais gerais para a equipe, bem como acompanhamento permanente da situação geral da Secretaria. Os servidores estavam motivados e participaram do planejamento e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho foi controlado na Secretaria, tendo racionalidade, com efeito, sobre a gestão respectiva.

Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, nem foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Não foram identificados casos de extravio de processo ou peças processuais.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 36 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais, não sendo detectada nenhuma necessidade de regularização dos feitos.

A gestão de prazos processuais foi verificada, com a indicação do parâmetro do tempo médio de tramitação observado nas diversas fases processuais. Portanto, de forma geral, os processos inspecionados não apresentaram atrasos ou pendências.

Considerado o volume de processos em tramitação e o número de servidores em atividade, verificou-se que o desempenho foi bom.

Por fim, em relação ao cumprimento da META 10 de 2010 do CNJ, verificou-se que as comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário Federal foram integralmente feitas por meio eletrônico e as comunicações oficiais junto ao Poder Judiciário Estadual foram quase que totalmente por meio eletrônico.

Observa-se que, o TRF4 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral

da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

6. RECOMENDAÇÕES

A situação geral da Secretaria é boa, tanto em termos de organização administrativa como de gestão processual, não existindo recomendações específicas a serem feitas à unidade.

SECRETARIA DA 5ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria da 5ª Turma.
- 1.2. **Presidente:** Desembargador Federal **ROGERIO FAVRETO**, desde junho/2013.
- 1.3. **Diretora:** Lídice Peña Thomaz, desde janeiro/2008.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 9 servidores efetivos e 4 estagiários de nível superior.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 2 FC2, 2 FC4 e 2 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (abril/2014):	1.093
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	prejudicado
2.1.3. Processos inspecionados na Secretaria na Inspeção 2012:	57
2.1.4. Processos de Metas CNJ (fevereiro/2014)	31
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	5
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	1
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	1
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	8
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	16
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.2. Publicação de acórdãos (março/2013 a fevereiro/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não informado
2.2.2. Acórdãos publicados:	15.037
2.2.3. Tempo médio de publicação:	não informado
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	229
2.2.5. Pendentes de publicação:	268
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (abril/2014): 201304990135233 desde 28/2/2014	
2.3. Processos com carga ou vista (abril/2014)	
2.3.1. Total de processos:	28
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista: 00016891820144049999, desde 26/2/2014	

2.4.	Processos sobrestados na Secretaria (abril/2014)	
2.4.1.	Total:	3.932
2.4.2.	O mais antigo:	201104990047153 desde 30/4/2013
2.5.	Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2014)	
2.5.1.	Total:	0
2.5.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.6.	Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2014)	
2.6.1.	Total:	16
2.6.2.	O mais antigo:	não informado
2.7.	Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2014)	
2.7.1.	Total:	0
2.7.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.7.3.	Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2014)	
2.7.3.1.	Total:	19
2.7.3.2.	O mais antigo:	00225350020134049999 desde 13/3/2014
2.8.	Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1.	Total:	0
2.8.2.	O mais antigo:	prejudicado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Servidores organizados por grupo de trabalho; acervo em armários identificados com localizadores cadastrados no sistema; controle da situação do acervo por relatórios extraídos periodicamente, inclusive em relação a cargas e remessas; acompanhamento da evolução do acervo por intermédio de estatísticas internas; sem controle periódico da produtividade, havendo avaliação periódica de dados estatísticos; metas periódicas de produtividade feitas por controle de prazos nos sistemas; controle das prioridades legais e petições urgentes, mantendo-se constante contato com os Gabinetes; tempo médio de 60 dias para tramitação processual para processos físicos e 3 semanas para eletrônicos na unidade; publicação prioritária em respeito ao prazo da META 4/2010 CNJ; atendimento às partes e advogados conforme regulamentação do TRF4; controle dos localizadores do processo eletrônico para evitar atrasos na tramitação; e inexistência de pendências ou de situações a regularizar relativas à inspeção anterior.

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 46.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual Presidente da Turma encontra-se em exercício desde junho/2013, e a atual Diretora de Secretaria, desde junho de 2008. A força de trabalho alocada em atividade-fim

resultou na relação de 130 processos por servidor, o que não se revelou excessivo para efeito de garantir a regularidade dos serviços cartorários, conforme realidade encontrada no cumprimento das atividades.

O processo eletrônico trouxe facilidades para a tramitação processual. Entretanto, as Turmas com competência previdenciária vivem realidade diferente das demais, vez que a competência delegada resultou em fluxo mais elevado de processos físicos, cerca de 45% (quarenta e cinco por cento) em média.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, considerado o pequeno volume feitos em tramitação, cerca de 1.093. Os processos físicos, no aguardo de prazos, encontravam-se acondicionados em armários e escaninhos identificados, com localizadores de acordo com a providência a ser tomada pela equipe responsável. Todos os processos tinham localizadores registrados no SIAPRO, inclusive na movimentação dentro do próprio órgão, facilitando a localização. Os servidores atuavam nos feitos por grupos e tarefas específicas, a saber: pautas e processamento dos acórdãos e processamento de despachos, recursos e baixa, o que repercutiu positivamente no resultado da gestão do acervo.

A Diretora de Secretaria demonstrou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe. Não foram fixadas metas individuais, mas foi feita avaliação periódica de resultado das atividades por meio do controle de prazos nos relatórios de gerenciamento; a unidade adotou mutirão de servidores para a juntada de recursos e juntada de inteiro teor dos acórdãos para publicação nos processos físicos. Os servidores estavam motivados e engajados na manutenção do serviço em ordem e dentro dos prazos regulamentares, além de dispostos a colaborar em outros setores de atividade quando necessário.

Na unidade verificou-se que as fases não são lançadas nos autos físicos, constando apenas do sistema informatizado. Questionada a respeito, a unidade informou que a prática foi discutida no TRF4, sendo expedida norma interna dando respaldo regulamentar à opção adotada. Em diligência em outra Secretaria, foi apresentado o Provimento 4, da Corregedoria Regional, de 6/11/2006, que dispôs sobre a dispensa de carimbos e termos de juntada, recebimento, conclusão e remessa nos autos, valendo como certificação o lançamento no sistema informatizado, à exceção de juntada que implique em contagem de prazo.

Não havia processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, nem foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Não foram identificados casos de extravio de processo ou peças processuais.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 46 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

A amostragem incluiu feitos cíveis, originários e recursais, nas mais diversas fases processuais, abrangendo medidas cautelares, mandados de segurança, ações rescisórias, apelações, reexames necessários e agravos de instrumento.

No acervo em tramitação na Secretaria predominavam os feitos recursais cíveis e, por ano de distribuição, os de 2013 (1.102), com fornecimento de dados acerca do controle dos casos de META CNJ, apontando para número reduzido de processos (31 processos) e sem informação dos pendentes de julgamento de recursos internos ou de revisão, voto-vista, declaração de voto ou lavratura de acórdãos.

A unidade informou que, no período inspecionado, foram publicados 15.037 acórdãos, dos quais 229 fora do prazo de 10 dias (META 4/2010 CNJ), enquanto outros 268 estavam pendentes, mas ainda dentro do prazo de publicação, sendo o mais antigo o referente ao processo 201304990135233, desde 11/3/2014. Observa-se que, em cerca de 1,52% dos acórdãos houve excesso de prazo na publicação, considerando o que foi estipulado pelo CNJ, percentual muito exíguo, demonstrando que a unidade tem buscado atingir as metas estabelecidas. O mesmo se diga em relação às decisões, porquanto fora informado, para o mesmo período, a publicação de 2.793 decisões, sendo apenas 7 com prazo superior a 10 dias, havendo 56 pendentes de publicação dentro do prazo (mais antigo, processo 201204990078774, desde 28/4/2014).

A unidade informou, com dados de abril/2014, que havia 28 feitos com carga ou vista, 7 por mais de 30 dias, sendo a mais antigo no feito 00016891820144049999, desde 26/2/2014. A unidade inspecionada alegou que tem cobrado a devolução de processos, quando excedido o prazo, mediante controle por relatórios específicos.

Havia, em 30/4/2014, 3.932 processos sobrestados, entre físicos e eletrônicos, prática adotada para amenizar a sobrecarga da Vice-Presidência. Não foi indicado nenhum processo aguardando cumprimento de carta precatória ou mandados de citação ou intimação. Havia 16 processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência na data base da inspeção. Existiam 19 petições para juntada, sendo a mais antiga referente ao processo 0022535002013404999, de 13/2/2014.

A unidade não informou tempo médio das publicações nas diversas fases processuais, impedindo a apuração da gestão de prazos processuais. Entretanto, se considerado o percentual de publicação de acórdãos dentro da Meta 4/2010 CNJ, o reduzido número de processos com carga ou vista com prazo superior a 30 dias, o baixo montante de feitos no

aguardo de providências sem atrasos significativos, possível concluir que a unidade vem obtendo bons resultados na gestão dos prazos processuais.

Pelos Gabinetes que compõem a Turma tramitavam 17.809 processos (dados do CGJF), além dos 1.093 em processamento na Secretaria, que não informou tempo médio de tramitação dos feitos, na unidade. O maior tempo de tramitação na Secretaria ocorreu na fase de publicação de acórdão, com pendência desde 11/3/2014 (201304990135233).

Na inspeção física ou eletrônica dos processos, listados ou selecionados, verificou-se que o processo mais antigo, em tramitação, foi distribuído no Tribunal em 25/7/2007, encontrando-se com tramitação regular. Depreende-se pelo exame do andamento dados aos feitos na unidade, que não houve atrasos significativos ou pendências, e que os da META 2 CNJ foram triados e receberam tratamento próprio e preferencial.

Em decorrência da competência da Turma, não existiam processos de improbidade administrativa, inclusive da META 4/2014 CNJ.

A listagem inspecionada não identificou processos, em tramitação na Secretaria, com pendências relativas aos Gabinetes nas fases de revisão, voto-vista, declaração de voto, lavratura de acórdão, embargos de declaração ou agravo legal ou regimental. Também não se constatou irregularidade na fase de juntada de petição, ofício ou documento, embora houvesse, em 30/4/2014, considerado o acervo geral, 19 situações de pendência, a mais antiga verificada no feito 00225350020134049999. Também, dentre os listados, não se identificou processo com acórdão cuja publicação estivesse atrasada.

Na amostragem foi identificado 1 processo com carga ao Ministério Público Federal por prazo superior a 60 dias (00002125720144049999), pendente de devolução na data da inspeção, o que deve ser acompanhado.

Os demais processos inspecionados não apresentaram atrasos ou pendências, ou os que foram inicialmente constatados restaram sanados no curso da inspeção ou na pré-inspeção, vários inclusive foram baixados em definitivo à Vara de origem, e outros tantos já estavam em tramitação em outras unidades do TRF4, seja nos Gabinetes da própria Turma, seja na Vice-Presidência, seja em órgãos externos.

A Secretaria administrou a realização de 3 sessões por mês em média no período, tendo havido, entre maio/2013 e abril/2014, 38 sessões ordinárias. Não houve, porém, cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação e o número de servidores em atividade, verificou-se que o desempenho foi muito bom. O volume de pendências na Secretaria foi baixo, pois, dentre os 46 processos inspecionados, apenas 1 encontrava-se com atraso ou em situação ainda a ser regularizada, dependendo de devolução dos autos pelo MPF, indicando taxa de regularidade quase que total.

Observa-se que, o TRF4 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

6. RECOMENDAÇÕES

O acervo em tramitação, quando da inspeção, era de 1.093 processos, com quadro funcional de 9 servidores, número suficiente para a carga de serviço existente.

A situação geral da Secretaria era boa, tanto em termos de organização administrativa como de gestão processual, não se verificando recomendações específicas a serem feitas para aprimoramento, porquanto os eventuais atrasos ocorreram de forma pontual e não foram significativos.

SECRETARIA DA 6ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Subsecretaria da 6ª Turma.
- 1.2. **Presidente:** Desembargador Federal **JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA**, desde 3/4/2014.
- 1.3. **Diretor:** Gilberto Flores do Nascimento, desde 6/6/2006.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 7 servidores e 4 estagiários de nível médio.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 2 FC2, 2 FC4 e 2 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (abril/2014):	4.430
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	prejudicado
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	não informado
2.1.4. Processos de Metas CNJ (abril/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	1
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	1
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	17
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	20
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.2. Publicação de acórdãos (maio a abril/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não informado
2.2.2. Acórdãos publicados:	13.810
2.2.3. Tempo médio de publicação:	não informado
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	871
2.2.5. Pendentes de publicação:	1.188
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (abril/2014):	0005184-31.2013.404.0000
2.3. Processos com carga ou vista (abril/2014)	
2.3.1. Total de processos:	4
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista:	0009920-68.2013.404.9999 desde 28/4/14.

2.4.	Processos sobrestados na Secretaria (abril/2014)	
2.4.1.	Total:	0
2.4.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.5.	Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2014)	
2.5.1.	Total:	0
2.5.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.6.	Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2014)	
2.6.1.	Total:	574
2.6.2.	O mais antigo: 0000616-79.2012.404.9999 desde 15/6/12 e 5008023-16.2011.404.7112, desde 5/12/13.	
2.7.	Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2014)	
2.7.1.	Total:	0
2.7.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.7.3.	Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2014)	
2.7.3.1.	Total:	0
2.7.3.2.	O mais antigo:	prejudicado
2.8.	Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1.	Total:	0
2.8.2.	O mais antigo:	prejudicado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Secretaria organizada em setores (processamento de acórdãos e coordenação das sessões de julgamento; processamento de despachos, decisões, baixas e recursos; e atendimento ao público); feitos físicos em armários e prateleiras identificados visualmente e nos sistemas informatizados; organização conforme fluxos de trabalho (processamento de despachos/decisões, acórdãos ou residuais); controle de movimentação interna pelas estatísticas de processamento de autos físicos e eletrônicos; e métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (página de intranet atualizada por toda a equipe com informações; dados relativos à geração de expedientes de despachos e boletins de acórdãos; tutoriais referentes às rotinas e procedimentos; área de comunicação interna sobre convenções; atas e pautas de reuniões; registro de normativas internas e área de registros e atualizações).

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 46.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Constatou-se, inicialmente, que o expediente da unidade iniciava-se às 11 horas.

A força de trabalho alocada na Turma revelou-se suficiente para garantir a regularidade dos servidores cartorários, ante a adequada relação processo/servidor e as facilidades decorrentes da implantação do EPROC e dos processos eletrônicos.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes. Os processos físicos encontravam-se armazenados em estantes identificadas. Os servidores atuavam nos feitos por grupos e tarefas específicas, o que repercutiu positivamente no resultado da gestão do acervo.

O Diretor de Secretaria demonstrou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe. Não foram fixadas metas individuais nem gerais para a equipe, mas houve acompanhamento permanente da situação geral da Secretaria. Os servidores estavam motivados e participaram do planejamento e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho foi controlado na Secretaria, tendo racionalidade, com efeito, sobre a gestão respectiva.

Na unidade não se verificou problema de discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, nem foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Não foram identificados casos de extravio de processo ou peças processuais.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 46 processos da listagem originária, através de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais, não sendo detectada nenhuma necessidade de regularização dos feitos.

A gestão de prazos processuais foi verificada, com a indicação do parâmetro do tempo médio de tramitação observado nas diversas fases processuais. Portanto, de forma geral, os processos inspecionados não apresentaram atrasos ou pendências.

Considerado o volume de processos em tramitação e o número de servidores em atividade, verificou-se que o desempenho foi bom.

Observa-se que, o TRF4 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral

da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

6. RECOMENDAÇÕES

A situação geral da Secretaria é boa, tanto em termos de organização administrativa como de gestão processual, não existindo recomendações específicas a serem feitas à unidade.

SECRETARIA DA 7ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria da 7ª Turma
- 1.2. **Presidente:** Desembargador Federal **SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ**, desde 16/12/2013.
- 1.3. **Diretora:** Valéria Menin Berlato, desde junho/2007.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 10 auxiliares (7 servidores efetivos e 3 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 1 FC2, 2 FC4 e 2 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (abril/2014):	1.242
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	prejudicado
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	não informado
2.1.4. Processos de Metas CNJ (Abril/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	0
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	1
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	2
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	1
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	4
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012):	0
2.2. Publicação de acórdãos (maio/2013 a abril/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não informado
2.2.2. Acórdãos publicados:	636
2.2.3. Tempo médio de publicação:	não informado
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	21
2.2.5. Pendentes de publicação em 30/4/2014:	10
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (abril/2014): 0002587-22.2006.404.7118 (pendente desde 29/4/2014)	
2.3. Processos com carga ou vista (abril/2014)	
2.3.1. Total de processos:	19
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista: em 30/4/2014, o mais antigo 0003243-13.2005.404.7118 (carga com o MPF em 28/2/2014)	

2.4.	Processos sobrestados na Secretaria (abril/2014)	
2.4.1.	Total:	2
2.4.2.	O mais antigo: sobrestado desde 19/2/2009, aguardando julgamento de processo em trâmite no TRF1.	
2.5.	Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2014)	
2.5.1.	Total:	2
2.5.2.	O mais antigo: 5002347-69.2010.404.7000 – aguarda desde 11/3/2014 (carta já cumprida, aguardando devolução).	
2.6.	Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2014)	
2.6.1.	Total:	6
2.6.2.	O mais antigo: 0006087-57.2005.404.7110, aguarda desde 23/4/2013 (solicita informações, foram prestadas pelo Juízo em 14/1/2014)	
2.7.	Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2014)	
2.7.1.	Total:	5
2.7.2.	O mais antigo: 5004108-12.2013.404.7007 - aguarda desde 17/3/2014 (informações sobre cumprimento já solicitadas).	
2.7.3.	Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2014)	
2.7.3.1.	Total:	2
2.7.3.2.	O mais antigo: 0006665-93.2009.404.7105, desde 18/3/2014 (processo em carga com o MPF)	
2.8.	Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1.	Total:	0
2.8.2.	O mais antigo:	0

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Ambiente organizado e moderno, com poucos processos físicos, sendo a maioria de eletrônicos; unidade estrutura por setores e seções (direção, setor de apoio judiciário – balcão -, seção de processamento e procedimentos diversos com o setor de publicações e seção de coordenação e julgamentos, com o setor de julgamentos); distribuição de atividade por setor e organização do acervo por competência/atribuição; movimentação por localizadores no sistema; controle do acervo e estatístico pelo GEDPRO e sistemas processuais; cobrança automática de autos com vista ao MPF, após decurso de 90 dias; distribuição diária de processos sem meta individual ou coletiva fixa; gerenciamento das atividades pelo supervisor de cada seção, com auxílio mútuo entre as seções em caso de necessidade de serviço; processamento preferencial de feitos com prioridade legal (*habeas corpus*, mandados de segurança, idosos, réu preso etc.); publicação de decisões em 3 expedientes semanais e de acórdãos em boletim eletrônico; e a eficiência do serviço decorre da cooperação mútua, ideia de equipe, cordialidade e respeito mútuo.

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 31.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador Federal Sebastião Ogê assumiu a Presidência em dezembro/2013 e a atual Diretora, Valéria Menin Berlatto, em junho/2007. A Turma é composta, ainda, pelos Desembargadores Cláudia Cristina Cristofani e Márcio Antonio Rocha, ambos licenciados para estudos no exterior (1º/10/2012 a 6/9/2014 e 16/5/2013 a 13/6/2014) e substituídos, respectivamente, pelos Juízes Federais Convocados Salise Monteiro Sanchonete e José Paulo Baltazar Junior.

Por certo período, antes da posse do atual Presidente no cargo de Desembargador Federal, a 7ª Turma chegou a ser composta apenas por Juízes Federais Convocados com a presidência exercida pela Juíza Federal Salise Monteiro Sanchonete, a mais antiga dentre os convocados. Em termos organizacionais e estratégicos, não se pode permitir o afastamento concomitante de 2 dos 3 membros da Turma, situação que compromete, de forma severa, a estabilidade jurisprudencial do órgão.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, considerado o pequeno volume feitos em tramitação, ademais de a maior se tratar de processos eletrônicos.

Os processos físicos encontravam-se armazenados em estantes abertas, identificadas e organizados pelo critério de fase processual e relator.

A equipe se mostrou bastante motivada, todos os servidores conscientes e engajados na prestação de um serviço jurisdicional qualificado e compassado com variável de tempo razoável.

A Diretora de Secretaria, ocupando a função há quase 6 anos, demonstrou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe. Não foram fixadas metas individuais nem gerais para a equipe, mas houve acompanhamento permanente da situação geral da Secretaria.

Conforme dados informados, em abril/2014, havia 1.242 processos em tramitação na Secretaria, dos quais 1 da Meta 2/2012, 2 da Meta 2/2012, 1 da Meta 2/2014 e 4 da Meta 18/2013.

O tempo médio gasto para a publicação não foi estimado, mas o certo é que, em regra, o de 10 dias do CNJ vem sendo cumprido, embora, no período inspecionado, tenham sido registrados 21 processos com publicação em prazo superior, além de 10 acórdãos ainda pendentes de publicação, o mais antigo desde 29/4/2014.

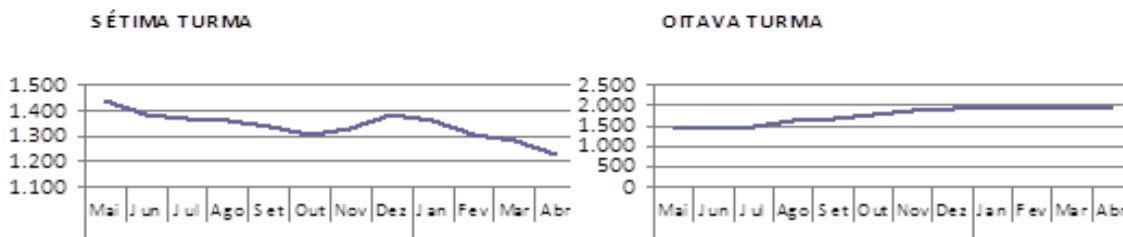
Quanto à tramitação, os dados estatísticos da 7ª Turma são animadores, revelando diminuição do estoque de processos e, se comparados com os números da 8ª Turma, restou ainda mais evidente o bom desempenho.

Com efeito, merecem ser vistos o quadro estatístico e os gráficos abaixo:

Quantidade de processos judiciais em Tramitação - Período: Maio/2013 a Abril/2014

Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
SÉTIMA TURMA	1.438	1.386	1.370	1.361	1.337	1.304	1.331	1.383	1.363	1.307	1.278	1.228	1.341
OITAVA TURMA	1.436	1.445	1.495	1.630	1.697	1.784	1.875	1.935	1.945	1.922	1.933	1.906	1.750
Total	####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	17.485

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados obtidos da Diretoria de Tecnologia de Informação, consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão.



A análise processual dos feitos da amostragem constou da listagem de inspeção com o apontamento das situações específicas relevantes para efeito de acompanhamento da gestão do acervo processual.

O acervo em tramitação, quando da inspeção, era de 1.242 processos, com tendência de diminuição do estoque de processos, fato extremamente positivo, ainda mais porque, de acordo com dados estatísticos, a distribuição tem sido uniforme, nos últimos 5 anos.

O quadro funcional de 7 servidores, muito embora a Diretora de Secretaria tenha ressaltado a necessidade de maior número, parece suficiente para a carga de serviço existente, até porque se verificou tendência de que, com o crescimento do número de processos eletrônicos, a carga de trabalho seja diminuída, tendo em consideração, ainda, o quadro de estabilidade da distribuição.

Para fins de organização do serviço e como estratégia para que a atividade jurisdicional não seja comprometida, recomenda-se ao TRF4 que não mais autorize, salvo em situação excepcional e inadiável, o afastamento concomitante de 2 integrantes da Turma.

Conforme demonstrado pelos registros no exame dos processos inspecionados, a Secretaria da 7ª Turma trabalhou com eficiência, porém, apesar da existência de portaria autorizando seja solicitada devolução dos processos com excesso de prazo, a medida não vem sendo adotada ou, se adotada, como afirmado pela Diretora de Secretaria na visita *in loco*, não tem surtido o efeito desejado, o que tem comprometido a duração razoável de alguns feitos.

6. RECOMENDAÇÕES

Diante das observações constantes da listagem inspecionada, as recomendações são as seguintes para a Secretaria: cumprir, de forma mais efetiva, a portaria que permite solicitar a devolução dos processos com vista ao Ministério Público por prazo superior a 90 dias; e priorizar o processamento dos feitos, em tramitação na unidade, inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça, no caso e na oportunidade, 1 da Meta 2/2012, 2 da Meta 2/2012, 1 da Meta 2/2014 e 4 da Meta 18/2013.

À Presidência do TRF4 recomenda-se que não seja deferido afastamento, de modo concomitante, a mais de 1 membro da mesma Turma, salvo em situação excepcional e inadiável.

SECRETARIA DA 8ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria da 8ª Turma.
- 1.2. **Presidente:** Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, desde 21/6/2013.
- 1.3. **Diretora:** Lisélia Perrot Czarnobay, desde 21/6/2001.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 10 auxiliares (7 servidores efetivos e 3 estagiários).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 1 FC2, 2 FC4 e 2 FC5.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (abril/2014):	1.935
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	prejudicado
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	não informado
2.1.4. Processos de Metas CNJ (Abril/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	0
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	0
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	2
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	0
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	10
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012):	2
2.2. Publicação de acórdãos (maio/2013 a abril/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	437
2.2.2. Acórdãos publicados:	433
2.2.3. Tempo médio de publicação:	não informado
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	57
2.2.5. Pendentes de publicação:	4
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (abril/2014):	200170000148253
2.3. Processos com carga ou vista (abril/2014)	
2.3.1. Total de processos:	177
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista:	0001256332094047204
2.4. Processos sobrestados na Secretaria (abril/2014)	
2.4.1. Total: (casos de parcelamento fiscal)	27
2.4.2. O mais antigo:	20000411220326

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (abril/2014)	
2.5.1. Total:	3
2.5.2. O mais antigo:	00041062320054047003
2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (abril/2014)	
2.6.1. Total:	3
2.6.2. O mais antigo:	00017531620064047119
2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (abril/2014)	
2.7.1. Total:	2
2.7.2. O mais antigo:	50037850720134047007
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (abril/2014)	
2.7.3.1. Total:	0
2.7.3.2. O mais antigo:	prejudicado
2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total:	1
2.8.2. O mais antigo:	50011964620124047211 (aguardando para ser pautado junto com a ACR 20047206001357-6)

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Ambiente organizado e moderno, com poucos processos físicos, sendo a maioria de eletrônicos; unidade estrutura por setores e seções (direção, setor de apoio judiciário – balcão -, seção de processamento e procedimentos diversos com o setor de publicações e seção de coordenação e julgamentos, com o setor de julgamentos); processos físicos localizados em armários sem portas, em prateleiras com localizadores específicos; organização do acervo e controle de movimentação processual pelo SIAPRO e GEDPRO, que possuem a rotina de LOCALIZADORES, com o registro do código/sigla e a descrição; uso de aproximadamente 50 localizadores (principais descrições: processo incluído em boletim, incluído em expediente, aguardando transcurso de prazo da parte, aguardando cumprimento de carta de ordem/precatórias/mandados, aguardando resposta a ofícios, aguardando juntada de petições/recursos, aguardando transcurso de prazo recursal, suspensos, com segredo de justiça, apensos etc.); pela ferramenta “controle de acervo” a Secretaria pesquisa as várias situações processuais possíveis (processos remanescentes com o relator, suspensos/sobrestados, em tramitação, em carga MPF, etc.); proposição de realizar atos no menor tempo possível, geralmente no mesmo dia, com qualidade e correção; cada unidade cumpre suas atribuições sob supervisão direta do responsável da seção; as principais atividades desenvolvidas referem-se ao processamento dos feitos antes da sessão e o julgamento, aqui incluída a feitura da pauta e disponibilização do acórdão, além da atividade de atendimento ao público interno e externo; servidores e estagiários conhecem todo o serviço e auxiliam-se mutuamente para cumprir os prazos;

não existem metas individuais ou coletivas, nem controle respectivo; distribuição diária e gerenciamento do desempenho feito por supervisor, com controle visual do acervo; não estimado tempo médio de tramitação dos feitos, apenas informou-se ser célere, não extrapolando prazos processuais, sendo respeitadas prioridades legais; conferência antes das publicações e as referentes a *habeas corpus*, correições parciais e mandados de segurança são priorizadas; os boletins são disponibilizados 2 vezes por semana para cumprir a META 4 CNJ, considerando a data do julgamento; o expediente feito diariamente; causas com segredo de justiça observam publicidade na forma deferida pelo relator ou Turma; controle de carga e vista por lançamento de fase no SIAPRO, com registro do prazo para acompanhamento; controle de devolução semanal por estatística extraída do sistema SIAPRO/GEDPRO/e-Proc e, em caso de excesso de prazo, é feito contato telefônico, expedido ofício ou mandado de busca e apreensão; a Presidência da Turma recomenda cobrança da devolução dos autos pelo Ministério Público após 60 dias; e como boas práticas foram citadas: uso do SISCOM como meio oficial de comunicação, nos processos físicos, de decisões de cunho urgente, bem como aquelas com segredo de justiça às Varas Federais, mormente no cumprimento dos *habeas corpus*, funcionando como *e-mail* (em termos de rapidez) com mensagens criptografadas, gerando segurança no envio das decisões; certificação de intempestividade/tempestividade dos recursos e conhecimento pelos servidores e estagiários de todas as atividades da Secretaria, o que proporciona integração entre unidades e possibilidade de auxílio mútuo quando necessário.

4. QUANTIDADE DE PROCESSOS INSPECIONADOS: 35.

5. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus assumiu a Presidência da Turma em 21/6/2013, enquanto a atual Diretora, Lisélia Perrot Czarnobay, atua desde 21/6/2001. Os demais integrantes do colegiado são os Desembargadores Federais João Pedro Gebran Neto e Leandro Paulsen, em exercício há pouco tempo.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, considerado o pequeno volume feitos em tramitação, ademais de a maioria se tratar de processos eletrônicos. Os físicos encontravam-se armazenados em estantes abertas, identificados e organizados pelo critério de fase processual e relator.

A equipe estava bastante motivada, todos os servidores conscientes e engajados na prestação de um serviço jurisdicional qualificado e compassado com variável de tempo razoável.

A Diretora de Secretaria, ocupando a função há quase 13 anos, demonstrou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe. Não foram fixadas metas individuais nem gerais, mas houve acompanhamento permanente da situação geral da Secretaria.

Conforme dados informados, em abril/2014, havia 1.935 processos em tramitação, dos quais 2 da Meta 2/2013, 10 da Meta 18/2013 e 2 da Meta 4/2014.

O tempo médio para publicação não foi estimado, mas o certo é que, em regra, o de 10 dias do CNJ vem sendo cumprido, embora no período inspecionado tenham sido registrados 57 processos com publicação em prazo superior a 10 dias, com 4 acórdãos ainda pendentes de publicação.

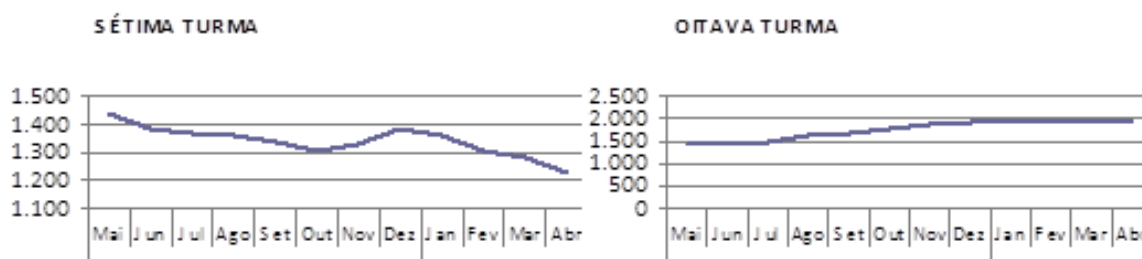
Quanto à tramitação, dados estatísticos da 8ª Turma revelaram que, ao contrário da 7ª, havia tendência de crescimento do estoque, o que torna imprescindível a adoção de meta específica, em conjunto com os Gabinetes, no sentido de, em curto prazo, estancar o aumento e, em médio prazo, começar a diminuir o acervo processual em tramitação.

No ponto, merecem ser vistos o quadro estatístico e os gráficos abaixo:

Quantidade de processos judiciais em Tramitação - Período: Maio/2013 a Abril/2014

Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
SÉTIMA TURMA	1.438	1.386	1.370	1.361	1.337	1.304	1.331	1.383	1.363	1.307	1.278	1.228	1.341
OITAVA TURMA	1.436	1.445	1.495	1.630	1.697	1.784	1.875	1.935	1.945	1.922	1.933	1.906	1.750
Total	####	#####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	17.485

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados obtidos da Diretoria de Tecnologia de Informação, consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão.



A análise processual dos feitos da amostragem constou da listagem de inspeção com o apontamento das situações específicas relevantes para efeito de acompanhamento da gestão do acervo processual.

O acervo em tramitação, quando da inspeção, era de 1.935 processos, com tendência de aumento do estoque de processos, fato negativo a exigir a adoção de meta específica para, em curto prazo, impedir o aumento do acervo e, em médio prazo, começar a diminuí-lo.

Todavia, fatores indicaram a plena possibilidade de, em curto prazo, ter início a diminuição do estoque. Primeiro, de acordo com dados estatísticos, a distribuição tem sido uniforme, nos últimos 5 anos, não existindo, pois, previsão de aumento da demanda ou, se houver, não seria significativo. Segundo, os Desembargadores João Pedro Gebran Neto e Leandro Paulsen, novos integrantes da Turma, estavam estruturando o serviço e qualificando os servidores que não tinham maior vivência com a área criminal, com a expectativa de que seja acentuado o aumento da produtividade.

O quadro funcional de 7 servidores, muito embora a Diretora de Secretaria tenha ressaltado a necessidade de maior número, parece suficiente para a carga de serviço existente, até porque a tendência é de que, com o crescimento do número de processos eletrônicos, a carga de trabalho seja diminuída, tendo em consideração, ainda, o quadro de distribuição estabilizada.

Conforme demonstrado pelos registros no exame dos processos inspecionados, a Secretaria da 7ª Turma trabalhou com eficiência, porém, apesar da existência de portaria autorizando seja solicitada a devolução dos processos com excesso de prazo, a medida não vem sendo adotada ou, se adotada, como afirmado pela Diretora de Secretaria na visita *in loco*, não tem surtido o efeito desejado, o que tem comprometido a duração razoável de alguns feitos. Havia casos como o do processo 0000496691200084047116, em que os autos foram para o Ministério Público em 12/9/2013, mas apenas devolvidos, com parecer, em 4/4/2014. Houve casos de demora superior a 1 ano, como na Apelação Criminal 0005658-39.2004.404.7009, em que os autos foram com vista ao Ministério Público em 23/3/2013 e foram devolvidos apenas em 28/3/2014.

6. RECOMENDAÇÕES

Diante das observações constantes da listagem inspecionada, as recomendações são as seguintes para a Secretaria: cumprir, de forma mais efetiva, a portaria que permite solicitar a devolução dos processos com vista ao Ministério Público por prazo superior a 60 dias; priorizar o processamento dos feitos, em tramitação na unidade, inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça, no caso e na oportunidade, 2 da Meta 2/2013, 10 da Meta 18/2013 e 2 da Meta 4/2014; e estabelecer meta específica, em conjunto com os Gabinetes, no sentido de, em curto prazo, estancar o aumento do estoque e, em médio prazo, começar a diminuir o acervo de processos em tramitação nas respectivas unidades.

E. UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. Órgão:** Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
- 1.2. Presidente:** Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, desde fevereiro/2014.
- 1.3. Diretora:** Lilian Rose Cunha Motta, desde agosto/2005 (em exercício, Sibeles de Almeida Vaucher).
- 1.4. Quadro de pessoal:** 7 servidores e 2 estagiários.
- 1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade:** não informado.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

Em tramitação havia, em abril/2014, 759 processos, menos do que na autoinspeção de 2013 (1.530) e na inspeção de 2012 (1.251). O acervo de sobrestados era de 338 processos.

No perfil do acervo, ante as prioridades fixadas pelo CNJ, verificou-se a existência de 1 processo da META 2/2009, 2 da META 2/2013 e 5 da META 2/2014.

No período de maio/2013 a abril/2014, foram lavrados 1.071 acórdãos e publicados 1.031, observando-se o tempo médio de 2 dias, porém 10 acórdãos haviam excedido o prazo da META 4/2010 CNJ e, em abril/2014, 40 acórdãos ainda estavam pendentes de publicação.

Havia 3 processos com carga ou vista, o mais antigo desde 23/4/2014; 17 no aguardo de resposta a ofício ou cumprimento de diligência, sendo que o mais antigo desde 10/3/2014; e apenas 1 com pendência de juntada de petição, ofício ou documento, desde 29/4/2014.

Quanto a processos sem movimentação por prazo superior a 90 dias, foram localizados 8 na Secretaria e 427 nos Gabinetes da TRU, sendo que o mais antigo desde 21/7/2012.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A unidade revelou ótima organização, com distribuição das tarefas por equipes, que estavam bem coordenadas pela Desembargadora Federal e pela Diretora.

Os processos eletrônicos estavam localizados automaticamente pelo sistema E-Proc, acessível a todos os servidores.

4. OBSERVAÇÕES GERAIS

Além da coordenação e controladoria administrativa e o planejamento estratégico dos 135 Juizados Especiais Federais e 12 Turmas Recursais da 4ª Região, a COJEF ainda cuida da administração e organização da atividade jurisdicional da Turma Regional de Uniformização, integrada por 3 órgãos.

Em primeiro lugar, compõe a estrutura da TRU a respectiva Presidência, competente para apreciar a admissibilidade do incidente de uniformização regional, quando não admitido pela Presidência da Turma Recursal, e do incidente de uniformização nacional e do recurso extraordinário interpostos contra a TRU; além de caber-lhe voto de desempate no incidente de uniformização regional julgado pela TRU. Também integram tal estrutura os Gabinetes dos relatores da TRU, com competência para o julgamento do incidente de uniformização regional; e, assim, igualmente, a Secretaria da TRU, com atribuições para o processamento dos feitos do Gabinete da Presidência e da Turma Regional de Uniformização.

5. RECOMENDAÇÕES

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – SISTEMA DE CONCILIAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos/Sistema de Conciliação do TRF4.
- 1.2. **Presidente do órgão:** Desembargador Federal **JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA**, desde junho/2013.
- 1.3. **Quadro de pessoal:** 10 auxiliares (7 servidores efetivos e 3 estagiários).
- 1.4. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 1 FC3 e 1 FC4.

2. ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE

Estrutura organizacional: o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Coordenadoria do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região) subordina-se à Presidência do Tribunal e tem como titular o Desembargador Federal (Coordenador Geral), com atribuições previstas no art. 54 do Regimento Interno do Tribunal. Compete ao Plenário escolher o Desembargador que integrará a Coordenação da Conciliação (art. 11, do Regimento Interno) com mandato de 2 anos. É de competência da Corte Especial Administrativa instituir normais regimentais para o funcionamento da Coordenadoria da Conciliação (inc. X, art. 13, do Regimento Interno). Subordinada à Coordenadoria está a Divisão de Apoio ao Sistema de Conciliação, cujas atribuições foram aprovadas pela Portaria 291, de 1º/4/2011, da Presidência, publicada no DE em 27/4/2011.

Estrutura Administrativa: PRES/SISTCON – Coordenadoria do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região/PRES/SISTCON/DSCON – Divisão de Apoio ao Sistema de Conciliação: 3 servidores, nas seguintes funções: Diretor de Divisão (CJ-2); Assistente Administrativo/Judiciário IV (FC-04) e Assistente Administrativo/Judiciário III (FC-03); mais 4 servidores e 3 estagiários. Por força do art. 1º da Resolução 15, de 14/3/2011, a Coordenadoria do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região - SISTCON - passou também a atuar como Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; e, nos termos do art. 3º do mesmo ato normativo, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, junto às Seções Judiciárias, atuam mediante a especialização de atividades segmentadas para: I - solução de conflitos pré-processuais; II - soluções de conflitos processuais; e III - atendimento e orientação à cidadania.

3. OBSERVAÇÕES GERAIS

A experiência do Sistema de Conciliação do TRF4 foi instalada e tem apresentado ótimos resultados. O total de processos em tramitação na unidade era de 945, sendo 864 físicos e 81 eletrônicos. O número de servidores em atividade-fim era de 7, e a relação de processos em atividade-fim era de 135.

No último ano, foram realizadas 38.315 audiências de conciliação e homologados 26.241 acordos, equivalente a 68,49% das propostas.

O núcleo atua sob a coordenação do Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira, que comemora os resultados obtidos com o sistema de conciliação em toda a região sul, notadamente em feitos relativos ao INSS, à Caixa Econômica Federal e aos conselhos profissionais. A autarquia previdenciária possui, ao lado da instalação física do Sistema de Conciliação, representação de pessoal, capacitada inclusive para elaborar cálculos, facilitando muito a concretização de propostas.

O magistrado explicou que, nos feitos com necessidade de perícia médica, o exame respectivo é realizado no primeiro momento do processo e, à vista do laudo produzido, o acordo é tentado, muitas vezes evitando qualquer discussão ou decisão.

Também mereceu destaque do magistrado a atuação do Sistema de Conciliação em ações de desapropriação.

Outro aspecto digno de nota foi a edição da Resolução 67, de 6/5/2014, do TRF, que prevê a expedição, no âmbito do Sistema de Conciliação, de precatórios e RPVs em acordos homologados no Tribunal em processos da competência delegada. Até então, os pagamentos eram feitos por intermédio da Vara de origem e geravam muitas reclamações dos advogados. Agora, os autos retornam à origem apenas para serem arquivados.

O Tribunal foi um dos vencedores da 4ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, do CNJ, pelos projetos: Audiências Itinerantes na 4ª Região, Fórum de Conciliação Virtual e Caravana da Conciliação na Seção Judiciária de Santa Catarina.

Há ainda previsão de instalação, em julho/2014, de Vara especializada em conciliação, na Subseção Judiciária de Porto Alegre.

A unidade ultrapassou, com folga, a Meta 5 de 2013, do CNJ – designar audiências e realizar as demais atividades de conciliação em número maior do que em 2012 –, atingindo o índice de 123,68%.

4. RECOMENDAÇÕES

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL – EMAGIS

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Escola de Magistratura Federal da 4ª Região – EMAGIS.
- 1.2. **Diretor:** Desembargador Federal **CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ.**
- 1.3. **Quadro de pessoal:** 23 auxiliares (19 servidores e 4 estagiários).
- 1.4. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** não informado.

2. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe constatou, quanto à estrutura física, que houve mudança para espaço maior desde a última inspeção, o que permitiu melhor acomodação dos servidores em razão do aumento do quadro funcional motivado pela maior demanda de trabalho.

Embora sem alteração formal no organograma, houve especificidade e refinamento das atribuições da EMAGIS, com maior rigor no sentido do cumprimento de parâmetros fixados para as escolas nacionais de formação, o que acabou por exigir uma série de ações de planejamento e sistematização no oferecimento de cursos.

Foi adotado, ademais, modelo de projeto pedagógico de acordo com as diretrizes da ENFAM e CEJ, com adequação às necessidades de formação e aperfeiçoamento dos magistrados da Justiça Federal da 4ª Região.

Para 2014 foi prevista a realização do 1º Curso de Formação de Formadores para Juízes da Justiça Federal da 4ª Região em parceria com o CEJ e ENFAM. O curso encontrava-se previsto para o período de 6 a 13/6/2014 com a participação de magistrados da ENM França, cabendo registrar que a assessora da EMAGIS participou em junho/2013 de curso de formação de formadores oferecido pelo CEJ e ENAMAT, com a docência da mesma ENM França.

Em termos de capacitação da equipe administrativa e pedagógica para adaptação ao novo PNA, as ações foram promovidas exclusivamente pela ENFAM e CEJ, e não pela EMAGIS.

Na unidade inspecionada verificou-se existirem sistemas informatizados para ações de seleção (concurso), aperfeiçoamento (ensino) e reprodução do conhecimento (revistas *online*).

No âmbito das ações educacionais e, mais especificamente, quanto à formação inicial, a EMAGIS realizou, no próprio ano de 2013, o 1º curso nos moldes da Resolução 233, conforme resumo de módulos abaixo:

MÓDULO	Período de Realização
Módulo Introdutório Introdução ao Curso de Formação Inicial Coordenação: Desembargadores Federais Otávio Roberto Pamplona e Ricardo Teixeira do Valle Pereira	14 a 18/10/2013
Módulo I Estrutura Administrativa e Judiciária da Justiça Federal Coordenação: Juiz Federal Eduardo Toneto Picarelli	21 a 28/10/2013
Módulo II Capacitação em Recursos da Informação Coordenação: Juiz Federal Eduardo Toneto Picarelli e Cristian Prange – Diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação do TRF4R	24 e 25 a 30/10/2013
Módulo III Magistratura: Ética e Deontologia Coordenação: Juiz Federal Artur César de Souza	4 a 8/11/2013
Módulo IV Ciências Sociais Aplicadas ao Exercício da Magistratura Coordenação: Juiz Federal Roger Raupp Rios	11 a 14 e 18 a 19/11/2013
Módulo V Aspectos Psicológicos do Juiz e da Magistratura Coordenação: Juiz Federal Hermes Siedler e Elizabeth Schefer – Diretora da Secretaria da Saúde	19 a 22 e 25 a 26/11/2013
Módulo VI Prática Penal Coordenação: Juiz Federal Ricardo Rachid e Juiz Federal Daniel Marchionatti Barbosa	26 a 29/11 e 2/12/13
Módulo VII Hermenêutica e Técnicas de Elaboração de Sentença Coordenação: Juiz Federal Gilson Jacobsen	3 a 4 e 11 a 13/12/2013
Módulo VIII Juizados Especiais Federais Coordenação: Juiz Federal João Batista Lazzari	5 a 6 e 9 a 10/12/2013
Módulo IX Impacto Econômico e Social das Decisões Judiciais Coordenação: Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva	16 a 19/12/2013

Módulo X Prática Jurisdicional Preparatória	20/12/2013 a 6/1/2014 e 13 a 31/1/2014
Coordenação: Juíza Federal Vânia Hack de Almeida	
Módulo XI Relações Interpessoais e Interinstitucionais	7 a 11/1/2014
Coordenação: Juíza Federal Taís Schilling Ferraz	
Módulo XII Administração Judiciária e Planejamento Estratégico	3 a 7/2/2014
Coordenação: Juíza Federal Vera Feil Ponciano	
Módulo XIII Segurança para magistrados	7/2/2014
Coordenação: Desembargadora Federal Vivian J. Pantaleão Caminha	

Além do quadro expositivo acima, a EMAGIS apresentou, para registro, as ementas e fichas pedagógicas dos conteúdos de cada um dos módulos previstos para o curso de formação inicial ministrado.

Acerca da formação continuada, as ações da EMAGIS, diante do disposto no art. 19 da Resolução 233/2013, ainda foram incipientes, em razão principalmente da falta de pessoal qualificado e do número insuficiente de servidores que não permitiram manter 3 programas distintos. A unidade tem procurado manter cursos que atendam a ambas as demandas simultaneamente, adotando, em algumas oportunidades, o ensino a distância para os programas dos juízes em fase de vitaliciamento.

A EMAGIS apresentou relatório de atividades, buscando demonstrar o volume e tipo de ações relativamente ao programa de aperfeiçoamento para vitaliciamento e promoção de magistrados, incluindo cursos de pós-graduação, divulgação de pesquisas, monografias e anais de eventos, e cursos complementares. Foram destacados, nas diversas ações, dados concernentes à coordenação científica, colaboradores, público-alvo, objetivo geral, modalidade, local de realização, período, carga horária, módulos e estrutura curricular do curso, total de inscritos e número de participantes com aproveitamento, avaliação e custo envolvido.

A avaliação dos magistrados em formação foi feita por meio da elaboração e análise de artigos, estudos de casos e relatório de atividades, enfatizando a importância de efetiva correlação entre os conteúdos ministrados e a jurisdição praticada.

Foi instituído, no âmbito da unidade, o Prêmio EMAGIS de Gestão para fomentar ações de pesquisa, sem prejuízo da organização de grupos de trabalho para desenvolvimento de pesquisa em temas da jurisdição federal. Para atingir suas finalidades a unidade firmou acordos de cooperação técnica com outras escolas.

Na análise de desempenho, a unidade informou buscou aprimorar atividades de metodologia, elaboração de relatórios e avaliação de resultados, já tendo adquirido, ao longo do tempo, significativa experiência na formação de relatórios. Destacou que, ao final de cada ação educativa, procedeu à aplicação de instrumento de avaliação de reação em que possível prospectar necessidades de aperfeiçoamento.

Para os fins dos arts. 7º e 8º da Resolução CNJ 159/2012, foi constituída a Unidade Gestora da Escola com orçamento próprio, embora o ordenador de despesas continue sendo o Presidente do TRF4, valendo-se a EMAGIS das estruturas administrativas da Corte para operacionalização do orçamento.

O planejamento estratégico é anual e alinhado ao da Justiça Federal, sendo feito, a cada 2 anos, o levantamento das necessidades de aperfeiçoamento diretamente junto aos magistrados da Justiça Federal 4ª Região.

Verificou-se, enfim, a propósito das dificuldades existentes que as principais a serem vencidas dizem respeito, primeiramente, à inexistência de estrutura organizacional e funcional especializada para atender às exigências contidas na Resolução CJF 233/2013, especialmente quanto ao quadro de servidores, embora já tenha sido enviado projeto de reestruturação para deliberação do STJ; e, em segundo lugar, à falta de compatibilidade e harmonia entre normas editadas pelo CNJ, ENFAM e CJF, que acabam gerando óbices à execução das atividades da EMAGIS. Também foi registrada a necessidade de maior integração entre os diversos órgãos do TRF4 no sentido de possibilitar a formatação de ações educacionais profissionalizantes voltadas para os interesses institucionais e dos magistrados em prol de uma jurisdição célere e eficaz.

3. RECOMENDAÇÕES

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

G. OUTRAS UNIDADES

DIVISÃO DE CÁLCULOS JUDICIAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. Órgão:** Divisão de Cálculos Judiciais.
- 1.2. Diretor:** Paulo Henrique Souza da Silva, desde junho/2009.
- 1.3. Quadro de pessoal:** 6 servidores e 2 estagiários.
- 1.4. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 2 FC2 e 2 FC4 .

2. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade estava organizada em 2 setores de cálculos, os administrativos e tributários e os previdenciários, com 2 servidores cada, distribuindo-se o serviço de acordo com tal critério.

Os processos foram triados para definição do tipo de cálculo necessário, tendo sido distribuídos, em 2014, 43 novos feitos à unidade.

Os processos físicos estavam localizados conforme data de chegada em armários, enquanto os eletrônicos foram localizados automaticamente pelo sistema E-PROC.

Os cálculos feitos por um servidor foram revisados por outro, sendo adotada planilha Excel com informações sobre data de entrada do processo, resumo do despacho, servidor responsável, Gabinete de origem e localização no armário.

A força de trabalho era de 5 servidores, o que se revelou suficiente, pois o acervo em tramitação somava 53 processos, resultando na relação de pouco mais de 10 feitos por servidor, demonstrando existirem condições para regularidade do serviço, estando, ademais, implantado o EPROC com processos eletrônicos, facilitando o controle dos feitos em tramitação na unidade.

A Divisão realizou reuniões periódicas para discussão das respectivas atividades com a definição de padrões, metas e prazos. O contato diário entre servidores gerou a troca de experiências e a readequação das atividades, além de ter mantido o ambiente harmônico.

O tempo médio de tramitação processual informado foi de 16 dias, mas 10 feitos estavam sem tramitação, na unidade, havia mais de 90 dias (50182603720134040000, 50114089420134040000, 00007552120134040000, 50579204920114047100,

50539069420124047000, 200970990005695, 50009389720114047202, 50157253820134040000, 00180349320134049999 e 00090771120104049999).

Os feitos com prioridade legal (basicamente previdenciários) foram listados para exame por ordem de antiguidade.

Os controles estatísticos foram mantidos em planilha Excel, indicando lista de feitos em tramitação, prioridades, tempo de permanência, despacho proferido, data de autuação, além de gráficos de produção.

3. RECOMENDAÇÕES

Priorizar cálculos nos processos sem andamento para reduzir tempo de permanência na unidade, considerando o apontamento de casos paralisados havia mais de 90 dias.

SECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS - SRIP

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. Órgão:** Secretaria de Registros e Informações Processuais - SRIP.
- 1.2. Diretor:** Adelar Geronimo Gallina.
- 1.3. Quadro de pessoal:** 23 servidores.
- 1.4. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 2 CJ1, 1 CJ2, 1 FC2, 4 FC4, 5FC5 e 1 FC6.

2. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade atua nos setores de distribuição, informações processuais e apoio ao usuário do processo eletrônico, tratando-se de órgão vinculado à Diretoria Judiciária do TRF4. O quadro funcional era de 23 servidores efetivos, dos quais 14 com atuação na área fim. Havia em tramitação, na ocasião, 1.450 processos, gerando a relação de aproximadamente 104 feitos por servidor, o que se mostrou adequada para a gestão processual e administrativa.

Não havia feitos da inspeção anterior com pendências para acompanhamento na atual.

Os processos físicos estavam localizados em estante-portas junto a cada setor de atuação. Verificou-se o recebimento diário de autos, com triagem preliminar em relação à competência do TRF, separação de execuções fiscais e feitos previdenciários relativos à competência federal delegada, assim como de distribuições novas de redistribuições e reativações.

Para controle do acervo foram usadas planilhas, com a totalização de recebimentos e distribuições, e relatórios do SIAPRO para acompanhamento de produtividade individual; e, no tocante a petições físicas, o controle ocorreu através do SUP (sistema único de protocolo) e de lembretes no SIAPRO.

O planejamento das atividades foi feito em reuniões da Secretaria, reuniões das áreas e reuniões de coordenação, buscando organização de tarefas, otimização de rotinas e análise de desafios propostos para a equipe e definições. As atividades foram divididas pela equipe conforme necessidade do trabalho e perfil de cada servidor, em prejuízo da ação conjunta em determinadas tarefas, sempre com metas individuais, principalmente na área de atuação e distribuição, por exemplo, 24 horas para agravos de instrumento, feitos criminais e redistribuições; e mínimo de 15 processos/dia por servidor para apelações em geral.

As metas foram controladas periodicamente pelos supervisores, mas sem prejuízo da concepção de corresponsabilidade e cooperação das diversas áreas para atendimento das tarefas a cargo da SRIP, este aspecto da gestão revelou-se como boa prática, juntamente com a descentralização das decisões com orientações claras dadas à equipe, o acesso à informação necessária à execução das tarefas a partir de *home page* interna, e o estímulo ao bom ambiente de trabalho.

O tempo médio de tramitação dos feitos na unidade foi de 24 horas para urgências e de 10 dias para as apelações cíveis, ressalvadas as prioridades legais.

No tocante a rotinas internas, constatou-se que a SRIP atendeu pedidos de certidões de distribuição, entregando-os ao solicitante geralmente por *e-mail*; realizou atos de ofícios como redistribuições por erro de distribuição conforme instrução normativa da Corte, e remessa direta ao MPF de feitos com interesse de incapaz; e promoveu registros de recebimento de processos para redistribuição e de retificação de autuação.

No cumprimento da META 10/2010 CNJ foi utilizado o SISCO, *e-mail* e malote digital.

O atendimento de advogados, por *e-mail* ou presencialmente, realizou-se, sobretudo, para prestação de informações, orientação e apoio na utilização do processo eletrônico, e protocolo de iniciais distribuídas em meio físico.

Dentre as conquistas institucionais foram destacadas a melhoria organizacional, a transparência administrativa, o engajamento funcional em projetos de aperfeiçoamento e a constante capacitação de servidores e em tecnologia.

3. RECOMENDAÇÕES

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

SECRETARIA DE PRECATÓRIOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1. **Órgão:** Secretaria de Precatórios.
- 1.2. **Competência:** administrativa - processamento de precatórios e RPVs.
- 1.3. **Diretor:** Álvaro Madsen, desde outubro/2000.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 18 servidores efetivos.
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ1, 1 CJ2, 5 FC4, 3 FC5 e 1 FC6.

2. OBSERVAÇÕES GERAIS

A equipe de inspeção compareceu à Secretaria de Precatórios em 16/5/2014, órgão com função precípua de executar e controlar atividades de recebimento, autuação, acompanhamento e pagamento de requisições de pagamento (requisições de pequeno valor e precatórios). Na ocasião da visita estava presente o servidor substituto do Diretor, Roger Rodrigues da Silveira, vez que o titular estava em viagem a serviço.

A Secretaria de Precatórios, vinculada à Diretoria Judiciária, estava estruturada com 1 divisão, 1 núcleo, 3 seções e 4 setores. Havia, em abril/2014, 62.000 processos em tramitação na unidade, resultando na relação de 3.444 processos por servidor, indicando elevada carga de trabalho, embora com constatação de regularidade geral dos serviços.

O pagamento de requisições tem operado integralmente em sistema eletrônico, incluindo requisições da Justiça Estadual no exercício de competência delegada, gerando agilidade e segurança à atividade.

Foi detectada a existência de pequeno acervo de processos físicos, constituindo remanescente de precatórios sujeitos a pagamento parcelado. Os autos encontravam-se acondicionados em estantes identificadas por tipo de processo e especificidade dentro da própria unidade.

O controle do acervo utilizou o sistema SIAPRO, que tem se mostrado suficiente para tanto, com o registro de movimentações dentro da própria unidade. Desde a implantação do sistema eletrônico de requisições, os prazos não sofreram atrasos.

As atividades foram distribuídas levando-se em conta habilidades e conhecimento da matéria, verificando-se estabilidade no quadro de servidores nas funções, favorecendo a especialização. A unidade estabeleceu que o grupo responde por todo o serviço, com designação e acompanhamento de tarefas pelo Diretor.

As férias são organizadas sem interrupção das tarefas específicas de determinado servidor em períodos críticos. Por exemplo, os servidores envolvidos com a elaboração da proposta orçamentária não puderam tirar férias no mês de julho. A unidade utilizou como critério para substituição de funções comissionadas o mérito e capacidade de desenvolver a atividade, surtindo efeito positivo nos trabalhos, verificado pelo seu cumprimento sem atrasos.

O tempo médio de tramitação dos feitos observou a legislação: 50 dias para RPVs e aproximadamente 600 dias para precatórios.

O atendimento de partes e advogados tem sido feito de forma presencial, não se admitindo a retirada em carga, salvo a rápida para cópias mediante retenção do documento do solicitante. O processo eletrônico possibilitou consulta direta, no próprio sistema, do andamento dos pagamentos das requisições.

Não se realiza controle de petições para juntada, vez que inexistente retirada de autos em carga, sendo elas juntadas imediatamente.

A unidade cumpriu integralmente a META 10/2010 CNJ, já que toda comunicação tem sido feita eletronicamente.

Observa-se que, a Secretaria de Precatórios revelou-se dotada de estrutura física adequada para realizar suas tarefas e de quadro de servidores suficiente. Possui número razoável de funções comissionadas, permitindo manter quadro de servidores de forma estável, refletindo positivamente no rendimento do serviço, ao favorecer a especialização nas diferentes funções. Não havia determinações pendentes de cumprimento da inspeção anterior. Destacou-se como importante para o aperfeiçoamento do serviço a interlocução direta com a Presidência do Tribunal, que sempre encaminhou e procurou atender às sugestões e reivindicações da unidade. O mesmo foi dito em relação ao setor de informática. Houve menção, ainda, como decisivo para a eficiência na prestação do serviço, a informatização crescente, a desburocratização, os controles constantes e a contínua revisão dos procedimentos.

3. RECOMENDAÇÕES

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

H. UNIDADES ADMINISTRATIVAS

INTRODUÇÃO

Entre os dias 12 e 23/5/2014 realizou-se inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal no TRF4. Convocada a auxiliar nos trabalhos, a Secretaria de Controle Interno do Conselho da Justiça Federal indicou servidores para integrar a equipe administrativa, que esteve nas dependências da Corte, aplicando técnicas previstas e reguladas pela Resolução CNJ 171/2013, quais sejam: análise documental, circularização, inspeção física, exame de registros e entrevistas.

A equipe administrativa da inspeção foi composta pelos seguintes servidores efetivos do quadro de pessoal do CJF: Cláudio Oliveira Nascimento, Débora Cristina Jardim Vaz, Eduardo de Seixas Scozziero, Paulo José Ribeiro Alves, Paulo Martins Inocêncio, Rafael de Figueiredo Santos e Roberto Junio dos Santos Moreira.

Durante a preparação para a inspeção, foram solicitadas informações sobre contratos vigentes, aplicados questionários sobre quadro de pessoal do Tribunal, sobre governança de TI e sobre segurança institucional do TRF4, especialmente sobre áreas de segurança e transportes. De posse das informações, foram selecionados processos e fichas funcionais que constaram da amostra analisada durante os trabalhos. Como critério de seleção dos processos e informações para composição da amostra a ser analisada destacou-se a materialidade, o risco e a relevância.

Serviram como amostragem para a inspeção:

- ✓ Relatório de Inspeção 2012.
- ✓ Informações de pessoal, segurança institucional e tecnologia da informação, solicitadas de acordo com a metodologia descrita nos tópicos específicos.
- ✓ Contratos: 14/2013, 15/2013, 69/2013, 70/2012, 1/2013, 7/2013, 62/2013, 55/2011 e 61/2011.

Foram especificamente inspecionadas as seguintes áreas do TRF4:

- ✓ Controle interno – licitações e contratos
- ✓ Segurança institucional
- ✓ Tecnologia da informação
- ✓ Recursos humanos

- ✓ Estatística
- ✓ Sistemas Judiciais Eletrônicos.

CONTROLE INTERNO – LICITAÇÕES E CONTRATOS

ACHADO 1 - MORA NA APURAÇÃO E DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A INSUFICIÊNCIA DOS ESTUDOS PRELIMINARES À EXECUÇÃO DAS OBRAS.

CONTRATO: 61/2011

O art. 66 da Lei 8.666/1993 prevê que o contrato firmado entre a Administração e as empresas fornecedoras de bens ou prestadoras de serviços deve ser executado fielmente pelos contratantes, cabendo a responsabilização destes por todas as consequências decorrentes da inexecução total ou parcial das cláusulas avençadas e dos dispositivos da Lei de Licitações.

Nos processos administrativos que versam sobre a construção do Edifício Sede da Subseção Judiciária de Blumenau/SC concluiu-se que os serviços de sondagem, realizados pela empresa Testesolo que antecederam ao lançamento dos alicerces da citada edificação, foram mal executados.

No Processo 12.1.000154977-0, que trata do 1º termo aditivo ao Contrato 61/2011, consta a informação DIOBRAS 1195114, com o seguinte relato:

(...) como já descrito no Relatório Técnico de Obra DIOBRAS SEI 1180800 os perfis de sondagem realizados pela Testesolos Sondagens não corresponderam ao encontrado em campo durante a execução das fundações. A construtora Normandia teve de realizar furos adicionais com a Marcon Sondagens, que encontrou perfis de solo bastante diversos do apresentado pela Testesolo na primeira campanha de sondagem no terreno.

De acordo com os pareceres juntados aos autos, em decorrência do laudo elaborado pela empresa Testesolo Sondagens, ocorreu “*uma série de problemas nas estacas e blocos de fundações que foram construídos conforme projetos da licitação, que basearam-se nesta sondagem equivocada*” (Informação DIOBRAS 1180800).

Diante disso, foram firmados 2 termos aditivos, cujo custo adicional dos reforços foi de **R\$ 2.628.734,48**, para acrescentar os serviços inicialmente não previstos, quais sejam:

1º TA: elaboração de projetos de fundações e de estruturas, cravação de estacas pré-moldadas de concreto e perfis de aço, escavação, demolição de blocos de fundação e execução de novos blocos necessários para o reforço das fundações.

2º TA: execução de reforços de fundações com perfis de aço, escavação, demolição de blocos de fundação, demolição de vigas de baldrame e cisterna, com execução de novos blocos e refazimento da cisterna e das vigas, bem como os re-bars do sistema de SPDA.

Concomitantemente à execução dos serviços adicionais, o TRF4 inaugurou procedimento administrativo para tomada de providências quanto à suposta sondagem mal executada.

Nesses autos, foi inicialmente consultado o CREA/SC sobre que procedimento adotar quanto à empresa Testesolo. Em resposta, aquele Conselho informou que instaurou processo administrativo-disciplinar em desfavor da empresa e do respectivo engenheiro.

Além disso, a Assessoria Jurídica do TRF4 foi consultada quanto às demais providências a serem adotadas, concluindo:

Nesse contexto, sugere-se a notificação da contratada para apresentar defesa quanto à possibilidade de aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota fiscal por inadimplemento do contrato, bem como das penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Por outro lado, diante dos fatos narrados, considera-se adequada a remessa do processo e cópias de documentos à Advocacia Geral da União para efeito de análise da viabilidade do ajuizamento de ação de responsabilidade civil por ato ilícito, nos termos do Código Civil vigente.

Todavia, verifica-se que o processo aberto para a tomada de providências ainda não se encontra findo e não há menção de ofício à Advocacia-Geral da União e nem consulta à Assessoria de Gestão de Obras da Justiça Federal do Conselho da Justiça Federal, órgão consultivo ligado à Presidência do Conselho da Justiça Federal.

RECOMENDAÇÕES

- I. Concluir, em 30 dias, o procedimento contido no Processo Administrativo 0005426-46.2013.4.04.8000, identificando e responsabilizando os agentes que possam ter causado dano à Administração;
- II. Após o procedimento estabelecido no item anterior, encaminhar cópia dos autos, com as providências adotadas, à Assessoria de Gestão de Obras da Justiça Federal para ciência e manifestação, caso a ASSEGO entenda conveniente;
- III. Caso o Processo Administrativo 0005426-46.2013.4.04.8000 conclua pela existência de responsabilidade civil de alguma das partes envolvidas, o TRF4 deve adotar as seguintes providências:
 - a) oficiar a parte envolvida para devolução dos valores ao erário, obedecendo os ditames da Lei 9.784/98 e os princípios do contraditório e da ampla defesa; e
 - b) caso haja recusa, submeter cópia dos autos à Advocacia-Geral da União para proceder à cobrança judicial.

ACHADO 2 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS SEM COBERTURA CONTRATUAL

CONTRATO: 61/2011

A Lei de Licitações prevê em seus arts. 60, 61 e 62 que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras e de pronto pagamento. Além disso, a publicação, na imprensa oficial, do instrumento de contrato e de seus respectivos aditamentos, além de ser condição para a sua eficácia, é obrigatória nos casos de concorrência.

É pacífica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União quanto à inviabilidade de prestação de serviços sem a respectiva cobertura contratual, bem como a necessidade de formalização das alterações que se mostrarem necessárias.

Nessa esteira, os seguintes excertos de precedentes do TCU:

Formalize os devidos instrumentos de contrato nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem assim nas contratações mediante dispensa ou inexigibilidade cujos preços estejam compreendidos nos limites dessas duas modalidades de licitação, de modo a dar atendimento ao art. 62, *caput*, da Lei no 8.666/1993¹.

Formalize as alterações que se fizerem necessárias nas condições inicialmente estabelecidas no contrato, em observância às normas legais e regulamentares, de modo a afastar a configuração de realização de acordo sem o devido amparo contratual².

No entanto, conforme se verifica da análise do processo administrativo 12.1.000154977-0, consta a informação 1259051, da Divisão de Obras do TRF4, relatando que a empresa Normandia antecipou-se à formalização, executando o objeto do termo aditivo antes da sua assinatura e publicação.

A despeito da menção de que a empresa iniciou os trabalhos “*por sua conta e risco*”, a prática vislumbrada no presente caso vai de encontro aos dispositivos e julgados citados, sendo admitida somente nas hipóteses em que circunstância emergencial possa ser devidamente justificada no respectivo processo administrativo, o que não se verificou no presente caso – a preservação do cumprimento do cronograma físico-financeiro, alegação da empresa, não caracteriza por si só a circunstância emergencial.

RECOMENDAÇÃO

¹ Acórdão TCU 1292/2003 – Plenário.

² Acórdão TCU 1932/2009 – Plenário.

Vedar a execução de serviços sem a formalização do contrato ou de seus aditamentos, excetuando-se as hipóteses de situações emergenciais devidamente justificadas nos autos administrativos da contratação.

ACHADO 3 - INSUFICIÊNCIA DO RELATÓRIO DE SONDAGEM DO TERRENO

CONTRATO: 61/2011

Nota-se que as dificuldades na execução da obra de Blumenau iniciaram-se na sondagem supostamente equivocada do terreno, o que se verificará ao cabo do procedimento administrativo de tomada de providências (Processo Administrativo 0005426-46.2013.4.04.8000), conforme recomendado em achado anterior.

No entanto, já é possível verificar a necessidade de utilização de controle interno administrativo que mitigue o risco do dano ora verificado, uma vez que, em obras desse porte, tal equívoco pode gerar danos milionários ao erário, como se verificou no presente caso, sem contar o imensurável dano decorrente dos atrasos ao cronograma físico-financeiro do empreendimento.

RECOMENDAÇÃO

Determinar à Divisão de Obras do TRF4 que estabeleça controle interno administrativo consistente em meio técnico hábil a verificar, antes do início das obras, eventuais equívocos no laudo da sondagem ou no projeto executivo balizador da obra.

ACHADO 4 - NÃO MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

CONTRATO: 55/2011

O art. 55, XIII, da Lei 8.666/1993 prevê que os contratos administrativos conterão, obrigatoriamente, cláusulas que estabeleçam “a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação”.

Já o art. 27, III, da Lei de Licitações define como critério de habilitação das empresas licitantes a qualificação econômico-financeira, definindo no art. 31, §§ 1º e 5º, que:

A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não

usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Da conjugação dos dispositivos citados, verifica-se a necessidade de manutenção da qualificação econômico-financeira da empresa durante toda a execução contratual como condição *sine qua non* para a prestação de serviços.

Por se tratar de cláusula obrigatória de todos os contratos administrativos, o seu não cumprimento dá ensejo à rescisão unilateral do contrato, conforme é possível verificar da leitura do art. 78, inc. I, c/c art. 79, inc. I, ambos da Lei de Licitações.

No entanto, da análise do Contrato 55/2011, firmado entre o TRF4 e a empresa Engefort Construções LTDA. para a construção do edifício sede da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu/PR, apurou-se dúvida quanto à manutenção da citada exigência legal pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

É notória a dificuldade financeira da empresa ora contratada que, inclusive, se encontra em Recuperação Judicial, situação ocorrida após a assinatura do Contrato 55/2011.

Corroborar tal impressão o fato de que a empresa vem sendo multada na razão de 5% pela não apresentação das certidões negativas fiscais desde junho/2013, exigência contratual afastada por força de decisão do juízo da recuperação.

Todavia, além da comprovação da regularidade fiscal, elidida judicialmente e constante do item 4.1.2 do Edital da Concorrência 2/2011, a empresa permanece com a obrigação de comprovar a sua qualificação técnica – item 4.1.3 – e a sua qualificação econômico-financeira – item 4.1.4, condições da licitação que permanecem incólumes e que devem ser mantidas durante toda a execução contratual, conforme o item 7.6 do Contrato 55/2011:

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas no presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

No item 4.1.4.2 do Edital da Concorrência 2/2011 é possível verificar os critérios objetivos para comprovação da boa situação financeira da empresa, quais sejam:

4.1.4.2. A comprovação de boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de Índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (ISG) e Liquidez Corrente (ILC), maiores que um (>1), resultante da aplicação das fórmulas:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) =	$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG) =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Todavia, não se verifica nos autos aplicação recente dos índices ora mencionados para verificação da saúde financeira da empresa e conseqüente comprovação da manutenção das condições de qualificação exigidas na licitação da qual se sagrou vencedora a empresa Engefort Construções LTDA.

RECOMENDAÇÕES

- I. Aplicar os índices constantes do item 4.1.4.2 do Edital da Concorrência 2/2011 a fim de verificar a atual condição financeira da empresa Engefort Construções LTDA.;
- II. No caso de verificação da não manutenção das condições de qualificação econômico-financeira da licitação, rescindir unilateralmente o contrato com fulcro no art. 78, I, c/c 79, I, ambos da Lei 8.666/1993, ou manter a contratação mediante a apresentação de justificativa para o afastamento das condições de qualificação econômico-financeira da licitação, conforme exigido na Lei 8.666/1993, e nas cláusulas 7.6 do Contrato 55/2011 c/c cláusulas 4.1.4 e seguintes do Edital da Concorrência 2/2011; e
- III. Caso julgue oportuno e conveniente a manutenção do contrato, estipular controles rígidos a cada medição, a fim de que, havendo indicativo de aumento do risco de manutenção das boas condições da execução contratual, sejam tomadas providências para a rescisão contratual.

ACHADO 5 - AUSÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO QUANTITATIVO

CONTRATO 8/2013

CONTRATO 14/2013

Nos autos que versam sobre o Contrato 14/2013, verificou-se a ausência de estudo técnico para estimar e justificar o quantitativo de postos de trabalho constante do projeto

básico, denominado Memorial Descritivo NUSED 1279148, tendo em vista tratar-se da 1ª contratação do referido serviço pelo TRF4, conforme consta no Despacho SEAJA 1085891, gerando o risco de super ou infra estimativa do objeto.

Já no processo administrativo de que trata o Contrato 8/2013, verificou-se a ausência de estudo técnico para estimar e justificar o quantitativo de 1.848 horas constante do item 5.1 do documento intitulado “Análise de Viabilidade da Contratação”, gerando o risco de super ou infra estimativa do objeto.

Cabe registrar que a falta de estudo técnico quantitativo já havia sido apontado no último relatório de inspeção, quando da análise do processo Administrativo TRF4 N 10.1.000075186-6 (contratação de serviços gerais).

RECOMENDAÇÕES

- I. Justificar a quantidade estimada de postos de trabalho e do quantitativo de horas mediante a apresentação de estudo técnico, nos termos dos arts. 7, § 4º, c/c o art. 15, § 7º, II, da lei 8.666/93, e art. 15, V, da IN/MPOG 2/2008 e Acórdão TCU 2751/2011 – Plenário; e
- II. Verificando-se a super ou infra estimativa do quantitativo, aditar o contrato para sua retificação.

ACHADO 6 - AUSÊNCIA DAS RUBRICAS

CONTRATO 14/2013

CONTRATO 15/2013

Verificou-se a ausência, no corpo do edital e do contrato, dos percentuais das rubricas indicadas no art. 4 da Resolução CNJ 169/2013 que serão retidas na conta vinculada, constando somente na planilha de custos e formação de preços.

RECOMENDAÇÃO

Incluir no corpo do edital e do contrato as rubricas indicadas no art. 4 da Resolução CNJ 169/2013, conforme previsto no art. 17, I, da citada norma.

ACHADO 7- INCORRETA DIVISÃO DAS REACTUAÇÕES

CONTRATO 14/2013

CONTRATO 15/2013

O Contrato prevê que caso exista mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra da contratação pretendida.

Por outro lado, o art. 37, § 3º, da IN/MPOG 2/2008 dispõe que, caso as categorias envolvidas na contratação tenham acordos, dissídios ou convenções coletivas diferenciados, deverão ser realizadas repactuações para cada uma delas.

RECOMENDAÇÃO

Dividir a repactuação em tantos quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, conforme disposto no art. 37, § 3º, da IN/MPOG 2/2008 e suas alterações.

ACHADO 8 - AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA MITIGAÇÃO DO RISCO DE CONTRATAR

CONTRATO 14/2013

CONTRATO 15/2013

Verificou-se a ausência de critérios objetivos definidos no instrumento convocatório para mitigar o risco de contratar empresas declaradas inidôneas ou condenadas por improbidade administrativa, tendo em vista que o SICAF não é obrigatoriamente alimentado pelos órgãos das demais esferas administrativas.

As vedações para contratar empresas enquadradas nos casos supracitados encontram-se fundamentadas no art. 97 da Lei 8.666/93 e no art. 12 da Lei 8.429/92.

RECOMENDAÇÃO

Verificar, durante a fase de habilitação das empresas além da habitual pesquisa já realizada no módulo SICAF do sistema SIASG, a existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência e por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ, conforme orientação do Tribunal de Contas da União, nos Acórdãos 1793/2011 e 2296/2012, ambos do Plenário.

ACHADO 9 - AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO FORMAL DO SIJUS E DO COMITÊ DE INFORMÁTICA DA 4ª REGIÃO

CONTRATO 70/2012

Verificou-se que não há documento formal do comitê do SIJUS, atestando aprovação da contratação, devidamente assinado, constando apenas o formulário sem assinatura (SIJUS 1163294) e a informação do Diretor de TI sobre a aprovação (DIRINF 1163286). Igualmente, a Resolução TFR4 38, de 28/6/2010, instituiu o Comitê de Informática da Justiça Federal da 4ª Região. No entanto, não consta no processo aprovação da contratação pelo referido órgão.

Cabe registrar que a falta de aprovação formal já havia sido apontada no último relatório de inspeção, quando da análise dos processos Administrativos TRF4 10.1.000070727-1 (Contrato 14/2011) e TRF4 12.1.000021692 (Contrato 45/2012).

RECOMENDAÇÕES

- I. Fazer constar dos autos documento formal de aprovação do SIJUS na instrução das contratações; e
- II. Fazer constar dos autos documento formal de aprovação do Comitê de Informática da Justiça Federal da 4ª Região.

ACHADO 10 - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA VANTAJOSIDADE PARA A PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO 8/2013

Ausência de 3 propostas de preços distintas para comprovar a vantajosidade da prorrogação do atual contrato, considerando que 1 das propostas colacionadas é da própria empresa contratada (BCS Informática Ltda.).

No entanto, nos termos do inc. II do art. 57 da Lei 8.666/1993 e da jurisprudência do TCU³, constitui premissa fundamental à prorrogação contratual a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

RECOMENDAÇÃO

Fazer constar, nas prorrogações contratuais, pesquisa de preços com, pelo menos, 3 fornecedores distintos da empresa contratada, para cumprimento do inc. II do art. 57 da Lei 8.666/93.

³ Acórdãos TCU 1713/2007- 1ª C. e 2380/2013 – Plenário.

ACHADO 11 - DESIGNAÇÃO DE GESTORES/FISCAIS DE CONTRATOS POR MEIO IMPRÓPRIO

CONTRATO 7/2014

CONTRATO 62/2013

Observou-se a prática do Tribunal em designar os gestores/fiscais das contratações no corpo do instrumento contratual. Ocorre que a designação dos agentes competentes para acompanhar e fiscalizar as contratações, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, é ato administrativo de delegação de competência, unilateral e *interna corporis*, que não deve materializar-se no âmbito do contrato estabelecido com o terceiro contratado, estranho à relação administrativa existente entre o agente público e a administração.

RECOMENDAÇÃO

Designar os gestores/fiscais de contratos por meio de ato administrativo específico, como, por exemplo, portaria.

ACHADO 12 - RISCO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL ANTE O BAIXO VALOR OFERTADO PELA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

CONTRATO: 7/2014

A contratação do serviço de emissão de passagens aéreas logrou êxito sob o valor unitário da taxa de emissão/remarcação de R\$ 0,01. Situação análoga foi enfrentada pelo Tribunal de Contas da União, que proferiu o acórdão 1314/2014-Plenário, identificando a necessidade de estabelecimento de pontos de controle na execução dos contratos de passagens aéreas.

RECOMENDAÇÕES

- I. Promover tratativas com a contratada, com vistas a aditar o Contrato, a fim de incluir como obrigação da contratada a apresentação mês a mês das faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo órgão, apresentação esta que deverá condicionar o pagamento da próxima fatura da agência;
- II. Caso a agência contratada não aceite a alteração sugerida no item retro, abster-se de renovar o contrato firmado e promover, com a devida antecedência, nova licitação para contratação dos respectivos serviços, incluindo em seu edital cláusula com exigência de apresentação, mês a mês pela agência contratada, das faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo órgão, apresentação esta que deverá condicionar o pagamento da próxima fatura da agência; e

- III. Incluir entre suas rotinas de controle, nos contratos para fornecimento de passagens aéreas firmados com as agências de viagens, a conferência dos valores pagos às agências com os valores constantes das faturas emitidas pelas companhias aéreas, seja por meio de cruzamento eletrônico de dados ou por conferência manual dos dados integrais ou selecionados por amostragem.

ACHADO 13 - PREVISÃO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO NOS SERVIÇOS AGENCIAMENTO PARA EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS

CONTRATO: 7/2014

A Minuta de Contrato anexa ao Edital constante do Processo Administrativo 0011095-80.2013.4.04.8000 prevê, no item 8.3, o recebimento provisório e definitivo dos serviços, o que, em análise vestibular, não se coaduna com os procedimentos atinentes à execução e liquidação do contrato/objeto.

RECOMENDAÇÕES

- I. Promover as devidas alterações nas minutas de edital e contrato, de forma que constem apenas cláusulas e disposições aplicáveis à contratação específica que se pretende; e
- II. Caso entender aplicáveis os procedimentos de recebimento provisório e definitivo no contrato de agenciamento para emissão de passagens aéreas, justificar a manutenção do dispositivo segundo as rotinas adotadas.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ACHADO 1

O art. 1º da Resolução CNJ 104 de abril/2010 prevê reforço da segurança, bem como o controle de acesso aos prédios do Poder Judiciário que possuam Varas Criminais. É recomendável que todos os cidadãos que queiram ter acesso ao Tribunal, ainda que exerçam cargo ou função pública – ressalvados integrantes de missão policial, a escolta de presos e agentes de segurança próprio – devem se submeter ao citado controle de segurança.

Da análise *in loco* realizada no controle de acesso do Tribunal, observou-se o seguinte procedimento: servidores, estagiários e terceirizados adentram as dependências do Tribunal passando no portal óptico sem nenhum controle na identificação de metais. Tal procedimento tem sido praticado, visto que a norma do TRF4 orienta a atuação dos agentes de segurança, limitando sua atuação à identificação visual, no caso de servidores, estagiários e terceirizados.

RECOMENDAÇÃO

Submeter o atual procedimento da segurança de acesso à Comissão de Segurança Permanente para que avalie o atual procedimento à luz da Resolução CNJ 104/2010.

ACHADO 2

A Resolução CNJ 104/2010 prevê que os Tribunais deverão estabelecer regime de plantão entre os agentes de segurança, para pleno atendimento dos Juízes, em caso de urgência. Entretanto, no Tribunal não se verifica trabalho ininterrupto da unidade de segurança.

RECOMENDAÇÃO

Instituir sistema de plantão de agentes de segurança, visando à coordenação e fiscalização dos serviços de segurança das instalações físicas e demais bens integrantes do patrimônio do Tribunal, inclusive quanto à atuação de serviços terceirizados, no período da noite e finais de semana, deliberando, inclusive, sobre a proteção dos magistrados no plantão judicial.

ACHADO 3

Ausência de rotinas e procedimentos que permitam a utilização, por parte da unidade de segurança, do INFOSEG, conforme Acordo de Cooperação Técnico-Institucional firmado entre a Justiça Federal, pelo Conselho da Justiça Federal, e o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento da Polícia Federal, que possui como objetivo a promoção do intercâmbio eletrônico de informações, visando à prevenção da criminalidade no Brasil.

RECOMENDAÇÃO

Instituir rotina e adotar procedimentos que permitam à unidade de segurança institucional o acesso ao sistema de informações e levantamentos de dados-INFOSEG, proporcionando segurança com ênfase em inteligência.

ACHADO 4

A Súmula 444 do TST prevê remuneração em dobro ao empregado nos feriados nos casos em que o labor ocorre sob o regime de jornada “12 X 36” (horas), excluindo-se a 11ª e a 12ª hora, sendo ajustada exclusivamente em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho.

No entanto, da análise dos processos administrativos de pagamento dos contratos 03/2010 e 10/2014, cujo objeto é a prestação de serviço de vigilância, não se verificou previsão de aplicação do entendimento consolidado pela Justiça Trabalhista.

RECOMENDAÇÃO

Verificar a cogência e aplicabilidade do Enunciado 444 da Súmula do TST, respeitando-se os valores definidos na CCT da categoria, e exigir, se for o caso, o cumprimento da obrigação por parte da contratada em face de seus empregados.

DOS ACHADOS POSITIVOS

Nas análises realizadas dentro do escopo da Segurança Institucional, cabe mencionar as seguintes boas práticas:

- a) A Comissão de Segurança Permanente executa um trabalho conjunto entre o Tribunal e as Seções Judiciárias, realizando de forma eficiente os planejamentos traçados; e
- b) Boa utilização dos veículos, não ultrapassando a cota designada de combustível, nem se identificando abusos em sua utilização.

OPORTUNIDADE DE MELHORIA: SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Em respeito à valorização, proteção e defesa das vidas e ao patrimônio do Tribunal, sugere-se a promoção de análise quanto à contratação de profissionais especializados no combate a incêndio e no atendimento de primeiros socorros. Veja-se, por exemplo, que o Tribunal conta com o serviço médico que funciona das 9h às 19h, que não cobre todo horário de funcionamento da instituição.

Cabe ressaltar que o profissional especializado denominado bombeiro civil é regulamentado pela Lei Federal 11.901/2009 e, no campo das suas atividades, pode-se destacar:

- Identificar e avaliar os riscos existentes;
- Conhecer em profundidade a técnica e tática para utilização dos equipamentos e sistemas de extinção e detecção de incêndio: mangueiras, extintores, sistema sprinkler e CO2;
- Inspeccionar periodicamente os equipamentos de combate a incêndio, incluindo seus testes e manutenção básica (acionamento de mangueiras e acessórios, teste de alarmes, motores e bombas, etc.);
- Atender de imediato, a qualquer chamada ou alarme de incêndio;
- Realizar primeiros socorros e resgate de vítimas;
- Providenciar socorro caso ocorra parada de elevador com passageiros entre os pavimentos, dentro dos padrões de segurança;
- Inspeccionar periodicamente as rotas de fuga, incluindo a manutenção de sua liberação e sinalização;
- Participar de exercícios simulados (abandono, combate a incêndios e primeiros-socorros);
- Relatar formalmente as irregularidades encontradas, com propostas e medidas corretivas adequadas e posterior verificação da execução;
- Apresentar eventuais sugestões para melhoria das condições de segurança. Avaliar, liberar e acompanhar as atividades de risco;
- Dar atendimento ao plano de emergência da empresa, elaborado por profissional habilitado ou empresa especializada; e
- Registrar todas as atividades operacionais de emergência, bem como os procedimentos adotados.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ACHADO 1 - AUSÊNCIA DO MÍNIMO NECESSÁRIO DE PROFISSIONAIS NO QUADRO PERMANENTE

Para a análise do atendimento à quantidade mínima de profissionais no quadro permanente, não se considerou os servidores de apoio especializado, especialidade Digitação, como especialistas em Tecnologia da Informação, haja vista a disparidade de conhecimentos entre essas especialidades.

Conforme as informações colhidas junto à Diretoria de Tecnologia da Informação, os recursos de TIC do TRF4 são utilizados por 6.188 usuários. Esses usuários compreendem toda a 4ª Região, que utiliza os sistemas desenvolvidos pelo Tribunal, notadamente os sistemas de processo eletrônico Judicial – **e-Proc** e administrativo – **sei!**. Esses mesmos sistemas são utilizados pelos usuários externos do Tribunal, como, no caso do **e-Proc**, Ministério Público, Polícia Federal, Procuradorias, advogados e partes, dentre outros. Pelo lado do **sei!**, empresas, terceiros, órgão públicos e população em geral.

Os usuários são atendidos por força de trabalho de 62 pessoas, constituída quase exclusivamente por servidores efetivos. Havia apenas 1 trabalhador terceirizado, que dava apoio à equipe de desenvolvimento de sistemas do Tribunal. Dos 61 servidores, 41, ou seja, 66% são do quadro de especialistas em TI e apenas 18 servidores, ou 29%, pertencem às áreas Administrativa (17) e Judiciária (1).

Os Quadros 1 e 2 demonstram a distribuição de servidores efetivos especialistas em TI lotados na STI:

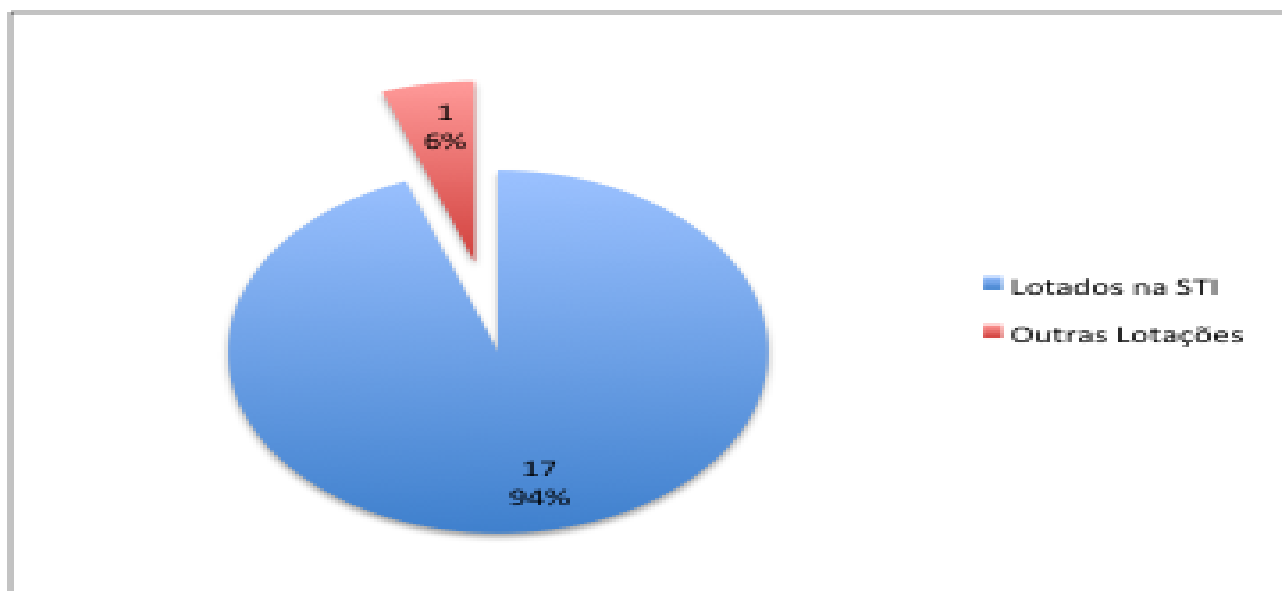


Gráfico 1 – Analistas , informática

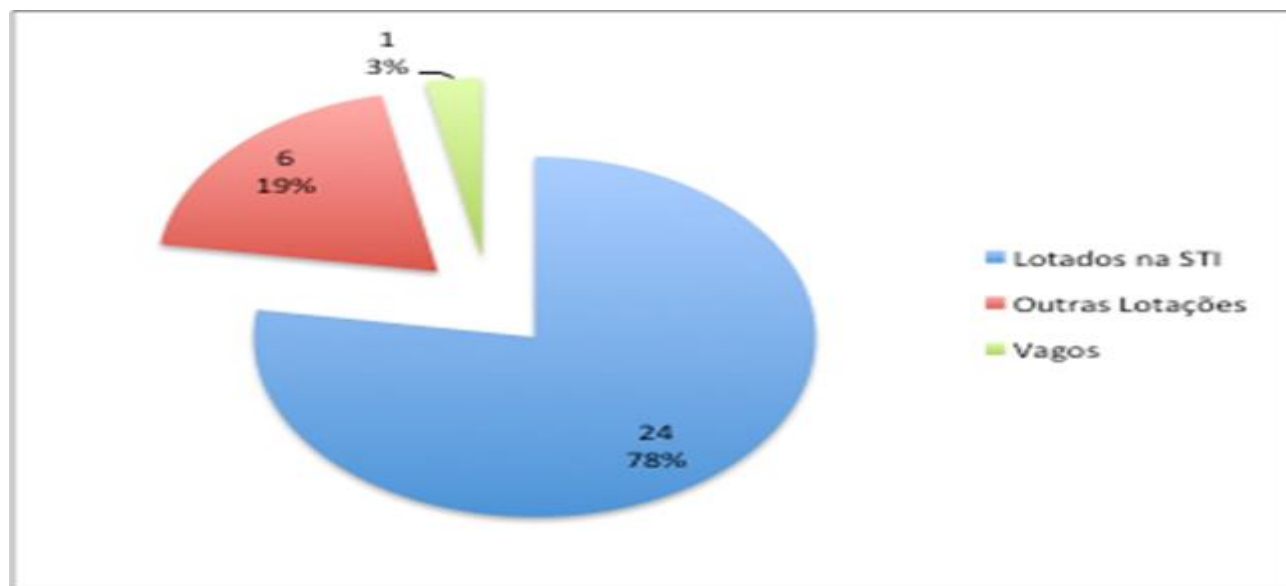


Gráfico 2 – Técnicos Administrativos Especializados Informática e Operação de computador

O gráfico 3 mostra toda a força de trabalho à disposição da STI, evidenciando a preponderância de servidores efetivos no desempenho das atribuições daquela Diretoria.

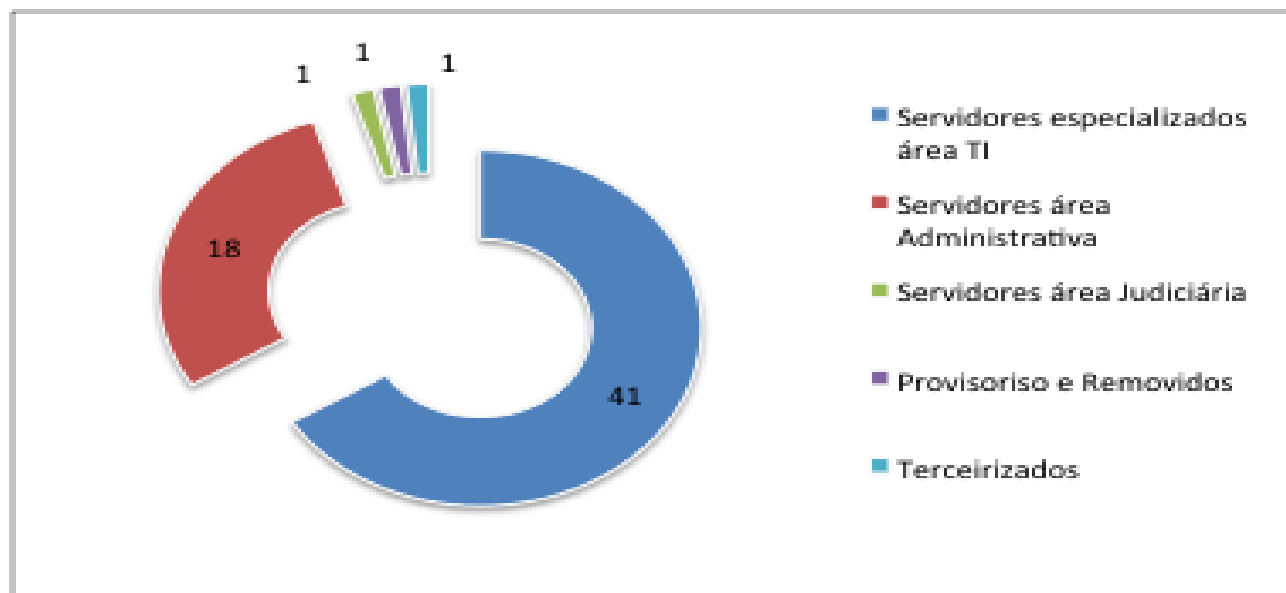


Gráfico 3 – Força de Trabalho

Existe efetivo relativamente baixo de servidores do quadro de especialistas em TI lotados fora da DIRINF, 6 técnicos (19%) e 1 analista (6%).

Para o contingente de usuários atendidos pelo TRF4 (6.188), o CNJ recomenda que o quadro permanente de pessoal do órgão seja formado por, no mínimo, 150 profissionais do quadro permanente. Ou ainda, 123,5 pessoas na força de trabalho, correspondente a 2% do número de usuários. A tabela do anexo 1 da Resolução CNJ 90/2009 está transcrita no Quadro 1 abaixo.

Da interpretação desses números, verifica-se o quadro de pessoal efetivo do TRF4 é composto por quantitativo de servidores inferior ao recomendado pelo CNJ.

Força de Trabalho Total Mínima Recomendada para a TI		
Total de Usuários de recursos de TIC	% mínimo da força de trabalho de TIC (efetivos, comissionados e terceirizados)	Mínimo necessário de profissionais do quadro permanente
Até 500	7 %	15
Entre 501 e 1.500	5 %	35
Entre 1.501 e 3.000	4 %	75
Entre 3.001 e 5.000	3 %	120
Entre 5.001 e 10.000	2 %	150
Acima de 10.000	1 %	200

QUADRO 1 – Tabela Força de Trabalho , anexo 1 da Resolução CNJ 90/2009

Caso se considere todo o quadro de pessoal à disposição da Subsecretaria de TI, o que inclui os servidores efetivos especialistas e da área administrativa, terceirizados e estagiários, ainda assim não se atinge o percentual mínimo de 2% recomendado pelo CNJ.

O conhecimento dessa situação não é recente. O Tribunal tem feito transformações de vagas de cargos administrativos - área de apoio especializado informática, logrando aumento do quadro dessa forma, em relação ao ano de 2012. Já há, desde 2012, proposta para aumento do quadro, submetido ao Conselho da Justiça Federal, o qual está elaborando proposta para ampliação do quadro de pessoal de todos os Tribunais Regionais Federais e do próprio CJF. O processo administrativo que tramita no âmbito desse Conselho é o CJF PPN -2012/0119, que foi enviado ao CNJ para apreciação.

O quadro de déficit de pessoal tende a se agravar, à medida que se envidam esforços para ampliação do acesso à Justiça. Exemplo dessa ampliação é a criação de Tribunais Regionais Federais, Varas e de cargos de Juízes Federais, bem como a crescente informatização, o que demandará aumento da quantidade de serviços e, conseqüentemente, de servidores de TI.

RECOMENDAÇÃO

Empreender esforços junto ao CJF e ao CNJ, ofertando-se novas sugestões para solução do problema, entre elas o encaminhamento das propostas de aumento de quadro de pessoal separadas por Tribunal ou Seção Judiciária, a serem implantadas de forma gradativa.

ACHADO 2 - INEXISTÊNCIA DE POLÍTICA DE FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DE TIC

Não foi verificada política formal de fixação de recursos humanos na área de TI. No entanto nota-se que a Administração do Tribunal tem envidado esforços no sentido de transformar cargos em vacância para a especialidade Informática, observadas as necessidades de outras áreas, também carentes de recursos humanos.

RECOMENDAÇÃO

Elaborar, de forma integrada com o CJF e o CNJ, política de fixação de recursos humanos, para atendimento à regra contida no § 5º do art. 2º da Resolução CNJ 90/2009.

ACHADO 3 - AUSÊNCIA DE POLÍTICA OU PLANO DE CAPACITAÇÃO PERMANENTE NAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E GERENCIAIS E MELHORES PRÁTICAS EM TIC

Não foi verificada política formal de capacitação permanente dos servidores de TIC. O TRF4 apresentou o processo 0000035-76.2014.4.04.8000, em que encaminha planilha de cursos de capacitação para servidores da DIRINF (Doc 764796). Apresenta como justificativa para o encaminhamento, o resultado abaixo do previsto na pesquisa “Portes dos Tribunais em Tecnologia da Informação e Comunicação – 2013” no quesito capacitação e ainda recomendação da área de Controle Interno (processo 0007782-14.2013.4.04.8000).

No entanto, desde 2006, a resolução **CJF 536/2006** determina a criação de programa permanente de capacitação no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus. Destacamos:

Art. 2º O Programa Permanente de Capacitação de que trata o art. 1º desta resolução, compreende as diretrizes, a sistemática do processo de ensino-aprendizagem e o currículo de conteúdos para formação e aperfeiçoamento de servidores e aprimoramento institucional.

Parágrafo único. São responsáveis pela elaboração, execução e avaliação do Programa, o Conselho da Justiça Federal, como órgão central, os Tribunais Regionais Federais, como órgãos setoriais e as Seções Judiciárias, como órgãos seccionais.

Art. 4º Fica instituído o Comitê Técnico-Operativo de Capacitação, composto por servidores da Secretaria de Recursos Humanos e da Secretaria de Ensino do Conselho da Justiça Federal e

das áreas de treinamento dos Tribunais Regionais Federais.

Em consulta ao CJF verificamos que o último Plano Nacional de Capacitação - PNC publicado foi o do biênio 2012/2013. O PNC 2014/15 não chegou a ser aprovado e publicado.

Tanto a elaboração de plano anual de capacitação como indicado pela Resolução 90/2009 do CNJ, como a elaboração de programa de capacitação permanente com planejamento bianual, como definido pela Resolução 536/2006 do CJF, pressupõem a existência de processo permanente de avaliação e estudo das necessidades institucionais, as competências necessárias, deficiências encontradas, boas práticas que necessitam ser implementadas na Região, Tribunal ou setor, seleção de assuntos e matérias, escolha do tipo de capacitação mais adequado a cada caso, período e duração, dentre outros fatores, de forma a realmente possibilitar planejamento eficiente da capacitação. A existência de processo definido para o planejamento de capacitação possibilita também a medição da efetividade do mesmo e implementação de melhorias no próprio processo visando à otimização e melhoria dos resultados alcançados.

Não obstante eventual prejuízo decorrente da inexistência do PNC 2014/2015, também não houve plano de capacitação do Tribunal em 2013, ano abrangido pelo PNC 2012/2013.

RECOMENDAÇÕES

- I. Elaborar, de forma integrada com o CJF, programa de capacitação bienal conforme definido na Resolução CJF 536/2006;
- II. Elaborar anualmente o Plano anual de capacitação, incluindo a capacitação em TIC, conforme determina a Resolução CNJ 90/2009;
- III. Definir e implementar processo para a elaboração do plano de capacitação; e
- IV. Comunicar ao CJF das dificuldades advindas da omissão ou descumprimento de resoluções que normatizam e determinam ações e planos com abrangência nacional e cuja coordenação está a cargo do CJF, tanto por força dos normativos, como por ser órgão central dos sistemas. Essa omissão prejudica o cumprimento dessas mesmas normas pelos demais órgãos da Justiça Federal.

ACHADO 4 - AUSÊNCIA DA ASSINATURA DO INTEGRANTE REQUISITANTE, EM ARTEFATOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

CONTRATO: 39/2013

A Resolução CJF 187/2012 instituiu o Modelo Contratação de Solução de Tecnologia a Informação - MCTI, tornando-o obrigatório, no âmbito do CJF e da Justiça Federal de 1º e

2º grau, a adoção dos processos de trabalho conforme descritos no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI e a aderência à Instrução Normativa SLTI/MP 4, de 12/11/2010.

A IN 04/2010 SLTI MP, estabelece em seu art. 8º, que “as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases”. A primeira das fases é o PCTI - Planejamento da Contratação da Solução de TI. Cada fase é composta de Processos, Atividades, Artefatos e Atores. No MCTI-JF os atores são pessoas, áreas do Conselho e dos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º grau e da instituição eventualmente contratada, elencadas na IN 04/2010.

O Guia de boas práticas define a Equipe de Planejamento da Contratação, como:

Equipe formada por servidores das áreas envolvidas no planejamento da contratação, composta por:

- Integrante Técnico
- Integrante Administrativo
- Integrante Requisitante.

O Integrante Requisitante é o representante da área requisitante e responsável por guiar os demais integrantes da equipe quanto aos requisitos de negócio que a solução a ser adquirida deve ter para atender às necessidades da organização. Assim sua participação ao longo de todo Planejamento da Contratação é fundamental e indispensável.

Todavia, não se verificam nos autos a assinatura do Representante Requisitante nos documentos (artefatos) que compõem a documentação dessa fase do planejamento da contratação, a saber:

Análise de viabilidade - Doc. 1300609 (MCTI-JF, Item 6.4 PCTI - P2);

Plano de Sustentação – Doc. 1302939 (MCTI-JF, Item 6.5 PCTI - P3);

Estratégia da Contratação – Doc. 1303001 (MCTI-JF, Item 6.6 PCTI-P4);

Análise de Riscos – Doc. 1305654 (MCTI-JF, Item 6.7 PCTI-P5);

Termo de Referência – Doc 1305934 (MCTI-JF, Item 6.8 PCTI-P6);

A ausência da assinatura do Representante Requisitante nesses documentos, que são fruto das atividades essenciais do planejamento de solução de TI, neste caso específico, solução de TI altamente especializada para atendimento da área médica do Tribunal, é indício de pouca ou nenhuma participação do representante do processo de planejamento. Sendo assim, identifica-se risco elevado de se adquirir solução inapropriada, sub ou sobre dimensionada para as necessidades, devido à ausência de orientação da área requisitante da solução.

RECOMENDAÇÕES

- I. Promover a efetiva participação do integrante requisitante, representando efetivamente a área demandante, no planejamento da contratação, atendendo ao disposto no MCTI-JF; e
- II. Promover o treinamento necessário aos servidores passíveis de serem indicados para participar de processos de contratação de soluções de TI.

DOS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO

A Região possui sistemas de automação, tanto Judicial (**eproc**) como Administrativo (**sei!**), desenvolvidos internamente que atendem o disposto na Resolução CNJ 90/2009.

Aponta-se como pontos positivos:

1. o fato de o sistema **sei!** estar sendo adotado, em módulos ou integralmente, por diversos órgãos da Administração Pública sob o regime de pareceria através de convênios firmados com o TRF4; e
2. o elevado nível de integração do sistema judicial **eproc** com os sistemas de outros órgãos (MP, DPF, RFB, Procuradorias), e o trabalho junto aos advogados para divulgação e facilidade de uso.

DA INTEGRAÇÃO E DA DISPONIBILIDADE

O sistema Judicial é único no 1º e 2º graus e a integração é completa, feita pelo sistema **eproc**. Há poucos processos físicos ainda em tramitação, não só no Tribunal como na Região como um todo. Existe integração entre os sistemas das Procuradorias Regionais e Ministério Público, OAB e outros órgãos da Administração Pública federal e estadual.

As informações processuais, inclusive inteiro teor das decisões, estão disponibilizadas no portal do Tribunal.

INFRAESTRUTURA DE TI

A infraestrutura de TI do TRF4 está de acordo com a Resolução CNJ 90/2009.

GESTÃO DE TIC

O Planejamento Estratégico de toda Justiça Federal é realizado sob coordenação do CJF. Da mesma forma ocorre com o PETI e o PDTI.

O Tribunal possui Comitê de Informática instituído pela Resolução TRF4 38/2010 com a atual composição definida pela resolução 119, de 1º/7/2013. Verificamos que a comissão é efetiva e atuante, conforme as atas de deliberação apresentadas.

O Tribunal instituiu também as Comissões Locais de *Segurança da Informação* (CLSI) e de *Resposta a Incidentes* (CLRI), conforme determina a Resolução CJF 006/2008, as quais estão elaborando e mantendo as Políticas Locais de Segurança da Informação, alinhadas com a Comissão de Segurança da Informação da Justiça Federal, coordenada pelo CJF.

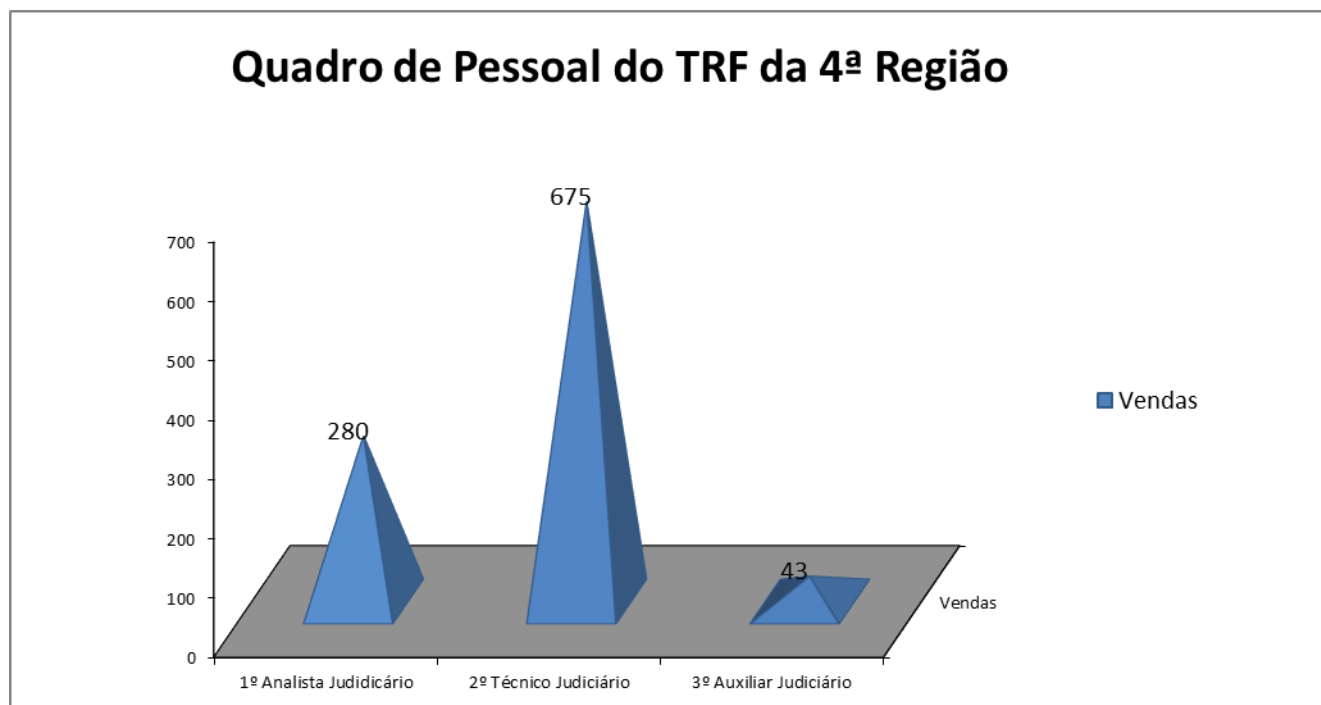
RECURSOS HUMANOS

O TRF4 tem a seguinte composição:

Desembargador Federal	Total de cargos	Ocupados	Livre
	27	26	1

O Quadro de Pessoal é composto de:

Cargo	Analista Judiciário	Técnico Judiciário	Auxiliar Judiciário	Total
Cargo ocupado	278	671	40	989
Cargo vago	2	4	3	9
Total Geral	280	675	43	998



No que se refere aos cargos e funções comissionadas, foi analisado o percentual permitido para designação das funções de confiança e ocupação de cargos comissionados a servidores que não pertencem ao Quadro de Pessoal do Tribunal. Após conferências, observou-se que o preenchimento das designações das funções e das ocupações dos cargos comissionados está de acordo com o art. 37, V, da CR, a Lei 11.416/2006, com a Resolução CNJ 88/2010 e Resolução CJF 3/2008.

FOLHA DE PAGAMENTO

As folhas de pagamento do Tribunal analisadas correspondem ao período de janeiro/2013 a abril/2014, sendo que deste período solicitou-se para análise:

- a. 20% das maiores remunerações dentre os analistas judiciários;
- b. 20% das maiores remunerações dentre os técnicos judiciários; e
- c. a folha de todos os Desembargadores Federais.

Com essas informações, delimitamos o escopo da inspeção às folhas/meses abaixo listadas:

- a. Analista Judiciário: janeiro, fevereiro, maio, junho, julho, novembro e dezembro/2013 e janeiro, março e abril/2014;
- b. Técnico Judiciário: fevereiro, abril, julho, setembro, novembro e dezembro/2013 e janeiro e abril/2014; e
- c. Desembargadores Federais: janeiro, fevereiro, maio, junho, julho, novembro e dezembro/2013 e janeiro, março e abril/2014.

As folhas de pagamento foram analisadas sob os seguintes aspectos:

1. Adicional de férias 1/3;
2. Consignação em folha de pagamento;
3. Contribuição previdenciária;
4. Férias;
5. Gratificação de atividade judiciária;
6. Serviço extraordinário;
7. Teto remuneratório; e
8. Vencimento.

Todos os objetos listados acima foram conferidos, sendo que os montantes pagos acima do teto constitucional⁴ de R\$ 28.059,29 (no ano de 2013) e R\$ 29.462,25 (no ano de 2014) não caracterizam ofensa ao preceito constitucional, pois tratam de valores pagos a título de antecipação da remuneração de férias, terço constitucional, adiantamento da gratificação natalina e conversão de licença prêmio em pecúnia.

⁴ Art. 37, XI, da Carta Maior e a Resolução do CNJ 13/2006.

Constatou-se algumas inconsistências na folha de pagamento, no que se refere à indenização de férias⁵ e a remuneração bruta⁶ de alguns servidores. Diligenciado o setor responsável pela folha de pagamento, verificou-se que se tratava de pagamento de férias acumuladas, no primeiro caso; ao passo que no segundo, ocorreu inconsistência na planilha do Excel. Ademais, não se identificou má-fé na conduta dos servidores, tampouco qualquer tipo de prejuízo aos cofres públicos.

SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Foram solicitados ao Tribunal os processos e informações de pagamento do adicional por serviço extraordinário dos exercícios financeiros de 2013 e 2014, com o nome dos servidores beneficiados, as respectivas folhas de ponto, a jornada de trabalho e a quantidade de horas trabalhadas.

Definiu-se como escopo, pelo critério da materialidade, o pagamento do adicional por serviço extraordinário dos serviços prestados no recesso 2013/2014. Diante disso, foram analisados os processos SEI 0014728-02.2013.4.04.8000, 0015661-72.2013.4.04.8000 e 0015662-57.2013.4.04.8000. O montante pago a título de serviços extraordinários foi de R\$572.848,47 em 2013 e R\$299.55,40 em 2014.

Verificou-se que não consta nos referidos processos as folhas de ponto com os dias e horas efetivamente trabalhadas pelos servidores no recesso 2013/2014, conforme art. 49 da Resolução CJF 4/2008. Entretanto, o Secretário de Administração de Pessoal informou que a Portaria 181, de 26/2/2014, que altera a Portaria 1454/2013, foi editada após envio das folhas de ponto atestadas pelos chefes imediatos à Secretaria.

No mais, verificou-se que o Tribunal observa os requisitos definidos no art. 74 da Lei 8.112/90 e nas Resoluções CJF 4/2008 e CNJ 88/2009.

ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

Em relação à acumulação de cargos públicos, solicitou-se ao Tribunal listagem contendo o CPF e o PIS/PASEP de todos os servidores e magistrados.

Dessa lista, retirou-se 20% (vinte por cento) para analisar se havia ocorrência de acumulação ilegal de cargos públicos no Tribunal. Consultou-se a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego, e detectou-se risco de alguns servidores estarem exercendo mais de 1 cargo público ilegalmente. Nesse sentido diligenciou-se à Diretoria de Recursos Humanos, que, na oportunidade, apresentou as

⁵ Quanto à indenização de férias, observou-se que alguns servidores receberam valores acima do esperado para a remuneração recebida por cada um. Analisamos a metodologia de cálculo, verificou-se que o pagamento estava correto, haja vista se tratar de mais de um período de férias, pois os respectivos servidores estavam se aposentando.

⁶ No que se refere à remuneração bruta de alguns servidores, fizemos uma comparação entre a planilha encaminhada à equipe da inspeção com a folha de pagamento dos servidores. Identificamos que se tratava de erro na formulação da planilha Excel encaminhada à equipe da inspeção. Desta forma, cotejamos os valores das planilhas com os contracheques dos servidores, não vislumbramos nenhum tipo de inconsistência após a análise.

declarações de não acumulação de cargo público juntamente com os comprovantes de que os citados servidores eram pensionistas de outras instituições públicas. Quanto aos servidores que acumulavam cargos públicos, observou-se que a acumulação estava dentro dos preceitos constitucionais.

SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS

BOA PRÁTICA

O Tribunal possui como unidade a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP), que é constituída por 3 núcleos: Núcleo de Gestão de Pessoas (NGEP), Núcleo de Capacitação (NC) e Núcleo de Ergonomia (NE).

O NGEP – Núcleo de Gestão de Pessoas, dentre outras atribuições, desenvolve trabalho de acompanhamento de pessoas com a condução de entrevistas de encaminhamento de lotação inicial, relotações, estágio probatório e demais situações da vida funcional dos servidores que demandem a atuação nas questões relacionadas com a promoção e prevenção de saúde mental no trabalho. Esse trabalho é desenvolvido individual e coletivamente, partindo tanto de solicitações de servidores ou chefias quanto por encaminhamento da Diretoria de Recursos Humanos - DRH, Secretaria da Saúde e Núcleo de Ergonomia, além da observação e acompanhamento dos processos institucionais (micro e macro).

Nesse trabalho, prioriza-se a escuta e o acolhimento como técnica de abordagem inicial, ou seja, procura-se receber as pessoas e atentar para a particularidade e individualidade de suas queixas, dúvidas, anseios, pontos de vista e necessidades de acompanhamento, auxílio ou intervenção.

O NGEP tem, ainda, realizado importante parceria com a Secretaria de Saúde do Tribunal. Foram identificadas discussões de questões e políticas de atuação conjunta, tais como, servidores em licenças prolongadas, servidores em processo de readaptação ao trabalho, servidores com dificuldade de relotação, servidores com comprometimentos de saúde, exames periódicos e de avaliação inicial de servidores ingressantes. Além disso, ambas as unidades compõem a Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação de Deficientes.

CAPACITAÇÃO

BOA PRÁTICA

O Tribunal tem como linha de atuação, na área de capacitação, a promoção de ações que partem da identificação das necessidades a serem atendidas e a consequente elaboração da ação em conjunto com o público-alvo diretamente interessado, ou seja, a elaboração de ações customizadas.

Nos últimos anos, estas ações passaram a ser regidas por diretrizes que priorizam a construção coletiva do conhecimento e sua aplicabilidade prática. Os Programas de Desenvolvimento Gerencial, por exemplo, foram normatizados pela Resolução 96/2011, do TRF4, que em seu art. 3º estabelece que "o desenvolvimento dos conteúdos terá caráter continuado e deverá privilegiar o processo de ação/reflexão que remeta à aplicabilidade do conhecimento no contexto organizacional".

Em 2012 o Programa de Desenvolvimento Gerencial passou a ser segmentado por público-alvo: área administrativa, judiciária e estratégica, com foco em ações que priorizassem a troca de experiências e boas práticas entre os participantes e a consequente aprendizagem coletiva, sempre visando à aplicabilidade prática.

Em 2013, a Administração definiu que as ações de capacitação do Tribunal e de suas seccionais passem a ser desenvolvidas de forma integrada, sob a coordenação do próprio Tribunal, de maneira a fomentar a troca de experiências, o compartilhamento de conteúdos e o planejamento conjunto entre as áreas de capacitação da 4ª Região, visando à racionalização dos custos e à gestão sistêmica das ações de capacitação na Justiça Federal da 4ª Região. Foi instituído o Centro de Educação Corporativa de Servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região - CEDUCORP/JF da 4ª Região, estruturado como um Comitê Gestor, vinculado à Presidência, com o propósito de coordenar e promover permanente qualificação profissional necessária ao aperfeiçoamento dos serviços judiciais e administrativos e à realização da estratégia da Justiça Federal.

ACHADO 1 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA ATUANDO COMO SETORIAL CONTÁBIL

Identificou-se que as atribuições de setorial contábil encontram-se alocadas na unidade de controle interno e auditoria, em que pese a incompatibilidade do desempenho de funções de gestão e fiscalização pelo mesmo órgão. Nesse sentido, a interpretação sistemática da Constituição Federal, arts. 70 e 74, da Lei 10.180/01, do Decreto 6976/09, da Instrução Normativa-STN 6/07, bem como dos acórdãos TCU 3096/2006-1ª Câmara e 1074/2009-Plenário, traz nítida a não conformidade da existência de setorial contábil localizada nos órgãos de controle e auditoria.

RECOMENDAÇÃO

Providenciar, no prazo de 90 dias, a realocação das atribuições da setorial contábil, de forma que deixem de ser desempenhadas pelo órgão de auditoria e controle.

ACHADO 2 - AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRETORES

Em análise do organograma administrativo do Tribunal⁷, que se encontra disponível no sítio eletrônico, é possível perceber que a estrutura administrativa difere - sem critério aparente - quanto à unidade administrativa que deve ser imediatamente vinculada às Diretorias. Isso porque se acham pelo organograma Secretarias (CJ-2) e/ou Divisões (CJ-1) ligadas diretamente às Diretorias (CJ-3), e, em ambas as situações, percebe-se que a estrutura segue verticalmente com Seções (FC-6).

Junto ao organograma da área administrativa consta *link* que revela as “Atribuições dos Titulares de Unidades e de Assessores”⁸. Em tal espaço percebe-se que as atribuições dos diretores são tratadas em conjunto, apenas naquilo em que comuns. Contudo, faz-se necessária a descrição das competências e atribuições que diferem os Diretores de Diretoria, Secretaria e Divisão. A ausência dessa distinção acaba por igualar as atribuições de todos os dirigentes, não fazendo sustentar a distinção entre o cargo e remuneração díspare de CJ-1, CJ-2 e CJ-3.

RECOMENDAÇÕES

- I. Estabelecer as atribuições dos dirigentes de cada unidade - Diretoria, Secretaria e Divisão; e
- II. Promover as necessárias adequações no organograma administrativo para que não subsistam 2 unidades administrativas distintas (ex. Secretaria CJ-2 e Divisão CJ-1) desempenhando atribuições gerenciais similares e localizadas topograficamente em posição horizontal.

⁷<http://intranet.trf4.gov.br/aplang/organogramas/Diretoria%20de%20Tecnologia%20da%20Informação.htm> acessado em 2/6/2014.

⁸ <http://intranet.trf4.gov.br/aplang/Atribuições/titulares.htm> acessado em 2/6/2014.

ESTATÍSTICA

A metodologia aplicada pela equipe de inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal seguiu os seguintes objetivos:

- 1) Levantar as atribuições do núcleo;
- 2) Detalhar a estrutura e o ambiente de trabalho à disposição do núcleo de Estatística;
- 3) Conhecer os atuais sistemas utilizados para levantamento de informações processuais; e
- 4) Verificar o cumprimento do Provimento 2, de 22/6/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, e da Resolução CJF 49, de 2/3/2009.

1) Levantar atribuições do Núcleo.

- Atuar como unidade central de fornecimento de informações estatísticas do Tribunal;
- Prover o sistema Justiça em Números, gerido pelo Conselho Nacional de Justiça, com informações relativas à Justiça Federal da 4ª Região;
- Reunir e encaminhar trimestralmente ao Conselho da Justiça Federal informações estatísticas da movimentação processual e dados relativos à Justiça Federal da 4ª Região;
- Manter atualizadas as informações estatísticas da movimentação processual das Varas Federais e Juizados Especiais Federais, das Subseções e Seções Judiciárias da 4ª Região e dos órgãos julgadores do Tribunal;
- Assessorar as unidades do Tribunal nas pesquisas e estudos que demandem técnicas estatísticas inferenciais ou descritivas, no planejamento amostral, na realização de pesquisas junto ao público interno e externo que visem à obtenção de dados oficiais na Justiça Federal da 4ª Região;
- Consolidar e enviar informações referentes à transparência pública da Justiça Federal da 4ª Região, para disponibilização na internet.
- Consolidar e enviar informações do Tribunal para o sistema Serventias, do Conselho Nacional de Justiça.
- Proceder à coleta e à análise dos dados necessários à elaboração de relatórios estatísticos gerenciais do Tribunal e Seções Judiciárias da 4ª Região.

2) Detalhar estrutura e ambiente de trabalho à disposição do Núcleo de Estatística.

A estrutura do núcleo de estatística permanece a mesma quando comparado com a inspeção realizada em novembro de 2012. Dispõe de núcleo de estatística vinculado à Assessoria de Planejamento e Gestão – APLANG localizada na Diretoria Geral – DG. Essa estrutura foi criada em 2009 em decorrência do que estabelece o art. 2 da Resolução 49, de 18/12/2007 do CNJ, que dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário.

A unidade acredita que tal modelo permanece o mais adequado, conforme constatado na inspeção de 2012, e só funciona se possuir pessoal especializado (programadores, estatísticos, bacharéis em direito) e em número adequado.

Diferente do que ocorria há 2 anos, quando se percebia carência de servidores, atualmente o Tribunal disponibiliza para a unidade, além dos servidores que cumprem toda a rotina do setor, 2 novos técnicos especializados e com dedicação exclusiva para o desenvolvimento da ferramenta de relatórios inteligentes (*Business Intelligence*) até a finalização do cronograma de implantação. Essa nova ferramenta que de acordo com o cronograma apresentará relatórios da parte processual de 1º e 2º grau no início de 2015 permitirá redução ainda maior na carência de novos servidores.

Composição atual: 3 servidores, sendo 1 analista judiciário, 3 técnicos judiciários e 1 estagiário:

Funções comissionadas: 1 FC5 e 1 FC3.

Número de servidores que atuam no Núcleo de Estatística por área de atribuição:

- Área Judiciária: nenhum servidor.
- Informática: 2 especialistas em TI alocados para o desenvolvimento da ferramenta de *Business Intelligence*.
- Administrativo: nenhum servidor para atuar na Seção de Análise.
- Apoio Especializado em estatística: 1 servidor, porém o setor acredita ser necessário a presença de outro funcionário com essa qualificação.
- Outros: 1 técnica judiciária bacharel em Estatística e 1 técnico judiciário bacharel em História.

É fato que a carência de pessoal fica bastante condicionada à existência da ferramenta de relatórios que tem por objetivo acessar de forma estruturada as bases de dados do Tribunal. A produção de dados e informação é, ainda, dependente da área de Tecnologia da Informação e o setor não tem acesso exclusivo à base. A eficiência na prestação das

diversas informações deve-se ao bom relacionamento com a TI e a boa vontade desta em atender aos pedidos. Por essa razão, não há meios de se verificar a consistência dos dados e, algumas vezes, não se tem conhecimento dos critérios empregados para a sua obtenção.

3) Conhecer atuais sistemas utilizados para levantamento de informações processuais.

Em meados de 2013, o Tribunal por meio da APLANG e DIRINF, impulsionou o ambicioso projeto de *Business Intelligence* - BI conhecido por “Sistema de Informações Gerenciais Estratégicas” com contratação de nova empresa de consultoria em BI e atualização da ferramenta de BI denominada *MicroStrategy*. O projeto possui várias etapas e prevê a aplicação dos relatórios inteligentes tanto para a área judiciária como para os setores de RH, financeiro, administrativo e de planejamento. Para a parte processual (judiciária) existe a previsão de entrega dos novos relatórios e *dashboards* para o 1º e 2º graus em 16/3/2015. Outras etapas, que englobam as demais áreas administrativas do Tribunal, possuem previsão de entrega para dezembro/2015. O projeto é considerado estratégico e encontra-se com cronograma avançado de implantação (63% realizado).

Atualmente as informações são obtidas por meio de consultas aos sistemas processuais da intranet, conhecidas por “Controle de Acervo”, e GEDPRO (Gestão Eletrônica de Documentos Processuais), bem como pelas solicitações feitas à Diretoria de Tecnologia de Informação, via Central de Pedidos quando os dados não podem ser obtidos por meio de consultas aos sistemas processuais citados. Essas informações, após coletadas, são armazenadas em banco de dados Excel ou Access. Os bancos de dados e o relatório final são armazenados em diretórios.

A unidade não realiza extração de dados. Essa atribuição é realizada pela Informática por meio de *scripts* específicos desenvolvidos toda vez que surgem novas demandas. Os resultados desse levantamento são remetidos à Seção de Estatística, que tem a responsabilidade de consolidar e formatar a informação em planilha Excel.

A Seção utiliza o *software* “R” para análises estatísticas, Excel como planilha e Access como banco de dados, para realização dos trabalhos.

4) Verificar o não cumprimento do Provimento 2, de 22/6/2009.

O Núcleo de Estatística divulgou, em data anterior à inspeção de 2010, todos os dados de processos judiciais da 1ª e 2ª instâncias, conforme o Provimento 2. Em 2012, com a evolução do processo judicial eletrônico, as publicações ficaram defasadas e inconsistentes, deixando de computar, por questões técnicas de concepção, os dados de

processos virtuais. Essa deficiência foi corrigida, não restando, portanto, erros conhecidos.

Apesar de não identificadas inconsistências, as publicações estatísticas disponibilizadas no Portal do TRF4, oriundas do Provimento 2, necessitam de constante vigilância por parte tanto da Estatística quanto da área de Tecnologia, a fim de evitar erros de atualização, conforme constatado e corrigido durante a inspeção. Sendo bem administrado constitui meio de informação da Justiça Federal muito eficaz.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

APRESENTAÇÃO

A Portaria CJF-POR-2014/00129, de 25/3/2014, determinou a inspeção no TRF4. Os servidores Divailton Teixeira Machado (Mat. CJF731) e Luiz Fernando Oliveira Trajano (Mat. SJRJ12531) foram designados para os trabalhos de inspeção referentes aos sistemas judiciais eletrônicos, incluindo as rotinas de distribuição e redistribuição de processos. Foram solicitadas providências prévias, via ofício e *e-mail*, com o intuito de instruir os referidos exames nos sistemas de informática. A equipe ocupou-se de apreciar o cumprimento das providências oriundas da inspeção anterior, analisar procedimentos de distribuição e redistribuição processual, realizar entrevistas com as áreas judiciárias e de tecnologia da informação do Tribunal, e examinar os sistemas conforme as seguintes vertentes:

Distribuição Processual: análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual do Tribunal, tanto para os processos físicos quanto para aqueles que tramitam de forma eletrônica. Foi feita análise das rotinas operacionais envolvidas. Os técnicos realizaram em conjunto as baterias de testes dos sistemas e entrevistas com os servidores do Tribunal inspecionando.

Processo Eletrônico: análise macro dos sistemas de processo eletrônico do TRF4, consistindo na vistoria dos procedimentos de protocolo, autuação/classificação, distribuição, conclusão, registro de andamentos e publicações.

Geração de Documentos Eletrônicos: análise dos procedimentos envolvidos na geração de peças eletrônicas no TRF4. A atividade deve comportar as fases de geração, guarda, disponibilização e publicação desses documentos, com especial atenção no que tange à segurança do acesso às geradas.

ATENDIMENTO ÀS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

O Tribunal atendeu às providências prévias solicitadas, informando os dados pedidos e preparando o ambiente necessário à realização dos testes. Também destacou equipe própria para acompanhar as visitas e os testes necessários.

ATENDIMENTO ÀS ORIENTAÇÕES CONSTANTES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

Embora nem todas as recomendações expedidas na última inspeção tenham sido atendidas, nenhuma delas tem potencial para vulnerar o funcionamento dos sistemas computacionais do TRF4.

Cabe esclarecer que o Tribunal implantou ação de monitoramento na janela de distribuição para minimizar circunstâncias que, em tese, fragilizariam o sistema.

SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

- Sistema SIAPRO: o Tribunal inspecionado opera com o sistema SIAPRO, responsável pelo gerenciamento dos processos físicos que tramitam na Corte. O sistema encontra-se em fase de desativação no TRF4, recebendo apenas manutenções corretivas até a sua completa substituição pelo sistema EProcV2.

- Sistema EProcV2: o sistema EProcV2 realiza o gerenciamento das informações de todos os processos eletrônicos no âmbito do TRF4. Este sistema dispõe de recursos que facilitam a gestão dos Gabinetes como controle de acervo, ferramentas de estatísticas processuais e lembretes de prazo, bem como a possibilidade de indicar as preferências legais já na fase de protocolização, além de possibilidade de alerta. As áreas de negócio, por sua vez, vislumbram agora a criação de ferramentas de apoio ao julgamento com foco na celeridade judicial.

O processo judicial eletrônico encontra-se consolidado no âmbito do Tribunal. O sistema possui grande integração entre órgãos como a AGU, INSS, Tribunais Superiores e outros, observando, portanto, os requisitos da Resolução 90 do CNJ (art. 7º - integração entre sistemas), não havendo recomendações genéricas a fazer sobre o aplicativo.

DOCUMENTOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

A geração de documentos eletrônicos no âmbito do TRF4 encontra-se totalmente integrada ao EProcV2. O sistema possibilita a troca antecipada de documentos entre as áreas envolvidas, o que viabiliza sessões de julgamento mais ágeis. Embora ainda careça de melhorias relativas à criptografia dos documentos, objetivando assegurar grau de sigilo, a estrutura de segurança apresentada é suficientemente robusta para minimizar os riscos de vazamento de informações sigilosas.

RECOMENDAÇÕES

O sistema EprocV2 utiliza visualizadores de documentos PDF que podem, em tese, gravar informações importantes na estação do usuário operador. Sendo assim, é de grande importância que o Tribunal adote medidas para garantir o controle de acesso às estações e arquivos, bem como uma política forte de descarte de mídias.

Também importante que sejam implantados dispositivos de criptografia no sistema de processos eletrônicos do Tribunal inspecionado. A recomendação destina-se a reduzir o risco institucional que pode derivar da divulgação de informações sigilosas.

I. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 10 horas do dia 23/5/2014, conforme ata de fl. 218, e elaborado posteriormente o presente relatório.

Enviados os relatórios, a própria Secretária da Corregedoria-Geral deverá acompanhar o prazo para o atendimento das determinações e, uma vez decorrido, relacionar e certificar, nos autos, as unidades que responderam, procedendo a sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as ocorrências foram sanadas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

É o relatório.

Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Corregedor-Geral da Justiça Federal

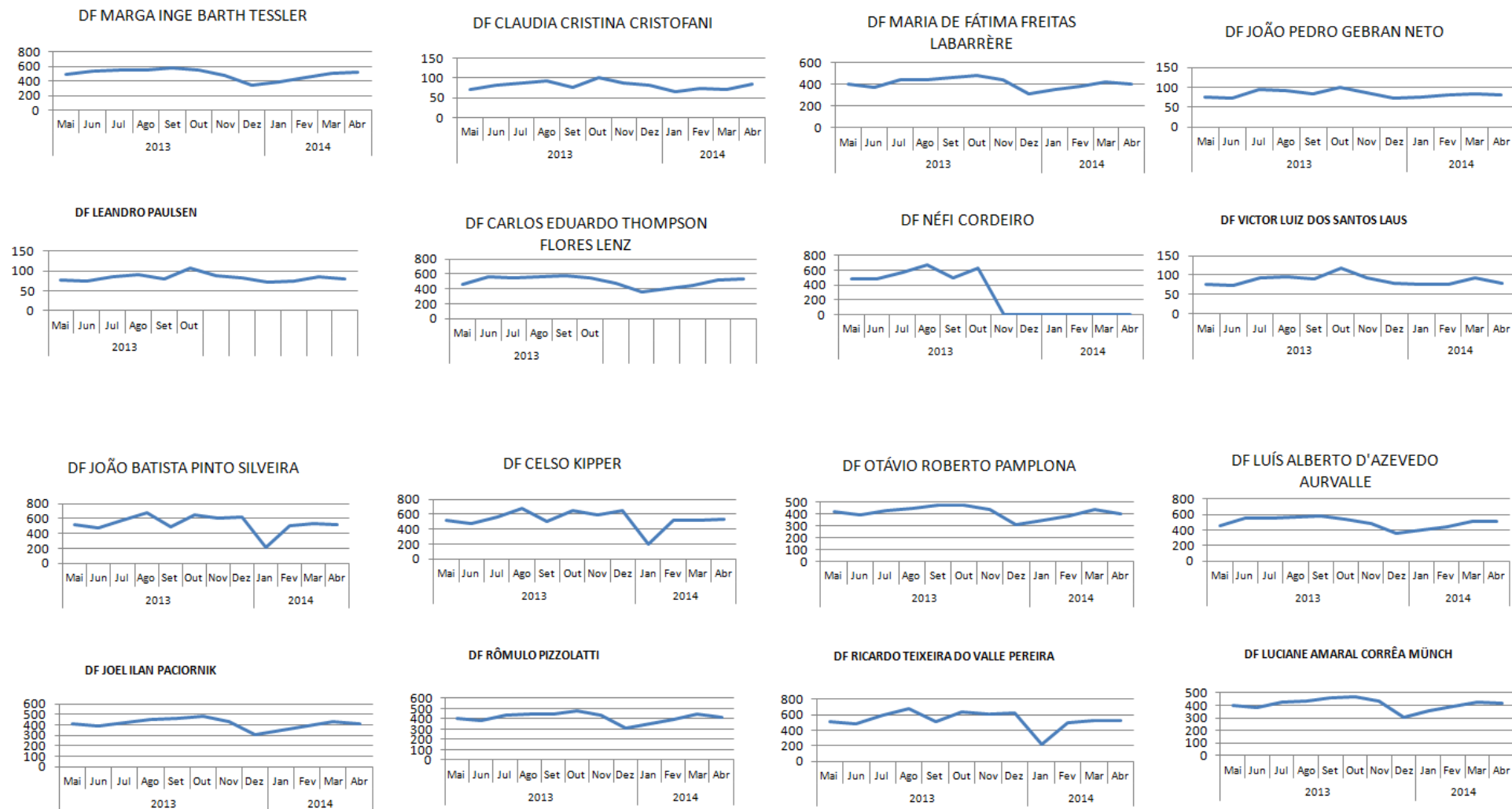
J. ANEXOS

Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014

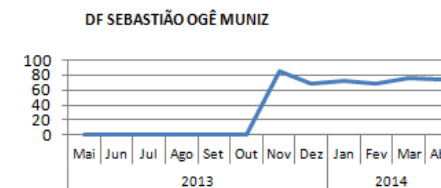
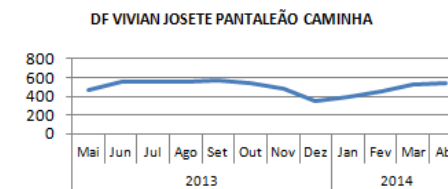
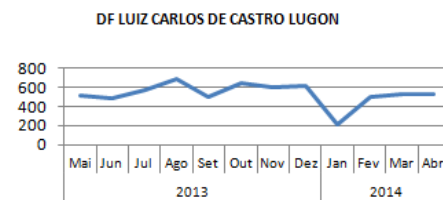
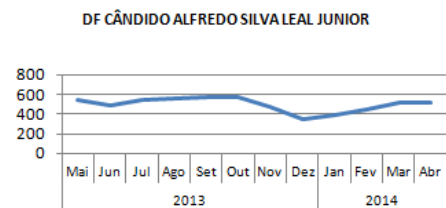
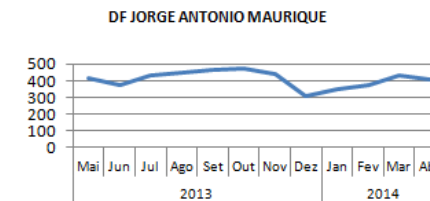
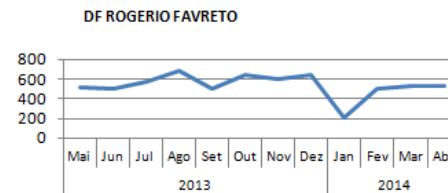
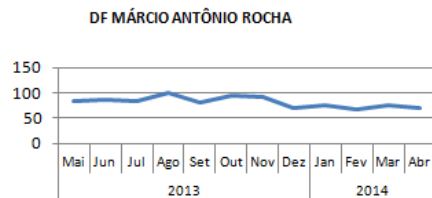
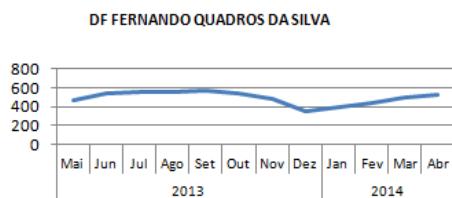
Desembargadores Federais	2013								2014				Média	Total
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	495	543	552	550	586	546	476	351	386	449	514	522	497,5	5.970
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	72	82	88	92	76	101	89	81	65	73	71	84	81,2	974
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	409	379	442	447	461	484	446	316	353	380	426	408	412,6	4.951
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	75	74	94	92	84	99	87	73	77	80	84	81	83,3	1.000
DF LEANDRO PAULSEN	76	74	84	92	80	108	89	82	73	74	85	80	83,1	997
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	460	557	551	556	575	554	478	352	397	448	519	531	498,2	5.978
DF NÉFI CORDEIRO	488	479	575	668	500	635	-	-	-	-	-	-	557,5	3.345
JF VÂNIA HACK DE ALMEIDA	-	-	-	-	-	-	601	619	219	501	538	533	501,8	3.011
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	77	73	92	96	89	117	92	79	75	77	92	78	86,4	1.037
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	514	483	583	686	497	647	608	622	216	512	536	522	535,5	6.426
DF CELSO KIPPER	520	482	569	685	503	651	591	645	199	517	521	529	534,3	6.412
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	420	386	424	449	471	474	437	310	347	381	438	395	411,0	4.932
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	85	68	73	69	76	74	74,2	445
DF LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	460	554	552	562	577	546	478	352	399	446	515	518	496,6	5.959
DF JOEL ILAN PACIORNIK	413	389	426	450	464	480	427	312	347	386	435	411	411,7	4.940
DF RÔMULO PIZZOLATTI	405	388	431	449	450	481	432	309	354	389	447	410	412,1	4.945
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	510	487	599	681	511	637	612	624	215	503	525	533	536,4	6.437
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	397	386	425	439	464	468	439	305	355	392	429	416	409,6	4.915
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	466	539	551	555	575	547	485	351	393	445	494	526	493,9	5.927
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	85	86	83	100	81	94	93	71	76	67	75	71	81,8	982
DF ROGERIO FAVRETO	512	499	571	688	505	641	605	637	209	506	526	531	535,8	6.430
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	419	373	430	449	464	475	443	311	353	378	434	407	411,3	4.936
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	550	486	544	557	577	565	474	346	394	445	512	517	497,3	5.967
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	518	483	581	690	499	645	598	623	212	508	525	530	534,3	6.412
DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	463	552	551	557	576	549	485	351	398	447	530	536	499,6	5.995
Total	8.804	8.834	9.798	10.590	9.665	10.544	9.650	8.190	6.185	8.473	9.347	9.243	9.110,3	109.323

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014



Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014



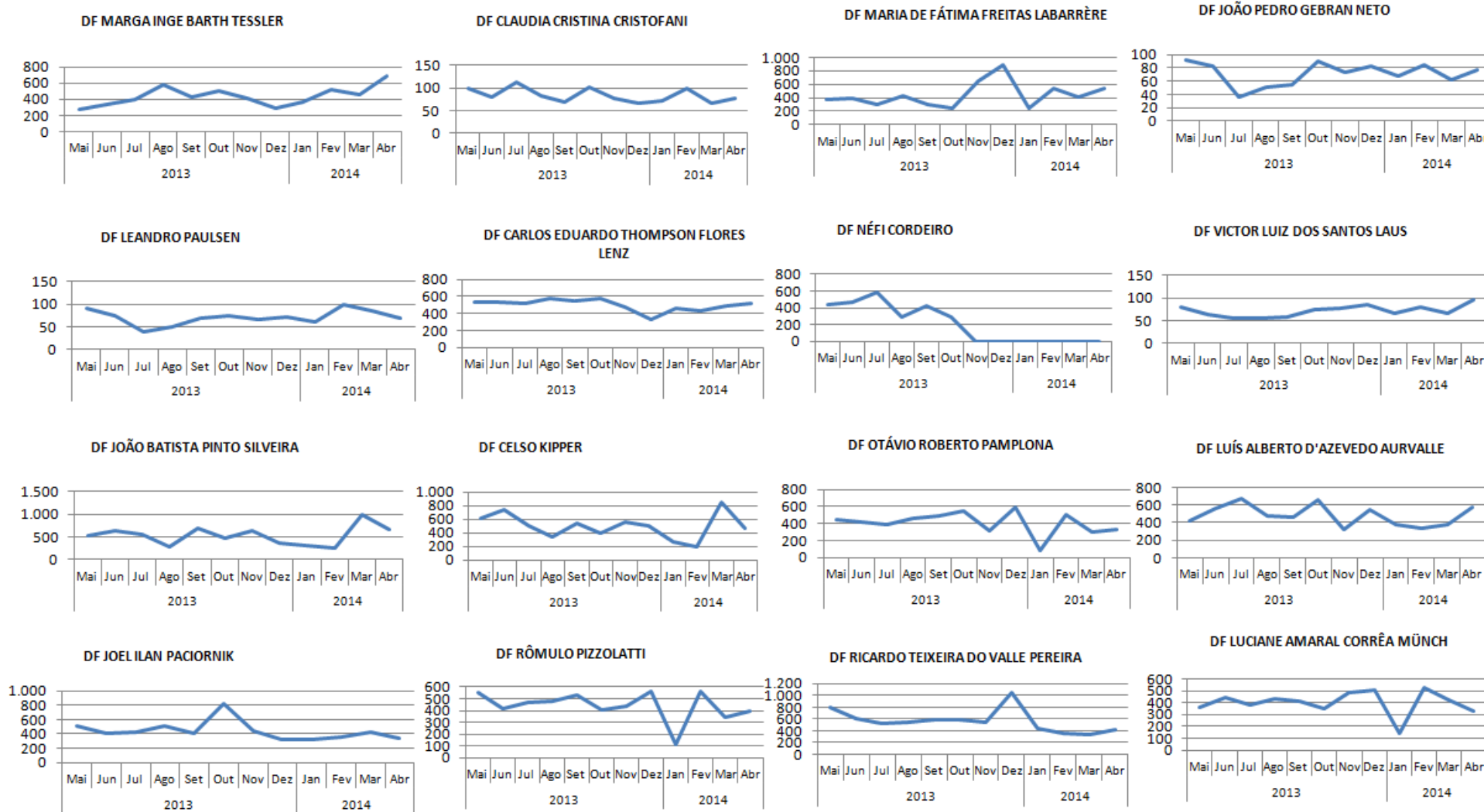
Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014

Desembargadores Federais	2013								2014				Média	Total
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	273	339	392	573	434	501	417	296	373	513	465	690	438,8	5.266
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	100	79	113	83	69	101	77	65	72	99	66	77	83,4	1.001
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	381	397	295	421	309	237	654	896	237	533	402	544	442,2	5.306
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	93	82	36	52	55	90	74	83	68	84	62	77	71,3	856
DF LEANDRO PAULSEN	90	76	40	51	68	74	67	73	61	100	85	70	71,3	855
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	532	529	520	575	550	580	475	324	461	438	495	521	500,0	6.000
DF NÉFI CORDEIRO	440	465	590	289	422	287	-	-	-	-	-	-	415,5	2.493
JF VÂNIA HACK DE ALMEIDA	-	-	-	-	-	-	141	251	303	125	248	42	185,0	1.110
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	79	62	54	55	57	75	76	85	65	79	66	97	70,8	850
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	531	639	550	286	687	484	634	377	322	248	1.005	660	535,3	6.423
DF CELSO KIPPER	609	738	500	348	545	390	561	497	262	196	855	468	497,4	5.969
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	449	409	389	462	488	540	321	585	83	505	303	331	405,4	4.865
DF LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	416	560	676	482	467	662	329	550	376	332	379	571	483,3	5.800
DF JOEL ILAN PACIORNIK	505	414	425	508	413	816	440	316	330	349	433	332	440,1	5.281
DF RÔMULO PIZZOLATTI	552	416	467	478	533	401	434	566	110	567	338	397	438,3	5.259
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	794	615	519	552	578	589	542	1.042	446	352	342	423	566,2	6.794
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	357	445	386	432	413	347	485	501	143	522	422	325	398,2	4.778
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	555	474	481	614	405	768	452	220	228	430	430	634	474,3	5.691
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	92	63	85	115	80	123	51	81	101	75	55	61	81,8	982
DF ROGERIO FAVRETO	732	563	1.033	396	656	428	521	746	326	444	612	414	572,6	6.871
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	588	813	646	634	588	620	487	575	462	238	654	928	602,8	7.233
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	569	587	540	528	429	726	300	573	296	339	369	500	479,7	5.756
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	31	675	0	173	326	616	328	326	348	608	390	288	342,4	4.109
DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	592	563	686	614	400	918	284	445	407	423	388	598	526,5	6.318
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ (A partir de dez./2013)	-	-	-	-	-	-	78	55	61	77	97	114	80,3	482
Total	9.360	10.003	9.423	8.721	8.972	10.373	8.228	9.528	5.941	7.676	8.961	9.162	8.862,3	106.348

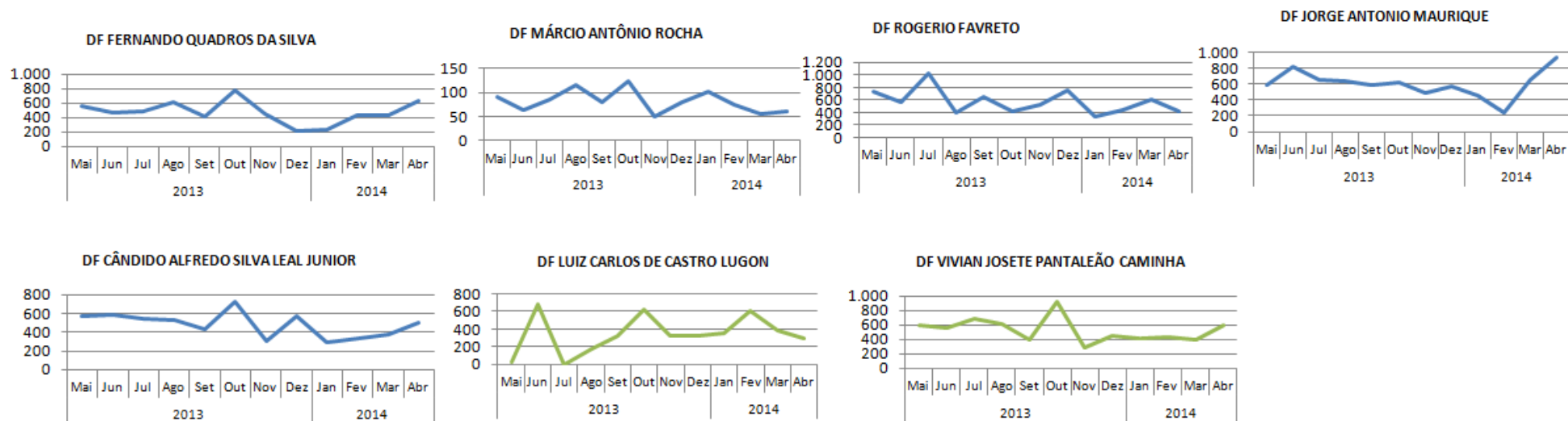
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

* Os julgados correspondem às decisões terminativas (monocráticas e colegiada), não incluindo os embargos e agravos.

Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014



Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014



Quantidade de processos judiciais CONCLUSOS por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014

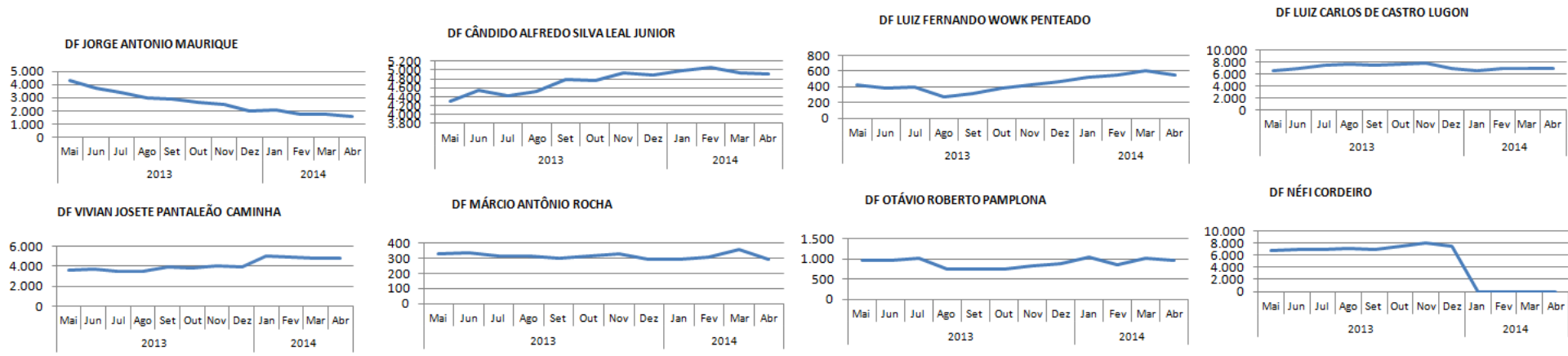
Desembargadores Federais	2013								2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	835	1.054	1.069	1.112	1.399	1.701	1.761	1.587	1.799	1.614	1.651	1.657	1.437
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	306	292	306	296	325	292	338	335	304	304	301	296	308
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	4.298	3.682	3.780	3.606	3.729	3.467	3.495	3.342	3.517	3.218	3.240	2.954	3.527
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	364	462	406	443	475	485	488	493	542	470	504	523	471
DF LEANDRO PAULSEN	362	435	495	525	579	587	581	582	577	572	581	570	537
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	325	351	382	335	382	412	306	437	328	326	369	341	358
DF NÉFI CORDEIRO	6.860	6.941	6.919	7.263	7.016	7.538	8.093	7.519	-	-	-	-	7.269
JF VÂNIA HACK DE ALMEIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	7.673	7.716	7.902	8.043	7.834
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	415	955	450	493	453	491	530	555	518	518	524	496	533
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	5.417	5.255	5.148	5.196	4.985	5.071	5.314	4.848	4.849	5.193	4.224	4.048	4.962
DF CELSO KIPPER	5.585	5.311	5.175	5.227	5.080	5.144	5.513	5.088	5.078	5.499	5.121	4.809	5.219
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	964	975	1.021	751	751	763	830	890	1.039	847	1.019	980	903
DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ	-	-	-	-	-	-	-	430	424	387	353	333	385
DF LUIS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	5.058	5.264	5.054	5.104	5.266	5.187	5.273	5.214	5.193	5.245	3.743	3.677	4.940
DF JOEL ILAN PACIORNIK	3.710	3.915	3.460	3.252	3.373	3.230	3.287	3.067	3.036	3.064	2.869	2.742	3.250
DF RÔMULO PIZZOLATTI	1.300	1.339	1.458	1.713	1.453	1.519	1.423	1.529	1.642	1.479	1.535	1.546	1.495
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	2.421	2.424	1.833	1.563	1.396	1.315	1.743	1.301	1.362	1.332	1.155	1.114	1.580
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MUNCH	710	660	769	610	671	886	851	681	829	737	611	719	728
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	4.898	5.191	4.984	5.080	5.230	5.126	5.204	5.339	5.506	5.343	3.630	3.748	4.940
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	329	340	313	319	303	314	332	293	292	311	361	292	317
DF ROGERIO FAVRETO	2.145	1.940	1.951	1.994	1.440	1.490	1.399	1.263	1.130	1.123	1.080	829	1.482
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	4.302	3.692	3.361	2.999	2.906	2.647	2.508	1.984	2.076	1.745	1.742	1.580	2.629
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	4.298	4.544	4.411	4.526	4.786	4.765	4.933	4.892	4.981	5.059	4.934	4.915	4.754
DF LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	422	387	401	279	320	378	423	465	516	556	603	543	441
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	6.651	6.962	7.455	7.615	7.527	7.673	7.881	6.962	6.553	6.985	6.900	6.965	7.177
DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	3.612	3.722	3.557	3.532	3.930	3.812	4.074	3.970	5.062	4.907	4.764	4.863	4.150
Total	65.587	66.093	64.158	63.833	63.775	64.293	66.580	63.066	64.826	64.550	59.716	58.583	63.755

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da internet <www.trf4.ju.br>, para o provimento 2.

Quantidade de processos judiciais conclusos por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014



Quantidade de processos judiciais conclusos por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014



Quantidade de processos judiciais em Tramitação - Período: Maio/2013 a Abril/2014

Desembargadores Federais*	2013										2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr			
PRESIDÊNCIA	3	2	2	3	2	3	2	1	3	3	1	0	2		
VICE-PRESIDÊNCIA	28.088	28896	26.586	24.973	24.014	22.263	21.735	21.138	20.723	18.372	17.780	17.585	22.679		
PRIMEIRA TURMA	13.296	12.983	12.586	12.495	11.865	11.788	11.797	11.451	10.418	10.190	10.204	9.807	11.573		
SEGUNDA TURMA	5.460	5.383	5.043	5.010	5.032	5.045	5.305	5.491	5.578	5.631	5.470	5.046	5.291		
TERCEIRA TURMA	8.114	8.477	8.729	8.808	8.859	9.773	9.521	9.447	9.324	9.414	9.621	9.611	9.142		
QUARTA TURMA	15.913	16.085	15.635	15.551	15.756	16.711	16.403	16.454	16.047	15.968	16.222	16.345	16.091		
QUINTA TURMA	15.436	15.763	16.127	15.770	15.749	15.924	17.790	20.104	18.752	18.635	17.794	17.809	17.138		
SEXTA TURMA	21.177	21.399	21.544	21.893	21.663	22.041	22.725	25.295	25.324	24.817	24.716	25.349	23.162		
SÉTIMA TURMA	1.438	1.386	1.370	1.361	1.337	1.304	1.331	1.383	1.363	1.307	1.278	1.228	1.341		
OITAVA TURMA	1.436	1.445	1.495	1.630	1.697	1.784	1.875	1.935	1.945	1.922	1.933	1.906	1.750		
SEC DO PLENÁRIO, CORTE ESPECIAL E DAS SEÇÕES	2.616	1.305	1.318	1.376	1.368	1.353	1.384	1.407	1.368	1.395	1.433	1.406	1.477		
SECRETARIA DE RECURSOS	6.627	6.034	7.060	8.196	9.234	10.524	9.723	9.842	9.034	8.850	7.252	7.035	8.284		
Total	119.604	175.558	117.495	117.066	116.576	118.513	119.591	123.948	119.879	116.504	113.704	113.127	122.630		

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados obtidos da Diretoria de Tecnologia de Informação, consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão.

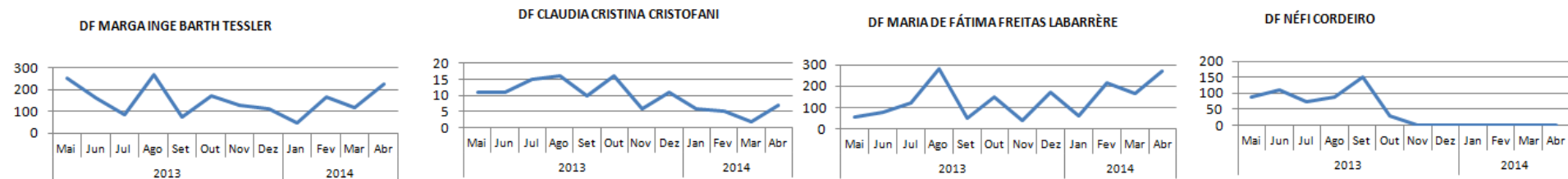
*Órgão atual



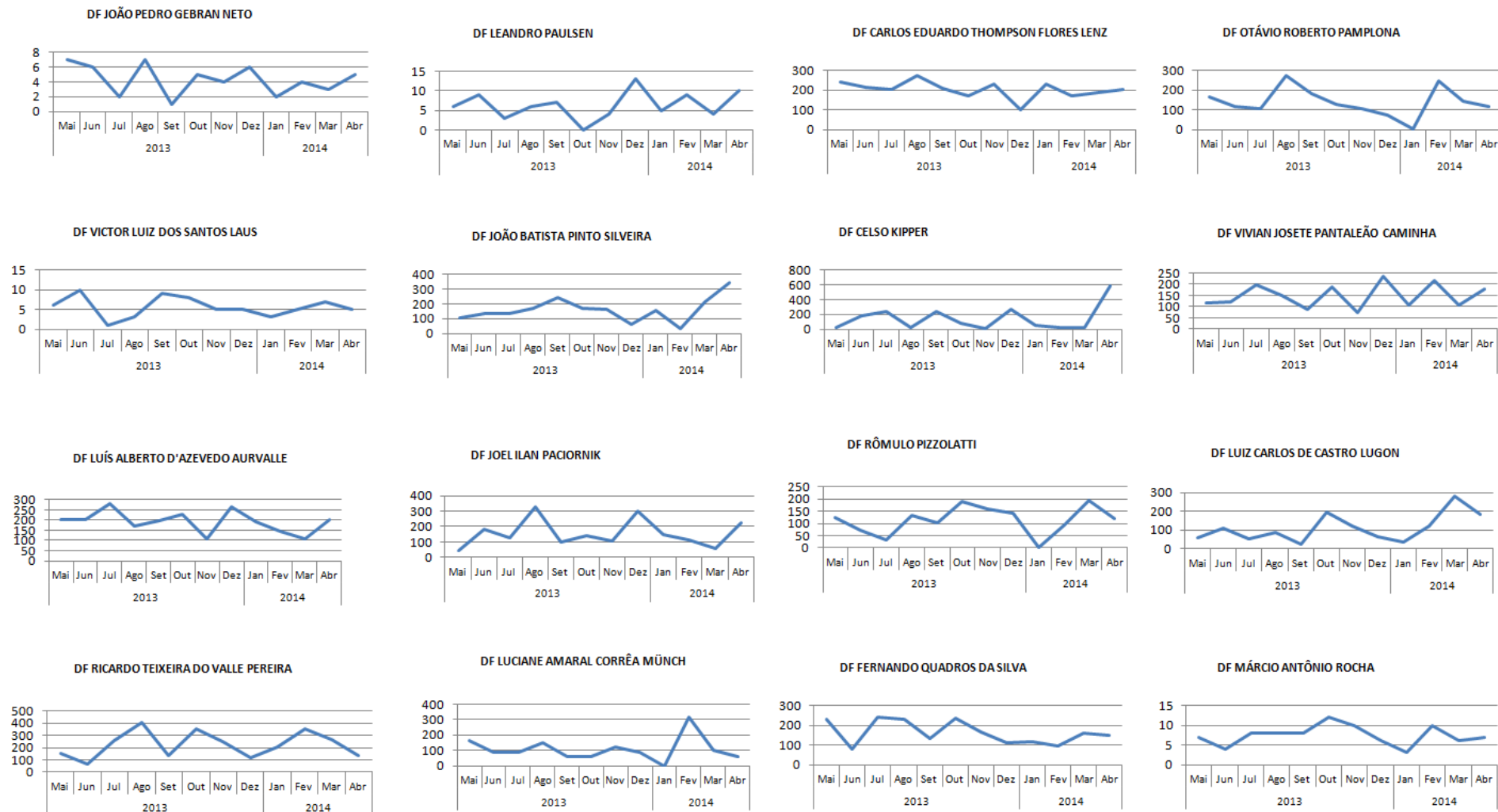
Quantidade de Embargos de Declaração julgados por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014

Desembargadores Federais*	2013									2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	255	163	83	269	73	173	127	114	47	168	118	227	151	
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	11	11	15	16	10	16	6	11	6	5	2	7	10	
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	53	76	119	279	47	147	38	169	63	215	166	270	137	
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	7	6	2	7	1	5	4	6	2	4	3	5	4	
DF LEANDRO PAULSEN	6	9	3	6	7	0	4	13	5	9	4	10	6	
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	245	216	202	275	212	172	230	102	233	171	187	206	204	
DF NÉFI CORDEIRO	89	109	74	90	152	31	0	0	0	0	0	0	45	
JF VÂNIA HACK DE ALMEIDA	0	0	0	0	0	0	22	189	61	10	187	13	40	
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	6	10	1	3	9	8	5	5	3	5	7	5	6	
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	106	135	134	171	247	174	160	63	159	36	218	345	162	
DF CELSO KIPPER	26	176	237	29	239	73	9	269	56	18	23	593	146	
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	165	116	106	278	184	130	109	75	2	247	147	118	140	
DF LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	202	203	280	172	198	226	107	266	192	142	110	202	192	
DF JOEL ILAN PACIORNIK	46	183	127	330	97	139	109	299	147	113	61	223	156	
DF RÔMULO PIZZOLATTI	126	71	34	135	101	191	158	142	1	93	193	122	114	
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	148	61	255	410	136	354	246	119	205	356	265	133	224	
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	162	91	85	153	62	60	121	90	0	314	104	61	109	
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	233	80	240	231	136	235	167	114	116	97	160	149	163	
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	7	4	8	8	8	12	10	6	3	10	6	7	7	
DF ROGERIO FAVRETO	143	244	146	281	107	359	237	233	130	164	209	245	208	
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	297	236	386	227	251	380	333	185	235	228	168	249	265	
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	129	101	152	190	116	298	76	159	114	135	190	206	156	
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	62	109	54	90	27	193	120	66	39	124	280	186	113	
DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	114	120	197	149	89	189	73	235	105	217	105	179	148	
DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ	31	42	35	48	32	45	69	87	0	0	0	0	32	
Total	2.669	2.572	2.975	3.847	2.541	3.610	2.540	3.017	1.924	2.881	2.913	3.761	2.938	

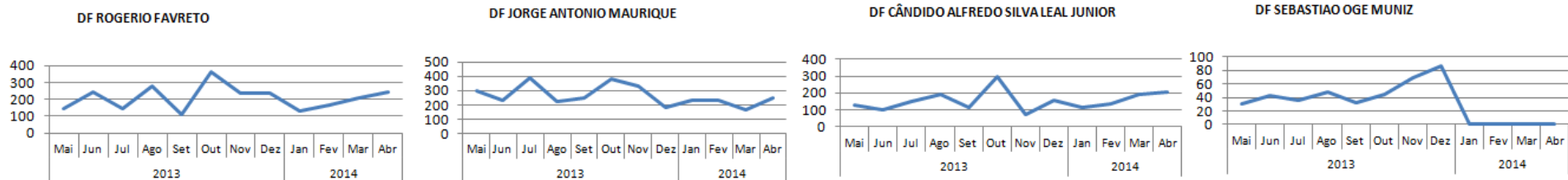
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.



Quantidade de Embargos de Declaração julgados por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014



Quantidade de Embargos de Declaração julgados por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014

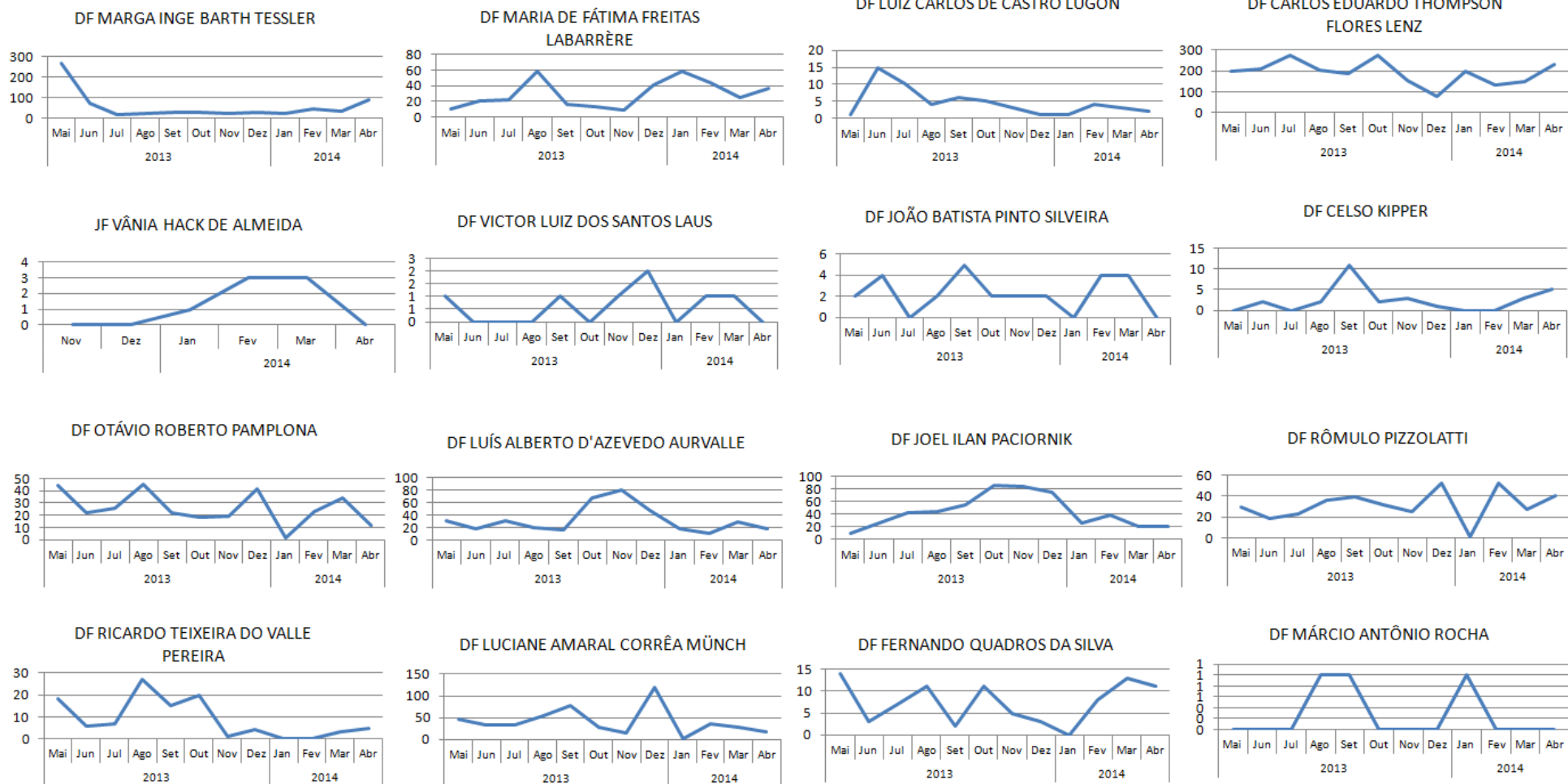


Quantidade Agravos julgados por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014

Desembargadores Federais	2013											2014				Média
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr				
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	271	76	16	22	26	30	24	28	25	46	36	90	58			
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	10	21	22	59	16	14	9	41	58	44	25	36	30			
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	1	15	10	4	6	5	3	1	1	4	3	2	5			
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	198	212	273	202	190	276	157	78	200	131	150	232	192			
DF NÉFI CORDEIRO	1	2	3	17	18	2	-	-	-	-	-	-	7			
JF VÂNIA HACK DE ALMEIDA	-	-	-	-	-	-	0	0	1	3	3	0	1			
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	1	0	0	0	1	0	1	2	0	1	1	0	1			
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	2	4	0	2	5	2	2	2	0	4	4	0	2			
DF CELSO KIPPER	0	2	0	2	11	2	3	1	0	0	3	5	2			
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	44	22	26	45	22	18	19	42	2	23	34	12	26			
DF LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	32	19	31	21	17	68	80	48	19	11	30	19	33			
DF JOEL ILAN PACIORNIK	10	27	42	45	56	87	85	75	26	39	21	20	44			
DF RÔMULO PIZZOLATTI	30	19	23	36	39	32	25	52	1	53	27	41	32			
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	18	6	7	27	15	20	1	4	0	0	3	5	9			
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	47	32	33	54	77	27	14	120	1	36	29	16	41			
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	14	3	7	11	2	11	5	3	0	8	13	11	7			
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0			
DF ROGERIO FAVRETO	25	16	21	66	17	21	14	14	31	7	44	65	28			
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	42	63	50	21	32	42	52	56	9	14	26	14	35			
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	39	52	167	16	6	122	73	78	62	113	98	7	69			
DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	9	10	7	16	4	4	3	2	1	2	0	4	5			
DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0			
DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0			
DF LEANDRO PAULSEN	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0			
DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Total	795	602	739	668	561	783	572	648	438	541	552	579	623			

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

Quantidade Agravos julgados por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014



Quantidade Agravos julgados por Desembargador Federal - Período: Maio/2013 a Abril/2014

